DESAFIANDO O RIO-MAR

Descendo o Branco II

HIRAM REIS E SILVA

É-me lisonjeiro anunciar-vos, que a questão de limites, que se havia suscitado, da Guiana Inglesa com o Império, tomou ultimamente um andamento regular. O destacamento de Forças Britânicas, que havia ocupado o terreno contestado, no lugar denominado Pirara, aquém da Serra Pacaraima, foi mandado retirar, concordando os dois Governos em que o mesmo terreno seja considerado neutro, até que depois das necessárias explorações, e exames, se ajuste definitivamente, pelas vias diplomáticas, o verdadeiro limite; e os marcos levantados, sem audiência do Governo Imperial, pelo Comissário explorador Britânico Mr. Schomburgk, foram mandados arrancar pelo Governo de S. M. a Rainha, segundo informou há pouco o Ministro do Brasil em Londres. O Governo Imperial expediu as necessárias ordens ao Presidente da Província do Pará, para que faça observar religiosamente o acordo referido, mandando somente prosseguir nos trabalhos de exploração, e exame do terreno, pela Comissão de Engenheiros, que para isso havia o Governo nomeado.
(Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho – AGL, 1843)

Agradecimentos

Aos meus filhos queridos Vanessa, Danielle e João Paulo que, mesmo diante de todas as dificuldades pelas quais estamos passando com o problema de saúde de minha esposa inválida e consequentes dificuldades financeiras, sempre me apoiaram e incentivaram.

Ao General de Brigada Paulo Roberto Viana Rabelo, Comandante do 2° Grupamento de Engenharia, Manaus, AM, meu amigo de longa data e de outras eras, que coordenou o transporte do caiaque "*Argo I*" desde o 7° Batalhão de Engenharia de Construção (7° BEC – Rio Branco, AC) até o 8° Batalhão de Engenharia de Construção (8° BEC – Santarém, PA).

Ao TC Eng Vandir Pereira Soares Júnior, Comandante do 6° Batalhão de Engenharia de Construção (6° BEC - Boa Vista, RR) e ao seu SCmt Maj Eng Jefferson Fidélis Alves da Silva que além de nos alojar e apoiar em sua Organização Militar, designaram a Ten Pollyana Correa Arimateia Rosa, chefe da Seção de Comunicação Social e o STen Eng Dilson Martins de Sousa Soares, Adjunto do Comando do 6° BEC, como elementos de ligação com a comunidade civil e militar local e providenciaram ainda nosso transporte até Bonfim, RR, onde iniciamos a missão.

Ao Cel Inf Roberto Jullian da Silva Graça, Comandante do CFront/7° BIS, que permitiu nosso pernoite em Bonfim, RR, nas instalações do 1° Pelotão de Fronteira, comandado pelo 1° Ten Inf Caio Baksys Pinto, por ocasião descida de nossa descida desde Bonfim até Boa Vista, em 03 de setembro de 2018.

À Marinha do Brasil, em especial ao Cap Ten Jerry Kenned Sabino, comandante da Agência Fluvial de Caracaraí, RR, pelo apoio fluvial e pernoite nas instalações de sua Organização Militar.

À Força Aérea Brasileira, em especial ao Major Aviador Leno Frank Garcia, Chefe do Destacamento da COMARA em Manaus, por providenciar apoio de alimentação e pernoite na COMARA de Moura, AM.

Aos queridos amigos e Ir∴ Celso Demétrio Acosta, Gilvan Costa (Roraima em Foco) e Robério Bezerra de Araújo (TV Cultura) pelo apoio e divulgação de nosso projeto nestas plagas setentrionais.

Ao meu caro amigo, irmão e mestre Cristian Mairesse Cavalheiro meu primeiro e mais fiel colaborador que continua irrestritamente apoiando nossas jornadas;

E a todos os que, de uma forma ou de outra me apoiaram antes, durante ou mesmo depois da execução do empreendimento. Estejam certos de que vossa contribuição foi um patriótico investimento.

Sumário

Índice de Imagens

Índice de Poesias

Theodor Koch-Grünberg (1911)

VOM ROROIMA ZUM ORINOCO

ERGEBNISSE EINER REISE IN NORDBRASILIEN
UND VENEZUELA IN DEN JAHREN 1911–1913

UNTERNOMMEN UND HERAUSGEGEBEN
IM AUFTRAGE UND MIT MITTELN DES
BAESSLER-INSTITUTS IN BERLIN

VON

THEODOR KOCH-GRÜNBERG

"Tradução Livre de Hiram Reis e Silva"

ERSTER BAND

SCHILDERUNG DER REISE

MIT 6 VOLLTAFELN UND 109 ABBILDUNGEN IN LICHTDRUCK

DIETRICH REIMER (ERNST VOHSEN)
IN BERLIN 1917

Theodor Koch-Grünberg, nasceu em Oberhessen, Alemanha, em 09.04.1872, e faleceu, aos 52 anos de idade, em Caracaraí (Vista Alegre), Roraima, no dia 08.10.1924, vítima da malária. Foi Professor das Universidades de Freiberg e Heidelberg, Diretor do Museu de Etnografia de Stuttegart e publicou mais de 40 volumes sobre a etnografia americana, tratando dos costumes, mitos e lendas de cada povo. Na sua romaria pelo continente, passou pelo Chaco paraguaio e realizou 4 expedições no Brasil. De 1895 a 1897, participou da Expedição liderada por Hermann Meyer, que navegou os Rios Coliseu e Jatobá e alcançou o Alto Xingu. Entre 1903 e 1905 explorou o Rio Japurá e Negro, chegando até a fronteira da Venezuela ("*Dois anos entre os índios. Viagens no Noroeste do Brasil, 1903-1905*").

Em 27.05.1911, partiu de Manaus, pelos Rios Negro e Branco e chegou à Venezuela, alcançando o Orenoco, em 1913, percorrendo regiões de difícil acesso a pé e de corial. Retornando a Manaus, escreveu, em 1917, o livro "*De Roraima ao Orenoco*". Sua última viagem no Brasil aconteceu em 1924, participando da Expedição Hamilton Rice, subindo novamente o Rio Branco, onde veio a falecer.

CAPÍTULO I

Nos Rios Negro e Branco

Em 27.05.1911, cheguei em Manaus. O Porto estava muito transformado. A companhia "*Manaos-Harbour*" modificou-o consideravelmente. Por toda parte, erguem-se enormes armazéns e os navios atracam diretamente em pontões através dos quais os passageiros podem desembarcar com todo conforto. [...]

Permaneci em Manaus por 3 semanas. [...] Finalmente minhas bagagens foram embarcadas.

16 de junho de 1911 – [...] Húbner e Suter levaram-me de barco até à lancha, que estava ancorada no Igarapé de São Raimundo, um afluente do Rio Negro. [...] Minha Expedição despertara a atenção geral que, e os passageiros de posse de mapas, discutiam animadamente à respeito. Alguns deles, inclusive os nativos achavam que o real objetivo de minha viagem era o de prospectar minerais raros nas serras até então inexploradas. [...]

Tomei conhecimento de notícias desagradáveis sobre a situação política na região do Alto Rio Branco. Neves, o administrador da Fazenda São Marcos, é inimigo mortal do Deputado de Rio Branco Bento Brasil, um importante latifundiário, e, recentemente, Neves trocou tiros, no Café da Paz, em Manaus, com seus adversários, e de lá saiu ferido com um tiro na perna.

Bento Brasil é um homem mal-educado e convencido, que conheci, recentemente, em Manaus, e proprietário da lancha "*Macuchy*". O jovem Adolfo, seu filho, está nos acompanhando nesta viagem em seu próprio barco, à reboque da lancha, ele e sua jovem esposa tem nitidamente ascendência dos aborígines nacionais. [...]

Alguns dos tripulantes são Macuxís do Urariquera que ocasionalmente, prestam serviço como pilotos. [...] Faço amizade com Inácio, o mais velho deles, um homem cortês e bondoso. Inácio é o cacique de Santa Rosa, uma das últimas Aldeias Macuxí no Urariquera. Convido-o a viajar comigo, por alguns meses, afirmando que será muito bem remunerado. Acho que gostou da ideia e alega que precisa conversar a respeito com Neves em São Marcos. [...]

Inácio discorre sobre as tribos do Alto Urariquera e conta que só restaram poucos Wayumará e Sapará, cujas línguas são bastante diferentes do Macuxí e que, a Oeste deles, vivem os Purukotó e os Majonggóng tribos que R. Schomburgk lá encontrou há setenta anos, além dos aguerridos Auaké e dos Marakaná. Terei, pois, muito o que fazer por lá. [...]

18 de junho de 1911 – Por volta das 20h00, deixamos o Rio Negro e, debaixo de um firmamento estrelado, penetramos no Rio Branco, cuja Foz já nos fora anunciada, há algum tempo, pela coloração esbranquiçada da água. No seu curso inferior, o Rio Branco chega a apresentar larguras que variam de 3 a 4 quilômetros, embora com pouca profundidade. Na estiagem o Rio baixa muito, dando origem a enormes bancos de areia, por entre os quais se encontram tortuosas e estreitas trilhas, sendo, então, necessário empurrar a embarcação por longos trechos. [...]

O Rio Branco apresenta uma nítida diferença entre o período das chuvas e da estiagem. Normalmente, a estiagem vai de agosto [setembro] até março [abril].

Nessa estação, chove muito pouco nas savanas do curso superior da Bacia do Branco e a partir de outubro as embarcações maiores ficam incapazes de navegar. No entanto, normalmente nos primeiros dias de dezembro ocorre uma pequena cheia do Rio, que os naturais denominam de repiquete, e que na região se designa de boiaçu [cobra grande [1]]. Nos períodos de grande estiagem, que ocorrem, normalmente, a cada 10 anos, não ocorre o repiquete, e a comunicação com o mundo exterior é interrompida até abril ou maio.

---

[1] A constelação de Escorpião é chamada, pelos índios, de "*cobra grande*", que nessa época está no zênite.

O Rio atinge seu nível mais alto em junho e o mais baixo, desde o final de dezembro até fevereiro. No trecho Inferior do Rio, a diferença do nível da água é de cerca de 10 metros.

No Baixo e Médio Rio Branco e em seus afluentes, região de malária endêmica, extrai-se um pouco de látex, mas falta mão-de-obra, pois o Rio é pouco povoado. Antigamente empregavam-se, à força, os índios das savanas nesse labor, que, como não estavam habituados à vida insalubre das matas úmidas, morriam em grande número. Sob o atual regime humanitário do Serviço de Proteção aos Índios [SPI [2]] instituído em todo o Brasil, isso foi proibido por Lei, e espera-se que assim continue. O Baixo Rio Branco não fica nada a dever em monotonia ao Rio Negro. O Rio está repleto de inúmeras Ilhas. As ilhas e as margens estão submersas, e, em alguns trechos, apenas as copas das árvores emergem tristemente, o que nos leva a se perguntar:

– Será que isso é mesmo terra firme?

Em ambas margens estendem-se inúmeros Lagos, grandes e pequenos, que agora, época das chuvas, estão misturados com o Rio e que, na Margem Oriental, diz-se que se comunicam com o Rio Jauaperi na cheia.

19 de junho de 1911 – A barreira de Santa Maria, ao longo da qual navegamos de manhã é a primeira pequena elevação da enlameada margem esquerda que se desdobra por uns 10 km e que, mesmo no inverno, não é encoberta pelas águas, mas, com o decorrer do tempo, acabará cedendo à ação das águas.

---

[2] Desde 1910, o chefe é o Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, de alto nível moral e, segundo dizem, ele próprio índio puro. Por falta de recursos, nesse meio tempo a atividade de proteção aos índios foi suspensa. (GRÜNBERG)

No século XVII, quando o Rio Branco era mais povoado do que hoje, as vilas de Santa Maria, juntamente com a do Carmo, hoje totalmente desaparecida, e outros povoados, formavam um importante núcleo da Missão Carmelita que contava com centenas de fiéis. Apenas algumas miseráveis cabanas de folha de palmeira foi o que sobrou da sua antiga grandeza. [...] O solo parece ser fértil. Um caboclo nos traz, em sua corial, uma enorme carga de abacaxis para trocar por alguns cartuchos de Winchester. Os maiores medem chegam a medir 53 cm de comprimento e 30 cm de largura pesando 8 kg.

Na frente de uma cabana, uma mulher agita um pano com força, não para nos saudar, mas para se defender dos piuns [pequenos mosquitos que picam de dia] que, na época das chuvas, são um terrível flagelo no Rio Branco. A lancha "*Obidense*", que partiu de Manaus um dia depois da nossa, se aproxima.

Ela transporta apenas um batelão e não parou em nenhum lugar, ao passo que a nossa, além de duas pesadas barcaças, rebocamos meia dúzia de barcos e atracamos em cada cabana. Ambas aceleram e navegam a todo vapor, mas a nossa, por uma pequeníssima diferença, chega primeiro ao Porto de Santa Maria. A zombaria parte de ambos os barcos. A "*Obidense*" precisa retornar, já que o porto é pequeno demais.

À tarde, ocorreu um pequeno incidente que deu margem a uma grande confusão e gritaria:

– Manda parar a lancha!

As duas corials, com um caboclo em cada uma, que rebocávamos, desde o início da manhã, de Santa Maria, se soltaram e uma delas emborcou na forte

esteira da lancha quase afundando enquanto a outra encheu-se de água. Os dois tripulantes que empenhavam-se com vigor a retirar a água das corials com cabaças tinham ficado muito para trás.

O Comandante mandou parar imediatamente e enviou um barco com dois Macuxís atrás deles, que, felizmente, os alcançou. Queriam ir para Matamatá, uma pequena povoação à montante, mas como tinham perdido quase toda a carga iam retornar para Santa Maria. Perdemos meia hora com essa função. Enquanto isso, para aumentar nosso mau-humor, a "*Obidense*" passou por nós buzinando e caçoando. É claro que não vamos mais alcançá-la, já que é mais rápida do que a nossa embarcação.

Após o pôr-do-Sol, ultrapassamos a Linha do Equador, que corta a grande ilha Aruaná. Em comemoração ao evento, nossa "*orquestra*" composta por uma harmônica, um violão e um belo trompete tocava animada, enquanto o Comandante apresentava, com grande habilidade, alguns de seus números de mágica. [...]

À medida que subimos o Rio Branco, o tempo piorava. Durante todo dia caiam chuvaradas frias, que varriam o convés. De repente, entramos numa zona totalmente diferente. No Rio Branco, em especial acima da Linha do Equador, ainda é inverno, quando já é verão no Baixo Rio Negro.

20 de junho de 1911 – Choveu torrencialmente a noite toda, passamos de madrugada pela Foz do grande tributário Catrimani, mais corretamente Caratirimâni ou Caratarimani, e, logo depois, a Foz de um afluente menor o Iniuini [água boa de Iniuini], que flui paralelamente àquele. O humor dos passageiros está tão cinzento quanto o céu. Tremendo de frio, as mulheres e as crianças ficam encolhidas durante o café da manhã.

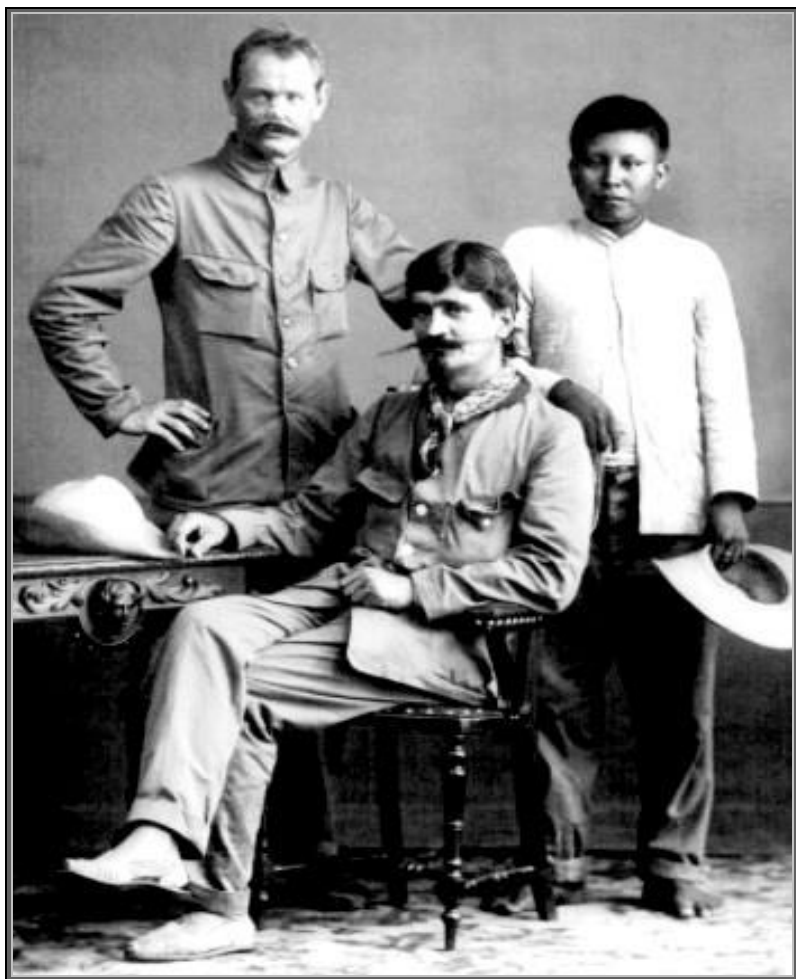



Imagem 01 – Koch-Grünberg, Herman Schmidt e Romeu

Falta até mesmo a imagem encantadora, de todas as manhãs, das meninas que de pé em frente das mães colocam as cabeças nos seus colos para que elas lhes catem os piolhos. Os jogadores já estão apostando de novo; nem bem gozaram direito de algumas horas de sono. [...] O curso do Catrimani ainda é completamente desconhecido. Dizem que tem muitas cascatas e que vem de longe no Oeste, talvez da extensa cadeia Parima, na qual nascem o Urariquera e o Orenoco, ou outra Serra mais a Leste.

Dizem que, em seu curso superior, ele se comunica com o Demeneni ou com o Padauiri, afluentes da margem esquerda do Negro. Às 09h00, atracamos, por pouco, tempo na Foz do Lago Aricurá, um grande Lago à margem esquerda, muito piscoso e com muitas tartarugas. Dois de nossos barcos vão até lá pois os passageiros desejavam pescar com flechas e arpão. Como dizem que é um Lago encantado, que abriga inúmeras cobras grandes e outros monstros, nenhum índio ousa entrar nele.

Ao meio-dia, finalmente, a chuva para e o Sol surge ainda que timidamente e a fauna fica mais agitada. Em contraste com o Rio Negro, o Rio Branco é Rico em caça e pesca, o que se nota ao passar por ele. Espantamos repetidamente cararás de bico pontudo ([3]), garças brancas e cinzentas e outras aves aquáticas. Nas matas avistamos antas, pequenos veados, grandes rebanhos de porcos do mato e outros animais de caça. Até mesmo a avifauna nos oferece caça abundante.

Os Rios e Lagos estão repletos de grandes e saborosos peixes e tartarugas de diferentes espécies, que, na estiagem, vêm em incontáveis números até o Rio principal para pôr seus ovos nos bancos de areia. Nas baías tranquilas, o manati ([4]), a disforme sereia dos Rios, estica seu engraçado focinho para fora d'água, para comer as canaranas das margens com ímpeto insaciável. Nos galhos que pendem das árvores ribeirinhas, grandes iguanas, deitados, um ao lado do outro, atiram-se n'água quando o vapor se aproxima. Atiramos de dentro do barco, às vezes com sucesso. Erramos várias vezes um grande pato negro, que voa sempre um pouco à nossa frente e que, finalmente, escapa deixando Rio para trás terra rumo ao seu destino.

---

[3] Cararás: Biguatinga (Anhinga anhinga).
[4] Manati: peixe boi.

Adolfo, um excelente atirador, mata com tiro certeiro um mutum, esse belo galo silvestre da floresta tropical sul-americana. Dois Macuxí vão buscar a caça de corial.

Às 20h00, passamos pela Foz do Anauá, importante afluente esquerdo. Em suas cabeceiras, que, dizem, ficar próximas das do Essequibo, vivem os Wayewé, chamados de "*Tapioca*" pelos brasileiros em virtude de sua tez clara. Estão em constante conflito com índios do Alto Jauaperi, mas simpatizam com os brancos, embora mantenham certa distância deles. No seu curso Médio, o Anauá flui através das savanas, que mais parecem uma série de ilhas no meio da floresta. No final do século XVIII, ele foi navegado e registrado cartograficamente pelos portugueses. É mais desconhecido agora do que antes.

Entretenimento noturno: ancoramos diante de uma barraca sobre palafitas, habitação miserável de um seringueiro; um negro bêbado, alto e preto como o céu nesta noite chuvosa que se exibia para um público agradecido. Sob a luz furtiva de algumas lanternas, ele cambaleia para lá e para cá na estreita passarela que vai de sua cabana até nosso batelão, contando longas histórias. Gargalhadas, cães mortos de fome, rosnando, espreitam da escuridão.
Pena que, para regozijo de nosso olfato, o tal negro não tome um banho refrescante.

21 de junho de 1911 – Às 12h00, apareceram os altos cumes da Serra Yauára na margem esquerda. Navegamos ao longo da alta margem de Vista Alegre. Apesar do nome "*Alegre*", ali existe uma única e rústica cabana, no lugar da antiga Aldeia indígena Inajatüba. Resmungando, vai a "*Macuchy*" levando seus penduricalhos pela rápida torrente até Caracaraí, uma das regiões mais importantes do Rio Branco. Pode-se não perceber sua importância por

ter apenas uma cabana de palha miserável, mas o vilarejo fica ao lado das grandes corredeiras do Rio Branco.

As corredeiras, assim como as cachoeiras constituíam o principal tema das conversas no deslocamento pelo Rio Branco, já que elas representam um considerável obstáculo à navegação, embora sua queda vertical seja de apenas uns 18 metros, distribuídos ao longo de 24 quilômetros. Resultantes de três conjuntos de baixas colinas, que se elevam a considerável distância do Rio em ambas as margens.

Na cheia, passa-se pela região das cachoeiras subindo o Rio por cerca de seis horas, através de um longo e sinuoso canal localizado na margem Oriental do Rio, chamado "*Furo do Cujubim*", apinhado de penedos e de rápida correnteza; como ele fica quase seco no verão, só se pode navegá-lo com barcos pequenos.

Além disso, há uma trilha na margem Ocidental que contorna as cachoeiras – o percurso dura cinco horas para uma pessoa a cavalo na chamada "*Estrada de Caracaraí*", que, todavia, fica submersa grande parte do ano. Afora isso, essa estrada tem pouca utilidade, e serve, quando muito, para transportes de pequenas mercadorias, ao passo que, para condução de cargas maiores, ela é por demais dispendiosa, extenuante e morosa, especialmente porque o gado precisa ser embarcado e descarregado várias vezes e, por isso mesmo, esse caminho é raramente utilizado. O Rio baixou significativamente nos últimos dias, como se podia verificar pelas marcas na vegetação ciliar e nas margens. Por isso, para grande angústia minha, o Comandante foi obrigado a desistir do resto da viagem Rio acima, já que não queria expor a "*Macuchy*", de grande calado, ao crítico trecho que estava por vir.

Nos próximos dias devem descer algumas lanchas menores do Alto Rio. A "*Obidense*" também ainda está aqui, ancorada num porto mais acima, esperando por bois. Este lugar é conhecido por ser um foco de malária, onde pululam os piuns, esses miseráveis sugadores diurnos, que, ao cair da noite, são substituídos pelos carapanãs [mosquitos maiores]. O tempo continua péssimo.

22 de junho de 1911 – Chegou a pequena lancha "*Yaricuna*", que estava ancorada nos arredores, partindo, logo em seguida, Rio acima, sob chuva torrencial, acompanhando o barco de Adolfo que levava os Macuxí, passageiros e carga. [...] O Rio continua baixando rapidamente, mas, com certeza, voltará a subir, já que ainda não estamos no período da estiagem. No final da tarde, os caçadores trouxeram um mutum e o coração e fígado de uma enorme anta, que, infelizmente, tiveram de abandonar na mata, pois se perderam com aquela chuva terrível.

A única alternativa que este lugar miserável proporciona é a caça. Durante horas, acompanhado de um jovem nativo, percorro savanas alagadas, que em plena floresta, esparramam-se para o Oeste por várias milhas. Esta região é povoada por inúmeras aves aquáticas, por garças e patos de várias espécies e por outras aves, novas para mim e características das savanas guianenses: curicacas pretas e brancas e elegantes téu-téus de belo desenho, que no encontro das asas possuem um osso pontudo, chamado de esporão. Mas raramente temos a oportunidade de atirar, já que não há como se camuflar [...]. A cada passo, espantávamos nuvens de mosquitos, que cobriam nossas roupas.

23 de junho de 1911 – Ao amanhecer fui despertado pelos sons da savana, fazendo-me lembrar do Mato Grosso, com sua flora e sua fauna tão

parecidas! Mas como é diferente a maneira como ouço e sinto hoje essa singular manifestação da vida selvagem. Naquela época, é verdade, eu olhava tudo fingindo possuir uma coragem interior, porém, eu estava, na verdade, aterrorizado. Hoje, porém, sinto-a como uma verdadeira epifania. Essa natureza exuberante tornou-se para mim tão íntima como uma velha amiga. Eu percebo quando ela fala comigo gentilmente, e não a temo mais, mesmo quando ela mostra seu lado mais hostil, porque a conheço bem e sei como arrostá-la.

24 de junho de 1911 – Chegam os bois destinados à “*Macuchy*”, e temos de abandonar o batelão. Toda a carga é descarregada e transferida para o barracão. A pequena cabana está cheia até o teto de mercadorias e de gente, porque ainda permanecem comigo uns trinta passageiros.

25 a 28 de junho de 1911 – Na manhã [25] seguinte, os 105 bois são embarcados: um grande evento! Do curral onde os bois estavam abrigados os marujos cavaram na margem uma vala íngreme e argilosa, que desce gradualmente até o nível da água protegida por altas cercas de ambos os lados. Os bois, em grupos de vinte, são conduzidos para baixo, onde os esperam homens robustos, que os prendem pelos chifres com uma corda curta e grossa. Então uma amarra de aço, com laço de corda, é colocada em volta dos chifres curvos, permitindo içar o pobre animal, que fica suspenso pelo pescoço durante alguns minutos entre o céu e a água sendo então baixado cuidadosamente pela escotilha até o porão e o convés ficarem totalmente lotados. Os animais são, então, amarrados uns junto aos outros, com suas cabeças chocando-se umas com as outras. Um cavalo de sela, que o Comandante comprou, também é içado com uma larga cilha até o convés, onde passa a conviver pacificamente com os bois. [...]

Permanecemos, em Caracaraí, até o dia 28 de junho. Em consequência da extrema umidade, desenvolveram-se verdadeiras culturas de bolor nos artefatos de couro; os utensílios de ferro, por sua vez, cobriram-se de grossa camada de ferrugem. A cabana em que os passageiros foram alojados ficou imunda, bem como seus hóspedes. A chuva penetrara através do precário telhado de folhas de palmeira, transformando o chão, em poças de fétido lodo. As noites são frias, os dias sem Sol e os mosquitos picavam-nos durante todo o dia e à noite. [...]

Eu estava prestes a seguir viagem num barco à remo, levando poucos pertences, para depois mandar buscar a bagagem principal, quando o Rio voltasse a subir, quando, de montante, veio a "*Bruxa*" uma pequena lancha para minimizar nossas aflições. É claro que o batelão em que nos alojamos é ainda menor do a "*Macuchy*", e à noite é "*acolhedor*", rede com rede, corpos com corpos, choro de crianças pequenas e de bebezinhos, conversa em voz alta dos passageiros... Estão todos bem-humorados, alegres com a possibilidade de seguir viagem. Um velho mulato serve a todos com um garrafão de vinho tinto. Minha caneca de alumínio passa de mão em mão. Como acompanhamento, um gramofone toca músicas alegres e assim continua noite adentro.

Tomar banho está fora de questão, ao escovar-se os dentes pela manhã, passa-se um pouco d'água no rosto e pronto! [...] Passamos sem dificuldades pelo Furo do Cujubim, que fica na margem Oriental assim como a baixa cadeia de montanhas de mesmo nome, - Serra do Castanhal. Os penedos, que embaraçam a navegação, agora na cheia, estão praticamente cobertos pelas águas. O piloto manobra com perícia o timão serpenteando magistralmente pela sinuosa corrente, passando muito próximo das rochas que se projetam na torrente espumante.

À montante do Braço fizemos uma breve parada. Este local é conhecido como "*Boca da Estrada*", balizado por uma cabana na mata, principal porto das lanchas. Avistamos outro batelão que trouxe bois, como se deduz pelas pegadas. Ao anoitecer, desaba forte borrasca, um aguaceiro frio varre o convés, tudo encharcando. A embarcação aderna sobre as altas ondas, e mal conseguimos descansar um pouco quando, em plena escuridão, colidimos com toda força contra um tronco de árvore submerso. O choque é enorme, e o caos se instala, todos correm e gritam e quando alguém diz que o batelão foi perfurado alguns pensam em pular n'água. Após duas horas de árduo trabalho ficamos livres de novo.

29 de junho de 1911 – Ao amanhecer passamos pela Foz do Mucajaí, grande afluente da margem direita, que parece correr paralelamente ao Catrimani e nascer na mesma região que este.

O Mucajaí é desconhecido em virtude de suas terríveis febres. No seu curso Médio existem poucas Aldeias, onde vive o resto da tribo dos Pauschiána ([5]) outrora importante, que, diz-se, também vivem no Catrimani: gente pacífica que na estiagem, desce até o Rio principal para barganhar, com os colonos, utensílios europeus por tartarugas e redes de dormir finamente elaboradas de fibras de palmeira [Mauritia flexuosa]. Fisicamente, os Pauschiána são muito diferentes das tribos vizinhas, com as quais mantém pouco contato. Muitos deles se caracterizam por ter um corpo esbelto e pelas feições delicadas, quase semíticas. Sua origem linguística ainda é muito incerta, tendo em vista que nunca foram estudados cientificamente ([6]).

---

[5] Também chamados de Pauischána.

[6] Segundo Richard Moritz Schomburgk, eles falam uma língua aparentada do Wapischána, pertencente à família Aruak.

Imagem 02 – Curral nas cercanias de São Marcos

O Mucajaí faz a divisa da região de densa floresta. A partir daí começam as savanas da Guiana, os Campos Gerais, como os chamam os brasileiros, que se estendem para além do Urariquera e para o Norte até o Roraima. Avançamos ao longo da bela Serra Araracuara, que se estende próxima da margem esquerda. Ela forma a falda Sudoeste do maciço de Carumá, de uns mil metros de altura, também chamada de Serra Grande, o símbolo do Alto Rio Branco. A montanha está revestida de uma espessa névoa e de suas encostas escarpadas cai água em quedas isoladas até o vale. Diz-se que em seu cume encontra-se um Lago com muitos peixes, fruto de acúmulo de água das chuvas e, realmente, é muito pouco provável que se encontre peixes nele.

À tarde, aportamos à margem esquerda, junto a algumas cabanas na savana, para nos aprovisionarmos de lenha. Os moradores, caboclos e mulatos, se vestiram como se fossem ir à igreja. O lugar é chamado Serra Pelada em virtude da Serra, que fica logo atrás, com seus cumes baixos e escalvados, de onde se origina o seu nome.

Justamente quando o café ia ser servido, precisamos seguir viagem. Logo depois, ancoramos no Porto de Boa Vista, sede do Município de Boa Vista do Rio Branco, onde enxergamos uma fileira de casinhas claras e agradáveis na alta e rochosa margem direita. Procuro pelo Cacique Inácio, mas não o encontro em nenhum lugar. Visito algumas famílias com nosso amável Comandante e verificamos que o clima político está muito carregado, percebe-se isso em todas as conversas. À noite, dois Padres beneditinos vêm a bordo, Thomas e Adalbert. O Padre Adalbert está muito feliz por encontrar um conterrâneo seu, e eu fico igualmente satisfeito ao ouvir os sons do dialeto suábio.

Ele é oriundo de Lörrach, Baden, mas há quinze anos que não volta à sua terra natal. Padre Thomas é inglês. Há pouco tempo, em viagem ao Pará, dois Padres morreram de febre, que provavelmente tinham contraído em Caracaraí. A sede da Missão é em Capela, à montante e além dela, eles têm uma nova Missão localizada bem no interior, entre os índios do alto Surumu. Às 22h00, vou com João Silva, nosso Comandante, ao baile na casa de Terêncio Antônio de Lima, um senhor de pele moreno-escura e muito afável.

É considerado um dos moradores mais influentes de Boa Vista. Um indiozinho vem nos buscar com uma lanterna, pois a iluminação das ruas de Boa Vista praticamente não existe. Os caminhos estão cobertos de mato alto, e, mesmo na Rua principal, perambulam bois e porcos, que chafurdam nas poças de lama e resmungam indignados quando a luz da lanterna os atinge. [...]

O tal baile não é nada original, danças europeias: valsa, mazurca, quadrilha, como na minha terra. As moças, algumas delas bonitas, de todos os matizes,

usando vestidos reformados bem ajustados ao corpo e outras trajando roupas um tanto fora de moda, todas em tons claros e leves e os homens vestem ternos escuros confeccionados em Manaus. A orquestra é formada de violão, flauta e uma vitrola, as bebidas: garrafas de cerveja, "*cerveja nacional*" vinda do Rio de Janeiro, e "*aluá*", um refresco feito de milho. O salão de dança é numa espécie de varanda, e os empregados índios ficam admirando, sobre a mureta de pau a pique, os dançarinos levantarem poeira. A visão mais amena é proporcionada por uma cadela que, no intervalo, se acomoda no salão para amamentar seu filhote. [...]

À 01h00, seguimos viagem. O Padre Thomas conseguiu um lugarzinho para colocar sua rede enquanto o Padre Adalbert dormiu sentado num banco. Passamos, às 09h00, por Capela, que também fica na margem direita e consiste de algumas casas e uma bem conservada capela branca, enquanto a de Boa Vista ameaça ruir. O acesso ao Porto é coberto de rochas. O Padre Thomas desembarca aqui.

Padre Adalbert segue conosco até São Marcos para me apresentar ao administrador, grande amigo e benfeitor dos missionários. Meia hora depois lá chegamos. José Ricardo França das Neves vem a bordo e graças às recomendações que trouxe, fui recebido com a maior amabilidade possível e minha bagagem foi desembarcada e carregada pelos índios até a grande varanda da casa onde ficarei alojado.

A lancha prossegue viagem Rio acima com o restante dos passageiros. O Padre Adalbert retornará em breve à Capela em um barco a remo. São Marcos tem uma posição dominante na alta e rochosa margem esquerda do Urariquera. Logo abaixo desemboca o Tacutu, que, em seu curso médio e superior, faz a divisa com a Guiana Inglesa.

Embora alguns creiam que o Urariquera e o Tacutu, afluentes do Rio Branco, tenham suas origens na mesma fonte, na realidade, o Urariquera tem um maior volume d'água e um curso muito mais longo do que o Tacutu, além dos índios chamarem o Rio Urariquera, até sua desembocadura no Rio Negro, de Parima ou Parime ([7]). Eles, em conversa com os brancos, o chamam hoje de Urariquera ou Arariquera um nome que antes lhes era totalmente desconhecido e que fazer parte de todos os mapas atuais.

A vista do alto de São Marcos é magnífica. Avistam-se ao longe, à jusante, os cumes azulados de Carumá, Araracuara, Malaguacheta, Pelada e outras serras do Alto Rio Branco. Há sempre uma brisa fresca, que impede o surgimento de doenças; aliás, todo o Alto Rio é bastante saudável, ao contrário do Baixo e Médio Rio Branco onde é notório o foco de febre de Caracaraí.

CAPÍTULO II

Em São Marcos

São Marcos é a peça fundamental das Fazendas Nacionais, colossais fazendas de gado do governo brasileiro cuja extensão total é estimada em torno de 35 mil km². São, na verdade, três fazendas, São Bento, ao Sul e Oeste, São José, a Leste, e São Marcos, ao Norte. Destas, porém, somente a última, com uma superfície de cerca de 8 mil km², ainda está em funcionamento. Ela é delimitada, ao Sul, pelo Urariquera e pelo Tacutu, a Leste, pelo Rio Cotingo, ao Norte, pelo Rio Surumu e a Oeste, pelo Rio Parimé.

[7] Provavelmente "*água grande*". A designação "*paru*", "*palu*", encontra-se em muitos nomes de Riachos nas línguas das tribos de lá, Macuxí e Taulipáng, entre outras.

Nas últimas décadas, estabeleceram-se nessas imensas propriedades do Estado um grande número de criadores de gado que se apossaram ilegalmente das terras e colocaram suas marcas no gado selvagem que encontraram por lá. Segundo informação de seu administrador, encontram-se na Fazenda São Marcos cerca de 18 mil a 20 mil cabeças de gado, no entanto, apenas cerca de 5 mil pertencem realmente ao Estado. As demais carregam a marca do falecido latifundiário e capitalista Sebastião José Diniz, do Pará, cujos herdeiros movem há anos um processo contra o Estado. O governo brasileiro poderia desapropriar legalmente todos esses arrogantes fazendeiros quando bem entendesse, se tivesse poder para tanto nesses territórios longínquos e não temesse desencadear uma revolução. [...]

Os vaqueiros são, na sua maioria, índios de tribos das redondezas, Macuxí e Wapischána, entre outras, e é admirável a rapidez com que eles aprendem a lidar com o cavalo e o laço. Alguns dos empregados indígenas têm nomes "*cristãos*" bem singulares. Neves tem o costume, aliás bastante prático, de batizá-los com o nome de homens afamados, em vez de fazer uso de nomes portugueses como Pedro, Antônio, José etc. que são muito comuns e provocam enorme confusão. Encontramos, todavia, por aqui, um "*Lamartine*" ([8]), um "*Chateaubriand*" ([9]), um "*Cleveland*" ([10]); um gordo Macuxí que se chama "*Caruso*" ([11]), e, é engraçadíssimo, identificar um jovem Wapischána atende pelo nome de "*August Bebel*" ([12]).

---

[8] Alphonse Marie Louis de Prat de Lamartine: escritor, poeta e político francês.

[9] François René Auguste de Chateaubrian: escritor e diplomata francês.

[10] Cleveland: cidade dos Estados Unidos, do estado do Ohio.

[11] Enrico Caruso: tenor italiano, considerado, por Luciano Pavarotti, como o maior intérprete da música erudita de todos os tempos.

[12] August Ferdinand Bebel: foi um social democrata alemão.

Neves é conhecido em todo o Rio Branco por sua generosa hospitalidade, e muitos se aproveitam disso. Ele demonstra grande interesse para com minha expedição e meus estudos e está sempre pronto a patrociná-los. George Hübner, que o visitou várias vezes, e o botânico Ernst Ule, que fez coletas no Rio Branco em 1908, também podem testemunhar disso ([13]). Neves mereceria receber legitimamente, o título de "*Cônsul dos Estrangeiros*", que lhe conferi certa vez, de brincadeira. Em nenhum outro lugar eu poderia estar em melhores mãos. São Marcos, localizada na fronteira do território indígena, é muito conveniente como base de apoio para Expedições ao interior, e Neves exerce ampla influência sobre os colonos e os índios que são mais numerosos.

A comida é irrepreensível, muito boa e farta, Dona "*Teta*", mulher do baiano Neves, uma branca de Manaus cozinha muitíssimo bem, um verdadeiro "*jardim das delícias*". Neves quer me cevar, como ele mesmo diz, para que eu possa suportar melhor as grandes dificuldades da viagem que farei ao Oeste distante. Satisfiz um desejo muito especial, de que sentia falta já há algum tempo, que é o de beber de manhã cedo o leite espumante "*fresquinho da vaca*", que um dos vaqueiros indígenas ordenhara numa grande cabaça.

Há também um cuidado especial com o asseio, não é necessário encarar um caminho longo e árduo até o Porto, através de uma passarela, para ter acesso à água, porque atrás da casa foi construído, no estilo das ocas indígenas, um espaçoso banheiro, onde em um grande barril há sempre água fresca. Numerosos e variados são os animais domésticos, pavões, perus, galinhas comuns e galinhas d'angola, patos,

---

[13] Infelizmente meu querido amigo Ule, um dos maiores conhecedores da flora sul-americana, faleceu subitamente em 1915. (Koch-Grünberg)

cabras e bodes, ovelhas e carneiros, jovens e velhos cães de diversas raças, gatos – o dono da casa não os suporta, para alegria dos inúmeros roedores, porcos, cavalos, bois, vacas, bezerros, vitelos e muitos abutres, que são muito úteis porque aliados aos porcos, cuidam da "*limpeza*" – esses animais convivem pacificamente e ocasionalmente adentram nas salas de estar.

Até as cobras venenosas, pequenas jararacas que existem em grande número nos arredores, são praticamente inofensivas pois são lentas demais. Certa manhã, dona Teta encontrou um desses bichinhos em sua cesta de costura, onde ela tinha arranjado um ninho quentinho. Na noite seguinte, quando entrei com o Neves no meu quarto, para revelar algumas chapas fotográficas, o meu anfitrião gritou:

– Cuidado, Doutor cobra!

Uma pequena jararaca serpenteia, pelo chão, bem próxima de mim, procurando um abrigo seguro contra a chuva, e, por isso mesmo, não podemos condená-la, mas uma chicotada acaba com ela. À noite, as cobras costumam caçar roedores no telhado. Podemos ouvi-las rastejando pelas folhas de palmeira do telhado e, em seguida, se escuta o assobio desesperado de sua presa. Mas a gente acaba se acostumando com isso e só é desagradável quando um desses predadores noturnos cai em nossa rede de dormir, como aconteceu, em uma oportunidade, com meu companheiro Schmidt. [...] Esta é a situação idílica de São Marcos. O reverso da medalha, como tantas vezes ocorre, é a questão política. A tensão está claramente no auge, como se nos encontrássemos em um acampamento militar. Parece, porém, que Neves têm a situação sob controle da, ele envia, constantemente, mensageiros, e observadores e recebe relatórios diários.

Na varanda, até altas horas, ecoam discussões inflamadas, todas elas tratando de um só nome – Bento Brasil. Conheci aqui um homem que supera todos esses políticos, José Gouvêa, um homem destemido, simpático na aparência e no caráter, a espinha dorsal de toda a "*indignação*", como se denomina em Manaus, essa revolta contra as arbitrariedades das autoridades.

São Marcos é uma espécie de local de concentração para os índios das cercanias. "*Nevi*", como eles chamam o administrador, trata-os bem e é muito conhecido e popular entre eles. Os índios vêm, às vezes, em pequenos grupos de homens, mulheres e crianças, para trocar alguns artigos europeus, em especial o sal, por farinha de mandioca, milho e frutas. Muitos vestem roupas velhas e um velho Macuxí, que não fala português, e parece um chefe Sioux, vestiu-se, em sua opinião, de modo particularmente elegante.

Sobre o corpo magro e pintado ele veste um colete branco e um paletó preto e comprido cujas abas balançam em torno das pernas nuas. Neves me apresenta como "*inglês*", porque os nativos já conheceram alguns ingleses e alguns até entendem um pouco do inglês. Passam a tarde toda perambulando pela varanda e olhando curiosos tudo que faço. Na sua maioria, gente do Cacique Geral Ildefonso, entre eles Julião, tio do Cacique, um velho conhecido meu, que conheci, em 1905, em Manaus, qundo iniciei meus estudos da língua Macuxí.

Naquela oportunidade, Neves os levara para apresentá-los ao Governador. Julião está muito alegre em me rever. A casa está lotada de índios, o ambiente está muito alegre e a aguardente cumpre um papel muito importante nisso. Em seu pequeno quarto, balançando os joelhos, Neves dança com eles a "*parischerá"*, a principal dança Macuxí. [...]

À noite, peço que Maria, irmã de Ildefonso que tem o rosto e os braços tatuados e é muitíssimo parecida com ele, e à sua bonita sobrinha Carmelita que cantem no fonógrafo melodias de suas danças típicas e as canções que as mulheres entoam quando ralam a mandioca. Envergonhadas, e depois de uma breve hesitação, elas atendem com desenvoltura aos meus pedidos. Ao reproduzir as gravações de seus cantos recebo calorosos aplausos dos nativos que a tudo assistiam muito atentos.

Neves se encarrega de proporcionar todo o tipo de diversão, organizando, inclusive, uma corrida de cava com seus vaqueiros indígenas. É um espetáculo formidável quando os cavaleiros surgem ao longe, na planura da savana, quase invisíveis, como pontinhos, que vão crescendo rapidamente de tamanho e, à rédea solta, os pés descalços no estribo, vêm a galope para, bem perto de nós, estancar abruptamente os cavalos, que chegam bufando.

CAPÍTULO III

As Savanas de Chiquiba e as Primeiras Serras

Logo eu conseguiria dar andamento ao meu plano de, partindo de São Marcos, visitar os índios no Norte.

No dia 9 de julho, Padre Adalbert veio com alguns índios e me convidou a acompanhá-lo, partindo do Parimé, caminharemos rumo Norte até o Surumu, levando somente a bagagem necessária. Por alguns dias, talvez tenhamos de andar a vau pela água, já que grande parte das savanas ainda está alagada. Suando muito, passo todo o dia empacotando e se-

cando minhas tralhas, pois, grande parte da bagagem está molhada em razão das chuvas diárias, que vêm sempre de Leste e varrem a varanda aberta. Padre Adalbert trouxe alguns índios. Um deles, um amável rapaz fluente no português o suficiente para me servir de intérprete, irá me acompanhar a partir de agora. Como tantos outros, ele se chama João. Nós o chamamos pelo nome mais sonoro dado por seu pai, Pirokaí. [...]

À meia-noite, chega a lancha "*Perseverança*" rebocando um batelão. Ela também leva nove peças de minha bagagem de reserva, que vou deixar na Aldeia de Aparecida, Urariquera acima, para a viagem posterior. Eu tinha conhecido em Manaus o dono da Fazenda Aparecida, um teuto-brasileiro chamado Jakob Bamberg. Dez soldados da polícia chegaram à Boa Vista. Bento Brasil mandou que viessem de Manaus para prender o odiado Gouvêa e outros opositores.

Por isso, Gouvêa viaja conosco, armado até os dentes com uma Winchester e uma cartucheira. Deixou sua mulher na casa de Terêncio, em Boa Vista. Ele diz que está viajando sigilosamente. Sua "*bagagem principal*", uma grande sacola, pesada como chumbo cheia de cartuchos de Winchester.

– Agora o bicho vai pegar!

Partimos às 09h00 [10 de julho]. O Urariquera ainda é muito largo aqui, em alguns pontos chega a medir um quilômetro ou mais. Passamos toda a tarde ancorados em "*Passarão*", um pequeno povoado de paraibanos assentados pelo Governo. Nas cabanas miseráveis há uma quantidade incrível de sujeira. [...] Vivem do cultivo da mandioca, cana-de-açúcar, bananas etc., que cultivam como os indígenas. Desembarcamos mercadorias e embarcamos lenha.

Imagem 03 – Inscrições nas Rochas

Padre Adalbert batizou algumas crianças e ao cair da noite, seguimos viagem e, de manhã cedo, entramos no Parimé, que deságua por vários braços, pela margem esquerda, do Urariquera. Na escuridão, erramos a Foz principal e quase encalhamos num Braço estreito, de modo que, sob muitas execrações da tripulação, tivemos de voltar. O nome Parimé para esse pequeno Rio, que nasce no N.O., na encosta Sul da Serra Uraucaíma ou Ucaraima, é provavelmente apenas um engano nos antigos e modernos mapas portugueses. Seu verdadeiro nome indígena é Maruá. [...]

Passamos, sucessivamente, por 5 grandes cabanas indígenas na margem direita. Muitos Wapischána nus correm pela savana e entram nas cabanas saindo delas vestidos. Os Wapischána são uma tribo Aruak

de língua estranha, vivem em grupos dispersos ao Norte e ao Sul do Baixo Urariquera. Concentram-se, principalmente, no Parimé e no Amajarí, um afluente que desemboca mais a Oeste Urariquera acima; além disso, vivem também no Cauamé, um afluente da margem direita do Alto Rio Branco, que corre paralelamente ao Urariquera e desemboca pouco acima de Boa Vista.

Um ramo da tribo, de língua dialetalmente ([14]) diversa, vive junto dos Atorai, seus parentes próximos, a Leste do Alto Rio Branco, além do Tacutu, chegando até o interior da Guiana Inglesa. Antigamente eram a tribo mais poderosa de toda a região; hoje eles diminuíram em número e estão se degenerando e desmoralizando sob a servidão dos brancos. Os Wapischána do Parimé gozam, notadamente, de má fama em vista de suas fraudes.

Por volta das 08h00, chegamos ao nosso destino, o posto Chiquiba, uma cabana limpa à beira de uma Lagoa rasa, em frente à Foz do pequeno afluente, da margem esquerda, de mesmo nome. É aqui que vive Marcos José Pereira de Brito, o administrador da metade Ocidental da grande Fazenda Vitória Flechal, que se estende do Cotingo até o Parimé e compreende um território de mais de 4 mil km^2, portanto mais da metade de toda a Fazenda Nacional de São Marcos

Flechal pertence à Dona Vitória Diniz de Faria, mãe do falecido capitalista e excêntrico Sebastião Diniz. O processo dos herdeiros contra o Estado, que tratava de 20 mil cabeças de gado, durou quatro anos e, por fim foi ganho pelos herdeiros. Pelo menos, é isso o que afirma Brito, um dos herdeiros. Neves é de outra opinião. Como sempre, os gastos com advogados foram enormes.

---

[14] Dialetalmente: expressado em dialeto.

Para provar os direitos dos herdeiros os advogados publicaram um volumoso livro com mapas muito ruins. Pobre Brito! Nove meses por ano ele permanece aqui em Chiquiba levando uma existência muito enfadonha, ele tem saudades do Pará, onde possui um bonito sítio no qual deixou sua família. Não que ele leve a sério demais seu forçado celibato. Algumas jovens morenas Wapischána estão sempre dispostas a consolar o solitário fazendeiro por uma módica taxa. Pobre Brito! Nove meses por ano ele sonha por prazeres mais civilizados, que só o Pará pode oferecer tão generosamente. Na manhã seguinte iniciamos a marcha. O Padre Adalbert e eu carregamos pesadas mochilas. Pirokaí, os dois índios do Padre e Melo, um mestiço de "*Passarão*" que trabalha na lavoura da Missão no Surumu, teceram jamaxis e, com esforço, arrastam o fonógrafo, uma pequena mala de ferro e uma pesada bolsa de couro repleta de chapas fotográficas, cilindros de fonogramas e diversos tipos de artigos para troca.

Um deles ainda amarrou todos os utensílios de cozinha em seu cesto cargueiro e está parecendo um vendedor de ratoeiras. Uma parte da bagagem ficou em Chiquiba onde mandaremos buscá-la mais tarde.

Inúmeros cupinzeiros pontiagudos, duas vezes mais altos que um homem ou até mesmo mais altos que isso, estão espalhados pela savana Pode-se pensar, e algum etnólogo de gabinete talvez ainda chegue a essa conclusão, que os índios copiaram a forma de suas casas dessas pequenas e engenhosas moradias, tão similares que são entre si. [...]

Na cheia, o gado e as animais selvagens refugiam-se nas partes mais elevadas. Em alguns pontos isolados mais baixos, também na estiagem, restam bolsões de água semelhantes a Lagoas, aos quais os animais acorrem vindos de longe.

Além disso, salinas naturais, ou seja, lugares de terra salobra, caracterizados pela completa falta de vegetação, atraem os animais. Os índios extraem daí o seu sal ao passar essa terra com água por uma peneira fina, deixando, depois, a água evaporar.

Em 13 de julho, acampamos às margens de um Riacho de águas rápidas e piscoso – tucunaré, matrinchã, traíra. O melhor dos peixes desta região, é o tucunaré, que, na aparência, no sabor e hábitos assemelha-se à nossa truta. O matrinchã, peixe de escamas, não fica atrás do tucunaré em sabor, só que é mais gordo do que este. A traíra é o peixe mais comum das savanas, mas difícil de ser consumido, pois suas, tem muitas espinhas que impedem que apreciemos com prazer sua saborosa carne.

Peixe fresco é um alívio, depois de termos passado vários dias à base de charque. Como se não bastasse, Pirokaí caçou uma curicaca grande e uma outra ave aquática negra, cuja órbita ocular e o bico brilham com uma bela coloração alaranjada. Os Macuxí a chamam de tarrã ([15]) por causa de seu grito. Infelizmente, temos de nos arrumar sem sal nem pimenta. Já que o pessoal esqueceu os temperos em Chiquiba.

Padre Adalbert não se sente bem. Por isso, decidimos pernoitar aqui e, amanhã cedo, enviar adiante dois homens para trazer gente de uma casa Wapischána distante daqui um dia de viagem, ou voltar depressa sem bagagem. Às 3 horas da madrugada, Pirokaí e um outro índio partem à luz do luar e, às 07h00, nós os seguimos. A marcha segue horas a fio por planícies secas, depois novamente por um pântano profundo.

---

[15] Tarrã ou trombeteiro (Cercibis oxycerca): ave pelicaniforme, campestre, da família dos tresquiornitídeos, nativa das regiões da Venezuela, Guiana, Colômbia e Brasil. (Hiram Reis)

Logo depois do meio-dia passamos pela primeira elevação baixa e rochosa, um sinal de que estamos nos aproximando da região serrana, que, aos poucos, se descortina à nossa frente num magnífico e vasto panorama. A Sudoeste avistamos a Serra Tarámi e outras serras do Urariquera; a Oeste, a Serra Uanáru, um pouco à nossa frente: a Noroeste, a Serra da Aruaná e, atrás dela, avançando como bastidores, a Serra do Panelão, a Serra do Banco e a Serra do Mel, nosso destino temporário. Longe, ao Norte, eleva-se a alta Serra Mairari, a qual se estende ininterruptamente em direção Sudeste, unem-se as numerosas serras do Surumu e do Tacutu. Acampamos à beira do Lago da Anta, uma Lagoa grande de água clara e fresca, que não seca nem no verão. [...]

De manhã cedo seguimos viagem. A Lagoa está animada por um grande rebanho de gado e inúmeras aves aquáticas. [...] Atravessamos a vau o Lago da Anta e, logo a seguir, o Lago de Aruaná. Duas pessoas vêm ao nosso encontro, esses dois emissários, embora sozinhos, carregam nossas mochilas, e, graças a isso, podemos agora acelerar o passo com mais liberdade.

O caminho serpenteia por entre os cumes baixos, situados a Oeste e a Leste, que compõem a Serra de Aruaná, e segue, então, ao longo de um Riacho cercado de altas miritis, até uma pequena povoação Wapischána, que alcançamos por volta das 13h00. É uma casa de frontão baixa, semicircular, e a seu lado há uma barraca aberta, sob a qual encontramos abrigo. Um senhor idoso e magro nos recebe amavelmente. É o pai de Joaquim, o primeiro vaqueiro de Brito em Chiquiba. Algumas damas seminuas, com traços tatuados no queixo, velhas e jovens, também aparecem em fila indiana e nos estendem desajeitadamente à mão.

Servem-nos carne de boi assada nadando em picante molho de pimenta. Vem acompanhada de beiju fresco e bananas e, por fim, uma grande cuia com caxirí de milho, avermelhado e espumante. Conheço, de minhas viagens anteriores, esse refresco indígena e seu preparo meio duvidoso para os padrões europeus. Os grãos de milho cozidos são mastigados pelas mulheres para que a massa fermente mais depressa. Mas isso não estraga meu prazer. Quando os índios não têm outra caça, atiram num boi, e os fazendeiros ficam furiosos com isso. Foram os latifundiários que se apossaram ilegalmente das suas terras e região de caça. [...]

À tarde, vem, por pouco tempo, muitos visitantes pintados, índios Wapischána e Macuxí de uma casa nas proximidades, onde se realiza um baile. Infelizmente, os homens vestem farrapos europeus, as crianças estão nuas, mas as moças usam tangas de miçangas com belos padrões.

Melo não conseguiu resistir, e sem a devida permissão, foi com sua carga à festa, antes de nós. Em troca de miçangas e pequenos espelhos, comprei dos moradores da casa alguns objetos etnográficos – encantadores trançados, de que os Wapischána são mestres, e um bastidor simples com uma tanga de miçangas inacabada, na qual a avó estava trabalhando. Ela não consegue entender meu interesse por um trabalho ainda inacabado e me examina com um olhar indagador, certamente ela acha que sou louco. [...]

Quantas vezes me deparei, com esse olhar! Agora estou novamente no genuíno ambiente doméstico indígena, com seu típico cheiro meio ácido de mandioca fermentada, de caxirí, pimenta e muitas outras coisas, com sua desordem de cestos, potes e instrumentos variados, com seus numerosos xerim-

babos [animais domésticos] que, a princípio, são tímidos, mas logo se tornam tão íntimos quanto seus donos e donas, e tenho de admitir, sinto-me muito melhor neste ambiente selvagem do que na caricata civilização que há pouco deixei.

Na manhã seguinte vêm algumas moças Macuxí muito bonitas, seminuas, com o rosto pintado com riscos pretos e usando no tronco grossos colares de contas. Dizem que os homens que empregamos ontem como carregadores estão embriagados e as enviaram para substituí-los. Isso é típico dos índios!

Caminhamos por terreno ondulado, entre rochas de granito altas e arredondadas, cobertas com diversos desenhos frescos riscados na rocha, representando pessoas, quadrúpedes, pássaros e um batelão.

Às 8 horas chegamos a uma casa Wapischána redonda com teto cônico sobre uma parede baixa de pau-a-pique. Há muita gente nua aqui. Estão dançando a "*parischerá*", ou parischára, como os Wapischána dizem, em semicírculo. Em compasso quaternário, balançando os joelhos e batendo com o pé direito no chão, homens, mulheres e crianças andam em círculo sob monótono canto. A festa está terminando e a maioria dos homens está por demais embriagada.

Alguns homens velhos roncam em suas redes na penumbra da cabana, um quadro bastante decadente. Oferecem-nos um forte caxirí de mandioca, chamado Payuä, mal coado, tenho a sensação de estar engolindo brita fina. Contrato um jovem Wapischána, chamado Manduca, que ainda está cambaleando sob o efeito do álcool. Melo também está com uma forte ressaca, segundo a descrição de nossas belas carregadoras substitutas, ele dançou, cantou e bebeu a noite toda e também vomitou. [...]

Logo depois das 10 horas prosseguimos viagem, passando novamente por grandes rochas arredondadas com pinturas rupestres: veado, cavalo, cachorro, tartaruga e outros animais, além de alguns desenhos primitivos de seres humanos, similares aos antigos petróglifos. A área dos corpos, em parte, são ásperas, semelhante a algumas pinturas rupestres dos bosquímanos do Sul da África. Pirokaí faz uma demonstração de como os desenhos são feitos com uma pedra afiada. Dizem que no alto Parimé se encontra a chamada "*Pedra Pintada*", uma rocha gigantesca coberta de desenhos semelhantes.

Sigo à retaguarda, meus pés estavam muito machucados, minha atenciosa guia é uma encantadora menina Wapischána de uns 5 anos de idade, de olhos grandes e inteligentes. Chegamos a duas alongadas cabanas perdidas na extensa savana. Só a vovó doente está em casa, e deitada em sua rede se queixa de sua dor em Wapischána. Após uma exaustiva marcha, chegamos às 13h00 a duas cabanas redondas Macuxí, no sopé da Serra do Banco.

É o lar de nossas carregadoras, mas seus parentes estão na festa, e elas seguem viagem conosco. O caminho segue íngreme pelos contrafortes Ocidentais da Serra, a linha de cumeada entre o Parimé e o Sumuru. A mata escassa que cobre as encostas é interrompida em alguns pontos por plantações de mandioca, cultivadas com extrema dificuldade entre as rochas altas. É a única maneira de os índios dos arredores conseguirem seu sustento, já que nada cresce na savana. A trilha é arriscada, as rochas estão tão próximas umas das outras que as carregadores passam com certa dificuldade. Mesmo assim, as moças vão sempre à frente, é inacreditável que mocinhas esbeltas e de membros tão delicados consigam carregar cargas tão pesadas.

A partir da cumeada da Serra tem-se uma vista magnífica do extenso vale do Sumuru, até a Serra do Mel, próxima daqui, e da alta Serra Mairari, que faz divisa ao Norte. Pirokaí conta a lenda da Serra do Banco dizendo que em tempos antigos havia um grande banco no seu topo, mas Macunaíma, o herói da tribo, tirou o assento e o levou para uma Serra vizinha mais baixa, onde ainda se pode vê-lo na forma de um rochedo grande e plano.

Os quatro pés do banco lá permanecem como quatro altivos pilares de pedra, em uma Praça no alto da Serra do Banco, ou "*Muréi-tepö*", que deve a ele seu nome, pois muréi quer dizer, em Macuxí, banco baixo feito de um só pedaço de madeira. Descemos ao vale até uma Aldeia Macuxí, cujas cabanas redondas estão pitorescamente dispersas na savana. À parte, vê-se um curral com gado. É a residência do chefe Manuel, um irmão mais jovem do Cacique Geral Ildefonso.

Atualmente, só duas famílias permanecem por aqui. Manuel encontra-se na grande Aldeia ao pé da Serra do Mel. Seu cunhado Hermíno, um homem bonito, esbelto e alto, como a maioria dos Macuxí desta área, faz as honras da casa. Conta-nos histórias ruins sobre Ildefonso. Como outros de sua etnia, ele se corrompeu completamente em razão do longo contato com os brancos permitindo que eles o usem para todo o tipo de infâmia.

Diz que quase toda sua gente o abandonou e que agora Ildefonso se vendeu para Bento Brasil com o objetivo de arranjar-lhe trabalhadores para os serin-gais insalubres no Anauá: e, já que ninguém o acom-panha de espontânea vontade ele os ameaça dizendo que Bento virá com soldados e os levará à força. Ildefonso recebe dez mil-réis por cabeça. É o mais puro comércio de escravos!

Um Jovem indígena parte à noite, à luz do luar, para buscar Manuel. Dormimos numa das cabanas abertas, atacados por inúmeros mosquitos grandes e, especialmente, os minúsculos maruins, que passam até pela malha estreita dos mosquiteiros, perturbando o nosso sono. Nossos jovens, porém, se recolheram para uma casa fechada e abafada, onde não ficam tão expostos aos ataques dos pequenos sugadores. Apesar da cansativa marcha, eles estão bem dispostos e tagarelam e riem até tarde da noite.

De manhã cedo chega o chefe Manuel, cujo nome nativo é Pitá, um tipo magnífico, de porte alto, esbelto e imponente, semelhante a um índio norte-americano, célere e muito correto no falar. Traz consigo uma longa fila de gente nua, na maioria índios Taulipáng das serras no Norte. A única vestimenta dos homens é uma longa faixa de chita azul, as vezes vermelha, presa, na frente e atrás, sob o cinto de cordões, pendendo um pouco na parte de trás e mais solta na frente e a extremidade é enrolada em torno do pescoço pelos homens mais jovens ou é jogada displicentemente sobre o ombro. Nos lóbulos furados das orelhas eles usam pequenas cânulas das quais pendem plaquetas de prata em forma de meia-lua presas por um cordãozinho de miçangas.

A maioria deles tem o lábio inferior perfurado onde é inserida uma fina cânula de taquara com a ponta voltada para fora. Também o septo nasal de alguns deles, é furado e enfeitado com um pedacinho de taquara. Quase todos, para celebrar a visita, têm o rosto pintado de vermelho e preto, e as mulheres, além da tatuagem tribal, exibem pontos, traços e padrões em forma de anzol na região da boca. Alguns jovens têm compleição mais robusta, distinguindo-se, assim, dos Macuxí, na maioria das vezes magros, e, especialmente, dos Wapischána, com suas características mais finas, quase europeias.

CAPÍTULO IV

Com o Chefe Pitá em Koimélemong

Às 10 horas, iniciamos a caminhada dando gritos eufóricos. A savana possui uma vegetação atrofiada ([16]) e grandes grupos de rochas. Para a direita serpenteia um Riacho em leito lamacento, que temos de atravessar, várias vezes, a vau, imersos até o peito – a primeira água para o Surumu.

Deixamos o vale pantanoso e começamos a subir progressivamente, a trilha está coberta de cascalhos pontiagudos, uma verdadeira tortura para meus pés machucados. Os índios, quando chegam a um trecho como este, calçam suas sandálias feitas das extremidades inferiores e largas do pecíolo da palmeira Mauritia ([17]), e, as vezes, de couro de cervo ou de anta.

Depois de duas horas de caminhada, chegamos à extremidade Oriental da Serra do Mel, que se estende de Sudeste a Noroeste. Abandonamos, então, a direção Norte e voltamo-nos para o Oeste, com a Serra à nossa esquerda, e descemos até o vale, onde, numa savana ampla, estendem-se as cabanas marrons da Aldeia Koimélemong. Colocamo-nos ordenadamente em uma longa fila: o chefe, à frente, depois, os carregadores e carregadoras, por fim, o Padre e eu. Os nativos dão gritos de alegria. Pitá sopra minha buzina, que pediu emprestada, e emite um som estridente. Chegamos em um ritmo acelerado à Aldeia, onde nos preparam uma calorosa acolhida.

---

[16] Lixeira (Curatella americana): Caimbé ou sambaíba.
[17] Mauritia flexuosa: Buriti ou miriti.

À entrada da Aldeia somos esperados por meia dúzia de "*damas de honra*", lindas moças morenas em trajes simples, mas de bom gosto, tangas de miçangas tecidas com bonitos padrões antigos, de cujos cantos inferiores pendem longos cordões de algodão.

Os cabelos compridos e ondulados, pretos e brilhantes, estão cingidos por uma testeira nas quais foram colocadas flores amarelas. O peito, braços e pernas estão inteiramente adornados com cordões de miçangas azuis e brancas e sementes marrons.

Passamos, então, por uma fila interminável de homens, mulheres e crianças, até a entrada da cabana construída pelos missionários para sua permanência temporária. Estendemos a mão a todos, até a uma criancinha nos braços da mãe. Poucos estão vestidos, a maioria se apresenta nua, criaturas lindas e esbeltas e, na sua maioria, exibindo curiosas pinturas.

Ajuntam-se ao redor do Padre Adalbert, algumas crianças e jovens, algumas das quais já passaram um curto período na Missão. Eles rezam o "*Pai Nosso*", cantam alguns hinos religiosos e canções de Natal, em Macuxí. Fico emocionado ao ouvir, as belas e antigas melodias cantadas pelas vozes das crianças: Stille Nacht, heilige Nacht [Noite feliz], Am Weihnachtsbaum die Lichter brennen [As luzes brilham na árvore de Natal], cercado por nativos desnudos.

Meus pensamentos vagam para longe. O chefe me apresenta solenemente a umas quatrocentas pessoas. Conta-lhes quem sou, o que pretendo, que tenho viajado com índios por muitos anos etc., etc. O chefe também cuida da nossa alimentação e demais necessidades.

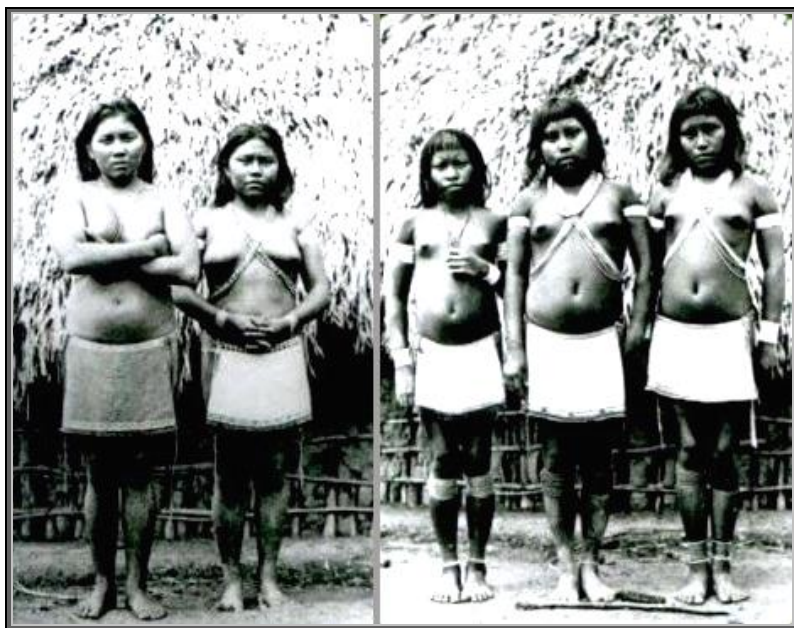



Imagem 04 – Jovens Wapischána (esq.) e Taulipáng (direita)

Servem-nos um almoço excelente: carne de galinha e de veado cozida com molho de pimenta, caldo de cana cozido com farinha [de mandioca] como "*Sobremesa*", e, por fim, caxirí. Um couro de boi esticado no chão serve de mesa, ao redor da qual nos sentamos. Após o jantar, Pitá apresenta ao povo os tipos indígenas do Uaupés e Japurá que me acompanharam. [...]

O chefe está sentado num banquinho à entrada da cabana, o couro de boi à sua frente, a seu lado, de pé, seu cunhado e os espectadores formam um semicírculo. Pitá solicita que eu lhe fale sobre cada foto: qual é a tribo, se é um chefe ou xamã, tipos de adornos etc. Depois ele traduz para o Macuxí: a seguir, seu cunhado pega a foto e a mostra a todos, repetindo novamente a explicação em voz alta. As fotos, então, são colocadas em ordem sobre o couro de boi e algumas são passadas novamente de mão em mão.

Tudo transcorre na maior ordem e tranquilidade, sem cotoveladas, nem empurra-empurra, briga ou gritaria. O chefe dá suas ordens em voz alta, e as pessoas obedecem sem pestanejar. Observo que o nativo raramente pega uma fotografia na posição correta, mas sim de cabeça para baixo, ou de lado. Ao pôr-do-Sol o Padre reúne mais uma vez seus "*fieis*", que o chefe convoca com a buzina que eu dei de presente, já que se afeiçoara tanto a ela.

Pode-se pensar o que se quiser das Missões – falo do ponto de vista puramente humano –, mas esta Missão traz enormes benefícios, ela protege os pobres índios dos ataques dos brancos e dificulta, mesmo que por um curto período de tempo, que eles se transformem em bêbados degenerados, acometidos das doenças da civilização.

Do ponto de vista cristão, apesar dos hinos e das orações, com certeza eles ainda se encontram no mais profundo paganismo e repetem tudo sem refletir sobre o que estão dizendo. Mas será que, por isso são moralmente inferiores à maioria de nós? Se não nos encontrássemos neste interior semisselvagem, a Missão poderia trabalhar com maiores recursos e criar escolas: então seria possível realizar uma obra duradoura. Mas aqui, o homem branco pensa que civilizar é dar ao índio alguns trapos, ensiná-lo a beber aguardente e a praguejar, ao mesmo tempo que o explora irresponsavelmente em proveito próprio, neste melancólico lugar. No Amazonas, em geral, e o Rio Branco em particular, qualquer esforço sincero resultará em um fenômeno passageiro, um esforço em vão!

No meio da população indígena morena, bronzeada pelo Sol quente da savana, notei um índio quase branco, amarelo-claro de bochechas rosadas, bem mais claro do que a maioria dos europeus do Sul.

Imagem 05 – Jovens Macuxí

Pensei, primeiro, tratar-se de um branco. É um Majonggóng do Oeste distante, região do Alto Orenoco. Veio, há algum tempo, com seu pai para cá, trabalhou para um branco, casou-se com uma Macuxí e radicou-se por aqui, embora o pai tenha retornado para a terra natal. Diz-se que toda a tribo dos Majonggóng é branca assim, o que, em geral, é confirmado por seus parentes próximos no alto Orenoco, lá chamados de Makiritáre. Os Majonggóng são os comerciantes mais ativos da região. Quase todos os anos viajam à Guiana Inglesa para trocar artigos europeus, especialmente espingardas de vareta inglesas e cães de caça, por produtos nativos, como raladores de mandioca, zarabatanas e curare.

Manduca, como é habitualmente chamado – seu nome indígena é Mayulíhe – fala um pouco de português. Tem um rosto redondo, olhos castanho-claros de olhar amigável, belíssimos dentes brancos, que gosta de mostrar ao rir, e um comportamento naturalmente distinto e um pouco orgulhoso. Ele se coloca imediatamente a meu serviço e também concorda em me acompanhar, mais tarde, à sua terra.

No início da manhã seguinte, o Padre Adalbert seguiu viagem, com Melo e dois índios, para a Missão, distante daqui um dia e meio. Meu Pirokaí foi diretamente da Serra do Banco para sua casa, que fica no extremo Ocidental da Serra do Mel. Quer visitar a família, da qual ficou separado por longo tempo, e, em especial, sua jovem esposa, não posso recriminá-lo por isso.

Dentro de poucos dias me seguirá. Eu me instalo por aqui, quero ficar algumas semanas neste lindo lugar com meu atencioso anfitrião, que nada deixa faltar. Koimélemong é um povoado moderno. Originalmente, a Aldeia constituía-se apenas de duas casas Macuxí, ao redor das quais, no decorrer do último ano, agrupou-se uma dúzia de cabanas mais amplas. Essa concentração deve-se, em primeiro lugar, à personalidade do Cacique Pita, que, com sua calma e prudência sem descurar de ser enérgico, quando necessário, exerce grande influência sobre os índios daqui.

O outro motivo é a proximidade da Missão. A notória curiosidade dos índios, a simpatia pelos missionários, tão diferentes dos demais brancos, e o mistério, o encanto que envolve os catequistas, tudo isso atraia os índios. De igual maneira formou-se também na falda Sudeste da Serra Mairari uma Aldeia maior, segundo dizem constituída de dez cabanas, chamada "*Maloca Bonita*".

Na realidade, a maioria das cabanas de Koimélemong, ou Maloca ([18]) do Mel, são apenas temporariamente habitadas. Reina um constante ir e vir, o que faz o número de habitantes variar por demais. [...]

A localização de Koimélemong é perfeita, ao Sul avista-se o cume da Serra do Mel, de suas rochas escarpadas, as cascatas, refletem os raios do Sol colorindo de prateado as penhas robustas. Os pequenos Riachos confluem num Rio claro que banha a Aldeia em forma de um grande arco, brotando sob as enormes rochas e, logo mais adiante, correndo sobre areia fina rumo ao Surumu. O clamor de suas catadupas ressoa no silêncio da noite.

Para o Norte e o Nordeste, o olhar vagueia livre pelo amplo vale e pela grandiosa paisagem montanhosa da Guiana, com suas inúmeras colinas e cimos pitorescos. À distância uma Serra azulada, estende sua crista horizontal. Os índios a chamam de Yarö, um divisor de águas para o Orenoco. À nossa frente, a Nordeste, à poucas horas de distância, a Serra Mairari ergue-se acima dos mil metros e a Leste, ao longe, fica a Serra da Lua, Kapoi-tepö, quase tão alta quanto ela. Os alvoreceres são indescritivelmente deslumbrantes. Gradualmente, o céu noturno se aclara sobre a Serra Mairari, delineando nitidamente os seus contornos.

O Sol matiza-se de azul-turquesa, verde-claro e amarelo e algumas nuvens distantes já se mostram ruborizadas pelo seu beijo incandescente, enquanto outras, mais próximas, passam ainda negras na sombra da noite, até que, de repente, irrompe o Astro-rei, cujos raios o olhar humano não consegue suportar. [...]

---

[18] Maloca: palavra indígena que geralmente designa uma grande casa comunitária, que serve de moradia a várias famílias, em geral, pertencentes a uma parentela. Aqui ela designa uma Aldeia grande.

A maioria dos moradores de Koimélemong pertence às tribos Macuxí e Taulipáng. Além deles, existem, também, alguns Wapischána, em sua maior parte mestiços de pais Macuxí e mães Wapischána, mas que, segundo o costume daqui, pertencem à tribo da mãe. A etnia dos Taulipáng cobre uma grande extensão. Suas Aldeias estendem-se ao Norte, do Surumu até o Roraima, o enorme monte de arenito na divisa entre o Brasil, a Venezuela e Guiana Britânica, e à Sudoeste, para além do curso superior dos Rios Parimé e Amajarí até a grande Ilha Maracá, no Urariquera.

Fui eu que descobri o nome da tribo Taulipáng. Esses índios são chamados, pelos Wapischána, de Yarikúna e, por conseguinte, também pelos brancos. Os antigos expedicionários, como os irmãos Schomburgk, Appun, Brown, entre outros, chamaram-nos de Arekunä, Yariküna, Arekunä ou Alekunä, como eles mesmos, a princípio, também se identificaram para mim.

Somente depois de conviver algum tempo com eles é que descobri que o verdadeiro nome de sua tribo é Taulipáng, e confirmei, isso também, pelos registros que fiz de sua língua. Quando, mais tarde, voltei para São Marcos e contei a Neves que Taulipáng era o verdadeiro nome da tribo de todos os índios do Surumu até o Roraima, ele riu de mim e disse:

– Já faz dez anos que vivo com esses Yarikúnas, e esse doutor alemão, que está aqui há apenas alguns meses, quer me ensinar!

Ele chamou alguém do seu pessoal, um “*Yarikúna*”, que morou nas proximidades do Roraima, e lhe perguntou:

– De que tribo você é?

Resposta:

– Yarikúna!

Risada de triunfo. Então eu lhe perguntei:

– Como é que vocês chamam a si mesmos?

Resposta:

– Taulipáng!

Dessa vez, foi minha vez de rir.

Somente a Oeste e Noroeste do Roraima é que vivem os verdadeiros Arekunä, especialmente na região do Rio Caroní. Diz-se que são chamados de Kamarakotö pelos Saparа́ do Urariquera, mas, de acordo com outros, esse nome designa uma subdivisão especial da tribo Arekuná. As línguas dos Taulipáng e dos Arekuná, ambas da família Karibe, mostram pequenas diferenças dialéticas entre si e são parentes próximas do Macuxí. [...]

Dedicamos várias horas aos registros linguísticos. Sento-me com Pirokaí e o Wapischána da Serra do Panelão, cujo nome indígena é Jáni e que não fala uma só palavra de português, e trabalhamos até à exaustão.

De vez em quando, a cozinheira nos ajuda e, nesse ponto, ela é muito mais inteligente do que os meus dois auxiliares.

Ao contrário das outras línguas da grande família Aruak, o Wapischána é muito duro e, ao mesmo tempo, difícil de ser reproduzidos através da escrita, já que muitos sons, e mesmo sílabas inteiras, são pronunciados de maneira ininteligível ou meio engolidos.

Pitá não é útil de maneira alguma para esses registros linguísticos. É um fato peculiar, sempre confirmado nas minhas viagens, que os Caciques, por mais inteligentes que sejam, falham nesse trabalho intelectualmente muito exaustivo, que nem um pouco lhes é familiar e, por isso mesmo, não se mostram perseverantes. Depois de poucos dias, o comércio vai de vento em popa.

Notadamente na parte da manhã há muita atividade na minha cabana, um vai-e-vem constante de gente nua que quer vender alguma coisa. Uma mulher me traz um grande beiju, quente do forno, outra, duas pencas de bananas ou alguns mamões. [...]

Também aparecem objetos etnográficos: belas e antigas coroas emplumadas, uma maça de guerra finamente entalhada e com figuras riscadas, grandes cabaças pintadas com belos padrões, um cinto de miçangas, tecido com padrões coloridos, de um garoto: grandes novelos de cordões de algodão, flautas de osso de veado e de pássaro, arcos e flechas infantis, largas tipoias tecidas nas quais as mulheres carregam as crianças pequenas, e muitas outras coisas.

Um belo e jovem casal Taulipáng, vindos da vizinha Surumu, próximo daqui, me trazem algumas galinhas. O homem carrega uma flauta de osso de onça presa ao cinto, que adquiro imediatamente em troca de um apito-torpedo. Ofereço pequenos espelhos redondos, miçangas, anzóis, fósforos, sininhos e guizos de latão, brinquedos infantis em troca de ninharias e barganho objetos mais valiosos por facas e tesouras: essa é minha moeda de troca, e todos ficam satisfeitos. Não recuso nada do que me trazem, a não ser, objetos etnográficos ruins demais. Pitá, interessado em que eu aumente minha coleção etnográfica, sugeriu negociarmos em larga escala.

O Cacique, soprando uma corneta, ia à frente: logo atrás, eu de pijama, que visto aqui para meu conforto; e atrás de mim, uma longa fila de garotos fazendo todo tipo de travessuras. Entramos assim em cada uma das cabanas, examinando cada canto e lá indico os itens que desejo comprar, e o chefe traduz meus desejos em voz alta.

Na mesma ordem, retornamos para minha cabana, onde, a um sinal do chefe, os donos entram com seus pertences, um após o outro, e são pagos por mim. Tudo transcorre tranquilamente, sem gritaria, e adquiro uma boa coleção.

Claro que os objetos não são tão variados, nem tão bem trabalhados, nem tão ricamente adornados como os do Alto Rio Negro e, especialmente, no Uaupés. A cerâmica, feita pelas mulheres, é bem inferior. As panelas e os potes, são grosseiros, não têm nenhum enfeite e são mal queimados, não se comparando, nem de longe, com os magníficos produtos da cerâmica que recolhi em minha viagem anterior entre as tribos Aruak e as tribos influenciadas pela cultura Aruak no Alto Rio Negro.

A cestaria, em contrapartida, que é monopólio masculino, está em ascensão também nestas tribos e fornecem os produtos mais variados: esteiras, abanadores, cestinhos de diferentes formas e tamanhos, apás ([19]) para guardar beiju, tipitis para prensar a massa de mandioca, pequenas canastras para guardar tabaco, miçangas e outras tantas bugigangas. Nos apás entretecem padrões de bom gosto com listras untadas de preto: meandros, ganchos, cruzes e quadrados.

---

[19] Apá: utensílio doméstico de forma circular, semelhante à peneira, feito trançando a casca da taquara ou folha de urubamba.

Infelizmente, parece que essa arte está desaparecendo também. Em alguns cestos, os motivos foram pintados posteriormente com tinta preta. Minha biblioteca também está se enriquecendo. Um Macuxí me traz um velho livro impresso, muito bem conservado, com belas ilustrações. Provém de missionários ingleses que atuaram antigamente no Norte e contém o Gênesis, os evangelhos de Mateus, Lucas e João na língua dos Akawoío, uma tribo parente dos Taulipáng na Guiana Inglesa. [...]

O Surumu é rico em traíra, tucunaré e outros peixes saborosos. Quando nossos suprimentos acabam, o chefe em pessoa vai buscar galinhas em numa povoação vizinha, e as traz nas costas, com os pés amarrados, balançando lamurientas.

De vez em quando, a caça proporciona uma alteração no nosso cardápio. Um caçador traz um tatu pequeno, que ele matou na savana, ou um jabuti gordo. O Macuxí Peré, um caçador apaixonado, vai com minha espingarda de três canos para a Serra e volta alguns dias depois com um cesto cheio de carne de veado defumada.

Minhas espingardas de caça são objeto de desejo de todos os homens. Tenho de mostrá-las a cada visitante, desmontá-las e explicar a função de cada peça isolada. Os cartuchos grandes e pesados, com os quais se pode carregar a espingarda num instante, também causam admiração geral. A maioria só tem medo da potente detonação e do coice que as suas espingardas de vareta de um só cano, de fabricação inglesa, não dão.

Meu caxirí nunca acaba, tenho sempre algumas cabaças cheias dele em minha cabana e se meu suprimento está terminando, só preciso pedir ao chefe e minha adega fica cheia de novo. [...]

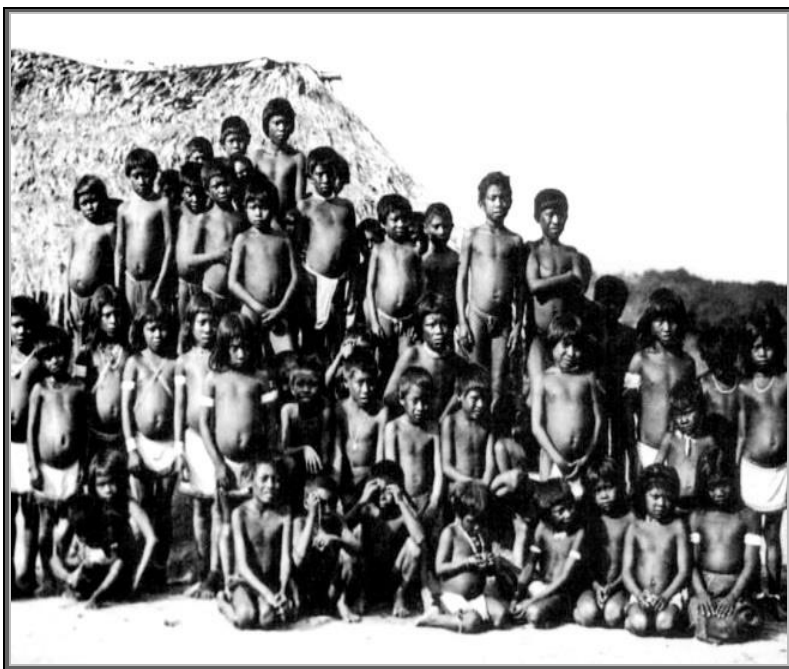



Imagem 06 – Juventude Koimélemong

A massa é mastigada, nunca por mulheres velhas, sempre por mocinhas que, na maioria das vezes, possuem belos dentes brancos, de modo que a coisa é bem apetitosa. Até mesmo um caxirí esbranquiçado, de milho, também é muito saboroso. [...]

Especialmente nos primeiros dias chegam muitos visitantes curiosos, vários deles de muito longe, grupos de cinquenta ou mais pessoas enfeitadas para festa em uma longa fila, guiadas por seus Caciques ou anciãos.

A notícia da presença do branco estranho propagou-se depressa. Reina harmonia e probidade entre os Taulipáng, que só raramente têm contato com os brancos. Com toda simpatia, apesar da enorme curiosidade, eles se comportam com educação, recato e reserva. Ao receber cada grupo, Pitá inicia uma longa conversação com os anciãos. [...]

> O interlóquio prossegue monotonamente, sem que um interrompa o outro, ou fale ao mesmo tempo, primeiro, um conta sua história até o fim enquanto o outro somente entremeia apenas com exclamações educadas. [...]
>
> A conversa fica, então, cada mais animada. Pitá fala a meu respeito, de minha viagem, minhas intenções. Divertem-se às minhas custas, pois todos estão olhando para mim e riem de maneira discreta. Os nativos tem um senso de humor muito acentuado bem como uma propensão para a zombaria.
>
> O homem branco, que passa algum tempo entre eles, recebe logo de imediato, um apelido: de acordo com suas características físicas que se destacam ou hábitos estranhos.
>
> Esses apelidos ([20]) são mais usados do que o próprio nome das pessoas, na maioria das vezes, para designar as pessoas, ao passo que o verdadeiro nome, dado a cada criança pelo pai ou pelo avô poucos dias após o nascimento, só é empregado raras vezes e mencionado ao europeu somente com muita relutância. Assim, alguém, por sua pequena estatura e velocidade, recebe o nome do pequeno e ligeiro roedor Akúli ([21]).

---

[20] Cabe aqui uma referência especial a essa multiplicidade de nomes, bastante comum a todas as etnias. O nome de batismo vai sendo alterado de acordo com as características físicas, qualidades e desafios enfrentados pelo jovem guerreiro ao longo de sua vida, vejamos o que nos reportam Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philipp Von Martius na obra "*Viagem pelo Brasil (1817 – 1820)*":

> *Pouco depois de nascer, recebe o bebê um nome, tirado de planta ou animal; esse nome, porém, muda-o ele diversas vezes em sua vida, logo que realiza alguma façanha heroica, na guerra ou na caça. Acontece tomar assim a mesma pessoa cinco ou seis nomes, um após outro*. (SPIX & MARTIUS)

[21] Cutia: Dasyprocta aguti.

Um outro é chamado de "*Malcriado*" porque chorava muito quando pequeno, especialmente à noite. Um homem mais velho tem o estranho nome de "*Sem Nome*". Uma mulher se chama "*As Meninas*".

Tenho de mostrar todo meu acervo fotográfico a cada novo visitante. Pitá fica observando, durante horas, com alguns anciãos Taulipáng, os "*tipos indígenas*" do Uaupés e faz comentários desairosos a respeito, especialmente sobre as fotos das mulheres. Os anciãos nativos não são diferentes dos nossos.

Às 17h00, vou para o banho noturno. Todos estão sentados à sombra de suas casas, conversando, trabalhando ou brincando com os animais.

A vovó está catando algodão e as mulheres põem seus fusos para funcionar, caçadores e pescadores passam, orgulhosos, com suas presas pela Praça da Aldeia, seguidos pelos cães magros. Quando volto do banho, meus amigos Taulipáng, acenam de longe e me convidam para o lanche da tarde. Sua comprida e baixa cabana fica na saída Norte da Aldeia, a caminho de sua terra. Petto dela ergue-se uma grande pedra redonda, sobre a qual sempre há um bando de crianças brincando, e alguns jovens entalhando flechas ou dedicando-se a outros afazeres.

Lá sou sempre um convidado bem-vindo. Seu prato apimentado é preparado de um modo especialmente saboroso e temperado com ingredientes picantes. As mulheres assam para mim beijus leves e crocantes do mais fino amido. Nunca falta o caxirí, o payuá escuro e forte ou o parákali vermelho e leve. Eles sabem preparar nove tipos destas bebidas. Como é costume aqui, troquei de nome com seu pequeno chefe, que tem fumado muito do meu tabaco, seu nome agora é "*Theodoro*", e eu passo a ser chamado de "*Yualí*".

Por onde eu passe as pessoas me chamam pelo meu novo nome e sentem um prazer infantil em fazer isso. “*Theodoro*” não se cansa de me ensinar todas as palavras e frases possíveis em Taulipáng, ou melhor, de gritá-las no meu ouvido, e não descansa enquanto eu não as pronuncio corretamente.

Todos ficam muito felizes quando as emprego corretamente e na ocasião apropriada e só então as reproduzo nos meus cadernos de anotações. Eventualmente, “*Theodoro*” me diz coisas picantes, e quando eu as repito ao pé da letra, retumba uma sonora gargalhada por parte de todos. Há poucos anos, a varíola surgiu por aqui e se alastrou-se até o mais longínquo interior. Muitas pessoas trazem na pele as marcas dessa terrível doença e o corpo de “*Theodoro*” está todo coberto de cicatrizes.

Alguns, inclusive crianças, são cegos de um olho, “*um verme perfurou o olho*”, diz Pirokaí. Meus melhores amigos são as crianças, algumas vezes tenho 30 desses pequenos parceiros em minha cabana, observando com interesse o que faço e fazendo seus comentários a respeito, sussurrando baixinho. Não me incomodam. [...] Deixo que vejam através da lente de aumento e, depois, com esse instrumento mágico, trago o Sol ardente aqui para baixo.

Mostro-lhes um grande livro com ilustrações de animais e explico aos futuros caçadores os animais de um outro mundo, o imponente elefante, o camelo com sua estranha corcova e a girafa que graças ao seu longo pescoço, consegue alcançar as folhas das árvores mais altas. Sento-me de novo para escrever e observo furtivamente um menino mais velho explicar, tudo que eu explanara, apresentando as ilustrações exatamente na mesma ordem aos mais jovens.

Ele tinha prestado muita atenção à minha exposição. Um grupo se separou dos demais e brinca entusiasmado com um grande pião.

O Sol se deitando, me levanto e jogo a toalha de banho sobre o braço, a reunião acabou. Eles correm até mim e me estendem as mãozinhas, despedindo-se: "*Ataponténg moyi!*", dizem os meninos, os futuros guerreiros. "*Ataponténg pipi*", dizem as meninas. "*Vou dormir, irmão!*" Quando conseguem vencer a timidez inicial ante os estranhos, essas crianças são as criaturinhas mais confiantes e alegres que se possa imaginar.

Aceitam cada brincadeira minha com alegria, e jamais se comportam mal. São complacentes e educadas comigo e vivem em grande harmonia entre si. Se dou um pedaço de chocolate a um deles, imediatamente ele o divide com os demais. Nunca vi dois deles brigando ou se soqueando.

Não há dúvida de que os pais são responsáveis pelo bom exemplo e, nesse aspecto, são melhores mestres do que nós europeus.

É extremamente raro os filhos de índios serem repreendidos com palavras ásperas ou mesmo castigadas fisicamente pelos pais e, no entanto, essas crianças nuas e morenas são, até para os padrões europeus, "*bem-educadas*" – desde que tenham tido pouco ou nenhum contato com a nossa chamada civilização.

Se passam a sofrer constante influência dos brancos ou mesmo a trabalhar para eles, independente da classe a que estes pertençam, essas crianças inocentes, felizes e muito sensíveis, tornam-se carrancudas, fechadas ou rabugentas e atrevidas, o encanto natural se esvai. As crianças são minhas amigas. Mostram-me, orgulhosas, seus mais simples brinque-

dos, que elas, seus pais ou irmãos mais velhos fabricaram. Mostram-me seus inúmeros "*jogos de fios*" ([22]), entrelaçando engenhosamente entre os dedos das mãos, produzindo diferentes figuras, a que dão os nomes mais estranhos.

É verdade que faz parte da fantasia indígena encontrar nisso semelhança com animais, plantas, partes do corpo etc. Jogo com eles a peteca leve fabricada com palhas de milho. Muitas vezes, observo os meninos praticando tiro ao alvo com arco e flecha ou com a zarabatana pequena ou, então, atirando num alvo móvel, nas andorinhas que voam para lá e para cá na Praça da Aldeia.

Também participo das competições de arco e flecha, e eles riem de mim, satisfeitos, quando se saem melhor do que eu. Faço os meninos apostarem corrida, adoram isso. Um Taulipáng muito bonito, de cabelo comprido e esvoaçante e olhos grandes e muito vivos, foi o vencedor e recebe o primeiro prêmio, um lindo lenço de cabeça vermelho. [...]

O Majonggóng ligou-se muito a mim. Ele mora com sua encantadora e jovem mulher, Hermina, a uma hora daqui, às margens do Surumu, na casa de sua sogra muito feia mas bondosa, uma Sapará, uma das raras sobreviventes dessa etnia. De vez em quando, Manduca passa alguns dias aqui na Aldeia.

Dorme, então, no quarto de trás de minha cabana, quando não está envolvido na cura um paciente, o que ocorre quase todas as noites, pois é conhecido por ser um xamã muito eficaz. O Majonggóng é mais importante de que todos os xamãs daqui, diz Pirokaí. O próprio Manduca se gaba de seu poder curativo. Seu pai, seu irmão e cunhado também são xamãs.

[22] Jogos de fios: cama de gato.

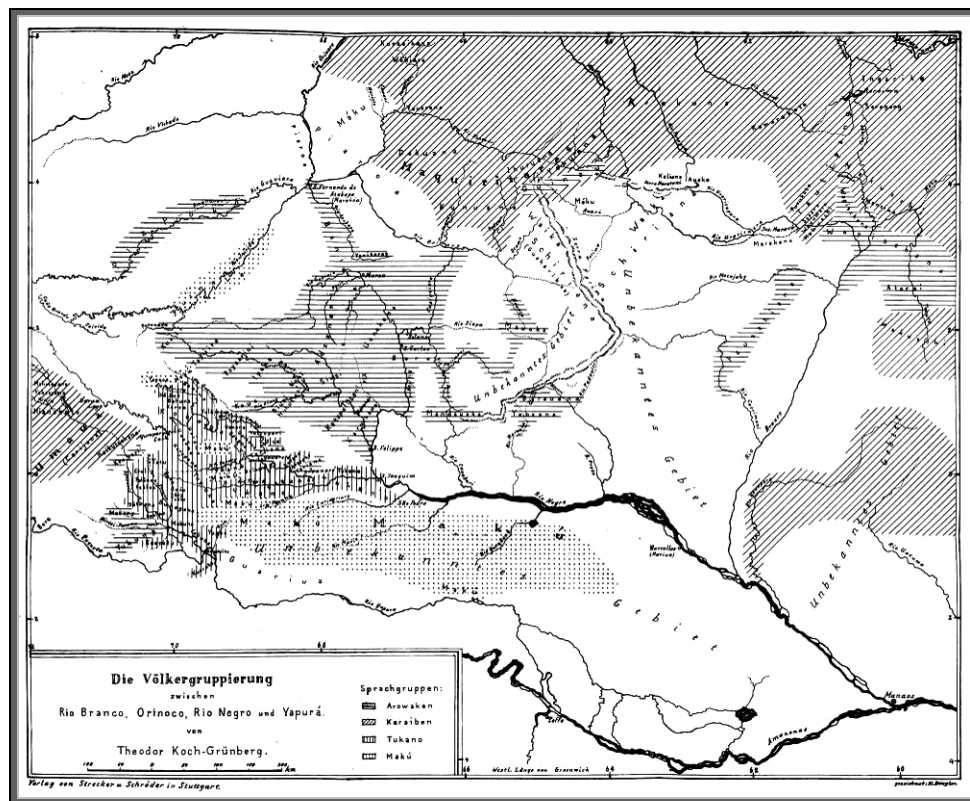



Imagem 07 – Rio Branco, Orenoco, Negro e Japurá

Ele é um indivíduo muito esperto e não perde a pose nem mesmo quando não consegue curar um doente. Um ancião Taulipáng está com a barriga muito inchada e dura e, ocasionalmente, sente fortes dores. Manduca diagnosticou um animal com uma galhada, como um veado, perambulando lá dentro. Se o tirar, o velho morrerá, portanto – ele não vai tirá-lo.

Ele costuma me convidar para suas invocações noturnas, mas, é claro, que só posso ficar do lado de fora da cabana enquanto o processo de cura ocorre na cabana escura e bem fechada. Fico agachado colado na parede externa, ouço primeiro, sua voz natural numa espécie de longa prece acompanhada do som cadenciado do chocalho. [...]

O som tem um feito hipnótico que faz parte do tratamento, que dura, normalmente, das 20h00 às 22h00, e, durante todo o processo de cura, a mulher de Manduca fica sentada ao lado dele e garante que seu charuto não se apague; volta e meia, ele assopra a fumaça do charuto nas partes doridas, anestesiando o doente.

O chocalho mágico, é feito de uma pequena e oca cabaça, espetada num bastão, com pequenos seixos ou sementes duras dentro para chocalhar e desempenha um papel fundamental nessas curas. Manduca o guarda com outros utensílios mágicos num cesto com tampa muito bem amarrado, na casa de sua sogra. [...]

Entre os Macuxí e Taulipáng há muitos kanaimé, afirma Manduca, entre os Majonggóng, é claro, não existe nenhum. O conceito de kanaimé desempenha um papel muito importante na vida desses nativos. Designa, de certo modo, o princípio do mal, tudo que é sobrenatural e prejudica o homem e do que ele não consegue se proteger.

O vingador da morte, que assombra o inimigo por anos até matá-lo traiçoeiramente, esse "*faz kanaimé*".

Quase toda morte é atribuída ao kanaimé. Tribos inteiras têm a má fama de ser kanaimé. Kanaimé, porém, é sempre o inimigo oculto, algo inexplicável, algo sinistro. "*Kanaimé não é um homem*", diz o índio. Ele anda por ai à noite e mata gente, não raro com um tacape curto e pesado, como a que se leva ao ombro durante a dança, e parte "*em dois todos os ossos*" da pessoa que encontra, só que ela não morre imediatamente, mas só depois de chegar em casa, à noite, fica com febre e, depois de quatro ou cinco dias, morre. [...]

Diz-se que os Ingarikó moram a apenas dois dias de viagem do Roraima, na mata fechada: têm cabelo comprido, como as mulheres, o rosto bastante tatuado e corials de casca de árvore. Que os Taulipáng do Roraima já se misturaram muito com os Seregóng. O chefe também não gosta dos Wapischána do Amajarí.

Dois cometas ([23]) no ano passado impressionaram muito os índios, eles falam a respeito, misturando verdade e ficção. De repente, no Leste e no Oeste, surgiram duas estrelas com caudas gigantescas, do tamanho da metade do céu, e, no fim, quase se tocaram.

Então, sob um estrondo semelhante ao do trovão, houve um terremoto, e as estrelas desapareceram de repente. Todos ficaram com muito medo de que "*as estrelas incendiassem toda a terra com suas caudas*". [...]

---

[23] Na madrugada do dia 18 para 19 de maio de 1910, o cometa Halley visitou, mais uma vez, a Terra.

Imagem 08 – Capitão Geral Ildefonso (George Hübner)

Agora, perto do fim da época das chuvas, há muitos doentes na Aldeia. As pessoas sofrem de catarro e febre. Como já constatei muitas vezes em minhas viagens, aqui também se confirma o fato de que as pessoas vestidas estão mais expostas ao resfriado do que as nuas. Já não são mais tão resistentes. A roupa, quase sempre não muito limpa, impede uma transpiração saudável do corpo, aquecendo-o lentamente quando está encharcada pela chuva. Os xamãs têm muito o que fazer. Quase toda noite ouvem-se seus cantos horripilantes vindos das cabanas. Costumo acompanhar Pirokaí e fico ouvindo a cura do lado de fora. [...]

É uma música noturna bastante peculiar que mexe extraordinariamente com os nervos, o canto monótono e rouco do xamã entremeado com o ribombar do trovão. Uma tempestade está se armando além das serras. Durante uma tempestade forte, todas as fogueiras são cobertas com folhas, já que "*o trovão não ama o fogo*".

As curas mágicas também são sempre iniciadas após a chuva ou tempestade. A fantasmagórica onça é perigosa para todas as pessoas, dizem os índios: com os xamãs, porém, são dóceis como um cão. Tenho me aborrecido muito com as chapas fotográficas que uma grande e afamada empresa berlinense me forneceu. As chapas isolantes não são, nem de longe, tão resistentes quanto afirmavam ser, embora eu tome todo o cuidado possível, só revelando fotos à noite e molhando-as nas águas frescas do Riacho da montanha, apesar disso em algumas delas a camada se solta em grandes pedaços. Perde-se, assim, um bom número de fotos, que têm de ser tiradas novamente. [...]Muito maior é a alegria que as gravações fonográficas me dão. Trouxe alguns rolos de música gravada e os toco para as pessoas, para acostumálas com o fato de o aparelho reproduzir a voz humana. [...]

Também nesse trabalho o chefe Pitá me presta valioso auxílio. Ele próprio canta no funil, com acompanhamento fraco de Pirokaí, as canções de dança dos Macuxí, parischerä, tuküi, muruá, oare-bä, que só se dança de dia, uma outra, só dançada no fim da tarde, e mauarí, que só se dança à noite. Duas meninas, com suas belas, claras e harmoniosas vozes, cantam canções insinuantes que acompanham o ralar da mandioca. As letras são muito simples. Consistem em frases curtas que se repetem continuadamente. As melodias são muito simples também, em que os mesmos temas sempre se repetem.

Uma dessas canções, que se ouve com mais frequência, é assim:

> *Estou fazendo beiju pra você, ralando mandioca, maninho.*
>
> *Estou fazendo beiju pra você, ralando mandioca, maninho.*
>
> *Vai caçar o veado capoeira, maninho!*
>
> *Vai caçar o veado galheiro!*
>
> *Vai acertar a tartaruga, maninho!*
>
> *Vai caçar o veado galheiro etc.* [...]

Então Katúra me fornece algumas informações a respeito da arte dos xamãs: quando um Taulipáng quer se tornar xamã, ele bebe por cinco noites seguidas uma infusão da casca de determinadas árvores, cada noite traga uma mistura diferente, e, após cada uma dessas beberagens, ele vomita. Depois ele bebe um caldo de tabaco e durante todo esse tempo ele não come nada e emagrece muito.

Por fim, vai colher determinadas folhas, faz um feixe com elas, como aquele que o xamã usa mais tarde no ritual de cura, "*vai com ele para o alto*", retorna, está então habilitado para curar todas as doenças. No ritual de cura o xamã bebe suco de tabaco, a seguir sua sombra, sua alma, aparta-se do corpo e vai para o alto, o corpo permanece no mesmo lugar, no topo das montanhas a alma encontra outras almas de xamãs e elas lhes descrevem qual mal aflige o homem doente.

Quando o suco de tabaco "*secou*" no corpo, a alma do xamã retorna ao corpo, trazendo consigo as outras almas e com elas realiza a cura. Se a alma do xamã não sair, o doente morre. Por isso, o xamã precisa tomar suco de tabaco durante o ritual de cura, para desprender a alma do corpo. Ele chama, então, repetidamente, novas almas de xamãs. [...]

Em 23 de julho chega a cavalo um jovem colono que tem sua propriedade abaixo de Capela, um mulato escuro. Os índios o chamam de mekorö [negro]. Ele veio contratar alguns jovens daqui, apresenta-me duas cartas, numa delas, um certo Tenente Pinto Peixoto, ex-Comandante de fronteira, agora criador de gado, me pede para fotografar sua casa no Tacu-tu. A outra carta é de Ildefonso, Deus sabe quem a terá escrito, pois o nobre chefe não conhece essa misteriosa arte. A carta foi escrita num tom muito insolente e é endereçada ao senhor retratista.

Sou considerado um fotógrafo itinerante. Na carta, Ildefonso, se autodenomina orgulhosamente, Capitão Geral dos índios do Rio Surumu e me diz, sem rodei-os, que não posso visitar as tribos indígenas nas serras sem sua devida autorização, já que estas lhe pertencem, e que para isso terei de ir visitá-lo, em sua casa na Foz do Surumu.É claro que não lhe farei esse favor e, por intermédio do brasileiro, a quem esclareço de maneira enfática sobre a minha pessoa, e mandei dizer a esse indivíduo arrogante que, para mim, não existe nenhum Capitão Geral: que faço as minhas viagens como quero e que se ele deseja al-guma coisa, que venha até mim.

Também dou ao mekorö uma longa carta endereçada a Neves, à qual anexo o bilhete de Ildefonso. Ele irá dizer-lhe o que pensa. Infelizmente, Ildefonso foi nomeado Capitão Geral pelo Governo do Estado do Amazonas, em Manaus, e recebeu uma patente. Na verdade, porém, ele não tem exerce liderança algu-ma, já que ninguém lhe obedece.

Além disso, aqui é Território Federal e não diz respei-to ao Amazonas. O brasileiro disse que os soldados da polícia queimaram a casa de José Gouvêa, em Capela, e estão agora, em número de 8 homens, em seu encalço no Urariquera.

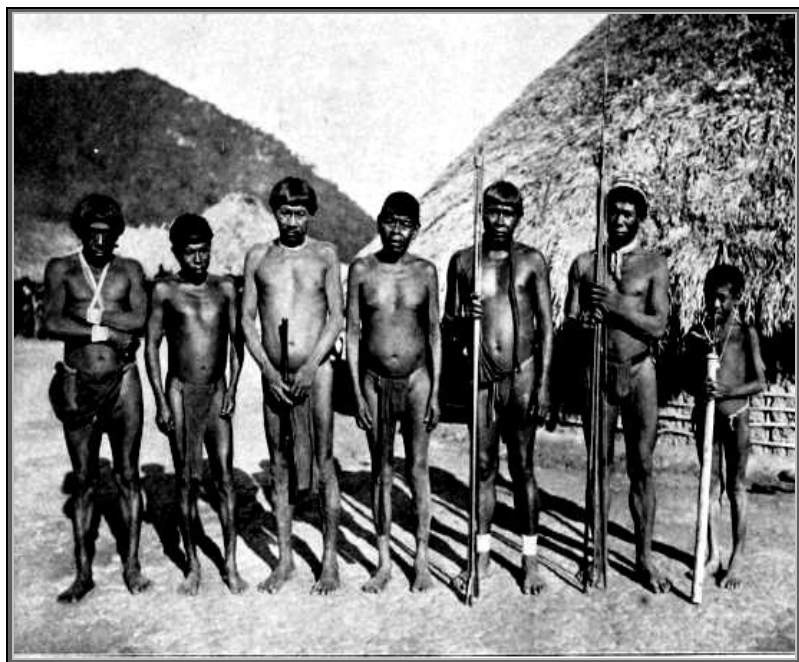



Imagem 09 – Índios Taulipang e Macuxí

Se não conseguirem prendê-lo com vida, devem levar suas orelhas. A mulher de Gouvêa e seu protetor, Terêncio, estão presos. Que situação! Na manhã seguinte, o brasileiro negocia longamente com Pitá, que se encheu de coragem com a minha presença e grita para o outro que não pretende lhe dar ninguém:

> – Ildefonso que venha aqui pessoalmente e pergunte aos homens.

Logo depois, o mekorö foi embora sem ter conseguido nada. A deplorável política no Rio Branco lança suas sombras sobre nosso pacífico paraíso. Notícias contraditórias sucedem-se rapidamente, como sempre acontece em tempos tumultuados. Os rumores mais estranhos correm de boca em boca. Deturpações, exageros. Invencionices – já não se sabe mais o que é verdade. [...]

No dia seguinte, depois de uma noite emocionante, um Taulipáng, que estava com os parentes no Amajarí, trouxe a feliz notícia de que os soldados trocaram tiros com Gouvêa e seus amigos em Pedra Grande, no Urariquera, logo à jusante da ilha Maracá e que, depois de um dos perseguidores levar um tiro no braço, todos fugiram Rio abaixo.

Nem sempre os índios das serras toleram os abusos dos brancos. A prova disso é um incidente ocorrido há alguns anos na extremidade Oriental da Serra do Banco.

Um jovem brasileiro chamado Pires, conhecido por maltratar seus empregados, foi a uma cabana de índios e tomou algumas liberdades com suas mulheres. Os Macuxí o espreitaram, cercaram-no – ele estava a cavalo – e flecharam-no na barriga. [...]

Colocaram uma grande quantidade de pedras sobre o seu cadáver. Os responsáveis eram alguns de meus atuais amigos. O cabeça do grupo era um "*cristão*" chamado William. Uma Expedição punitiva contra os "*revoltosos*", enviada do posto fronteiriço São Joaquim, no Baixo Tacutu, não cumpriu seu intento, já que os índios fugiram para a Serra.

Os soldados só prenderam um velho, mas soltaram-no depois. [...] Novamente partem 2 barcos, desta vez para São Marcos, levando cartas e devem trazer outras, que certamente chegaram lá para mim [...].

Emprestam roupas velhas do chefe, que vestirão pouco antes de chegar a São Marcos, para que as pessoas não riam de sua nudez. Estamos vivendo o clima de uma grande festa que Pitá quer dar em honra de sua visita importante. Infelizmente, o chefe está com malária, e fica deitado num escuro canto de sua cabana baixa e úmida, gemendo na rede.

Excepcionalmente, não consulta nenhum xamã, talvez com vergonha de mim, coisa desnecessária, pois concordo com o grande Rei da Prússia ([24]); para quem "*cada um pode fazer o que quiser*". Curo, no entanto, meu amigo em poucos dias com quinino, seguindo o método de Plehn. Na falta de hóstia, envolvo os comprimidos amargos em papel de cigarro, e Pitá os engole corajosamente. [...] Todos estão preparando a festa. As mulheres fazem enormes pilhas de beiju para caxirí forte.

Os homens arrumam seus adornos de dança. O chefe e eu fazemos força, para carregar dois bancos europeus que alguém fez para a cabana dos missionários. São do tipo mais primitivo possível, duas tábuas compridas sobre quatro estacas, e tão instáveis que desmontavam à todo instante, provocando muita gritaria. Um dos bancos que finalmente conseguimos colocar de pé será um lugar de honra para mim e para o chefe na festa.

O amanhecer, de 4 de agosto, desponta claro e fresco sobre Koimélemong, há um clima de festa. É servido um kalamalayekü forte e escuro. Um grupo de índios Macuxí já está dançando a "*parischerá*" na Praça da Aldeia. À tarde, numa longa fileira, chegam os moradores da "*Maloca Bonita*", que fica na encosta Sudeste da Serra Mairari.

O velho chefe, que os está conduzindo, tem uma pele muito clara, rosto alongado e um bigode branco que lhe tapa a boca, lembra por demais um lorde inglês. Talvez ele pudesse contribuir com algum material sobre o problema dos filhos bastardos a um antropólogo. Todos me apertam a mão, as crianças um tanto ou quanto forçadas [...].

---

[24] Frederico II, o Grande (1712-1786).

Imagem 10 – Índias Taulipang

Até meu velho amigo Julião compareceu, o tio de Pitá que mora com Ildefonso, conta-nos que outro dia, ao voltar para casa, o mekorö brigou com Ildefonso na casa deste e que, durante a briga o chefe bateu várias vezes em seu rosto com um cinto de couro. Julião traz uma carta de Neves, na qual este confirma a notícia do tiroteio em Pedra Grande. A casa de Manuel Galvão, o proprietário rural de lá, que, junto com outros, também estava sob a mira dos soldados, ficou toda furada de balas. Com exceção do oficial de polícia, ninguém saiu ferido. [...]

Quando estamos indo para o banho vespertino, uma jovem Taulipáng vem nos avisar que a "*parischerá*" está chegando. Pirokaí diz que eles devem esperar até estarmos de volta. Vamos, então, para a cabana de Theodoro. Os dançarinos chegam numa longa fila, vindos da savana. É uma espécie de dança das máscaras, eles usam singulares adornos de cabeça, feitos de folha da palmeira inajá, que cobrem parte do rosto. Longos penduricalhos do mesmo material envolvem o corpo e cobrem-lhes as pernas.

Eles tiram abafados sons de tubos feitos da embaúba ([25]), que tem na parte anterior todo tipo de figuras pintadas de várias cores, enquanto agitam os instrumentos para cima e para baixo, dobram os joelhos e a cada dois passos, batem com o pé direito no chão, dobrando ligeiramente o tronco para a frente, assim, deslocam-se sempre um segmento mais longo para a frente e um mais curto para trás e vão chegando, lentamente, à Praça da Aldeia. Cada bloco tem o seu primeiro dançarino, que vai batendo e chocalhando, no compasso das batidas dos pés, o longo bastão de ritmo, cuja extremidade superior é envolta com pingentes de casco de veado ou metades de cascas de frutos.

As mulheres, pintadas de vermelho e preto, vestindo somente uma graciosa tanga de miçangas, juntam-se a eles. Com a mão direita no ombro esquerdo do parceiro, seguem, a passos miúdos, numa segunda fila ou ao lado seguem numerosos adolescentes.

As mulheres mais jovens e as meninas estão ricamente adornadas, usando na cabeça um bonito diadema de vime trançado e com flocos de algodão e finas penas brancas coladas. Os dançarinos formam uma grande roda e aberta e movendo-se alternadamente para a direita e para a esquerda, ora para frente, ora para trás. Após cada volta, batem várias vezes o pé onde estão e gritam alto:

– *hê–hu–haí-haí-haí-haí-haí-ju–juhu.*

A um sinal do primeiro dançarino, eles ficam parados, como os rostos voltados para o centro do círculo, segurando os instrumentos, com uma das mãos, diante de si ou debaixo do braço, e cantam suas canções simples, bem ritmadas.

---

[25] Embaúba: Cecropia angustifólia.

O primeiro dançarino canta alguns compassos e a seguir, os demais começam cantando baixinho e vão aumentando gradualmente para depois voltarem a sussurrar novamente o monótono refrão, repetido inúmeras vezes:

– *haí-ã–ã...haí-ã–ã.*

Dançaram assim, por várias horas, diante da minha cabana, na esplêndida noite de lua Cheia. Estou sentado no banco de honra e aceito a ovação. Ao meu lado, Pirokaí, sentado num banquinho baixo, anima os dançarinos, gritando alto:

– *Dotoro-parischerá! Dotoro-parischerá!*

Em um grande círculo, à nossa volta e também dos dançarinos, muitos espectadores, nus e seminus, assistem deitados ou agachados, iluminados apenas pela luz bruxuleante irradiada pelas fogueiras. Um quadro inesquecível. No dia seguinte, de manhã cedo, recebo muitos visitantes na minha cabana. Permito que avaliem e manuseiem meu acervo, livros ilustrados, fotos, armas, fonógrafo, tudo é observado com admiração.

Pitá está muito orgulhoso de seu hóspede. O tempo continua maravilhoso, ainda continuam chegando convidados, índios Macuxí e Wapischána da Serra Uraucaüna e do Amajarí. Grupos isolados, Vestindo o traje de "*parischerá*" chegam dançando e me fazem as honras na Praça ensolarada da Aldeia. Provavelmente encontram-se aqui reunidas umas mil pessoas. [...]

Hoje é o principal dia da festa. À tarde, pouco após as 15h00, a dança tem início, como desejei por causa das fotografias. Uma fila de uns duzentos dançarinos de "*parischerá*", chega do Oeste, da savana, debaixo do som abafado das buzinas de madeira. [...]

Imagem 11 – Descanso

Eles dançam e cantam na Praça da Aldeia, numa roda enorme. No meio do círculo, homens e mulheres dançam "*tuküí*", a dança do beija-flor, usando apenas uma tanga e estão pintados com motivos artísticos ou simplesmente besuntados com argila branca, até no cabelo, o que lhes dá uma aparência muito selvagem. Em grupos de dois ou de três, parte deles de braços dados, andam um atrás do outro, dobrando os joelhos, batendo com o pé direito no chão. Os homens sopram, emitindo sempre o mesmo som estridente, num pequeno pedaço de taquara. Nessa dança, como na "*parischerá*", também se cantam, às vezes, canções épicas, longas com numerosas estrofes. Todas as danças e os cantos de dança desses índios estão intimamente relacionados a seus mitos e lendas. [...]

Assim, por exemplo, o "*parischerá*" se refere ao mito em que desempenham seu papel uns instrumentos mágicos de caça e pesca que um xamã recebe dos animais e que, ao final, por culpa de parentes malvados, tem de devolver. Tal como o "*tukuí*" ou *tukúschi* é a dança de todos os pássaros e de todos os peixes, o "*parischerá*" é a dança dos porcos e de todos os quadrúpedes.

A chegada dos dançarinos numa longa fileira, sob som monótono das trombetas de madeira, representa os porcos do mato grunhindo surdamente. Com toda certeza, todas essas danças tem o mesmo objetivo, o de se conseguir recursos mágicos para alcançar sucesso na caça e na pesca. As danças duram a noite toda, sem parar. [...]

Permaneço longo tempo sentado fumando com o Majonggóng e outros xamãs. Os doutos senhores já estão um tanto bêbados. Conversamos sobre *kanaimé*. Dizem que o pior *kanaimé* de toda a região é Dxilawó, chefe de uma Aldeia Taulipáng próxima da Missão no Alto Surumu, o homem mais odiado também entre seus companheiros de tribo. No fundo, ele é um homem bastante bom, Manduca acha, mas sua alma não presta. Ela se separa do corpo quando ele dorme e carrega todos os maus espíritos possíveis, na forma de onças, cobras gigantescas etc., de fazer mal às pessoas. [...]

O Majonggóng me traz um índio de tez escura e nariz acentuadamente aquilino. Ele é, de acordo com a tribo de sua mãe ([26]), um Taulipáng do Alto Uraricuera.

---

[26] Mais uma vez, Koch-Grünberg, afirma que o clã dos filhos é o mesmo da mãe e não o do pai, reporto minha colocação no Descendo o Negro:

> Os Tucanos dividem-se em dois ramos linguísticos importantes: o ramo Oriental formado pelos que habitam a Colômbia e o Brasil, e o ramo Ocidental encontrado no Peru, Bolívia e Equador. Vivendo em pequenas Comunidades, evitam casamentos consanguíneos só permitindo que as uniões sejam realizadas com mulheres de outras etnias, que falam, consequentemente, língua diferente, princípio conhecido como "*exogamia linguística*". A miscigenação forçada, pela "*cultura*", coloca os Tucanos num patamar multilinguista sem paralelo no mundo, fazendo com que cada indivíduo fale no mínimo três línguas. A mulher, após o casamento, vai morar no clã do marido, passando a fazer parte dele. A identidade étnica dos filhos, portanto, é determinada pela etnia paterna. (Hiram Reis)

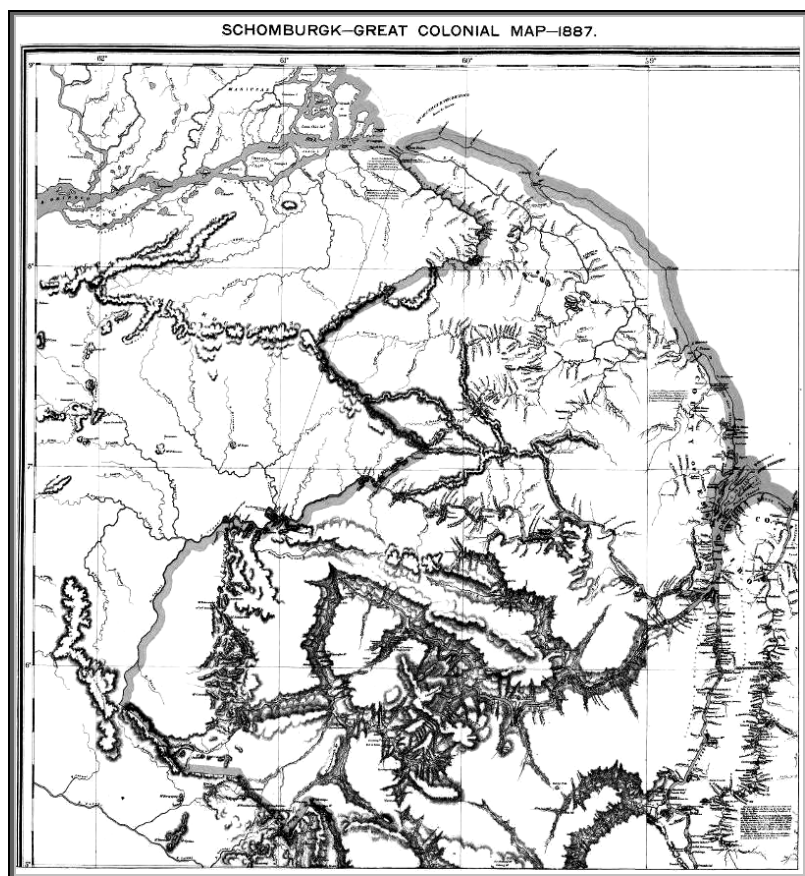



Imagem 12 – Mapa de Schomburgk, 1887

Seu pai, que deve ter-lhe dado seu tipo físico especial, era um Purukotó, de uma tribo antigamente numerosa na região de Maracá e que, segundo dizem, está praticamente extinta, restando apenas 5 mulheres e alguns homens. Infelizmente, parece que ele não fala nada dessa língua. Seu nome Maipalalí, um homem viajado que já esteve com os Majonggóng e Máku do Auari e com os Schirichána do Curaricará. Como muitos índios, ele fala várias línguas e conversa com Manduca nos sons suaves de sua terra. Também conhece algumas palavras de Máku e Schirichána. Procuro saber dele dados mais exatos sobre essas tribos.

Sua mulher, que o acompanhou em todas as viagens, está sentada atrás dele e fica bastante aborrecida quando ele não sabe alguma coisa:

– *Lá você falou tão bem com as pessoas e agora já esqueceu tanta coisa!*

Diz que os Schirichána do Curaricará, antigamente perigosos, agora são pacíficos e habitam algumas casas grandes de planta quadrada. [...]

Já faz quase um mês que estou em Koimélemong [...] E, no entanto, meu olhar se dirige diariamente, cheio de ansiedade, para o Norte, para as serras distantes que fecham o horizonte. Atrás delas deve ficar o Roraima, aquele maravilhoso monte de arenito que levou cada viajante que o viu a fazer descrições apaixonadas. Pitá também nunca esteve lá e quer me acompanhar. Mantemos longas consultas com todos os Taulipáng que vêm do Norte. O chefe envia alguns mensageiros à frente para avisar de nossa ida às aldeias por onde deveremos passar e, principalmente, para encomendar *caxirí*.

Serão apenas seis dias de viagem, dizem os índios, contando para mim nos dedos das mãos. Dizem que a cada dia se chega a uma casa e que só uma vez será necessário dormir ao ar livre. Partindo do Roraima, queremos visitar também os bravos Ingarikó, mas tem um problema, afirma Pitá que os Ingarikó são "*kanaimé*" perigosos. Quando respondo:

– *Não tenho medo!*

Ele replica depressa:

– *Eu também não! [...]*

Partiremos logo após a festa. Em 10 de agosto, meus mensageiros expressos voltam de São Marcos. Isso altera meus planos de repente.

Trouxeram um grande pacote de cartas para mim, com algumas notícias boas e outras nem tanto. [...]

Em vários fios trançados de fibras de miriti, ele faz nós que representam o número de dias que se passarão até a festa, então envia esses fios por rápidos mensageiros até as diferentes aldeias. Os convidados desfazem um nó a cada dia e, na data marcada, estarão todos presentes no local dos eventos. Ainda há muito a fazer até a partida. As coleções têm de ser ordenadas e empacotadas. As mulheres fazem beijus e os põem para secar ao Sol, nos telhados; os homens tratam da caça e da pesca e as conservam sobre os moquéns simples em fogo lento; são nossas provisões para a longa jornada. Os muitos índios que nada têm a fazer ficam agachados à minha volta, observando diligentemente meus afazeres e me pedem para contar "*n*" vezes nos dedos dentro de quantos dias estarei de volta.

Capítulo V
De Volta a São Marcos

Está tudo pronto no dia 14 de agosto. Toda a população veio dar adeus. As mulheres repetem, mais uma vez, tudo que devo lhes trazer. [...] O chefe e seu segundo filho, Mário, um garoto vivo e esperto de seus 12 anos, viajarão comigo. Como carregadores, além dos meus três rapazes, tenho meia dúzia de índios Macuxí e Taulipáng e minha cozinheira Wapischána. Partimos às 09h00. Os costumeiros tiros de despedida, são disparados da colina Oriental, saudando Koimélemong. Avistamos, então, um grotesco caos de rochas, que o pérfido herói da tribo, Macunaíma, criou em tempos imemoriais ao transformar pessoas e animais em pedras.

Até além da Serra do Banco nosso caminho continua com as mesmas características da jornada de ida. As fortes chuvas dos últimos dias alagaram o vale. Os riachos estão cheios e os carregadores, com água até o pescoço levam as cargas e armas na cabeça. Eu mesmo fui carregado nos ombros pelo caçador Pere. Ao chegar na antiga Aldeia de Pitá, tomamos muito caxirí forte, o que nos faz suar muito ao prosseguir a marcha pela penosa trilha entre as rochas, no desfiladeiro da Serra do Banco. No início da tarde paramos nas duas cabanas do outro lado da Serra, onde o Macuxí Agostino e irmão moram com suas lindas e esbeltas filhas, minhas antigas companheiras de viagem. Mais uma vez, uma galinha tem de ser sacrificada. Comi trinta delas no último mês! [...]

Agora o caminho conduz para o Leste, ao longo da Serra do Banco, que, aos poucos, se torna mais plana. Paralelamente a ela, à nossa direita, segue a cadeia de colinas Muréiapung, que deve seu nome ao mítico "*assento de banco*" no seu cume. Atravessamos numerosos riachos vindos da Serra próxima e que devem sua breve existência unicamente à época das chuvas. Ao sairmos na savana aberta, descortinamos uma vista magnífica das serras distantes, a Norte e Nordeste. Como uma enorme torre, o íngreme cume do Sabáng domina a área ao seu redor. O Surumu está próximo. Podemos ouvi-lo bramir. É Ulókemelu, a cachoeira do papagaio, sua maior cachoeira.

Fazemos uma breve parada em três miseráveis cabanas Macuxí. [...] A marcha continua e, por uma curta distância, margeamos o Surumu, que apresenta diversas corredeiras. Avançamos com dificuldade por um pântano profundo, e depois andamos por uma trilha rochosa e acidentada. Cada pequena elevação tem seu próprio nome: Ataítai-eping, Moró-eping, Ualíliai-eping etc.

Imagem 13 – Cascata do Rio Parimé (Charles Bentley)

Se fôssemos cartografar sob o ponto de vista indígena, seria necessária uma escala gigantesca para colocar todos os nomes. Chegamos novamente bem perto do Surumu sussurrante, mas nos afastamos dele por algum tempo. Ele segue para Nordeste, ao passo que nós mantemos a direção Leste. Num Córrego estreito, cuja água vagarosa dá a impressão de ser quase quente, encontramos um solitário pescador Macuxí, na margem oposta do Surumu, o único ser humano em toda esta deserta savana.

Hesitante, ele se aproxima e troca algumas palavras com Pitá, sem se dignar a olhar para mim. Temos ainda de atravessar uma cumeada baixa e pedregosa, antes de chegarmos ao nosso destino de hoje, duas cabanas Macuxí de estilo brasileiro.

O dono da casa, Antônio Tauari ([27]) como Neves achou por bem batizá-lo, não está. Sua mulher nos recebe amigavelmente e nos serve de acordo com suas possibilidades. Algumas crianças engatinham ao redor. A filha mais velha, é uma muito bonita e viva adolescente de olhos negros candentes, que conheci como babá em São Marcos. Entre os animais domésticos, uma família de perus e uma galinha d'angola provêm, sem dúvida, do galinheiro de Neves. A um dia ensolarado e quente segue-se uma noite estrelada. Nos dirigimos agora para o Sul, pela savana plana e infinda, cercada de ambos os lados por serras baixas e rochosos cumes. Numerosos cupinzeiros altos dão à paisagem um efeito singular.

Nossa pequena caravana apresenta um quadro totalmente diverso ao longo do dia. Durante as manhãs frescas caminhamos depressa em fila contínua, conversando animadamente, as palavras voam de um lado para o outro e, de vez em quando, ressoam alegres risos. À medida que o Sol sobe, o calor vai se tornando sufocante, os carregadores arquejam sob a carga pesada. Gradualmente, nossa fila vai-se alongando, de repente, alguém fica para trás e, para descansar, sai à caça de um veado que, assustado pelo barulho, atravessou nosso caminho.

Lá, alguns carregadores estão agachados, exaustos, sob uma das árvores isoladas, cuja copa acanhada mal oferece um pouco de sombra. O ar abrasador nos cala e tira o fôlego, e todos se alegram ao pararmos para o almoço sob um bosque à beira de um Riacho. Somente meia hora mais tarde é que chegam os últimos retardatários, que, extenuados, deixam-se cair ao chão com sua carga. Um cigarro recupera depressa os ânimos abatidos.

---

[27] Tauari designa uma fina fibra de cor pardo-avermelhada, usada como capa de cigarro. Essa libra é tirada da árvore Lecythis ollaria (in.).

O estômago cobra seus direitos e cada um ingere, com prazer, a refeição que nossa cozinheira preparou nesse meio tempo, mesmo que seja apenas sua famosa "*sopa de batata*" roxa.

Hoje abreviaremos bastante nossa pausa para o almoço, pois nosso destino, uma faixa de mata, está próxima. É uma mata de galeria do Surumu, que atingimos, pouco depois das 13h00. O Rio aqui parece ser profundo e calmo. Vou para a outra margem numa precária corial, que encontramos no porto, à saída da trilha. Um pouco terra adentro, na savana, fica a morada de Ildefonso, constituída de várias cabanas.

"*Aleluia*" é como o velho vigarista a chama, o qual, no princípio, enganou os Padres com sua beatice servil, até que estes reconheceram sua verdadeira natureza. Ele foi hoje, de manhã, para São Marcos. Sua esposa mais velha, Maria – recentemente ele desposou uma mulher bem mais jovem –, me traz, por iniciativa de Pitá, uma cabaça cheia de caxirí.

Às 15h00, partimos numa corial grande, que pertence ao velho Julião. Pitá senta-se ao leme, e seu filho Mário vai tirando água, pois a velha embarcação está furada. Aos meus três rapazes, Pirokaí, Manduca Wapischána e o Majonggóng, juntaram-se um remador Macuxí, Pedro, um irmão mais jovem de Pitá e Ildefonso. Também já o vi, em 1905, em Manaus. Ele é quem conhece melhor as perigosas corredeiras que se seguirão.

Descemos rapidamente, em direção Sul, o Rio encravado no estreito cinturão de mata. Depois de um breve percurso, abre-se à esquerda à Foz do Cotingo, ou Cotinga, que vem da encosta Oriental do monte Roraima. Os índios chamam esse Rio de Kutíng e, ao contrário de nossos mapas, designam o

Surúng, como eles dizem, como seu afluente. Essa colocação me parece a mais correta, sobretudo porque o Cotingo, parece ter mais água do que o Surumu, ou Zurumá [Surumá], como o mapa de Schomburgk o chama.

Em ambos os Rios, a água possui a mesma cor verde-esbranquiçada. À direita, a savana chega diretamente até a alta margem arenosa. À nossa frente, a Sudeste, surge um cume distante, a Serra Cuácuá.

Logo a corrente se torna mais impetuosa. Grandes penedos emergem do talvegue do Rio. Sob gritos de estímulo do chefe, passamos os rápidos Maikaíue-tepö. Dizem que em seu enorme redemoinho, que tangenciamos velozmente, vive uma cobra grande, que puxa os barcos para o fundo e mais além, até onde podemos enxergar, avistamos rochas e águas tumultuárias. Sem dúvida uma viagem excitante, chocamo-nos com numa pedra submersa, mas conseguimos passar. O Rio passa por uma enorme garganta e, por isso mesmo, os brasileiros chamam este lugar de Pedra Grande.

Aportamos junto a uma pequena cabana. É um retiro, um posto avançado da grande fazenda de gado Flechal, que fica à jusante. O vaqueiro, um guerreiro de tribo de Pitá, está ausente, só mulheres e crianças estão lá. Num moquém grande assa-se carne de boi em fogo lento. Em troca de miçangas e outras bugigangas, dão-nos algumas costelas um tanto suspeitas.

Meus conhecimentos linguísticos de Macuxí deixam as encantadoras mulheres encantadas. Pitá vai buscar caxirí de uma cabana vizinha, onde mora um "*tio*" seu. Dizem que antigamente havia aqui uma grande maloca dos Macuxí.

À noite, meu Majonggóng cura uma criança doente na parte de trás da cabana. Pediu-me emprestado um chocalho da coleção. Pirokaí substitui a mulher do xamã, ficando agachado ao lado dele e, de vez em quando, acende-lhe os fortes cigarros que Manduca me pediu para a cura.

De manhã, bem cedo, prosseguimos nossa viagem. À Oeste, não muito longe, ergue-se solitário, sobre a savana plana, um morro redondo o serro Maruaí. Atrás de nós, longe ao Norte, avista-se o cume azul da "*Serra da lua*", Kapoí-eping, que se avista claramente de Koimélemong, a Leste. As traiçoeiras rochas e corredeiras nunca acabam. Mais uma vez, aparece uma queda perigosa. Pedro diz que é Wonekai-selálu: um nome tão longo quanto a corredeira que ele denomina.

Paramos junto a uma pedra para estudarmos a melhor rota a seguir. Mais abaixo, em água navegável e segura, uma corial com nativos cruza o Rio. Chamamos e acenamos, mas eles não nos ouvem, desaparecendo atrás das rochas da margem. Embarcamos novamente. A tripulação recolhe os remos e se deixa levar pela correnteza. Apenas o timoneiro, com seus remos largos, mantém o barco na direção correta.

Pedro, que tem o posto de grande responsabilidade de proeiro, permanece de pé e olha temeroso à frente, troca, então, algumas palavras rápidas com Pitá e indica a direção com seu remo ao timoneiro e assim, nos dirigimos até o topo da queda. Pedro senta-se rapidamente, dá uma ordem rápida, e os remos são colocados em ação com toda a energia. Com rapidez vertiginosa, entramos na torrente de ondas, passando por rochas e por rodamoinhos gorgolejantes.

– *Haí–haí–haí! [Vá em frente! Vá em frente!]*

O chefe grita para animá-los. Por alguns momentos, o coração bate com força. Ainda não me acostumei novamente a essas viagens desenfreadas. Passamos, alguns respingos entraram no barco. [...] Rindo satisfeito, Pitá olha para trás, para as ondas espumantes. As rochas são blocos de granito ou xisto micáceo, mescladas com quartzo e entre eles há cascalho de jaspe vermelho. Agora passamos por um trecho mais longo e calmo. Em cada curva do Rio a água solapou a margem, exposta à torrente, e depositou a areia na ponta da outra margem, fazendo íngremes margens de areia alternarem constantemente com baixios de bancos de areia. Cada curva mais fechada do Rio apresenta esse mesmo quadro. A vegetação é rara ao extremo. De vez em quando, há uma estreita faixa de mata rala, arbustos tortuosos, dominados por altas árvores isoladas: na maior parte, porém, vê-se a árida savana com sua uniformidade monocromática.

A fauna é muito parca e limita-se a algumas aves aquáticas, especialmente garças brancas e cinzento-prateadas, cuja carne, porém, como ocorre em todos os Rios de água branca, tem gosto de óleo de fígado de bacalhau e, por isso, nada saborosas. O mesmo não acontece com os iguanas grandes e verdes que, aqui e ali, levam uma existência contemplativa nos galhos das árvores e geralmente são visíveis apenas ao aguçado olhar do caçador nativo. Sua carne é bem saborosa e não difere muito da macia carne de frango.

Fizemos uma curta parada junto a uma cabana Macuxí à margem direita. O barco de Ildefonso está ancorado no porto. Ele próprio aparece de repente e me trata com servil amabilidade. Parece, portanto, saber agora quem realmente sou! Ele nem mesmo cumprimenta seu irmão. Não dou muita importância ao hipócrita e ele logo desaparece.

Por volta das 12h00, com a gritaria de sempre, continuamos nossa navegação, descendo uma sequência de rápidos chamados Molipoeselálu, onde os dois beneditinos, já falecidos, naufragaram e tudo perderam. Por um triz o mesmo não nos acontece, a forte correnteza nos atirou contra um penedo, a embarcação rangeu, mas, no último instante, Pedro conseguiu afastá-la com o remo. Na margem esquerda há algumas cabanas de índios Wapischána semicivilizados. São empregados das fazendas de gado que vamos encontrar doravante. [...]

Almoçamos sobre algumas rochas, fustigados por nuvens de piuns, uma praga do Cotingo e do Surumu, que mal nos permitem desfrutar da comida. Enquanto isso, Ildefonso, de barco, passa calado por nós. Está profundamente ofendido e nos vira as costas. Melhor assim! À tarde, passamos pela corredeira de Maruaí, a última delas até São Marcos.

Logo abaixo, à margem direita, desemboca um Rio de mesmo nome, o único afluente maior do Cotingo depois da união deste com o Surumu. O Rio Maruaí é acompanhado de estreitas faixas de mata rala até o baixo cume que tem o mesmo nome, mas não tem sua origem nele, nasce mais adiante na savana.

Acima de sua Foz, a margem de 6 a 8 m de altura consiste em argila vermelho-esbranquiçada e gordurosa. Paramos num banco de areia. Mário comeu muita carne de boi e vomita terrivelmente, mas depois fica muito alegre de novo. Agora as cabanas dos criadores de gado seguem-se rapidamente, uma após a outra, em ambas as margens. Uma mulher branca chama Pitá:

– Ei, Manuel, você não trouxe nada para mim?

– Nem bananas, farinha de mandioca ou peixe?

É uma peruana, a mulher do negro Menandro, um empregado de Flechal. Meu pessoal imita sua voz gritada, caçoando. Pitá sorri. Diante de uma cabana de brasileiros na alta margem de areia, que se estende ao longe e é chamada de Dakábi pelos Macuxí, seis meninos morenos nus se arrastam de quatro, brincando, um atrás do outro.

Quando os chamamos, eles fogem, subindo o íngreme barranco. O menor deles não consegue acompanhá-los e grita, apavorado, até que seu irmão mais velho venha buscá-lo.

A fazenda Flechal, por onde passamos, na manhã seguinte, fica na alta margem direita. É a sede das gigantescas propriedades do falecido Sebastião Diniz. Quando o nível da água está normal, as pequenas lanchas chegam até aqui para buscar gado. Atrás das casas de teto de palha estende-se a baixa cadeia de mesmo nome, em direção ao Oeste. Rio abaixo, na mesma margem, há 5 grandes cabanas Wapischána.

Mais uma hora de viagem e chegamos ao Tacutu. Antes da Foz do Cotingo, ele é apenas poucos metros mais largo do que este, que mede 265 m. Após a confluência dos dois Rios, sua largura é de 345 m.

A água e o cenário das margens são os mesmos em ambos. Pela direita, ele logo recebe um pequeno afluente, que os Macuxí chamam de Anaí-ute, os brasileiros, de Igarapé do Milho.

Outrora, Ildefonso teve em sua margem uma grande Aldeia, mas sua gente, Pitá também, o abandonou, porque ele era um patife. Na povoação Tupucu, ou também Tipucu, na margem esquerda, cuja casa branca, coberta de telha, dá uma impressão bastante civilizada, encontramos a lancha Senador Silvério, que segue para Flechal para embarcar bois. [...]

Em 19 de agosto, partimos cedo para chegar em São Marcos antes do almoço. O Baixo Tacutu tem algumas ilhas arborizadas. À esquerda, deságuam pequenos afluentes sem maior importância, cuja vegetação ciliar é formada pelas majestosas palmeiras Buriti [Mauritia flexuosa]. A margem direita é coberta de mata rala e próximo à Foz, no alto da margem esquerda, fica o chamado "*Acampamento*", um Posto Militar brasileiro de uns vinte homens sob o comando de um Tenente.

Alguns soldados estão descansando diante de suas cabanas de palha, outros banham-se no ancoradouro e zombam de nós com sua risada de negro ao passarmos rapidamente por eles. Do ponto de vista militar, esse posto da fronteira não tem mais nenhuma importância. Os comandantes têm tão pouco a fazer quanto seus subordinados e desenvolvem, paralelamente, um próspero comércio de mercadorias de Manaus compradas por um preço relativamente baixo e vendendo-as com bom lucro aos colonos.

Alguns enriquecem por outras práticas. Por isso, esse posto, eventualmente, também é procurado por oficiais da capital. Um ou outro Tenente leviano já se "*arranjou*" aqui e agora vive como fazendeiro no Rio Branco.

"*Acampamento*" serve como substituto do velho Forte São Joaquim, construído, no ano de 1775 pelos portugueses como proteção contra as invasões espanholas vindas do Oeste. Suas ruínas não ficam longe daqui, na confluência do Tacutu e do Urariquera.

Os firmes muros de pedra estão cobertos pelo mato, mas ainda é possível reconhecer a forma de paralelogramo do antigo Forte, que, graças à sua localização dominante sobre três longos trechos de Rio, deve ter sido um excelente ponto estratégico.

Às 10h00, entramos no largo Urariquera e, meia hora depois, aportamos diante de São Marcos. Schmidt vem ao meu encontro no porto, muito contente, pois não me esperava tão cedo, há dois dias, apenas, os índios trouxeram a notícia de que estávamos a caminho. Hermann Schmidt é de Wittstock ([28]), e tem levado uma vida agitada. Há dez anos veio como colono para o Rio Grande do Sul e, de lá, foi para a Colônia Campos Sales, de curta existência, perto de Manaus. Tornou-se, então, empregado do Museu Amazonense em Manaus, a serviço do qual, entre outras coisas, coletava animais vivos e objetos etnográficos no Rio Branco e no Tacutu.

Por falta de dinheiro e pela má administração, essa promissora fundação teve vida breve. Os habitantes do Jardim Zoológico morriam ou iam para a mesa do necessitado Diretor. As belas coleções etnográficas dispersaram-se pelos quatro cantos. Dois valiosos tambores sinalizadores do Uaupés acabaram servindo de lenha para os funcionários.

Mas Hermann Schmidt, no entanto, pegou novamente o bordão de peregrino e foi para o Alto Rio Negro, que ele já conhecia de outra viagem. Aqui ele seguiu minhas pegadas, coletou objetos para museus norte-americanos no Uaupés e no Içana e gozou, como eu, da desmedida hospitalidade do meu venerado amigo, o excelente Don Germano Garrido y Otero em São Felipe.

Lá o alcançou meu convite para participar desta Expedição. As más condições de trânsito no Baixo no Negro retiveram-no por um mês inteiro em Santa. Isabel, ponto final da viagem a vapor. Caso contrário, ele já teria se juntado a mim em Manaus.

---

[28] Wittstock fica às margens do Rio Dosse, cidade alemã que fica entre Berlim e Rostock (N.T)

Há, de novo, muita gente aqui em São Marcos, Gouvêa também, com seus belos olhos vivos, e Brito, o eremita de Chiquiba, todos armados com suas Winchester. A política desempenha um papel importante. Quando soube que a polícia incendiara sua casa com tudo dentro e que sua mulher fora presa. Gouvêa apareceu em Boa Vista com sessenta homens do Urariquera fortemente armados. Mas todas as autoridades de lá fugiram a tempo para Manaus, em busca de segurança.

Dizem que agora o lugarejo está deserto. Aguarda-se aqui um grande destacamento policial. Então, com certeza, haverá tumulto novamente. Ildefonso esteve aqui somente por pouco tempo, voltando, então, por terra, depois de Neves passar-lhe uma carraspana. Ainda não chegaram outras cartas nem as mercadorias encomendadas por mim. A ligação com o mundo civilizado foi interrompida. O Rio baixa rapidamente. A lancha Senador Silvério também está voltando do Tacutu sem sucesso.

Não conseguiu chegar a Flechal em razão do baixo nível da água e também não vai até Manaus pelo Furo do Cujubim, mas somente até Boca da Estrada, no alto da grande cachoeira de Caracaraí. O Comandante Caetano, um português baixinho e furioso, está com febre alta e um humor pior do que o de costume. Ele recusou, sem rodeios, meu pedido para levar uma parte de minhas coleções.

Passamos oito dias em São Marcos e temos muito trabalho até tudo ficar pronto. De dia, serramos, empacotamos e costuramos na capela. – Que o Santo nos perdoe! – À noite, escrevo cartas e relatórios ou faço observações astronômicas no teodolito até de manhã cedo. Na varanda da casa, de dia e de noite, falam de política entusiasticamente. Os hóspedes vão e vêm.

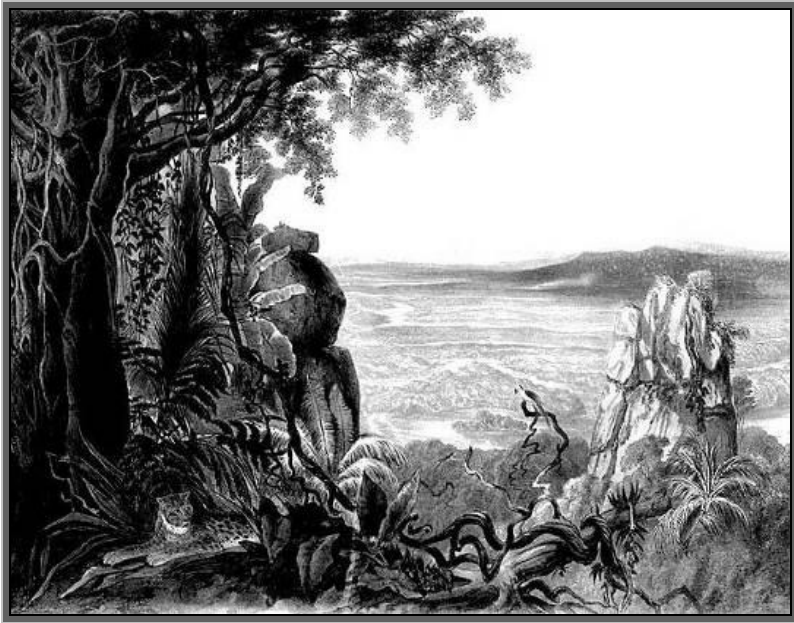



Imagem 14 – Rio Essequibo (Charles Bentley)

Em 26 de agosto estamos com tudo pronto: mas, por enquanto, ainda é um enigma para mim como as muitas caixas e trouxas seguirão Rio acima e chegarão depois a Manaus.

O amável Sargento do Posto Militar, que vai a serviço a Manaus num pequeno barco, pelo menos vai levar minhas cartas e uma caixinha com chapas fotográficas prontas. Empilhamos o restante na capela, que é coberta com folha canelada e bastante impermeável. Que as coisas fiquem aqui, sob a proteção do santo, até uma ocasião mais propícia. [...] (KOCH-GRÜNBERG)

Bernardo de Azevedo da Silva Ramos (1930)

O Champollion Amazonense

O Amazonas, grande em tudo, possui em seu seio uma alta individualidade que uma vez conhecida nos grandes centros científicos, tornar-se-á uma celebridade mundial. Queremos nos referir ao sábio amazonense Coronel Bernardo Ramos, tradutor das inscrições lapidares, não só do Brasil, como de diversas partes do mundo. E como o grande cientista chegou a desvendar tão precioso mistério?

O Cel Bernardo Ramos, dando-se ao fatigante trabalho de colecionar moedas, organizou a terceira coleção numismática do mundo, hoje de propriedade do Estado, e, findo esse trabalho, verificou que entre as diversas moedas, anteriores à nossa era cristã, muitas de suas inscrições eram semelhantes às que se encontravam em rochedos e pedras do nosso país. Há mais de vinte anos que o Cel Bernardo Ramos vem empreendendo novas investigações, chegando afinal, depois de muito estudo e paciência, a decifrar as inscrições lapidares existentes no território nacional, passando as suas indagações a outros países da América do Sul, da América do Norte, da América Central, como da Europa, da Ásia e da África.

Assim como Champollion, célebre orientalista francês, que em 1821 após várias tentativas de sábios em pesquisas para traduzir os hieróglifos, escrita pela qual "*os egípcios exprimiam tudo que respeitava às ciências e às artes, ou para representar ideias misteriosas de sua religião*", conseguiu desvendar o segredo daquele povo, Bernardo Ramos, o notável cientista amazonense, decifrou as inscrições lapidares do Brasil.

Descoberta a chave da escrita de nossas pedras, o Cel Bernardo Ramos lançou as suas vistas para outros países, encontrando sempre semelhança, nas nossas inscrições, com as de outras nações.

Pelos estudos do paleógrafo amazonense, ficamos sabendo que muito anterior à Cristo passou pelo nosso Continente uma grande civilização. Entre as decifrações do Brasil, figuram como muito importantes as da Gávea, no Rio de Janeiro, dando notícia da passagem por ali de navegantes fenícios, [887-856 antes da nossa era] e da Pedra Lavrada, na Paraíba do Norte, cuja inscrição em grego antigo datando cerca de mil anos a.C., representa 708 signos, emblemas, astros, constelações, etc. Além disso, o reputado sábio amazonense tem traduzido outras inscrições que se encontram em pedras do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Destaca-se ainda a decifração de algumas inscrições lapidares existentes na Colômbia, Guiana Inglesa, Venezuela, Guatemala, México, Argentina e Chile, como uma infinidade em várias regiões dos Estados Unidos da América do Norte. Computando as inscrições lapidares do Continente americano com as conhecidas na Escócia, em Leon, da Espanha, na França, em Creta, na Índia e na África Austral, o Coronel Bernardo Ramos encontrou absoluta identidade de caracteres alfabéticos, como de conceitos, tudo provando afinidade existente para o entendimento entre povos antiquíssimos, por meio de uma escrita seguida nos diversos continentes.

A esse tempo, o nosso continente era conhecido pelo nome Croniano, segundo as descobertas do Coronel Bernardo Ramos.

Em 1922, o nosso ilustre coestaduano transportando-se ao Rio de Janeiro, fez ali diversas conferências sobre este importante assunto, conferências essas que foram presididas pelo preclaro senador Epitácio Pessoa, então Presidente da República.

Já anteriormente, o Cel Bernardo Ramos, no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, numa sessão presidida pelo então Bispo da Diocese, D. João Irineu Joffely, apresentara a sua tese sobre as inscrições lapidares existentes em diversos pontos do país. Diante do sucesso alcançado na Capital da República, o Deputado Daniel Carneiro, então representante cearense, apresentou, juntamente com a bancada paraibana, um projeto autorizando o Governo a mandar imprimir a valiosa obra do Cel Bernardo Ramos.

Recebendo o respectivo projeto algumas emendas no Senado, voltou à Câmara, onde ainda se acha, a fim de que esta tomasse conhecimento das alterações daquela casa do Congresso.

A obra aludida compõe-se de quatro volumes com mais de duas mil inscrições lapidares, devidamente traduzidas, sem falar num grande número de cerâmicas, em que o cientista coestaduano prova que a escrita usada pelos assírios e babilônios, etc, era da mesma forma seguida pelos gregos.

Notícias de Importantes Inscrições

O mesmo ilustre etnólogo Dr. Theodoro Sampaio, em sua já citada "*Tese Oficial*", apresentada ao "*1° Congresso de História Nacional de 1914*", dá-nos notícias e noções interessantes de várias inscrições lapidares. Vamos, pois, fazer uma breve resenha dessas preciosidades, sob o ponto de vista das suas localizações e aspectos, a fim de que, em momento próprio, sejam submetidas a estudos paleográficos ([29]) e gliptográficos ([30]), a cuja ordem incontestavelmente pertencem. [...]

[29] Paleografia: ato de decifrar escritos antigos.

[30] Gliptográfia ou Gliptologia: descrição ou estudo das antigas gravações nas pedras.

"São dignas de menção, as da cachoeira de Waraputa, no Rio Essequibo, descritas por Schomburgk; as do Cerro Pintado, imenso rochedo escalvado de duríssimo granito porfirítico ([31]), à margem direita do Orenoco e alto de 250 metros acima da savana, são na verdade extraordinárias, e as deste último ponto, descritas por Chaffanjon, são até estupendas pelas dimensões das figuras e a altura inacessível em que estas se acham. Estão ali gravadas na rocha uma enorme serpente de 120 metros de extensão, um grande sáurio ou jacaré, um enorme miriápode, um homem com órgãos sexuais bem acentuados, um pássaro e outras figuras menores de feição ornamental".

"Assim também no Rio Correntyne, na face de um gigantesco penhasco, denominado Timehré, se apresentam enormes figuras nitidamente esculpidas, uma delas representando vulto humano, com mais de dez pés de altura e tendo à cabeça um ornato que a circunda como se fora a auréola de um santo. Numerosos são os exemplares desta espécie que se deparam ao viajante no território da Guiana e no Vale do Amazonas".

"As inscrições são bem mais frequentes nesta região da Guiana, como em toda América do Sul, cobrindo a face dos rochedos e as paredes das cavernas. No Roraima, o culminante dessa região guianense deparam-se por exemplo aos irmãos Schomburgk, paredões verticais de arenito cobertos de figuras e caracteres diversos representando vultos humanos, cobras, jacarés, desenhados com tinta vermelho-ferrugem. No Essequibo, Brown viu também em rochedos de arenito as mesmas figuras pintadas. Im Thurn ([32]) assinala-as na Serra da Paracaima. Wallace também as observou em paredões da mesma rocha por detrás de Monte Alegre, no Rio Amazonas. Hartt, descreve as da Serra do Ereré, etc".

---

[31] Porfirítico: rocha ígnea com cristais significativamente maiores (fenocristais) do que os da matriz mais fina ou mesmo vítrea.

[32] Sir Everard Ferdinand im Thurn.

É digno de reprodução o seguinte texto da lavra do ilustre etnólogo Dr. Theodoro Sampaio, cuja tese vimos resumindo:

> *"Tão generalizadas são essas manifestações da arte indígena, nesta parte do Continente, que repugna admitir não sejam o resultado de um sentimento superior e mais comumente compartilhado no seio da população primitiva".*
>
> *"É possível que alguns selvagens, ainda hoje, esculpam ou pintem em rochedos figuras simbólicas, como essas que não sabemos decifrar; mas o que é fato, pelos viajantes atestado, é que os mesmos índios atuais atribuem tais litóglifos e pinturas em rochedos, aos seus antepassados mais longínquos, e por essa razão e por outras que de cedo nos escapam, dão todas as provas de veneração e de respeito diante dessas inscrições lapidares, alguns até chegando a manifestar terror supersticioso, afastando-se delas com prudência. Algumas tribos também por obra de seres misteriosos, anões demoníacos aquáticos. Outros atribuem-nas ao Grande Espírito".*
>
> *"Na cachoeira de Waraputa, no Essequibo, Robert Schomburgk, não conseguiu nem por persuasão nem por ameaças, que os índios da sua comitiva o auxiliassem a destacar um pedaço do rochedo contendo uma dessas inscrições, e estavam crentes de que essa temeridade do viajante seria punida ali mesmo ou na passagem da cachoeira mais próxima. Quando se lhe depararam da primeira vez essas inscrições, disseram todos a meia-voz – Makunaima! Makunaima! [Deus! Deus!]".*
>
> *"Diante de duas gigantescas colunas naturais de pedra, uma delas com inscrições que se distinguem aliás pela sua regularidade e simetria, na Serra do Comuti, perto do Essequibo, essa gente da comitiva de Schomburgk, pôs-se a tremer e a vacilar, pois que via naquele lugar a morada de um gênio malfazejo, pronto a castigar aos que dela se aproximassem".*

"Carlos von Martius, refere que os índios da sua comitiva ao visitarem a cachoeira de Araracoára, no Alto Japurá, diante das esculturas semiapagadas num rochedo proeminente, aproximaram-se delas respeitosamente e, acompanhando com o indicador os sulcos poucos profundos das figuras quase obliteradas pela decomposição da rocha, exclamaram – Tupana! Tupana! [Deus! Deus!]"

"Não há dúvida de que o selvagem de hoje, nestas paragens, guarda por essas inscrições grande respeito tradicional, supersticioso, o que faz crer tenham tido elas, em outrora significação cultural, quiçá até associada a algum pensamento funéreo. Nem todas essas inscrições, é bem de ver, representariam coisa para o selvagem digna da mesma e geral veneração; muitas delas evidentemente não teriam essa importância, mas no geral o impressionavam como se fossem reais manifestações de um gênio bom ou mau que a tradição lhe ensinou a respeitar. Certo não lhes podemos dar hoje a tradução verdadeira, ignorado como está o fundo simbólico que por ventura teriam entre as populações primitivas a que são atribuídas. Judiciosas são na verdade as considerações que sobre o assunto faz o Professor Theodor Koch-Grünberg, após as suas viagens pelo Alto Rio Negro, Uaupés e Orenoco, admitindo no índio a capacidade do desenho comunicativo e descritivo, mas negando-lhe acerca de tais inscrições o intuito de fazer uma comunicação, pois que, a admiti-lo se pode incorrer facilmente no abuso da generalização".

"Não levo tão longe as minhas reservas, diz o ilustre Dr. Theodoro Sampaio, como o ilustre viajante e professor da Universidade de Friburg em Brisgau, pois aceito como mui provante a existência outrora de uma ideia cultural, com manifestações rudes embora, quais essas inscrições abertas em rochas, assentadas em lugares quase inaccessíveis e exigindo árduo esforço e largo emprego de tempo, quais também essas outras tão frequentes nos rochedos das cachoeiras a passos difíceis dos Rios das que tão numerosos descobriu o mesmo ilustre viajante".

Entretanto, pedimos permissão aos eminentes etnólogos, para divergirmos de semelhantes conceitos, firmando-nos em argumentos e provas que ora a propósito externamos neste modesto trabalho.

> *"Nas inscrições lapidares do Vale do Amazonas, prossegue o autor: "descobrem-se indícios certos de como a influência astrolatra ([33]) dominante na região andina e no Centro América, até se faz sentir". [...]*

Aí estão os preâmbulos da nossa primitiva civilização desaparecida e envolta em verdadeiro mistério, como finalmente, numa ferrenha incredulidade ou propósito de fazer permanecer tão magno assunto, no olvido criminoso, que repugna ao nosso sentimento de patriota. (RAMOS)

[33] Astrolatra: adoração aos astros.

A impossibilidade de levarmos a effeito uma excursão nesta região privou-nos de offerecer, por emquanto, desenhos de inscripções, das quaes insistentemente nos falam varios viajantes.

Comtudo, podemos offerecer as que se seguem, variaveis de 20 a 80 centimetros, colhidas de rochedos graniticos, pelo illustre Dr. João Augusto Zany, entre as serras de Tuarú e Imbarú (alto Tacutú).

Um só é o assumpto predominante, gravado de variantes formas. Na execução desse trabalho, admira como o artista seria senhor de seu alphabeto e habil no emprego curioso de seus caracteres. E' isto uma das notaveis particularidades d'essas inscripções.

Ainda ao illustre Dr. João Zany devemos a delicada offerta de uma ponta de flecha de silex denticulada, da qual fazemos menção em capitulo respectivo. Foi encontrada em 1917, na profundidade de 3m,50, á margem do rio Tacutú, proximo aos limites com a Guyana Ingleza.

Eis as gravuras e a interpretação que lhes damos:

Idem. p. 1266: Ροος-οῦς, *gen.* ῥόου-οῦ (ὁ), curso, escoamento; curso d'agua, corrente, rio; *ao fig.* curso das cousas, da vida, do tempo. Κατὰ ῥοῦν, em seguimento ao curso d'agua. Κατὰ ῥοῦν φέρεται τα πράγματα, *Lex.* os trabalhos têm um curso prospero. R. ῥέω.

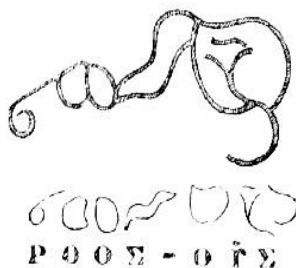



Fig. 1.519

Idem, variante da precedente.

Fig. 1.520

Idem, variante da precedente.

Fig. 1.521

Imagem 15 – Inscrições do Rio Branco

Idem, variante da precedente.

Fig. 1.522

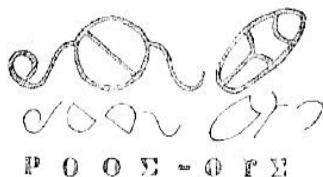
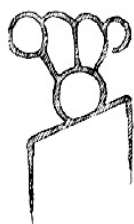
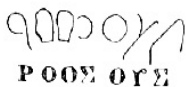
*

Idem, variante da precedente.

Fig. 1.523

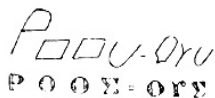
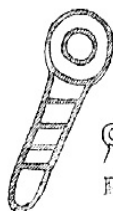
*

Idem, variante da precedente.

Fig. 1.524

*

PEDRA DA GIBOIA

E' d'este magestoso monumento, que tanto importa á glyptographia prehistorica, que ora, com prazer, vamo-nos occupar.

A' gentileza do eximio artista o Sr. Silvino Santos, technico da secção cinematographica da importante casa J. G. de Araujo, estabelecida em Manáos, Estado do Amazonas, devemos as seguintes photographias e desenhos referentes á *Pedra da Giboia*, da qual alguns scientistas se têm occupado, falando apenas de suas profusas e importantes inscripções lapidares. Agora, porém, em pequeno numero embora, temos magnificos exemplares, que

Imagem 16 – Inscrições do Rio Branco

José de Lima Figueiredo (1942)

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

SUMÁRIO DO NÚMERO DE JULHO-SETEMBRO DE 1942

ARTIGOS

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

COMENTÁRIOS

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

NOTICIÁRIO

BIBLIOGRAFIA

Pág. 1 — Julho-Setembro de 1942

José de Lima Figueiredo

José de Lima Figueiredo nasceu no Rio de Janeiro [então Distrito Federal], no dia 02.06.1902, filho de Francisco Figueiredo e de Adélia Figueiredo.

Cursou o Colégio Militar do Rio de Janeiro e sentou Praça em fevereiro de 1920, ano em que ingressou na Escola Militar do Realengo, RJ, e declarado Aspirante-a-oficial de Engenharia, em dezembro de 1922.

Foi instrutor e professor da Escola Militar, instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Aviação Militar, chefe do Curso de Oficiais da Escola de Engenharia, ajudante de ordens do General Rondon, chefe da Secção de Cartografia da Inspeção de Fronteiras, chefe do Estado Maior da 8° R.M., em Belém do Pará, oficial de gabinete, em três oportunidades, do Ministro Gaspar Dutra, adido militar em Tóquio e observador do incidente sino-japonês, Comandante da guarnição de Cachoeira do Sul, RS, e do 2° Batalhão de Pontoneiros.

Comandou e dirigiu o ensino da Escola de Educação Física do Exército na Urca. Foi Diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Fez parte das seguintes instituições: sócio efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e da The National Geography Society de Washington, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Sul-rio-grandense, consultor técnico de "*Geografia Regional*" do Conselho Nacional de Geografia, membro da Comissão Diretora da Biblioteca Militar, membro da Comissão Redatora da Revista Brasileira de Geografia e da "*Biblioteca Geográfica Brasileira*" e membro do Instituto Militar de História e Geografia.

No pleito de outubro de 1950, elegeu-se Deputado Federal por São Paulo, na legenda do Partido Social Democrático [PSD]. Assumindo seu mandato na Câmara em fevereiro do ano seguinte e nessa legislatura tornou-se relator da Comissão de Segurança Nacional durante os debates em torno do petróleo.

Participando ativamente, como representante dos militares, das discussões relacionadas com a criação da Petrobras, manifestou-se a favor do monopólio estatal como solução para a exploração desse produto.

O exame do projeto encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional resultou, finalmente, no triunfo da tese monopolista com a aprovação da Lei n° 2.004, de outubro desse mesmo ano, que garantiu o monopólio da União sobre a pesquisa, a lavra, a refinação e o transporte de petróleo em todo o país. Em janeiro de 1955 concluiu seu mandato.

Publicou *"Limites do Brasil [1936]"*, *"Oeste paranaense [1937]"*, *"Índios do Brasil [1939]"*, *"Um ano de observação no Extremo Oriente [1941]"*, *"No Japão foi Assim [1941]"*, *"Getúlio Vargas e a Conquista do Sertão [1941]"*, *"Terras de Mato Grosso e Amazônia [1942]"*, *"Brasil Militar [1944]"*, *"O Japão por dentro [1944]"* e *"Casernas e Escolas [1945]"*.

Recebeu as seguintes condecorações: Medalha militar de prata por vinte anos de bons serviços, condecoração da Ordem do Tesouro Sagrado do Japão, medalha de ouro General San Martin da República Argentina, Medalha Barão do Rio Branco, Cinquentenário da Proclamação da República, Medalha de Guerra, Condecoração do Mérito Militar [oficial], Condecoração Trujillo [oficial] da República de São Domingos. (*pagfam.geneall.net*)

Fronteiras Amazônicas (1942)

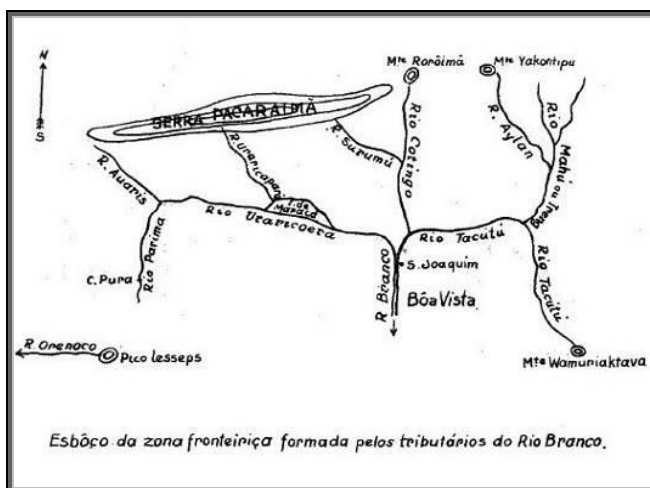



Imagem 17 – Esboço da Zona Fronteiriça

I – Generalidades

Neste trabalho vamos estudar as fronteiras da Amazônia Brasileira com os países vizinhos – as três Guianas, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Já se acham perfeitamente caracterizadas e demarcadas as lindes com as Guianas Holandesa e Inglesa, Colômbia e Peru.

Trabalhos de demarcação estão sendo levados a efeito ao longo da fronteira venezuelana; e para fechar, com marcos, a raia com a Bolívia, faltam ainda os trechos compreendidos entre a cabeceira do Rapirrã e a do Braço Oriental do Igarapé da Baía, afluente do Rio Acre; e o que vai do marco do Rio Turvo, tributário do Paragau, ao manadeiro principal do Rio Verde. Durante as expedições para delimitar, perfeitamente, o contorno terrestre do Brasil, levadas a efeito a partir de 1920, foram determinados os pontos extremos Norte e Oeste que se encontram, respectivamente, no monte Caburaí e na serra da Contamana.

O primeiro, situado na cordilheira de Pacaraimã entre as cabeceiras do Rio Ailã [afluente do Mau] e do Cucuí [Bacia do Mazaruni] apresenta as coordenadas seguintes: Latitude Norte – 05°16'19,60"; Longitude Oeste de Greenwich – 60°12'43,28", a 77,754 km à Leste do monte Roraima.

O segundo, localizado nas proximidades da cabeceira do Rio Moa, afluente do Juruá, tem as coordenadas seguintes: 07°33'12,85" de Latitude Sul e 73°59'32,45" de Longitude Oeste Greenwich.

II – DESCRIÇÃO DA FRONTEIRA [...]

3 – Guiana Inglesa.

Começa a linha divisória no marco de trijunção de fronteiras situado entre as cabeceiras dos Rios Cutarí, da Bacia do Currentine, e Uanamu, afluente do Trombetas e continua pelo divisor de águas Amazonas-Currentine e Amazonas-Essequibo até ao nascedouro do Tacutu Leste no monte Uamuriactaua por onde continua até à confluência deste com o Tacutu Sul, galhos formadores do Tacutu.

Segue pelo talvegue deste até à sua confluência com o Mau ou Ireng, pelo talvegue do qual continua até sua cabeceira. Do marco nascente do Mau, a linha divisória prossegue pelo divisor de águas Cotingo-Mazaruni, passando pelos montes Ulamir, Ulamirtipu, Caburaí, Aromatipu, Marima, Iacontipu, Apocailã, Uei-assipu e Roroimã, na mesa do qual se acha o marco de trijunção das fronteiras Guiana Inglesa-Brasil-Venezuela.

Há um fato bizarro nesta fronteira: um Igarapé corre sobre o divisor numa extensão de dois quilômetros, até cair numa sela, onde se bifurca, indo o ramo principal para a Guiana Inglesa e o outro para o

Brasil, havendo, entretanto, acentuada tendência para que este galho Sul se torne mais tarde o mais importante.

Foi resolvido, pelos demarcadores, que o trecho compreendido entre sua nascente e a referida bifurcação fizesse parte da linha divisória. Uma ilha de nome Cureuaqui, situada na embocadura do Rio do mesmo nome com o Mau ou Ireng, ficou pertencendo aos ingleses.

De 1930 a 1938 foram demarcados 1.690,8 km de fronteira ao longo dos quais foram assentados 135 marcos. A fronteira seca mede 907,614 km e a fluvial 698,186 km.

Os documentos que serviram de base aos trabalhos dos demarcadores foram os seguintes: Tratado de Londres, de 06.11.1901, resultante da decisão arbitral do Rei da Itália e a convenção especial e complementar assinada em Londres, em 22.04.1926.

A nossa comissão foi confiada à operosidade do Comandante Braz Dias de Aguiar, que já como auxiliar, se destacara na demarcação do Rio Chambuiaco, na fronteira do Peru.

No decorrer dos trabalhos surgiram algumas questões, felizmente resolvidas de modo satisfatório. A primeira foi a do Mau. Rezava a Decisão Arbitral, dada em Roma a 06.06.1904, que a nossa fronteira seria constituída pelo Mau ou Ireng.

Ao chegar ao terreno, os técnicos verificaram ser o Mau formado pelo Ireng e pelo Socobí, exigindo os ingleses passasse a fronteira pelo Ireng, ficando as nascentes do Mau muito mais ao Norte. O Brasil perdeu aí um pequeno trato de alcantilada terra, apesar do ardor com que o Comandante Braz se empenhou na defesa da questão.

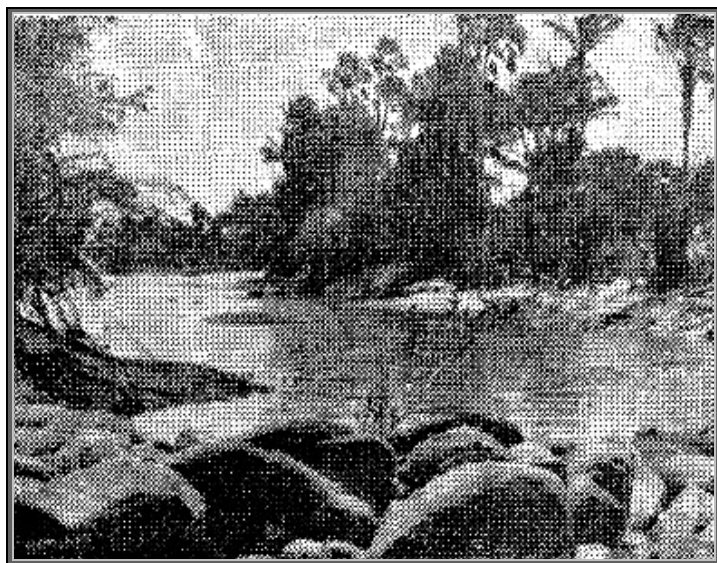



Imagem 18 – Rio Tiporem, afluente do Cotingo

Outra pendenga surgiu no Tacutu. Este curso d'água apresenta uma enorme galhada de formadores que contornam os montes Unitau e Uamuriactaua.

O explorador Anderson demarcara sozinho a região limítrofe e concluíra que o Tacutu nascia no último monte citado. A comissão atual verificou que, na referida elevação, brota um ramo do Rio lindeiro que recebeu a denominação de Tacutu-Este, por onde deverá passar a fronteira, afim de que permaneça, como ponto limitador, o complicado monte Uamuriactaua.

O Mau é afluente do Tacutu, possuindo os dois direções retangulares, vindo o primeiro do Norte e o segundo do Sul. O Mau corre na serrania, o Tacutu na planície.

O Tacutu recebe pela esquerda o Cotim ou Cotingo, que nasce no Roroimã e vai confundir suas águas com as do Urariquera, formando o Rio Branco, principal tributário do Negro.

Contemplando-se o mapa da região, tem-se a impressão de que o Cotingo é o principal formador do Branco, em virtude de continuar para o Norte a direção por este trazida.

Os ingleses, ciosos de tudo que lhes pertence, guardam suas fronteiras com soldados de polícia, que evitam o êxodo dos habitantes para nossos domínios.

Os missionários britânicos fundaram missões ao longo da fronteira com o fim inteligente de organizar uma propaganda entre os índios Macuxís e Uaupichanas. A emigração tem sido formidável e, se não houver uma providência do governo, será total.

A par do modo carinhoso de agir dos sacerdotes guianenses, antepõem-se a grosseria e brutalidade dos fazendeiros e autoridades amazonenses.

Os civilizados, em busca da riqueza, invadem as terras do íncola, de onde ele extrai o sustento dos seus; atropelam-no, humilham a sua família...

O índio, como defesa, arma-lhes uma emboscada, mata-os e em seguida emigra. O fazendeiro quase sempre chega muito humilde e pede ao autóctone para instalar no seu terreiro um curralzinho.

O aborígine, geralmente de boa índole, cede. O branco vai atulhando de gado o terreiro do índio. A roça deste último, onde vicejam o milho e a mandioca, vai sendo devastada. O índio protesta... as autoridades dormem... os ingleses ganham braços para o trabalho.

Os índios Macuxís, Uaupichanas e Taurepãs são dóceis, fortes e inteligentes e quase totalmente civilizados.

Os que habitam a serrania escolhem o lugar de suas malocas, de modo que todos os caminhamentos executados para atingi-las sejam enfiados pela vista do habitante. Os extremos Ocidental e Oriental da fronteira brasileiro-britânica apresentam as altitudes respectivas 2.772 e 343 metros. [...]

III – COMUNICAÇÕES COM AS FRONTEIRAS

Neste capítulo vamos estudar as vias de comunicações com a fronteira, mostrando também as linhas de penetração ao nosso Brasil, pelos países limítrofes. A nossa linha de referência será a grande calha coletora - o Amazonas. Veremos, assim, como estão as raias brasílicas ligadas a esta gorda corda potâmica. [...]

Rio Branco

O Rio Branco, sob o ponto de vista de sua navegabilidade, pode ser dividido em três seções:

a – o baixo Rio Branco com cerca de 400 km que vai de sua embocadura no Rio Negro até ao povoado do Caracaraí, em sua margem direita;

b – a zona encachoeirada com 24 km aproximadamente, entre Caracaraí e Paracuúba ou Boca da Estrada;

c – o alto Rio Branco, com cerca de 170 km, compreendidos entre a última cachoeira e a confluência dos seus formadores – Rios Urariquera e Tacutu.

A navegação do Branco sofre modificações periodicamente. Consoante o regime das águas. Na melhor estação, os navios pequenos vão até à Fazenda de S. Marcos, perfeitamente bem, partindo de Manaus, em quatro dias. Isto sucede de abril a setembro, atingindo as águas sua maior altura em junho.

Durante a seca ou verão, de setembro a abril, os vapores gastam ·os mesmos quatro dias, apenas até Caracaraí. Deste porto até à Fazenda de São Marcos são despendidos mais dois dias em embarcações a motor. A maior estiagem é, comumente, em dezembro e janeiro. Há anos em que nesses meses, nem mesmo em pequenas lanchas se pode ir até Caracaraí, tal a baixa das águas. O regime das águas do Branco não é rígido: apresenta acentuadas variações não só na época como na altura das águas.

Durante o período de cheia, a navegação é feita por uma espécie de Braço, denominado Furo do Cujubim, pelo qual se bifurca a água do Rio no trecho encachoeirado. Assim que as águas baixam, torna-se perigosa a navegação por ele, pois aparecem muitas pedras, obrigando a passagem por canais muito estreitos, nos quais a velocidade é muito rápida.

Se bem que com duras dificuldades, a navegação na zona encachoeirada, nas águas médias ou baixas, é feita pelo braço principal do Rio ou de Oeste.

A cachoeira principal é chamada Pancada Grande que chega a ter mais de um metro de queda, na época de pouca fartura d'água. As demais cachoeiras ou corredeiras são assim denominadas: Laje da Onça, Rabo, Bota-Panela, Pedras do Germano, Pancada Grande, Cotovelo, Guariuba e Sucuriju.

Safando o trecho encachoeirado, há um varadouro de 25 km ligando o povoado de Caracaí a Pacuúba, pelo qual passa o gado na época da vazante. Esse varadouro deveria ser levado até Boa Vista, mas depois de várias tentativas foi a ideia, por enquanto, abandonada.

O Comandante Braz de Aguiar informou-me o seguinte:

Os padres beneditinos contrataram com o Governo Federal a construção de uma estrada de Boa Vista até Caracaraí e a iniciaram aproveitando um antigo traçado, porém esses trabalhos foram abandonados, tendo sido feita somente uma parte no campo. Tem sido apresentados diferentes projetos de estradas ligando Manaus à região dos campos do Rio Branco.

Com esse fim já houve uma Expedição que partiu de Manaus sob a direção de Sebastião Diniz, mas sem resultado. Também houve a ideia da construção de outra estrada partindo de Vista Alegre, na margem esquerda do Rio Branco um pouco abaixo de Caracaraí, em direção à serra da Lua, nas proximidades da fronteira britânica, pouco a Oeste das cabeceiras do Rio Tacutu.

Três são os caminhos nas cachoeiras do Rio Branco. O primeiro utilizando a estrada de gado que vai de Caracaraí até Paracuúba. O segundo subindo a lancha ou batelão pelas cachoeiras, por canais tortuosos e de praticagem difícil, até ao porto de baixo da cachoeira Pancada Grande, onde se inicia o varadouro do Benquerer. Por esse caminho se vai até à montante daquela cachoeira onde a carga é reembarcada, para prosseguimento da viagem.

Essa viagem através das cachoeiras é sempre perigosa, principalmente nas águas baixas. A passagem do Cojubim constitui o terceiro caminho. Em Caracaraí já se encontra um grande campo na margem direita. A região franca dos campos do Rio Branco começa no Mucajaí, seu afluente da margem direita e se estende até aos limites com a Guiana Britânica e Venezuela.

Por esses campos há inúmeros caminhos que comunicam toda a região e por onde é feito o transporte na época da seca. Assim da Fazenda Nacional de São Marcos se pode ir por terra até os diversos pontos do Rio Mau, fronteira com a Guiana Britânica, ou até à serra Pacaraima, limite com a Venezuela.

> Do mesmo modo se poderá ir para Leste até encontrar novamente o Tacutu, limite com aquela Guiana. Esses caminhos na época seca, com algum trabalho, poderão dar passagem a veículos, mas no inverno atravessam alagadiços e buritizais que só permitem o trânsito de cavaleiros.

A faixa da fronteira da colônia Demerara é perfeitamente igual à nossa. Policiais ingleses de cavalaria fazem rigorosa fiscalização da linha divisória, máxime ([34]) nos pontos naturais de passagem. (LIMA FIGUEIREDO)

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

[34] Máxime: especialmente.

Campos do Rio Branco (1942)

De um modo geral, o termo campo no Brasil designa a área descoberta que não possui floresta. Tal área tanto pode ser arborizada e, neste caso, a fitogeografia lhe denomina savana, como sem árvores, tendo-se, então, campinas, nome hoje universalmente usado em geografia botânica para designar esta segunda ordem de campos nativos.

No Brasil, porém, as savanas chamam-se campos-cerrados, ao passo que os campos sem árvores constituem, na nomenclatura fitogeográfica brasileira, as campinas ou campos-limpos. Na região amazônica, os campos naturais ou nativos, se revestem de um tríplice aspecto, porque além de apresentarem a forma típica da savana, e a modalidade campina, ostentam um tipo intermediário, a formação campinaranas ou falsa campina.

Na acepção geral do termo, os campos do Rio Branco, afluente da margem esquerda do Rio Negro, no Estado do Amazonas, cobrem uma área de cerca de 35.000 km^2, de altitude média uniforme, entre 150 e 160 metros, excetuada a parte Norte da planície, onde a altitude não é inferior a 250 metros. A verdadeira zona dos campos livres ou gerais do vale do Rio Branco, começa, de acordo com Jaques Ourique, depois das manchas de terrenos altos encontrados desde a Barra do Rio até o princípio do trecho encachoeirado, e daí à linha do Mucajaí e serra de Araraquara, hoje geralmente chamada serra Grande, sendo, pois, esse, o limite Sul das campinas.

Para Glycon de Paiva, o limite Sul, entretanto, é balizado pelo referido Mucajaí na margem direita do Rio Branco, e Quitauau, na margem esquerda, Igarapé nascido nas altas terras da serra da Lua.

O limite Oeste e Norte é constituído, conforme Ourique – O Vale do Rio Branco – Edição Oficial – 1906 – pela linha que, "*partindo do alto Mucajaí e passando pela extremidade Oriental da Ilha de Maracá, contorne junto as serras os vales do Amajarí e Parimé e vá, pelo retiro no Surumu, ao Pirara, na nossa divisa com a Guiana Inglesa, sendo essa o seu limite de Leste*".

No Boletim n° 99 – Alto Rio Branco – do Serviço Geológico e Mineralógico – Glycon de Paiva admite que o limite Oeste da planície termina no meridiano de Maracá, quando se passa do curso inferior do Urariquera para o seu alto curso.

Como limite Norte, Glycon considera a escarpa que atravessa o Brasil vinda do território venezuelano, no Rio Surucum, à Guiana Inglesa, no Rio Mau, numa orientação geral de NW para SE.

As campinas do Rio Branco possuem uma largura aproximada de 150 km, atravessando do Brasil, para a fronteira inglesa.

A planura revestida pelas campinas do Rio Branco, hoje genericamente conhecidas por campos de S. Marcos, em virtude de possuir o Governo Federal, na confluência do Rio Branco com o Urariquera, a grande Fazenda Nacional de S. Marcos, a única das três grandes fazendas nacionais que vingou, dentre as que existiram antigamente na região.

Tipicamente é uma peneplanície gnéissica, cuja vegetação característica é formada por plantas xerófilas e silicícolas, sendo na sua quase totalidade herbácea, donde os campos separados entre si por manchas de cerrados ralos, cujos caimbés e merixís, monimeáceas taníferas, representam as plantas expressivas, de três a quatro metros de porte, ramos e caule tortuosos, folhas silicosas.

A cobertura principal do campo é uma gramínea que, em touceiras isoladas [Anomochloa sp.] constitui, com as ciperáceas capiliformes das Lagoas e Igapós, o alimento preferido pelo gado aí existente desde os meados do século XVII, quando estabeleceram os portugueses as primeiras feitorias de criação, mais tarde transformadas nas Fazendas Nacionais de São Bento, de São José e de São Marcos.

Esta a única, aliás, que continua mantida e administrada pelo governo, de vez que as duas primeiras se acham hoje repartidas em fazendas particulares.

A área dos campos do Rio Branco, naturais, francos, contínuos e limpos, apropriados à criação de gado vacum, cavalar e lanígero, sem preparo nem trabalho especial algum, corresponde a clareiras abertas na imensa floresta megatérmica que veste o imenso vale amazônico.

A entrada nos campos para quem vai de Manaus, depois do varadouro "*Bem Querer*", é descrita pelos monges beneditinos, no seu Anuário do Rio Branco:

> Daí a viagem prosseguirá risonha, entrando pouco a pouco na região dos campos.
>
> São estas imensas extensões de terra plana, com caráter de savana, cuja monotonia porém é agradavelmente aformoseada por serras espalhadas em toda a parte, grandes e pequenas.
>
> Disto pouco perceberá o viajante a bordo do seu navio, porque a mata alta, que sempre continua a acompanhar as margens, lhe interceptará a vista dos largos horizontes que se descortinam atrás dessa barragem.
>
> Elevando-se, porém, a devida altura poderá contemplar em largas extensões esse grandioso panorama.

Glycon de Paiva, escreveu:

> A mesma impressão que nos vem, quando nos achamos colocados em pleno oceano, acode ao pensamento do observador que viaja os infinitos campos do Rio Branco.
>
> Não sabemos de planícies que lhes sejam comparáveis, a não ser, vagamente, os altos chapadões do Triângulo Mineiro.
>
> Faltam quase sempre pontos de referência. Todos os Rios correm indecisos, sem senilidade avançada, limitando-se, apenas, a transportar, de uma margem para outra, os bancos de areia.
>
> O seu perfil é de um "*V*" muito aberto, e, de lado e outro do eixo, vê-se uma larga baixada de alguns quilômetros, lembrando nas longas enchentes dos Rios amazônicos, qualquer coisa dos pantanais do médio Paraguai.
>
> Suas velocidades, salvo trechos limitados de rejuvenescimento, são da ordem de 60 cm, por segundo.

Como sucede no Rio Grande do Sul, as pastagens naturais do Alto Rio Branco, dividem-se, como lá, em pastos secos e pastos úmidos, havendo, ainda, banhados e alagadiços nas baixadas marginais dos Rios e Igarapés, estendendo-se aqueles pelos terrenos mais altos, não atingidos pelas enchentes, e, estes, pelas depressões transitoriamente alagadas.

Além disso, Igarapés de águas cristalinas cortam os campos em todas as direções, ostentando nas suas margens, renques de meritís [Mauritia flexuosa, Mart.] palmeiras que cor respondem aos buritis, no interior do planalto central do país [Mauritia vinitifera].

É nos miritizais e nas "*ilhas de mato*", capões, que o gado se refugia quando o calor aumenta consideravelmente. (COSTA PEREIRA)

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

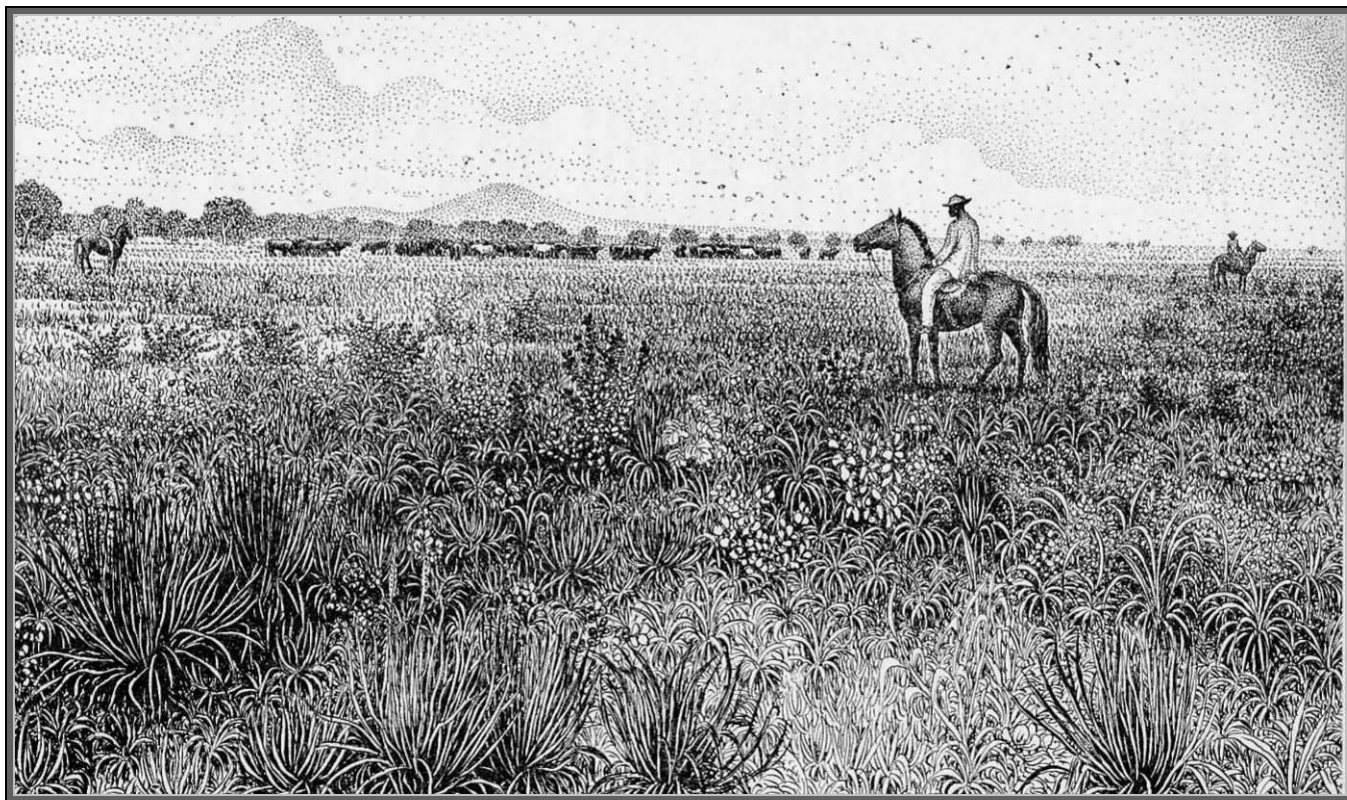



Imagem 19 – Campos do Rio Branco

Vaqueiro do Rio Branco (1942)

Apropriados à criação de gado, em geral, os vastos campos do Rio Branco constituem o cenário onde se desenvolve a atividade de um tipo humano que, sem possuir as características somáticas e psicológicas do gaúcho e as singulares formas de adaptação a um meio hostil, sintetizadas expressivamente no vaqueiro do Nordeste, merece contudo apreciação, embora ligeira, nestas páginas dedicadas aos Tipos e Aspectos do Brasil.

É o vaqueiro do Rio Branco, cuja presença nas pastagens naturais do curso superior do Rio, imprime um traço de indiscutível personalidade à paisagem cultural do estado do Amazonas.

No gênero de vida que leva e no horizonte de trabalho em que evolve, efetivamente há oportunidade para se estimar o valor de um modo de colaboração harmoniosa entre a natureza e o homem, este ajustado às condições do meio físico, ajuste que se traduz, no caso, pela repercussão sensível, por exemplo, na forma do povoamento disperso, não ribeirinho, totalmente discordante do tipo frequente no território do estado.

A atividade do vaqueiro do Rio Branco encontra-se ligada à vida das fazendas de criação disseminadas por entre os 2° e 5° de latitude Norte, das quais comprovadamente – São Marcos, São Bento e São José foram as primeiras fundadas e estabelecidas nos três ângulos formados pelos Rios Branco, Tacutu e Urariquera.

Oriundos das tribos circunvizinhas – Macuxís e Uapixanas principalmente, que povoam os campos onde se localizam quase todas as fazendas, o vaqueiro do Rio Branco por tal circunstância já

contrasta com os tipos clássicos da nossa atividade pastoril, subsistente na campanha sul-rio-grandense e na caatinga espinhenta e ressequida do sertão nordestino.

De origem Cariba, quando Macuxí, de procedência Aruaque, ou Nu-Aruaque, quando Uapixano, o vaqueiro do Rio Branco, de ordinário não traz barba, muito menos como a exibe fartamente, o modelo, apresentado por Jacques Ourique, em "*O Vale do Amazonas*" – Edição Oficial – 1906, que o desenho ao lado reproduz.

Se não possui como no Sul, ou no Nordeste, indumentária especial, veste, contudo, roupa adequada ao exercício da profissão, sem constituir o traje, entretanto, espécie curiosa de armadura, como aquela indispensável à luta do vaqueiro contra a agressividade do meio físico, na caatinga – de galhos tortuosos, crivados de espinhos.

Nas suas imensas campinas apenas de quando em vez interrompidas pelas "*ilhas de mato*", capões que vestem as margens dos Rios e das lagoas, ou que podem cobrir os "*tesos*", lombadas de até uns 200 metros de altitude.

Não tem o vaqueiro do Rio Branco, com efeito, necessidade de se vestir de couro quase da cabeça aos pés, como sucede com o campeiro do Nordeste. Ao invés de trazer à maneira nordestina, jaqueta de couro, usa o casaco de mescla, ou o blusão de algodãozinho. De couro, bastam-lhe duas peças.

Não calça perneiras de couro até os quadris, porquanto lhe são suficientes as polainas de pele de veado, pele curtida, aliás, com o emprego de uma planta tanífera de preferência, lá mesmo no seu campo limpo forrado de gramíneas de pequeno porte

e de ciperáceas menos variadas e numerosas do que as do Planalto Central do país.

Se usa sandálias de pele de veado, dispensa por desnecessárias, as resistentes luvas de couro, tão úteis e tão caras aos profissionais do gado, na caatinga. Não traz como o nordestino, chapéu de couro grosso com jugular, nem o chapelão de abas largas, de forro e copa achatada, típico do vaqueiro marajoara.

O seu é um chapéu de palha ordinário sem nenhum requisito especial, como o de Marajó que, entre a copa e o forro, encerra folhas secas, a fim de evitar a ação dos raios do Sol e a entrada de água da chuva abundante.

A planura em que trabalha, não obstante ser ainda mal conhecida climatologicamente, beneficia-se de brisas diárias frescas e às vezes fortes dos quadrantes NE e SW, as quais, tornando a temperatura amena e constante, contribuem para suavizar o clima da região, cuja média anual de queda de chuva é cerca da metade da quantidade caída em Marajó.

O regime de trabalho do vaqueiro do Rio Branco está, como em toda parte, em relação estreita com os usos e costumes gerais do agrupamento de que a unidade é a fazenda de criação.

Embora as pastagens no Rio Branco sejam comuns, as fazendas se dividem em seções ou "*retiros*", tendo cada qual seu encarregado subordinado ao "*capataz*" da fazenda, que a administra ordinariamente em nome do dono.

Fazendas e retiros no Rio Branco, como no Rio Grande do Sul e no Nordeste, possuem ótimos peões e campeiros cujo número varia com a quantidade de gado de que a fazenda dispõe.

No Rio Branco, porém, peões e campeiros são recrutados quase sempre entre os índios mansos e mestiços, os quais por hábitos atávicos de existência, com facilidade se adaptam a baixos salários e ao gênero de vida que a planura sugere.

Tendo o direito de matar gado para o próprio consumo, o vaqueiro do Rio Branco é um carnívoro que logo após o cafezinho da manhã, ao sair da rede onde passa a noite, "*segura o peito*" quatro horas antes do meio dia, isto é, alimenta-se de carne cozida, leite, farinha-d'água e café, tudo isto antes do almoço propriamente dito.

É quando – laço de couro em punho, de uns vinte a trinta metros de comprimento – parte para o serviço diário, ao qual se aliam os préstimos do cavalo, notadamente nos "*lavrados*" ou campos extensos sem vegetação arborescente ou com raras árvores.

Campeiros, peões, e de modo geral todos os trabalhadores do Rio Branco, são denominados caboclos e possuem, segundo o testemunho do médico e monge D. Vicente Álvaro de Oliveira Ribeiro – O.S.B. ([35]) – que lá viveu durante três anos, sentimento cristão pronunciado, além de intenso apego à família.

Honestos, bons, prestativos, hospitaleiros, continuam realizando na clareira da mata amazônica, o milagre da humanização de uma paisagem situada a grande distância dos grandes focos da civilização nacional.

A paisagem, que do ponto de vista físico já se integra nos 60% do nosso território de flora geral, quanto ao aspecto humano e político, é 100% brasileira, de vez que as características de brasilidade apresentadas pelos humildes vaqueiros do Rio Branco, alia-

---

[35] O.S.B.: Ordem de São Bento ou Ordem Beneditina (em Latim: Ordo Sancti Benedicti)

das ao seu gênero de vida e seu regime de trabalho, são de molde a se poder afirmar que eles atuam no seu quadro geográfico, como se acaso estivessem cumprindo, exclusivamente por educação, o significativo lema da nacionalidade. (COSTA PEREIRA)

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

Imagem 20 – Vaqueiro de Rio Branco (Percy Lau)

Alma Noturna
(Thales Bastos Chaves)

Cílios longos do Sol que as pálpebras descerra,
Fragmentos de luz, ouro em pó nas montanhas...
Convulsões de luar que a natureza encerra...
Vento frio a correr em turbulentas sanhas.

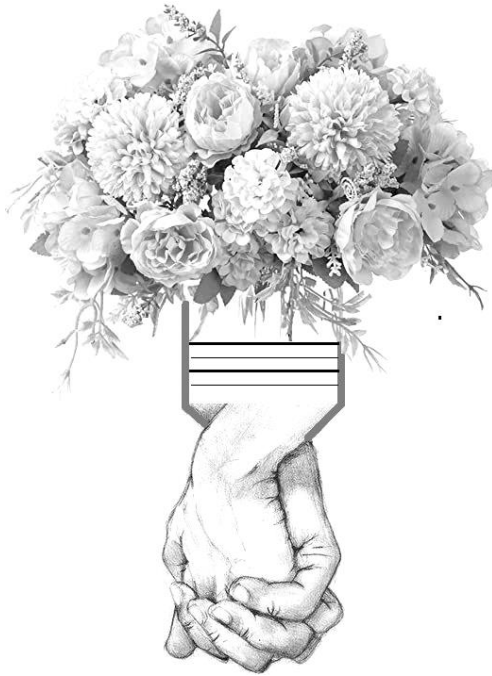
E eu enxertado ao chão, herói da estranha guerra
No efervescer mendaz ([36]) que me vem das entranhas
Do coração, que geme à solidez da terra,
Onde cri ([37]) renascer as lívidas façanhas.

Tudo palpita e ri nas múltiplas belezas,
Apenas velo e choro as minhas incertezas,
No ventre sepulcral desta noite de horrores...

A lágrima me rola internamente fria,
De um pesadelo atroz, da noturna agonia
Da lacuna espectral das minhas próprias dores.

---

[36] Mendaz: falso.
[37] Cri: acreditei.

Destino Incerto...
(Thales Bastos Chaves)

Dá-me tuas mãos, assim... dedos entrelaçados,
Olhar fixo no além... Das pálpebras dos ramos
Desliza o orvalho branco em pingos compassados,
Umedecendo o chão de prantos onde estamos.

É a partida, o adeus... No tapete dos prados
A flor silvestre e humilde lacrimeja. Vamos!
É a vida em flor! É a luz! Marchemos descuidados;
Tudo renasce e vive! Andemos, prossigamos...

A caminhada é longa! Agora dá-me o braço,
Reclina o corpo ao meu, repousa do cansaço,
Ou deita-te feliz na relva em que pisamos.

Olha! é a primavera, a imperatriz das flores!
Caminhemos cantando os salmos dos amores,
Sem saber de onde vimos ou para onde vamos.

A Questão do Pirara

O conhecimento da História nos permite elaborar uma doutrina que nos capacite enfrentar com sucesso os desafios do presente e, seguramente também, as pelejas que nos reservam o futuro. (Hiram Reis e Silva)

Fiz questão de apresentar, nos capítulos anteriores, memórias, relatórios e expedições sobre a região que pretendemos perlustrar ainda neste ano de 2018, quando nosso projeto completa um decênio, para que o leitor se assenhore do contexto humano, político e histórico-geográfico, além das inconfessáveis pretensões dos maquiavélicos estrategistas estrangeiros.

A Questão do Pirara é emblemática, os ingleses levaram quase sete décadas para finalmente cravarem suas garras na região contando, para isso, com a colaboração sub-reptícia de outras nações imperialistas. No Pirara, vimos como os saxões foram capazes de usar a diplomacia e cooptar e usar as populações indígenas para alcançar seus intentos.

O lema de proteger os nativos da região que estariam sendo, na época, seviciados e escravizados pelos brasileiros foi a ideia-força que vem se perpetuando através dos tempos. Ultimamente as ideias-forças empregadas pelos mal disfarçados interesses alienígenas sofreram uma metamorfose cronológica e focam fundamentalmente no meio-ambiente e na questão indígena – demarcação de terras e autonomia.

[...] nenhuma das comunidades indígenas brasileiras detém estatura normativa para comparecer perante a Ordem Jurídica Internacional como "Nação", "País", "Pátria", "território nacional" ou "povo" independente. (Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto)

Luíz Felipe de Castilhos Goycochéa faz uma retrospectiva histórica:

> Joaquim Nabuco, nas suas memórias ao árbitro, traçou-lhe os contornos: "*entre o curso do Tacutu e o do Cotingo, a Oeste, e uma linha tirada da nascente do Cotingo para Leste, no sentido do divisor de águas, até um ponto vizinho do monte Ayancanna, continuando desse ponto para o Sudeste, sempre na direção do mesmo divisor de águas, até o monte Annay, daí pelo seu tributário mais próximo até o Rupununi, subindo este Rio até à nascente e indo encontrar a do Tacutu*". [Artigo 2° do Tratado de arbitramento, citado na exposição final [Volume IV – Tomo 20].
>
> A área contida nessa linha mede 32.200 km^2, a parte maior na Bacia Amazônica e a menor na Bacia do Essequibo. Retenha-se a circunstância de ser a maior parte do território pretendido na Bacia do Rio Amazonas, uma vez que nenhum direito, nunca, assistiu à Grã-Bretanha, e antes à Holanda, nas vertentes Meridionais das serras Parima e Pacaraima, divisores das águas dos sistemas fluviais do Orenoco e do Essequibo, das do Branco, do Sistema Amazônico.
>
> Todos os ajustes internacionais, desde o Tratado de Madri, de 1750, invariavelmente reconheceram o domínio de Portugal sobre "*todas as vertentes que caírem para o Rio das Amazonas ou Marañon*", da mesma forma que reconheceram como de outros domínios "*todas as vertentes que caírem para o Orenoco...*" ([38]) A Inglaterra, aliás, sempre teve em respeito à divisão pactuada como que obedecendo à divisão feita pela própria natureza.

[38] Artigo XVIII do Tratado de Madri.

A partir da primeira ocupação das terras que viriam a constituir sua Colônia, em 1781, até a que o fez em caráter definitivo, em 1804, resultante da derrota da França, assim o foi. Se é verdade que antes da ocupação definitiva não sobrou tempo para a penetração a fundo, da data dessa em diante sucederam-se as viagens científicas, religiosas e militares partidas do Atlântico, rumo Sul, pelo Essequibo, até o Rupununi, reconhecido e assinalado em 1811 como o limite das duas soberanias, a inglesa e a lusitana.

Começaram, em 1811, as visitas inglesas à linha divisória da Guiana, sucedendo-se daí em diante com certa constância. Nesse ano houve a Missão integrada por Van Sirtema, Hancock e Simon ([39]), enviada pelo Governador de Demerara e Essequibo para visitar os índios da região. No ano seguinte é o sábio Charles Waterton que se aproxima do Forte português de São Joaquim, procurando recolher curare.

Em 1827, o Governador da Guiana, ele mesmo, em documento bastante claro ao "*Foreign Office*", descreveu a fronteira pela serra do Parima. O grande Joaquim Nabuco, no seu trabalho de advogado dos nossos direitos, alinhou provas inequívocas de que a Grã-Bretanha, sempre, havia acatado a soberania do Brasil sobre a região genericamente chamada do Pirara. [...]

Em 1828 é o Tenente Gullifer e o geógrafo Smith, ambos ingleses, que ultrapassam a raia e chegam ao Forte São Joaquim, então já brasileiro em virtude da independência política do país. (GOYCOCHÉA)

[39] Tenente-Coronel D. Van Sirtema, naturalista inglês John Hancock e o chefe da Expedição.

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo relata que o governo inglês contratou um súdito alemão, homem de ciência, geógrafo e naturalista, para realizar pesquisas na Guiana Inglesa e em terras brasileiras. O gabinete do Lord Palmerston solicitou ao nosso Ministro Plenipotenciário, em Londres, um passaporte diplomático para esse "*cientista*" e assim se exprimiu, dirigindo-se ao Ministro brasileiro:

> Lord Palmerston apresenta cumprimentos ao Sr. Galvão e tem a honra de informá-lo de que Mr. Robert Hermann Schomburgk, que se acha agora em viagem na Guiana Britânica, em Comissão para a Royal Geografic Society, vai proceder ao exame da serra que forma a divisão de águas das Bacias do Amazonas e do Essequibo, tendo provavelmente para esse fim, necessidade de atravessar a fronteira brasileira.
>
> Lord Palmerston pede ao Sr. Galvão um passaporte para Mr. Schomburgk e, ao mesmo tempo, que o Senhor Galvão tenha a bondade de promover as precisas ordens no Pará ao Comandante da Fortaleza de São Joaquim, próximo das cabeceiras do Rio Branco, para autorizar Mr. Schomburgk a continuar suas explorações nessa região.
>
> Como o objetivo de Mr. Schomburgk é "*meramente*" fazer descobertas geográficas no território inexplorado que forma a fronteira dos domínios britânicos e brasileiros na América do Sul, Lord Palmerston acredita que, da parte do Senhor Galvão, não haverá objeção alguma a este pedido. (JOAQUIM NABUCO)

Em junho de 1835, Robert Schomburgk e Youd, procurando abrigo das chuvas no Forte São Joaquim, no centro do vale do Rio Branco, onde foram recebidos pelo Capitão Pedro Ayres com a máxima cortesia,

permitindo que ocupassem as duas melhores casas daquelas paragens, fornecendo-lhes tudo o que lhes fosse necessário além de franquear-lhes a entrada onde e quando desejassem. Nas conversas de Pedro Ayres com seus hóspedes o ingênuo Comandante lhes contou que algumas pessoas submetiam os índios a crueldades sob o pretexto de recrutá-los como soldados para o Exército Brasileiro...

Schomburgk e Youd imediatamente elaboraram uma justificativa para suas ideias expansionistas, que tão logo chegaram ao conhecimento do gabinete inglês transformaram-se em um plano.

O inquérito sobre o local das pretensas crueldades, informa Nabuco, começou no mesmo instante: "*se tinham sido em território inglês ou em território brasileiro; se aquém ou além do Rupununi*".

Sem que os portugueses desconfiassem de suas reais intenções. Schomburgk regressou a Londres mas, em 1837, retornou à Guiana e continuou seus "*estudos geográficos*". Em seus relatórios a Londres, Schomburgk relatava que a presença militar brasileira na região era quase inexistente. Sugeriu que a Inglaterra ocupasse esses espaços "*vazios*", mandando demarcá-los para os domínios de sua majestade inglesa até ocupá-los em caráter permanente.

Em 1838, o reverendo inglês Thomas Youd criou uma Missão no Pirara, com a intenção de atrair e aliciar os índios Macuxís e permaneceu em atividade durante 8 meses até ser expulso pelo Capitão Leal, Comandante do Forte de São Joaquim. Os ingleses reagiram determinando que a Missão Schomburgk demarcasse a fronteira com o Brasil.

Em 28.11.1840, uma nota do governo inglês ao brasileiro participava a nomeação de Mr. Robert Hermann Schomburgk para levantar a carta da fronteira entre os dois domínios e concluía advertindo que o Governo da Guiana havia recebido instruções para não permitir qualquer usurpação no Pirara ou nos territórios vizinhos da fronteira até então ocupados por tribos independentes.

Em fevereiro de 1841, oficiais ingleses, por ordem do Governo de S. M. Britânica, intimaram ao Comandante e o destacamento que guarnecia o Forte de São Joaquim que abandonassem a fortificação, ainda sob a justificativa da expulsão do missionário Thomas Youd, concedendo-lhes um prazo de quatro meses.

Continuando com Luís Felipe de C. Goycochéa:

Era, não há dúvida, a imposição da doutrina do "*res nullius*", de ninguém, sem posse de qualquer Estado.

O Forte ali instalado havia muito, a presença de oficiais e soldados brasileiros, de catequistas também brasileiros, de estabelecimentos de proprietários da mesma origem, da ligação continuada com as autoridades de Santarém e de Belém, nada valiam; como também não valiam os argumentos da posse imemorial por gente portuguesa; os velhos Tratados entre Portugal e Espanha em os quais a região figurou sempre como daquele reino não tinham importância; os levantamentos topográficos levados a efeito por astrônomos lusitanos não seriam de molde a assegurar direitos ao Brasil.

<u>As razões invocadas eram de lobo faminto a cordeiro indefeso</u>.

> Ao Brasil, no transe, só poderia valer a força moral dos seus direitos e a inteligência dos seus estadistas, todos a braços com a falta de ordem interna, do extremo Sul ao extremo Norte, do Oeste longínquo à orla do Atlântico. (GOYCOCHÉA)

O momento não poderia ser mais oportuno, logo após a proclamação da independência o Império, ainda engatinhando nas lides diplomáticas, e tentando se assenhorear do enorme patrimônio territorial herdado de Portugal enfrentou uma série de insurreições intestinas: Cabanada (Alagoas e Pernambuco, 1832 a 1835), Guerra dos Malês (Bahia, 1835), Cabanagem (Grão-Pará, 1835 a 1840), Revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835 a 1845), Sabinada (Bahia, 1837 a 1838) e Balaiada (Maranhão, 1838 a 1841) e, ao mesmo tempo, sofria oportunistas e covardes investidas por parte da França Imperial (Contestado Franco-brasileiro) e do Império inglês (Questão do Pirara).

> Esgotam-se, afinal, os quatro meses de prazo e o Governo da Guiana, fiel à ameaça, envia ao Pirara duas expedições, uma científica, sob o comando de Robert Schomburgk, elevado ao posto de Tenente-Coronel, outra militar, composta por dois oficiais, 40 soldados e cinco canhões, a vitória não teria sido difícil, porque a guarnição brasileira ao Forte São Joaquim era de um Sargento e dez Praças.
>
> Não houve, porém, oposição armada. Ao Capitão Barros Leal só restou protestar, como protestou, contra a invasão. Também ao Governador do Pará só restou protestar, como protestou, junto ao Governador da Guiana.

> O Ministro do exterior, no Rio, não apenas protestou junto ao representante da Grã-Bretanha, Sir Hamilton Hamilton, como pediu explicações que foram prometidas. Enquanto isso, Schomburgk ia balizando a fronteira como queria e por onde lhe apetecia. Deve-se, não há dúvida, à energia do diplomata Marques Lisboa, irmão digníssimo de Tamandaré, tratando diretamente do caso com o premier inglês, Lord Aberdeen, a declaração deste de que a Missão de Schomburgk era somente científica e que os marcos plantados por ele nenhuma significação outra teriam no futuro. (GOYCOCHÉA)

A 08.01.1842, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, o Visconde de Sepetiba encaminhou a Sir Hamilton Charles Jacques Hamilton, Embaixador de S. Majestade Britânica junto à Corte de D. Pedro II, um "*memorandum*" que explicitava com detalhes, o perigoso precedente que se criava com as atitudes de do missionário Thomas Youd, de Schomburgk, e das demais autoridades da Guiana. Sugeria, portanto, a neutralização do território questionado, pois o Império Brasileiro não abdicaria jamais de seus direitos legais, e que o Brasil propunha uma contemporização que possibilitaria alcançar uma solução futura definitiva e pacífica.

A 29.08.1843, Sir Hamilton Hamilton apresentava ao Governo Brasileiro a resposta à sugestão brasileira. A neutralização foi aceita. Apresentava-se, porém, uma nova questão: para o Brasil, a neutralização compreendia a região do Pirara e circunvizinhanças; para a Inglaterra, se estendia do Cotingo e do Surumu para Leste. Continuando com Luíz Felipe de C. Goycochéa:

Anno XXI. Terça feira 9 de Agosto de 1842. N. 175.

EXTERIOR

VENEZUELA

Londres, 30 de maio

As folhas que recebemos de Caracas alcançam até 13 de abril. A questão acerca dos limites da Guiana acha-se finalmente terminada, segundo consta da seguinte carta dirigida a Mr. Daniel F. O'Leary, cônsul interino de Sua Majestade Britânica em Caracas.

GUIANA INGLESA

Residência do governo em Demerara, 9 de março de 1842.

Ao cônsul de Sua Majestade Britânica em Caracas.

Tenho a honra de vos informar, para satisfação do governo de Venezuela, que recebi ordens: do mui nobre secretário de estado dos negócios das Colônias para remover os marcos fixados por Mr. Schomburgk em Barina e outros pontos no curso dos exames que ele fez relativamente aos pretendidos limites da Guiana inglesa.

Havendo o governo de Sua Majestade dado estas ordens, espera que sejam recebidas como prova de suas boas intenções, e cumpridas com a maior brevidade possível.
Se ocorrer, entretanto, alguma demora na execução das ordens que recebi, confiarei aos vossos bons ofícios o fazer ciente ao governo de Venezuela que todo e qualquer fundamento de queixa pode presentemente considerar-se removido pela concessão que o ministério Britânico acaba de fazer.

Tenho a. honra de ser vosso obediente e humilde, servo – Henry Light, governador da Guiana Inglesa. [Times]

Imagem 21 – Diário do Rio de Janeiro, 09.08.1842

No relatório do Governo Imperial, de 1843, está a declaração de que se havia chegado a um acordo provisório, com a neutralização do território ambicionado pela Grã-Bretanha. São desse documento as seguintes palavras de satisfação e de esperança:

> "*o destacamento de forças britânicas, que havia ocupado o terreno contestado no lugar denominado Pirara, aquém da serra Pacaraima, foi mandado retirar, concordando os dois governos em que o mesmo terreno seja considerado neutro, até que depois das necessárias explorações e exames, se ajuste definitivamente, pelas vias diplomáticas, o verdadeiro limite; e os marcos levantados, sem audiência do Governo Imperial, pelo comissário explorador britânico Mr. Schomburgk, foram mandados arrancar pelo Governo de S. M. a Rainha, segundo informou, há pouco, o Ministro do Brasil em Londres*".

Não era tudo, mas era alguma coisa a neutralização. Depois de Marques Lisboa entrou em cena junto ao "*Foreign Office*" outro diplomata extraordinário: José de Araújo Ribeiro, que viria a ser o Visconde de Rio Grande.

Levou para Londres a experiência das negociações em Paris, sobre o Amapá. Homem de fronteira, porque sul-rio-grandense, parecia fadado a ser imiscuído nas questões de limites do extremo Setentrional. (GOYCOCHÉA)

Sem querer parecer bairrista nossas questões fronteiriças setentrionais, mais uma vez, dependiam do tirocínio e da determinação de um gaúcho chamado José de Araújo Ribeiro, nascido na Barra do Ribeiro, RS.

Prosseguindo com Luíz Felipe de C. Goycochéa:

A propósito vale que se lembre não ser José de Araújo Ribeiro o único gaúcho chamado a dirimir lutas raianas no Norte.

Além dele houve Marques Lisboa, que obteve a neutralização da zona do Pirara; o sábio Joaquim Caetano da Silva, autor da obra na qual Rio Branco assentou seu trabalho de advogado na Questão do Amapá: "*L'oyapoc et l'amazone*"; Plácido de Castro, Gentil Norberto, Orlando Corrêa Lopes e Assis Brasil na Questão Acreana, os primeiros fazendo prova à Bolívia, pelas armas, da impossibilidade em que estava de exercer domínio sobre a região e impedindo que ela passasse aos agentes do imperialismo norte-americano, o último tornando inexistente o Tratado Aramayo, da Bolívia com o Bolivian-syndicate, e colaborando com Rio Branco no Tratado de Petrópolis. (GOYCOCHÉA)

José de Araújo Ribeiro, Ministro Extraordinário e Plenipotenciário do Império em Paris, futuro Visconde do Rio Grande, foi transferido da França para a Inglaterra, sua missão devia se concentrar em dois temas sensíveis: o primeiro seria a assinatura de um novo Tratado Comercial (o anterior tinha expirado); e o segundo a questão de fronteiras entre a Guiana Britânica e o Brasil.

As negociações tinham, porém, dois complicadores consideráveis, a intransigente exigência inglesa da extinção do tráfico de escravos por parte do Brasil e a segurança dos índios Macuxí.

Aos 03.11.1843, José de Araújo Ribeiro, apresentou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, Lorde Aberdeen, através de um "*memorandum*" uma proposta na qual se regulamentaria a questão fronteiriça:

> começa a fronteira a Oeste da Serra Pacaraima, segue por esta, para Este [Leste] até às nascentes do Rio Mau; daí, pelo "*divortium aquarum*", entre as bacias do Amazonas e do Atlântico, indo em rumo do Rupununi até à margem esquerda dele, no ponto mais próximo ao monte Annay, aproximadamente a 4° de Latitude Norte do Equador; subirá as águas do Rupununi até 2° de Latitude Norte, onde por esse Paralelo seguirá para Este [Leste], até onde terminarem as possessões de S. M. Britânica.

Os ingleses não aceitaram, para a Grã-Bretanha, "*diziam eles*", era mais uma questão moral do que um problema territorial. Os ingleses haviam prometido proteção aos Macuxí do Pirara e afirmavam que iam dá-la a qualquer custo.

No dia 15.11.1843, na sede do "*Foreign Office*", Aberdeen apresentou uma linha de fronteira alternativa, deixando claro que os ingleses estavam preocupados apenas com o bem-estar dos nativos.

Araújo Ribeiro sugeriu, então, que os Macuxí que desejassem tornarem-se cidadãos britânicos teriam salvo conduto para seguir para a Guiana Britânica.

Aberdeen, desprezou o valor da palavra brasileira, e propôs que a linha de fronteira brasileira permanecesse, mas que fizesse um desvio de modo que o Rio Pirara e sua Aldeia ficassem em território inglês, para conseguir apoio ao Tratado junto ao público e o Parlamento.

Araújo Ribeiro afirmou que fora apanhado de surpresa e resolveu usar um artifício afirmando de que, a região em torno do Pirara já deveria ter sido abandonada pelos Macuxí, afirmando:

> Quanto ao pedido de proteção [aos índios], à qual se dá tanta importância, na verdade não significava nada; no Brasil, a alegada circunstância fora considerada um pretexto e não a razão real para a invasão; poderia lhe provar, com documentos, que esses mesmos índios ou os da mesma região foram mais de uma vez ao Forte São Joaquim pedir proteção e amizade do governo brasileiro ou de suas autoridades, que era o seu modo habitual de agir a fim de conseguir presentes que, normalmente, recebiam nessas ocasiões.

Retornando com Luís Felipe de C. Goycochéa:

Daí em diante a questão permaneceu a bem dizer paralisada. A Grã-Bretanha não cedia; o Brasil também não capitulava. De quando em vez, como para interromper a prescrição compulsória, aparecia uma reclamação, ora de um colitigante, ora do outro, sempre a propósito da fronteira, sem que nenhuma das partes provocasse a explicação definitiva.

O Governo inglês, mais preocupado com o combate ao tráfico africano, que prejudicava sua produção açucareira de Demerara, não dispunha de vagares.

Havia, além disso, a Questão do Prata a distrair a atenção dos estadistas de Londres e dos diplomatas britânicos em todas as capitais da América do Sul, inclusive no Rio de Janeiro. (GOYCOCHÉA)

Imagem 22 – Joaquim Nabuco e Vítor Emanuel III

O Brasil, por sua vez, continuava às voltas com as ameaças que lhe vinham de fora e com a instabilidade interna, principalmente do Sul, não podendo, assim, preocupar-se demasiado com aquelas longínquas terras do extremo Norte, pouco ou quase nada habitadas, e que se conservavam neutralizadas. Narra-nos Luís Felipe de C. Goycochéa:

> Os trabalhos sobre a verdadeira linha divisória entre os dois domínios, feitos na época por Duarte da Ponte Ribeiro, e que seriam confirmados pela Comissão Exploradora na chefia do Tenente-Coronel Frederico Carneiro de Campos, tinham apenas caráter histórico e científico, nada alterando no "*statu quo*". O mesmo em relação ao novo exame da questão, em todos os seus elementos, levado a termo, em conjunto, por Paulino José Soares de Souza, Lopes Gama e Miguel Calmon.

Para uns e outros a divisa seria, em última análise, aquela que o futuro Barão da Ponte Ribeiro havia descrito, com pequenas variantes sugeridas pelos exploradores:

> a serra Pacaraima até o monte Annay, por 3°55'06" de Latitude Norte, e 59° de Longitude Oeste de Greenwich; daí ao Rupununi, águas acima até 2°08' de Latitude Norte e 58°10' de Longitude Oeste... (GOYCOCHÉA)

Aos 12.09.1891, Sir Thomas Sanderson, Subsecretário das Relações Exteriores, apresentou a João Arthur de Souza Corrêa, Ministro brasileiro junto à Corte de Saint James, um comunicado informando que o governo inglês estava disposto a reiniciar novas tratativas relativas à fronteira com a Guiana. Sanderson apresentou a mesma linha de fronteira alternativa proposta por Schomburgk no seu "*memorandum*" ao Governador Henry Light caso houvesse resistência à sua primeira proposta que já fora apresentada pelo Lorde Aberdeen, em 1843. Evidentemente a proposta não foi aceita pelo Brasil. Relata-nos Luíz Felipe de C. Goycochéa:

> É o Ministro Souza Corrêa, em Londres, junto a Salisbury, nos últimos anos do século passado, quem reenceta as negociações sobre os limites do Brasil com a Guiana Inglesa, negociações que seriam continuadas em 1901 por Joaquim Nabuco. De fato, o Tratado de arbitramento para o definitivo deslindamento da questão, datado de 6 de novembro daquele ano, trouxe sua assinatura ao lado da do Marquês de Landsdowne.

O árbitro escolhido foi o rei da Itália, Vítor Emanuel III ([40]). A raia na qual assentou o advogado do Brasil as suas razões foi a mesma já referida e que se pode sintetizar em poucas palavras: o "*divortium aquarum*" na Serra Pacaraima e daí à Serra do Acaraí.

As memórias de Joaquim Nabuco sucedem-se, umas às outras, cada qual mais erudita, cada uma mais convincente do que a outra, mais forte de verdade e de convicção pelo direito brasileiro. A primeira foi entregue a 27 de fevereiro, a segunda a 26 de setembro, ambas de 1903; a terceira e última datou-a de 25 de fevereiro de 1904.

Leu-as o árbitro ou seu assessor? Ninguém sabe e jamais virá a sabê-lo. O que não há dúvida é que o Laudo Arbitral, subscrito na cidade eterna a 06.06.1904, e entregue no Palácio do Quirinal ao embaixador Joaquim Nabuco, do Brasil, e ao embaixador Francis Bertie, da Grã-Bretanha, dividiu o território litigioso em duas partes, não iguais uma à outra, mas diferentes: a primeira, a maior, para o Império Britânico; a segunda, a menor, para a República dos Estados Unidos do Brasil.

As cifras indicativas da extensão de cada parte dizem melhor da sentença: Grã-Bretanha 19.630 quilômetros quadrados; Brasil 13.570 quilômetros quadrados. Não foi tudo, entretanto, porque a Inglaterra ganhou o direito de acesso ao Rio amazonas por via dos Rios Tacutu e Mau.

Toda gente, comentando a sentença do Rei da Itália, assinala a circunstância de que foi a da Pirara a única questão de limites que o Brasil não ganhou.

---

[40] Vítor Emanuel III: Vítor Emanuel Fernando Maria Januário.

Tenho para mim, entretanto, que constituiu vitória, e bem grande, tê-la visto dirimida com tão exíguo prejuízo.

Aqueles 20 mil quilômetros quadrados de terras perdidas foram um nada diante do que poderia ter sido o aglutinamento britânico se Robert Schomburgk e o pastor Youd, em 1835, não encontrando o Capitão Pedro Ayres, do Forte São Joaquim, e, em 1838, o Capitão Barros Leal, ambos nos campos do Pirara e no Lago Amamcu, houvessem podido descer pelo Rio Branco e pelo Rio Negro até o Rio das Amazonas, nas respectivas missões científica e evangelizadora... (GOYCOCHÉA)

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

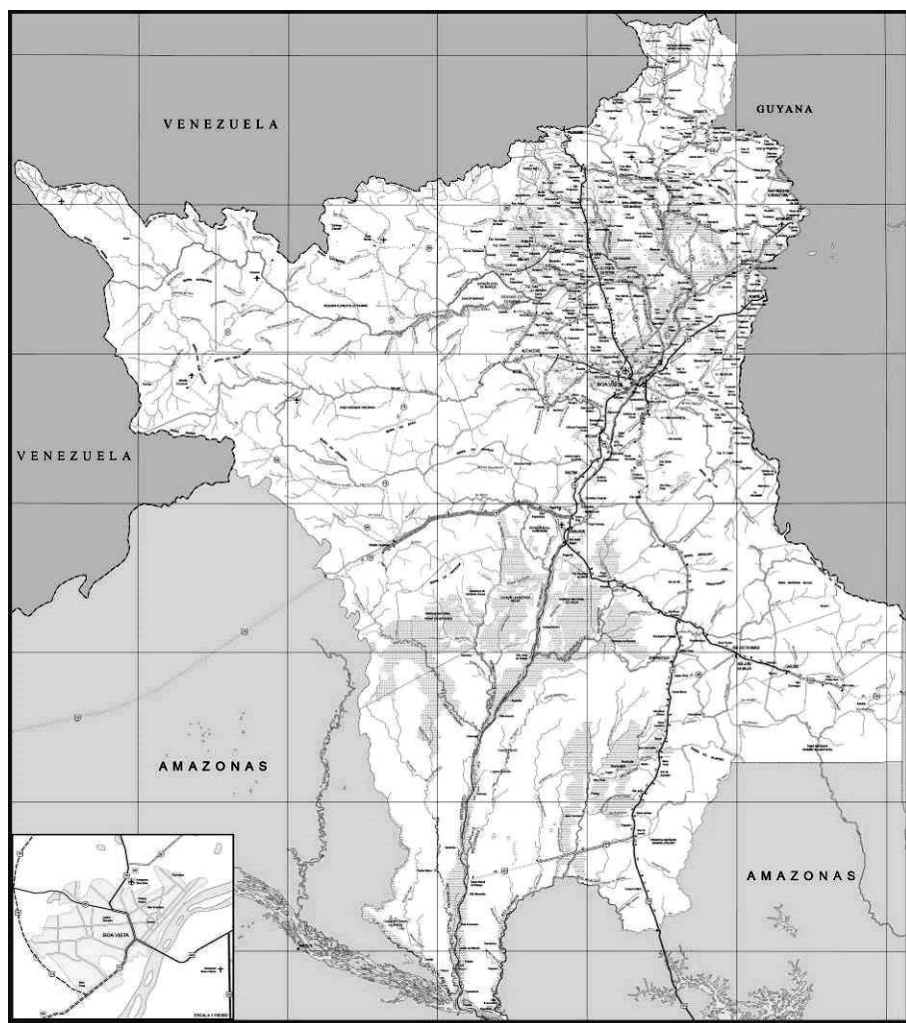



Imagem 23 – Mapa Rodoviário de Roraima (DNIT)

Primeira Comissão de Demarcação

O Caçador de Esmeraldas
(Olavo Bilac)

[...] Nesse louco vagar, nessa marcha perdida,
Tu foste, como o Sol, uma fonte de vida!
Cada passada tua era um caminho aberto!
Cada pouso mudado, uma nova conquista!
E enquanto ias, sonhando o teu sonho egoísta,
Teu pé, como o de um deus, fecundava o deserto!
Morre! tu viverás nas estradas que abriste!

Teu nome rolará no largo choro triste
Da água do Guaicuí... Morre Conquistador!
Viverás quando, feito em seiva o sangue, aos ares
Subires, e, nutrindo uma árvore, cantares
Numa ramada verde entre um ninho e uma flor!

Este capítulo homenageia os destemidos heróis do passado que arrostaram todo o tipo de obstáculos naturais, navegando Rios desconhecidos enfrentando perigosos pedrais, à mão ou à sirga, descendo quedas tumultuárias, abrindo trilhas e construindo estivas para arrastar suas pesadas embarcações pela densa mata marginal, marchando por savanas ou densas florestas virgens, escalando ignotos divisores d'água para lançar mais um marco, demarcar mais um ponto de nossa fronteira, cumprindo sua valorosa e sublime missão. Longe do conforto dos gabinetes, sujeitos à doenças e às intempéries, encarando diariamente as maiores vicissitudes, não pestanejaram, não se intimidaram os bravos demarcadores, cumprindo dia-a-dia seu sagrado objetivo de traçar, no terreno, linhas que consagram nosso destino político, garantem nossa soberania, limites que são capazes de difundir, nas suas entrelinhas, a história de batalhas pretéritas, negociatas espúrias e, finalmente, compromissos diplomáticos.

Reporta-nos o site *info.lncc.br*:

Fronteira Brasil/Venezuela

A Venezuela, inicialmente fazendo parte da Grã-Colômbia [juntamente com Equador e Panamá], iniciou seu movimento emancipacionista do Reino da Espanha em 1821. Em 1829 separou-se desta Confederação.

Quando por ocasião da assinatura do Tratado de Limites e Navegação de 1859 com o Brasil, havia ainda pendência entre Venezuela e Colômbia sobre as terras a Oeste do Rio Negro [pendência só resolvida em 1891].

Somente em 1880 as Comissões Mistas iniciaram a demarcação dessa fronteira, desde a nascente do Memachi até ao Cerro Cupi, terminando os trabalhos em 1882.

De 1882 a 1884 a Comissão brasileira prosseguiu nos trabalhos de demarcação até ao Monte Roraima, sem a assistência da Comissão Venezuelana.

Durante esses dois períodos chefiou a Comissão brasileira o Tenente Coronel de Engenheiros Francisco Xavier Lopes de Araújo, depois Barão de Parima.

Pelo laudo arbitral da Rainha Regente de Espanha [1891], o território compreendido entre a referida nascente do Memachi e o Rio Negro foi atribuído à Colômbia.

O Protocolo assinado em Caracas, a 9 de Dezembro de 1905, aprovou e reconheceu a demarcação feita em 1880 pela Comissão Mista, desde a Pedra do Cucuí [Rio Negro] até ao Cerro Cupi.

Em consequência do Protocolo assinado na mesma cidade, a 29.02.1912, foi nomeada uma outra Comissão Mista, que colocou alguns marcos no trecho da fronteira compreendido entre o Rio Negro e o Salto Uá no Canal Maturacá.

Chefiou a Comissão brasileira o Coronel de Engenharia Manoel Luiz de Mello Nunes. Esses trabalhos foram realizados nos anos de 1914 e 1915.

Em virtude do Protocolo de 24.07.1928, uma outra Comissão Mista levou a efeito os trabalhos de demarcação na chamada linha geodésica Cucuí-Uá, procedendo, em seguida, à caracterização da fronteira a partir do Monte Roraima.

As suas atividades foram interrompidas em 1934 e reiniciadas em 1939, dando continuidade na difícil demarcação das serras Parima e Pacaraima.

Com a introdução dos trabalhos de aerofotogrametria e adoção de modernas técnicas para uma perfeita caracterização da linha dos limites completou-se a fase demarcatória de todo o trecho, em 1973. (*http://info.lncc.br/vehist.html*)

Fronteira Brasil/Guiana

Os limites do Brasil com a República Cooperativa da Guiana [antiga Guiana Inglesa] foram estabelecidos no princípio deste século.

O assunto remonta a meados do século XIX, quando o Governo Imperial do Brasil protestou contra a indevida penetração inglesa na região do Pirara - ao Norte e Oeste dos Rios Cotingo e Tacutu, fronteira oeste da Guiana, junto a Venezuela [chamada também linha Schomburgk].

Em 1901 foi assinado em Londres o Tratado de Arbitramento, no qual, o Brasil e Inglaterra submetem o litigio ao arbitramento de Sua Majestade o Rei da Itália. Nessa ocasião foi feita uma "*Declaração Anexa*", onde se estabeleceu que a leste do território contestado, seguiria o limite pelo "*divortium aquarum*" entre a bacia do Amazonas [no Brasil] e as do Corentyne e do Essequibo [na Guiana].

O Laudo proferido em Roma [em junho de 1904], determinou que a fronteira entre o Brasil e a Guiana Britânica seguisse por uma linha que, partindo do Monte Yakontipu iria na direção leste, pelo divisor das águas, até a nascente do Rio Mau [ou Ireng].

Depois de proferido o Laudo, o reconhecimento sobre a fronteira constatou que o Rio Cotingo não nasce no monte Yakontipu, porém no monte Roraima, mais a oeste, como havia sido constatado pela Comissão Brasileira de Limites com a Venezuela em 1884 [ficando então em aberto a parte da fronteira entre o monte Yakontipú e o monte Roraima - início da fronteira do Brasil com a Venezuela].

Esta situação somente foi resolvida em 22 de abril de 1926, por ocasião da assinatura de uma "*Convenção Complementar*" e de um "*Tratado Geral de Limites*".

Em 18 de Março de 1930 foi aprovado o "Protocolo de Instruções" para a demarcação da fronteira.

Em outubro e novembro de 1932 foi também acertado, por troca de Notas Reversais, um "*Acordo para a Delimitação de Áreas Ribeirinhas na Fronteira entre o Brasil e a Guiana Britânica*", onde se estabeleceu com clareza critérios para adjudicação de ilhas e o acompanhamento das alterações do leito ou talvegue de Rios fronteiriços.

Em seguida foi dado início a construção dos marcos – desde o ponto de Trijunção Brasil-Guiana-Venezuela, na serra Pacaraima, ao longo dos Rios Mau [ou Ireng] e Tacutu, assim como na Serra Acaraí, até o ponto de Trijunção Brasil-Guiana-Suriname.

Esses trabalhos terminaram em janeiro de 1939, quando foi assinada a Ata da Décima Primeira e última Conferência da Comissão Mista, aprovando a descrição da fronteira com seus respectivos apêndices, mapas e coordenadas de marcos [inclusive do marco B/BG-11A, construído em 1934 e localizado no extremo setentrional do Brasil].

Após o surgimento da República Cooperativa da Guiana, em 1966, somente em novembro de 1994 foi o assunto da fronteira comum abordado, por ocasião da realização da Primeira Conferência da nova "*Comissão Mista Brasileiro-Guianense de Limites*", que acordou a realização de uma inspeção geral dos marcos. (*info.lncc.br/guiahist.html*)

Relato Pretérito

CMG Braz Dias de Aguiar, 1931

Por ocasião da dissertação feita, no dia 29 do corrente, pelo Chefe da Comissão demarcadora das Fronteiras do Setor Norte, na Sala de Conferências do Palácio Itamaraty, sobre os trabalhos de caracterização das fronteiras do Brasil com Venezuela e a Colômbia, o Comandante Braz Dias de Aguiar, fez importante comunicação relativa ao ponto mais Setentrional do Brasil.

Este ponto que, como se supunha, estava no Monte Roraima, na junção das fronteiras do Brasil, Venezuela e Guiana Britânica, foi, pelos trabalhos realizados, deslocado para a Serra do Caburaí, na nascente do Rio Ailã.

O Monte Roraima, que era considerado Extremo Norte do Território Nacional, e onde foi colocado um marco, está a 5°12’18,1” Norte, ao passo que o verdadeiro ponto mais Setentrional do Brasil, onde foi também construído um marco especial, tem as seguintes coordenadas geográficas:

- Latitude Norte: 5°16’19,60”
- Longitude W. de Gr.: 60°12’43,30”
- Altitude: 1.453 metros.

O marco construído no Monte Roraima, na junção das três fronteiras, Brasil, Guiana Britânica e Venezuela, está na Latitude de 5°12’18,1” Norte. Desse Monte para Leste a fronteira segue pelo divisor de águas Amazonas-Mazaruni, passando pelos montes Uei-Assipu, Yacontipu, Marina e outros, todos mais ao Norte que o Roraima.

O ponto de maior Latitude Norte está situado na serra do Caburaí, Caburaitepê dos índios, no referido divisor de águas, tendo do lado brasileiro uma das nascentes do Rio Ailã, afluente da margem direita do Rio Mau ou Yreng e do lado guianense a nascente do Caburaí [espuma d’agua] tributário do Rio Kukui, da Bacia do Mazaruni. Para melhor ficar assinalado o referido ponto, foi ali construído um marco de fronteira, que tomou o número B-BG/11A.

Como todos os outros marcos, que a Comissão Mista está colocando na linha seca, é um cubo de concreto de 0,45 m de lado, ficando a face superior a 0,04 m abaixo do solo e tendo as suas diagonais orientadas segundo as linhas N-S e E-W.

No centro desse bloco de concreto e bem na linha de fronteira está embutido um pequeno cilindro de cobre, com um traço gravado na parte superior, o qual está na direção da linha E-W.

De cada lado desse marco e distante 1,0 m do seu centro, foi construído um pilar, também de concreto, com base quadrangular de 0,25 m de lado e com a altura de 0,5 m; encimado por uma pirâmide também de base quadrangular de 0,25 m e com 0,20 m de altura. Do mesmo modo que o marco esses pilares de referência têm as suas diagonais segundo as linhas N-S e E-W. Na face N-W do pilar do lado brasileiro foi embutido um escudo de concreto com as Armas da República e gravado o número B/11A. O pilar do lado britânico tem gravado o número BG/11A, na face voltada para SE.

Ao lado do pilar brasileiro daquele marco, na direção Sul, foi construída uma laje de concreto, com 1,10 m de comprimento, 1,0 m de largura e 0,20 m de altura acima do solo; ligada ao referido marco por um bloco de concreto, onde está embutido um escudo com as Armas da República. Nessa laje foi gravada a seguinte inscrição:

> Marco B-BG/11A – Ponto Setentrional do Brasil – Comissão Brasileira Demarcadora das Fronteiras do Setor Norte. – Chefe do Setor Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar, – Turma do Mau – Rubens Nelson Alves, Ajudante - Leônidas de Oliveira, Auxiliar – Capitão-Tenente Dr. Justino N. Gomes, Médico.
>
> Coordenadas gráficas:
>
> – Latitude Norte 05°16’19,60”
>
> – Longitude W. Gr. - 60° 12' 43"30
>
> – Altitude 1.453 m
>
> Nascente do Rio Ailã.

A nascente do Rio Ailã dista do marco 32 metros ao rumo SE e a do Caburaí está a 23 metros e ao rumo de NW. (MRE, 1934)

Imagem 24 – PCDL – Guiana

Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
Fronteira Brasil - Guiana

Varadouro de canoas, Rio Mapuera

Rápidos de Bateria, Rio Mapuera

Imagem 25 – PCDL – Guiana

Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
Fronteira Brasil - Guiana

Porto de Patauá, Rio Mapuera

Rio Trombetas - Guiana

Imagem 26 – PCDL – Guiana

Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
Fronteira Brasil - Venezuela

Imagem 27 – PCDL – Venezuela

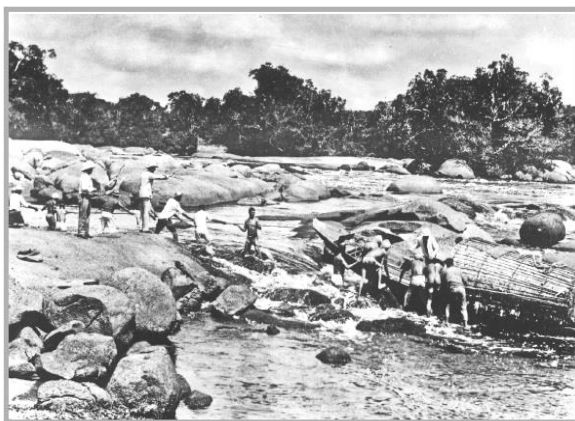
Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
Fronteira Brasil - Venezuela

Rio Surumu, 1939/40

Cachoeira Alto Rio Marauiá, 1968

Rio Caubari

Imagem 28 – PCDL – Venezuela

Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
Fronteira Brasil - Venezuela

Cachoeira no Rio Cauaburi

Garganta no RioPacú

Imagem 29 – PCDL – Venezuela

Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
Fronteira Brasil - Venezuela

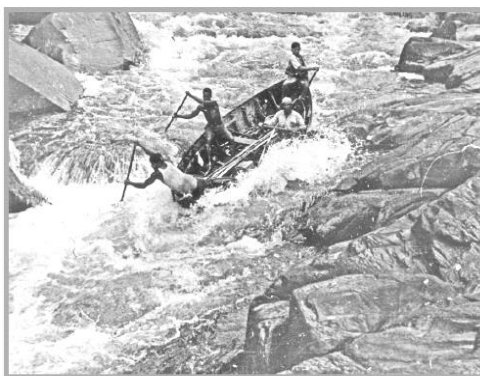
Cachoeira a jusante da confluência Marari

Cachoeira Auarucaimã

Imagem 30 – PCDL – Venezuela

Tribuna da Imprensa, n° 3057
Rio de Janeiro, RJ – Quarta-feira, 03.02.1960

Fronteira Entre Brasil e Guiana se Resolve Hoje

Depois de duzentos e sessenta e dois anos, será encerrado hoje, definitivamente, o problema das fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa. As 16h00, no Itamarati, o Ministro Láfer recebera do embaixador Pio Correia o relatório final da Comissão Franco-brasileira e o mapa que determina os limites entre o nosso País e a Guiana.

As negociações à respeito tiveram início no século XVII, no ano de 1698 e culminaram no Tratado de Utrecht, em 1713.

No início deste século, em questão arbitrada pelo presidente da Suíça, o Barão do Rio Branco demonstrou que a fronteira real era o Rio Oiapoque, como determinava o Tratado.

Os franceses pretendiam estender a Guiana até o Rio Araguari. O Brasil, ao ganhar a questão, aumentou o seu território em cerra de 260 quilômetros quadrados.

Os mapas finais e diversos documentos históricos, inclusive uma cópia autêntica do Tratado de Utrecht serão expostos, durante a cerimônia. A comissão brasileira era composta pelo General Bandeira Coelho [presidente] e os Srs. Maurílio Cunha e Leônidas de Oliveira. (TDI, N° 3057)

Jornal do Commercio, n° 105
Rio de Janeiro, quarta-feira, 03.02.1960

Demarcação Final da Fronteira com a Guiana Francesa

Relatório e Mapas Serão Entregues Hoje ao Ministro Lafer

Está marcada para hoje, às 16H00, no Itamarati, a entrega ao ministro Horácio Lafer do relatório e mapas referentes à definitiva demarcação das nossas fronteiras com a Guiana Francesa.

A propósito dessa solenidade, que é o coroamento de um trabalho que teve suas origens no ano de 1695, o embaixador Manuel Pio Corrêa esteve na sala de imprensa do Ministério, para uma palestra esclarecedora com os jornalistas.

Disse o chefe do Departamento Político e Cultural do Itamarati que nomes dos mais ilustres da diplomacia brasileira estiveram empenhados nesses estudos, como Rio Branco e Duarte da Ponte Ribeiro, e os membros da Comissão Mista Franco-Brasileira puderam chegar pacificamente a um acordo, agora, reconhecendo os direitos do nosso País a uma faixa de quatrocentos quilômetros quadrados, graças a esse espírito de continuidade, à documentação e ao carinho com que são conservados tantos documentos e mapas nos arquivos da Casa de Rio Branco.

DÚVIDAS DIRIMIDAS

Acentuou o Sr. Pio Corrêa que todas as dúvidas fora dirimidas, e, prevaleceu a realidade do Tratado de Utretch de 1713, e que serviu de orientação para a decisão do presidente da Confederação Helvética, favorável ao Brasil, no julgamento que ele presidiu no ano de 1900. Agora, após tantas demandas e tão largo espaço de tempo, no curso do qual chegamos a ficar sem essa faixa de terra [que é o território do Amapá] a questão chegou a bom termo e serão reintegrados ao território brasileiro esses 400 km^2.

Na entrega do relatório, o embaixador Pio Corrêa fará ao ministro de Estado um histórico dessa centenária questão. O chefe da delegação brasileira, Gen Bandeira Coelho, esclareceu, ainda, o embaixador Pio Corrêa, ficou sensibilizado com a cordialidade e o espírito compreensivo dos delegados franceses. (JDC, N° 105)

O Mundo Ilustrado, n° 181
Rio de Janeiro, RJ - 10.06.1961

Em Plena Mata, Longe do Mundo, são as Fronteiras

O resto era o infinito coberto de espessas nuvens que nos encobriam a clara visão da longínqua serra Tamaquari, e por trás delas o objetivo a perlustrar e a demarcar, embora as mais duras adversidades: demarcar a linha de fronteira Setentrional do Brasil com a Venezuela pela cumeada do divisor dos tributários do Rio Negro e das contravertentes do Rio Orenoco.

Éramos nove, turma adiantada da expedição que reeditava toda a autenticidade das heroicas bandeiras de Raposo e Anhanguera, Borba Gato e Palheta, Pedro Teixeira e Lobo D'Almada. Eles alargaram do Sul e do Centro para o bruto Oeste e do Leste para o Norte e Noroeste as fronteiras coloniais do Brasil, ganhando imensas terras de Castela, mas sem demarcá-las, sem deixar nos seus confins a presença física de marcos inequívocos de domínio territorial.

Esta árdua tarefa caberia a homens de igual capacidade de sacrifícios, a homens que, através de séculos e sucessivas gerações, legaram a outros da mesma têmpera a épica intrepidez demarcatória.

Muitos desses homens eu os conheço, com galões de General, teodolito às costas ou com terçados à mão rude e no jamachi. Deixei-os no Rio Padauari, desmatando terra firme para acampamentos, subindo o afluente Marari, puxando canoas com mãos esfoladas, remando, abrindo picadas e superando dia a dia as piores condições de sobrevivência para chegar ao sopé da íngreme Tapirapecó, vencer os alcantis sem temor de fatalidades e cumprir, afinal, a tarefa anônima de demarcação de limites.

Éramos nove, os oito companheiros que de mim se despediram, cumprindo o breve período de vanguarda da campanha, voltaram a reunir-se aos irmãos do dever que o País ignora. Eu voltei do Marari.

A EXPEDIÇÃO EM MARCHA

Quando cheguei a Belém na última semana de outubro de 1960, credenciado pela Divisão de Fronteiras do Itamarati para integrar-me na campanha que a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites ia empreender, todos os preparativos já estavam ulti-

mados pelo Gen Bandeira Coelho. Meu saco de petrechos estava pronto, com rede e mosquiteiro.

Partimos às 23h00, do dia 31, com destino ao Sul de Marajó. Duas horas depois nosso barco fundeou no Paraná do Arrozal. Ali acabaríamos o resto da madrugada sem Lua; ao alvorecer continuaríamos na rota fluvial até o imenso Amazonas. Ao quarto dia de navegação ancoramos em Óbidos. A antiga aldeinha dos índios Pauxis estava adormecida na colina que olha a Foz do Trombetas. No porto sujo de fiapos de juta caboclos comerciavam peixe. "*É aqui em Óbidos que recrutamos o pessoal para a campanha. Esses homens são os mais duros da Amazônia, e só eles suportam os sacrifícios da expedição*", falou-me o velho e calejado Leônidas Ponciano de Oliveira, mudando o cachimbo de canto a canto da boca já ferida por muitas febres. O sertanista, com trinta anos de serviços demarcatórios, sabia, de certo, o que dizia. Eu o saberia horas depois, vendo aqueles caboclos decididos disputando o privilégio do engajamento. Ao todo, 86 armaram rede nos dois batelões amarrados ao nosso barco como alvarengas. E seguimos no rumo de Manaus, no rumo do Rio Negro, pelo qual teríamos acesso ao Rio Padauiri e seu tributário Marari. Por este, raso e pedrento, chegaríamos ao afluente Madona e a Tapirapecó.

NA MEMÓRIA DOS TEMPOS

Há mais de dois séculos, daquele mesmo porto de Belém, então escorregadio barranco onde a guarnição do Presépio se ajuntava na pesca de tucunarés e tambaquis, partira a primeira expedição para demarcar a fronteira selvagem do Noroeste do Brasil lusitano com os confins da Nueva Andaluzia. E tantos e tantos decênios transcorridos, desde outubro de 1754, a linha limítrofe, não mais dos domínios de Portugal e Espanha, mas do Brasil e da Venezuela,

ainda está por concluir-se em mais de 800 quilômetros, sobre lombadas rochosas da cordilheiras Pacaraima, Parima e Tapirapecó.

Cumpria, àquela época, atender instruções pertinentes ao Tratado de Madri; efetivamente atender às disposições do Tratado para a necessária configuração jurídica e física do nosso território, esquecida desde a "*Capitulación de la Partición del Mar Oceano*" [Tordesilhas, 07.06.1494], que estipulava o prazo de 10 meses, contados a partir do dia do pacto, para a demarcação do Meridiano de 370 léguas a Oeste de Cabo Verde, Mas foi tudo debalde: durante 5 anos a delegação luso-brasileira, chefiada por Mendonça Furtado, esperou em Mariauá pela delegação espanhola chefiada por Don José Iturriaga e que deveria chegar àquela região navegando pelo Orenoco, Cassiquiare e Rio Negro. Desta vez, porém, não haveria espera demorada: o delegado venezuelano Jorge Pantchenko nos alcançaria, com seus companheiros, próximo da Foz do Rio Padaurí. E alcançou-nos, decidido a sofrer. A fronteira de NE parte da Pedra de Cucuí, na margem esquerda do Rio Negro e segue por uma linha geodésica rumo SE até o salto Huá. É um imenso Igapó essa fronteira demarcada pelo Barão de Parima no período de 1879 a 1883 e confirmada pelo Protocolo assinado Brasil e Venezuela em 09.02.1905.

A OESTE DO DESCONHECIDO

Planejara o Gen Bandeira Coelho chefe da CBDL, duas campanhas: uma, fronteira com a Guiana Francesa, visava a fixação de marcos divisórios, dado que o alinhamento do divisor já havia sido executado por outras campanhas: e outra, fronteira com a Venezuela, no NO amazônico. Circunstâncias adversas, porém, alteraram o plano de duas faces, reduzindo-a a um só objetivo – ou seja, marcação sobre Tapira-

pecó, numa extensão que alcança 200 km, desde a nascente do Rio Madona, afluente do Marari na Latitude Norte de 01°12'16,5" e Longitude de 64°55'35,8", ao meio do salto Hutá na serra Cupí.

O plano correspondia a uma autêntica bandeira sertanista: num ponto incógnito de Tapirapecó o rumo a seguir seria o Oeste desconhecido. Outros planos dão continuidade à tarefa demarcatória em Tapirapecó ano após ano, cada campanha, realizando uma média de 50 km de penetração, lenta e demorada devido às observações astronômicas necessárias para tanto, minguam as verbas, sempre insuficientes às necessidades de cada campanha.

FOI TERRÍVEL OBSTÁCULO, MAS VENCIDO

Para o Itamarati, responsável pela demarcação das fronteiras, o sertanista demarcador, o caboclo auxiliar que abre caminho pela selva, pelos Rios e pelas montanhas, são apenas homens a serviço da Pátria, e não lhes paga o merecido, o mínimo devido. Dir-se-ia que o próprio governo ignora a soma de sacrifícios dos homens da CBDL e a dedicação de quantos compõem a Divisão de Fronteiras, orientada pelo diplomata e escritor Guimarães Rosa. Demais, o povo, as elites, incluindo instituições culturais, ignoram que o Brasil, ainda hoje, tem quase 1.000 quilômetros de fronteira a demarcar.

Anonimamente, o Gen Bandeira Coelho, que herdou do seu antecessor, Cmt Braz de Aguiar, um legado de penas e ideais, organiza e empreende expedições aos limites Setentrionais, constituindo mérito da CBDL [1ª Divisão] o seguinte quadro de demarcações concluídas: limites com a Guiana Inglesa – 1.605 km; com o Suriname ([41]) – 598 km; com a

[41] Guiana Holandesa.

Colômbia, 1.643 km; com Peru – 1.956 km e com a Venezuela – 1.000 km. Com este país restam exatamente 838 km a demarcar. Cada quilômetro de penetração, de estudo e de fixação de marcos representa uma soma enorme de trabalhos vigorosos.

A VOLTA DO DESCONHECIDO

Longe, embora, dos meus companheiros de jornada pelos Rios Amazonas, Negro, Padauiri e Marari, sei que, turma por turma, estão de regresso a Manaus, Óbidos e Belém. Uns vitimados pela malária, outros com lesões, e todos estropiados – pois tiveram de para galgar a cordilheira Tapirapecó, escavar degraus na rocha e sofrer intempéries cruéis. Tapirapecó ainda verá os homens da CBDL, e depois a medonha Parima, com suas escamas invioladas. As bandeiras continuarão, sacrificando autênticos heróis na demarcação de limites. (OMI, N° 181)

O Cruzeiro, n° 10
Rio de Janeiro, RJ – 16.12.1961

Brasil Cresce na fronteira

Graças ao perfil e orientação do talvegue do Rio Oiapoque, resultante dos condições do leito do seu formador ocidental, rio Kiriniutu, uma área de 400 km^2 foi incorporado ao nosso território.

Pretendia a França que a fronteira brasileira com a sua Guiana corresse desde o Cabo Orange pelo Oiapoque e continuasse pelo rio Uaissipein [formador Oriental], seguindo pela serra Tumucumaque até o marco de divisa com a Guiana Holandesa.

Aceitaram, porém, os seus geógrafos, os estudos e pesquisas dos demarcadores de fronteira do Itamarati, os quais provaram ser o Kiriniutu o Rio de primazia e o Uaissipein o ramal secundário.

Há dias regressaram daquelas lonjuras setentrionais os homens da CBDL- 1ª Divisão, chefiados pelo Gen Bandeira Coelho. Plantaram eles, na serrania de Tumucumaque, os marcos da soberania brasileira. Sem agressão e sem geofagia o Brasil cresce. Se qualquer mapa da América do Sul estiver à sua mão neste momento, ponha-o diante dos olhos e observe bem o contorno físico do Brasil. Assinale os seus pontos extremos de limites: o mais Oriental, debruçado no Atlântico, fica na Ponta do Seixas, no Cabo Branco, litoral da Paraíba, à Longitude de 34°47'38"; o Ocidental situa-se no divisor das águas dos Rios Ucayali e Juruá, representado pela serra de Contamana, sobre a linha divisória com o Peru, na definida coordenada geográfica de 73°59'32" de Longitude; o extremo limite Meridional está lá embaixo, na "*curva do Sul*" ([42]) do Arroio Chuí, à Latitude sul de 33°45"10"; e o mais longínquo ponto Setentrional repousa na cumeada da serra Caburaí, fronteira com a Guiana Inglesa, Latitude Norte de 05°16'19".

Veja, agora, as linhas que ligam esses pontos extremos e completam o nosso contorno territorial: temse a impressão de que todas as fronteiras estão definitivamente marcadas e que o Brasil não tem problemas de limites. Pois tem, e muitos, politicamente complicados até. Uma parte complicada, aliás, foi vencida no dia 30 de outubro último, quando a Comissão Mista de Limites Brasil-Bolívia encerrou, no Território do Acre, o programa de demarcação fixado na XV Conferência de Limites [22.07.1961], e o Major Salval Pinheiro, pelo Brasil, e o Cel Rafael Sainz

---

[42] Curva da Baleia.

Céspedes, pela Bolívia, assinaram a planta dos trabalhos realizados desde a Foz do Igarapé Bahia, no Rio Acre, até Porto Real, no rio Chipamano, formador do Abunã, por onde corre a fronteira fluvial.

Desde 1928, em decorrência do Tratado de Natal, Brasil e Bolívia comprometeram-se a demarcar aquele trecho, só há pouco executado. Com uma fronteira de cerca de 3 mil quilômetros com a Bolívia, o Brasil falta completar todo o limite fluvial e mais o limite seco do setor Quatro Irmãos – Rio Verde. O assunto, porém, é complexo. Somente com a solução do "*caso Roboré*", que implica, também, em limites, a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – 2ª Divisão poderá realizar campanhas naquelas inóspitas regiões de Noroeste.

FRONTEIRAS DEMARCADAS

Como assunto encerrado de limites temos as Guianas, Colômbia, Peru, Argentina e Uruguai. Podemos considerar, também, como demarcada a nossa fronteira com o Paraguai, pois com este pais só falta a colocação de marcos no trecho que vai da serra do Maracaju à cachoeira de Sete Quedas, numa pequena extensão de 20 km, e ainda o levantamento hidrográfico e a distribuição das Ilhas do Rio Paraguai, no trecho entre a Foz do Rio Apa e o desaguadouro da Baía Negra. A Comissão Mista de Limites Brasil-Paraguai tratou do problema na semana passada, no Itamarati, tendo o Embaixador Guimarães Rosa, chefe da Divisão de Fronteiras, conduzido a questão com sabedoria e habilidade diplomática.

BANDEIRANTES SEM GLÓRIA

É na extensa fronteira com a Venezuela que os demarcadores brasileiros revelam-se autênticos bandeirantes, mas sem glórias e anônimos. Ano a ano, po-

rém, marcos são plantados nas brutas cumeadas das serras que separam as bacias do Amazonas e do Orenoco, desde o Meridiano de 61° à pedra de Cucuí, na Longitude de 67°O de Greenwich, por cima de Pacaraima, Parima e Tapirapecó.

Cada campanha exige, dos homens da CBDL – 1ª Divisão, arrojo, audácia e extrema temeridade, pois só tem eles duas vias de acesso à fronteira – Rio e selva; quase sempre Rio nunca antes navegado e sempre mato fechado e úmido, habitat de silvícolas hostis. Muitos acampamentos já foram destroçados por indígenas e muitas vidas perderam-se entre cipós atingidas por flechas.

Nada, contudo, impede o trabalho de demarcação; nada, nem selvagens, nem penhascos íngremes, nem medonhas cachoeiras que atemorizariam qualquer sujeito de bom senso. Pois não obstante as vicissitudes, o Gen Bandeira Coelho leva a sua tropa aos confins em canoas, ubás, jangadas, e a pé, selva adentro, com jamachi às costas. Dos 1.838 km de fronteira com a Venezuela, os demarcadores já conseguiram demarcar mais de mil.

No ano passado – a cuja campanha nos incorporamos – a penetração fez-se pelos Rios Negro, Padauiri e Marari por onde, pelo Igarapé Madona, se alcançaram os sopés da cordilheira Tapirapecó. Lá em cima, vencendo despenhadeiros, muitas posições astronômicas foram tomadas para a demarcação dos limites. Dentro em breve outra campanha será empreendida naquela região, no rumo de Oeste, visando a caracterização da linha até Cucuí.

E depois de completado todo esse trecho de mais de 200 km, restará a desafiante e incógnita cordilheira Parima, secular objeto de sonho de aventureiros do fantástico "*El Dorado*".

Sabem os demarcadores que fatalmente encontrarão nos seus roteiros os ferozes índios Waiká, senhores da imensa região dos Rios Urariquera, Mucajaí, Catrimani e Demeni, e que o acesso aos topos da Parima será uma sequência de provas de sobrevivência. Mas nenhum deles se recusará à luta; ao contrário, anseiam pelos 600 km de desafio.

HISTÓRIA DAS FRONTEIRAS

Começa muito antes de Cabral fundear caravelas em Porto Seguro. Remonta às últimas décadas do século XV, e seus primeiros delineamentos tiveram traços mais acentuados, em 1749, quando Portugal e Espanha celebraram, em Alcaçovas, o Tratado de Descobrimentos e Explorações de Terras ao Ocidente. Depois, o Meridiano de Tordesilhas fixou aos portugueses uma faixa de terra litorânea, do Maranhão à foz do Rio da Prata. Desde então, a terra brasileira cresceu para o Norte e para Oeste, ganhando imensas áreas com os Tratados de Madrid e de Santo Ildefonso. E ganhou mais nos Tratados, convenções e laudos arbitrais em que tomaram parte a França, Inglaterra, Colômbia, Peru, Bolívia, Argentina e Paraguai. No capítulo das demarcações, a história ganha dimensões de epopeia e coloridos épicos. E até que todo o nosso contorno físico seja demarcado, muitas penas e sacrifícios sofrerão esses arrolados herdeiros do bandeirantismo. (O CRUZEIRO, N° 10)

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

Imagem 31 – O Cruzeiro, n° 10, 16.12.1961

Imagem 32 – O Cruzeiro, n° 10, 16.12.1961

BOLETIM GEOGRÁFICO

INFORMAÇÕES
NOTÍCIAS
BIBLIOGRAFIA
LEGISLAÇÃO

MENSÁRIO

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ANO VI DEZEMBRO DE 1948 N.º 69

Imagem 33 – Boletim Geográfico, n° 69, dezembro de 1948

Braz Dias de Aguiar

Dando sequência à apresentação deste valoroso trabalho de demarcação de nossas fronteiras vamos reportar algumas reportagens publicadas na mídia nacional a respeito de um dos seus mais notáveis líderes – o Almirante Braz Dias de Aguiar. A Revista Marítima Brasileira publicou, em 2010, a biografia do insigne brasileiro elaborada pelo seu neto o Contra-almirante, Paulo Cezar de Aguiar Adrião.

Revista Marítima Brasileira, Volume 130
Rio de Janeiro, RJ – jul./set. 2010

Almirante Braz Dias de Aguiar
Gigante da Nacionalidade!

Ao longo de muitos anos de serviços árduos – 1910 a 1947 – o Almirante Braz de Aguiar identificou os limites do Brasil com Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana Inglesa [Guiana], Guiana Holandesa [Suriname] e Guiana Francesa, totalizando cerca de 10.385 km demarcados. Foi o árbitro designado para solucionar as divergências entre o Peru e o Equador surgidas no decorrer da execução do Protocolo de Limites, assinado no Rio de Janeiro, em 29.01.1942. Bem merece Braz Dias de Aguiar os títulos de "*Bandeirante das Fronteiras Longínquas*" e "*Cidadão da América*".

O Almirante Braz Dias de Aguiar nasceu no Rio de Janeiro, em 03.02.1881, e faleceu no dia 17.12.1947. Seus pais foram o Capitão-Tenente Joaquim Dias de Aguiar e D. Amélia Siqueira Dias de Aguiar. Teve dois irmãos: o Guarda-Marinha Álvaro Dias de Aguiar, falecido no naufrágio do Cruzador Aquidabã, em 1906; e Mário Dias de Aguiar. Casou-se com Esther Neiva Dias de Aguiar, com quem teve três filhas: Maria Amélia Neiva de Aguiar Nelson, Maria Magdalena Neiva de Aguiar Adrião e Maria Luiza de Aguiar Neiva. Teve quatro netos: Maria Helena de Aguiar Neiva, Ronaldo de Aguiar Neiva [Médico], Paulo Cezar de Aguiar Adrião [Almirante] e Roberto de Aguiar Neiva. Entrou para a Escola Naval como Aspirante-a-guarda-marinha, em 07.04.1899. Foi declarado Guarda-marinha aluno em 13.01.1902 e Guarda-marinha-confirmado [2° Tenente] em 09.01.1903. Embarcado no Navio-Escola Benjamin Constant, participou da viagem de instrução de Guardas-marinha realizada de 17.08.1903 a 24.03.1904, quando foram visitados os Portos de Nova York, Plymouth, Cherbourg, Ferrol, Lisboa e Las Palmas. Nessa viagem, segundo testemunho do Capitão de Mar e Guerra Didio Iratym Affonso da Costa:

> Braz de Aguiar era um dos que mais praticavam a contemplação dos astros e a observação instrumental correspondente, entremostrando o seu destino de astrônomo e demarcador de fronteiras. [...]

Além desses serviços de pura delimitação de fronteiras [sua tarefa básica], o espírito pioneiro e a competência profissional que integravam o hidrógrafo, o astrônomo, o geógrafo, o topógrafo e até o naturalista ainda o impeliram a colaborar de forma decisiva para o conhecimento da geografia regional, numa época em que os próprios brasileiros só pensavam na Amazônia como "*uma imensa planície recoberta por uma floresta infinita!*"

Deixou, nesse sentido amplo, diversos trabalhos publicados, que muito contribuíram para desvendar os segredos da Amazônia, dentre os quais devem ser destacados:

- ✧ o levantamento completo da Bacia do Rio Branco, compreendendo todos os principais afluentes, como o Uraricoera, o Tacutu e o Mucajaí, bem como vários tributários secundários, como os Rios Surumu e Mau [afluentes do Tacutu], Cotingo e Uailan [afluentes do Mau], e mais o Amajari, afluente do Uraricoera;
- ✧ o levantamento completo da Bacia do Rio Trombetas, incluindo os perfis dos seus dois afluentes mais importantes, o Mapuera e o Erepecuru, este último também conhecido, até hoje, como Cuminá ou Paru do Oeste;
- ✧ o levantamento completo da Bacia do Rio Jari, compreendendo os afluentes Ipitinga, Mapari, Culari, Curapi e Cuc; e
- ✧ o mapeamento de diversos Rios da Bacia do Rio Negro, com nascentes localizadas nas serras da Neblina, do Imeri, Taperecó, Gurupira e Urucuzeiro, serviço executado no afã de identificar com precisão os divisores de águas que delimitariam as fronteiras entre o Brasil e a Venezuela.

Todas as campanhas de Braz de Aguiar foram registradas em detalhados relatórios despachados para o Ministério das Relações Exteriores, órgão ao qual a Comissão Demarcadora era subordinada. Além desses relatórios específicos, Braz de Aguiar ainda publicou trabalhos detalhados sobre determinadas áreas, que muito contribuíram para o conhecimento da Amazônia. Um desses trabalhos, denominado "*O Vale do Rio Negro*", classificado pelo Chefe da Comissão Demarcadora de Limites – Primeira Divisão como um subsídio para "*a geografia física e humana da Amazônia*", foi encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores no mês de janeiro de 1944. [...]

A morte o surpreendeu, a 17.12.1947, ainda no cargo de Chefe da Comissão Demarcadora de Limites – Primeira Divisão, quando trabalhava na fixação definitiva dos limites com a Venezuela. Foram 46 anos corridos de serviços relevantes prestados ao País, sendo que desse total, 30 anos dedicados de corpo e alma à Amazônia, que ele demarcou por inteiro. Foi, sem sombra de dúvida, um dos brasileiros que mais contribuíram para a soberania brasileira e a integridade territorial da nossa Amazônia.

Se, nos dias atuais, o Brasil já solucionou todas as pendências que recaíam sobre os 10.948 km de faixa de fronteira terrestre que separa a nossa maior região natural, objeto constante da cobiça internacional, dos países vizinhos, quase tudo se deve ao trabalho inteligente e incansável do "*Bandeirante das Fronteiras Longínquas*", pois de suas observações e dos seus cálculos resultaram mais de 500 pontos astronômicos que definem, juntamente com acidentes naturais, essa imensa divisória.

Braz Dias de Aguiar, promovido "*postmortem*" ao posto de Contra-almirante em 23.07.1951, em reconhecimento pelos serviços prestados à Pátria, bem merece também ser incluído entre os "*Gigantes da Nacionalidade*". O brilhante historiador Jaime Cortesão já o via como tal, quando afirmou que Braz de Aguiar:

> não é daqueles cujo nome se afoga no túmulo, com os despojos mortais.

Osvaldo Aranha declarou:

> ele é um dos maiores brasileiros vivos.

Foi um "*Cidadão da América*", que honrou o nome do Brasil. (ADRIÃO)

Discurso do Engenheiro Virgílio Correia Filho, representando o Conselho Nacional de Geografia na homenagem realizada no Palácio Itamarati, em memória do Comandante Braz Dias de Aguiar:

Boletim Geográfico, N° 69
Rio de Janeiro, RJ – Dezembro de 1948

Conselho Nacional De Geografia

Informações – Notícias

Bibliografia – Legislação

Braz Dias de Aguiar, Mestre de Demarcadores!

A "*Casa de Rio Branco*", impregnada de tradições atinentes à configuração jurídica do Território Nacional, não poderia esquecer a contribuição incomparável que lhe prestou singular individualidade, cuja memória se exalta nesta cerimônia, para a qual cooperam associações culturais dedicadas ao estudo da História e Geografia do Brasil.

O Conselho Nacional de Geografia, que se acostumou a proclamar os méritos do Comandante Brás Dias de Aguiar, não silenciaria em tal emergência.

Pouco importa que a escolha não apontasse intérprete mais autorizado para lhe evocar a preceito o perfil de "*Mestre de Demarcadores*".

Nem o desacerto da designação, por ventura destoante da harmonia do conjunto, arrefecerá o calor da consagração, que ao insigne sertanista devota a entidade coordenadora das atividades geográficas praticadas no Território Nacional.

Nenhuma das suas glebas desperta, em verdade, maior ímpeto patriótico do que a faixa que perlonga a linha limítrofe, onde termina a jurisdição patrícia.

Aí como que se intensifica o sentimento patriótico, diante das soberanias vizinhas. E qualquer esforço aplicado em melhor conhecê-lo, obtém a mais vibrante ressonância, especialmente quando adstrito a processos aperfeiçoados, que possam proporcionar valiosas contribuições científicas.

Não maravilha que o perfil dos demarcadores alcance o realce dos heróis, cujas lutas dispensam os sacrifícios humanos, salvo de suas próprias pessoas.

A bravura então consiste em resistir aos elementos aniquiladores, à sombra das florestas, ou nos ermos dos morros açoitados pela ventania, ou nos Rios encachoeirados onde não faltam acidentes fatais.

Herói, sem dúvida, foi Cruls, astrônomo de renome universal, quando pé, solicitou que o transportassem ao local onde faria as observações finais de interminável controvérsia. E nesse lance exigiu do organismo esforço excessivo, que lhe encurtaria a existência benemérita.

Heróis, os que sucumbiram no recesso dos sertões despovoados, fossem obreiros anônimos, fossem pessoas de acentuada hierarquia submetidas às mesmas injunções malignas. A semelhante grupo excelso já pertencia o Comandante Braz Dias de Aguiar, quando o Conselho Nacional de Geografia lhe

solicitou aceitasse a nomeação de consultor técnico da Secção XTX, referente a "*Limites*". Era um meio de aproveitar-se dos seus ensinamentos, do mesmo passo que lhe prestava a homenagem de apreço inequívoco. Entenderam-se às maravilhas desde a primeira aproximação.

Um, era o organismo nascente, que brotava com o viço da mocidade, esperançosa de ser útil ao desenvolvimento do Brasil. O outro, não obstante ainda na pujança da madureza viril, trazia a nomeada de vencedor de árduas campanhas profissionais, encetadas ao findar o século passado, quando ultimou com êxito os estudos no Colégio Militar.

Diante da encruzilhada que se lhe deparou, não teve dúvida em preferir a Escola Naval, onde adquiriu conhecimentos que o estremariam entre os contemporâneos.

Iria praticá-los a bordo do "*Tamandaré*", do "*Benjamim Constant*", do "*Comandante Freitas*", "*República*", ou onde quer que se encontrasse.

Bem que desempenhasse a contento as suas obrigações de bordo, não seria da labuta no Mar que lhe resultassem as credenciais gloriosas para a imortalidade.

Navegara, porém, pela Amazônia, incumbido de montar estações termopluviométricas e proceder a sondagens cuidadosas, quando operava naquelas paragens a Comissão Demarcadora de Limites do Brasil com a Bolívia.

A execução do Tratado de Petrópolis, que os modificou, alongava-se por trabalhoso quinquênio, não obstante confiada à experiente chefia do Almirante Guillobel.

A retificação raiana seguira de Baía Negra para as Lagoas marginais do Rio Paraguai, onde deixara marcos substitutivos dos anteriores, que interpretaram o Tratado de 1867, e embrenhara-se pelos seringais acreanos, quando o então Primeiro-tenente Brás Dias de Aguiar deixou o tombadilho do seu navio para penetrar nas selvas estremenhas.

Não completara ainda o terceiro decênio de existência, que lhe sorria, prometendo-lhe triunfar dos problemas que lhe fossem apresentados e levá-los a bom termo, ainda que em circunstâncias adversas.

Era apenas ajudante, nomeado a 16.08.1910, embora desempenhasse missões de magna responsabilidade, como a chefia da Expedição Exploradora, que a 28.05.1912 alcançou Cobija ([43]).

Elevado, porém, ao posto de Capitão-tenente, a 7 de maio seguinte, também simultaneamente conquistaria, desde 1 de fevereiro, o título de Comissário Substituto, logo abaixo, por tanto, do Almirante Guillobel, a quem cabia o título de Comissário. Sucedia, neste lance, o Capitão-de-corveta Antônio Alves Ferreira da Silva, que sobremaneira dignificara o cargo, mercê da sua competência técnica.

Decidido a transpor os embaraços opostos pela Natureza a quem tente devassar-lhe os mistérios, levantou o Igarapé Bahia até as nascentes, onde lhe foi mister contestar opinião favorável à indicação de outro afluente como formador principal.

E também o Acre, além das coordenadas que determinou, sem interromper os levantamentos fluviais.

---

[43] Cobija: cidade boliviana, situada à margem direita do Rio Acre, na fronteira com o Brasil, tendo Brasileia (AC) e Epitaciolândia (AC) como cidades vizinhas.

Não tardaria, entretanto, a volver ao convívio dos colegas, pois que o melhor conhecimento da região outrora litigiosa, evidenciara a inexequibilidade antes de novos convênios, dos limites definidos para hipóteses topográficas destoantes da realidade.

O ritmo dos trabalhos iria esmorecer, enquanto as chancelarias não deslindassem as dúvidas, rompentes do desacordo entre o terreno e a sua imaginária configuração cartográfica anterior.

E, então, o demarcador deixou a Comissão, que não mais lhe exigia esforços produtivos e tornou ao "*Minas Gerais*", que lhe proporcionava ensejo de atuar com a mesma perícia a que se habituara em todas as suas incumbências.

A Grande Guerra encontrou-o em serviço ativo a bordo, onde permaneceu até o fim das hostilidades. Acabada a Conflagração Mundial, as atrações da floresta portentosa, onde canta o uirapuru, empolgaram-no de todo, como se algum dia ouvisse as melodias sedutoras da ave lendária.

Desta vez, era ainda Ferreira da Silva, Capitão-de-Mar-e-Guerra, que lhe solicitaria a colaboração valiosa para a Comissão de Limites com o Peru, em que operariam Nogueira da Gama, como subchefe e Braz Dias de Aguiar, ajudante, nomeado a 01.03.1920.

Tardanças comuns em tais empreendimentos, que dependem do sincronismo de providências determinadas por dois governos distantes, dilataram o início dos trabalhos.

Até que, a 11.05.1922, reunidos em Belém, os representantes de ambos os países consideraram, por fim, organizada a "*Comissão Mista Brasileiro-Peruana*".

Pelo Brasil, falariam Ferreira da Silva, com as insígnias de Contra-Almirante, e Braz de Aguiar, seu imediato, como subchefe, em substituição ao primeiro nomeado.

E assim continuou participando dos trabalhos de maior responsabilidade, que os relatórios anuais registraram meticulosamente. Afinal, concluíram as demarcações, ao cabo das quais foram dispensados, a 28.05.1929.

Ao historiar, em longo relatório, a campanha levada a bom termo naquelas paragens remotas, o Almirante Ferreira da Silva relembrou que iniciara os trabalhos em meados de 1913, quando era ainda Capitão-de-Fragata.

Depois de levantado o trecho do Purus, entre as bocas dos seus afluentes Chambuiaco e Santa Rosa, a Grande Guerra perturbara a marcha dos demarcadores, que só retomaram os aparelhos de observação, em 1920, quando saíram a campo unicamente os técnicos brasileiros.

Reunidos, mais tarde, com os colegas peruanos, puderam ultimar a de marcação de 1.565,834 quilômetros em que tiveram ocasião de implantar 86 marcos.

Os levantamentos estuados pela Comissão Mista, porém, 3.183,227 quilômetros, além dos Rios Yaco e Chandless, em extensão de 620,600 quilômetros, que sobremodo contribuíram para aperfeiçoar os conhecimentos daquela região. A missão completara-se às maravilhas.

O Almirante poderia afastar-se das fronteiras onde evidenciara a sua perícia técnica, à serviço do Brasil. O imediato, porém, Capitão-de-Corveta, desde

09.02.1923, solicitara reforma em 1927, com a graduação de Capitão-de-Mar-e-Guerra, para se consagrar exclusivamente às atividades fronteiriças.

Estava, por assim dizer, no começo da verdadeira ascensão para a glória.

A nomeação para a chefia da "*Comissão Demarcadora das Fronteiras do Setor Norte*", a 02.09.1929, confiou-lhe a responsabilidade integral dos serviços, que se desenvolvessem pela faixa estremenha da região Setentrional.

Não mais o guiariam as normas de um superior hierárquico, ainda que do estofo inexcedível do Almirante Ferreira da Silva, com quem trabalhara longamente, identificados ambos pela mesma devoção à pátria e amizade recíproca.

Iria agora estadear a sua individualidade, confiante nos conhecimentos que adquirira da vida sertaneja, dos seus graves problemas e dos meios de resolvê-los a primor. Para começar, chefiou a turma exploradora do Rio Negro.

A 29.07.1928, partiu de Belém, Amazonas arriba, para alcançar Manaus a 7 de agosto.

No dia imediato, continuou a viagem, a bordo já do "*Inca*" da "*Amazon River*", que o deixou em Santa Isabel a 12.

Com mais de três dias, em lancha, visitou São Gabriel, onde permaneceu até 26, para lhe determinar as coordenadas.

Em salto menor, conheceu Paracuá, à margem direita do Caiari. De regresso, possuía informes esclarecedores de futuras expedições:

> O rio Negro, até o porto de Santa Isabel é navegável por navios grandes, em época de cheia, e na de vazante, somente por aqueles de calado muito reduzido. Com algum esforço os navios podem subir até Camanaus, na época de cheia.
>
> Até Santa Isabel, o Rio Negro é muito largo, atingindo mesmo várias milhas, pouco correntoso, muito cheio de ilhas e bancos de areia. As suas ilhas formam outros tantos paranás ou canais, uns com suficiente profundidade para permitir a navegação dos navios, e outros que nem dão passagem às pequenas lanchas.
>
> O Rio Negro, da foz do Branco, seu afluente da margem esquerda, até Santa Isabel, não tem pedras, mas muitos bancos de areia. De Santa Isabel para cima os perigos aumentam pela grande quantidade de pedras e depois as corredeiras e cachoeiras.
>
> O trecho mais perigoso é de Camanaus a São Gabriel, onde estão as piores cachoeiras.

E depois de particularizar informações referentes aos tipos aconselháveis de embarcação, aos recursos e condições de trabalhos regionais, encerrou a 14 de novembro o relatório, por ventura o derradeiro que firmou como sub chefe.

Missão de maior relevância caber-lhe-ia daí por diante. A primeira levou-o ainda uma vez a Manaus e Rio Negro, águas acima, até São Carlos, povoado venezuelano onde chegou a 1° de dezembro. Cumpria-lhe executar no terreno o que determinara o Protocolo de 24.06.1928, mediante o qual o Brasil e a Venezuela acertaram as condições dos trabalhos demarcatórios.

Na ausência, porém, da Comissão venezuelana, retida em Bolívar, por falta de condução, estanciou em Cucuí, onde firmou o seu primeiro relatório de chefe da Comissão, a 07.01.1930.

Diria ao ministro:

> Era meu desejo enviar a Vossa Excelência uma maior soma de serviços já feitos, nestes 32 dias em que a Comissão está aqui, porém a ausência dos representantes venezuelanos nos tem atrasado muito.

Por seu gosto avançaria através do Igapó, onde as Expedições anteriores julgaram impraticável a colocação de marcos, mas necessitava estar acompanhado dos confrontantes.

E, assim, via aproximar-se a estação das chuvas, e nada mais conseguiu empreender, além da determinação das coordenadas de Cucuí, as de Huá, para o traçado da linha que ligaria os dois marcos distantes.

Raiou, entretanto, a esperança de apressar a marcha dos trabalhos, quando o chefe ilustre da Comissão Venezuelana, Francisco José Duarte, saudado com expressões amistosas, respondeu no mesmo tom, desculpando-se de somente a 16 de janeiro estar presente ao local ajustado para a primeira conferência, em "*Cucuí à margem esquerda do Rio Negro e fronteira do Brasil com a Venezuela*".

Ali se achava apenas a primeira turma brasileira, acampada a cerca de 10 km do Rio, "*enquanto a segunda partira para o salto Huá", no Rio Maturacá*".

Quando se reuniu para a segunda Conferência, a nove de fevereiro.

Já podia a "*Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana*" aprovar as operações de campo ultimadas, que abrangiam a construção de cinco marcos, dois na ilha de São João e três ao largo da linha geodésica Cucuí-Maturacá, de azimute calculado em 48°16'45,1" S.E.

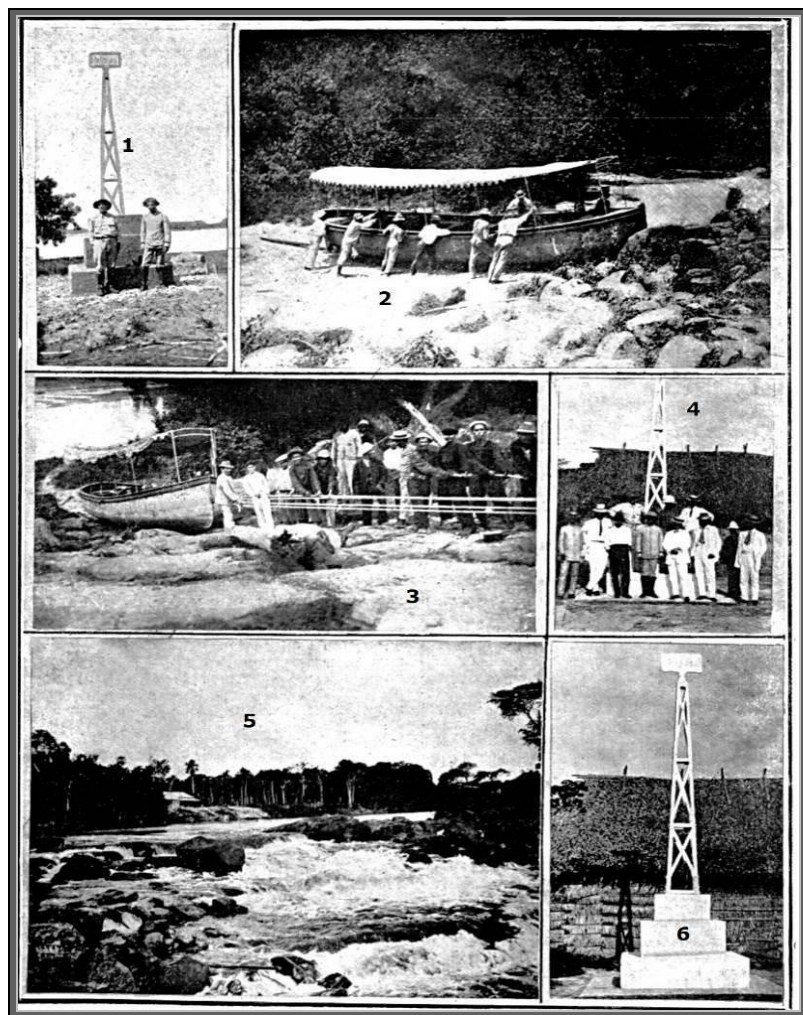



Imagem 34 – Braz Dias de Aguiar (FON FON, N° 09)

1 - Marco plantado à margem esquerda do Rio Beni, na fronteira do Brasil com a Bolívia, vendo-se na mesma fotografia o CT Braz Dias de Aguiar e Comandante C. H. Edwards, Subchefes das Comissões do Brasil e da Bolívia. **2** e **3** - Passagem, por terra, da lancha da Comissão brasileira no trecho do Rio Abunã, onde existe a cachoeira Fortaleza. **4** - Marco plantado em Vila Murtinho, vendo-se os subchefes das Comissões do Brasil e da Bolívia e o 1° Ten do nosso Exército Mascarenhas de Moraes. **5** - A cachoeira e Fortaleza. **6** - Marco colocado pela Comissão Mista em Vila Murtinho, na confluência dos Rios Beni e Mamoré, à margem direita do Mamoré.

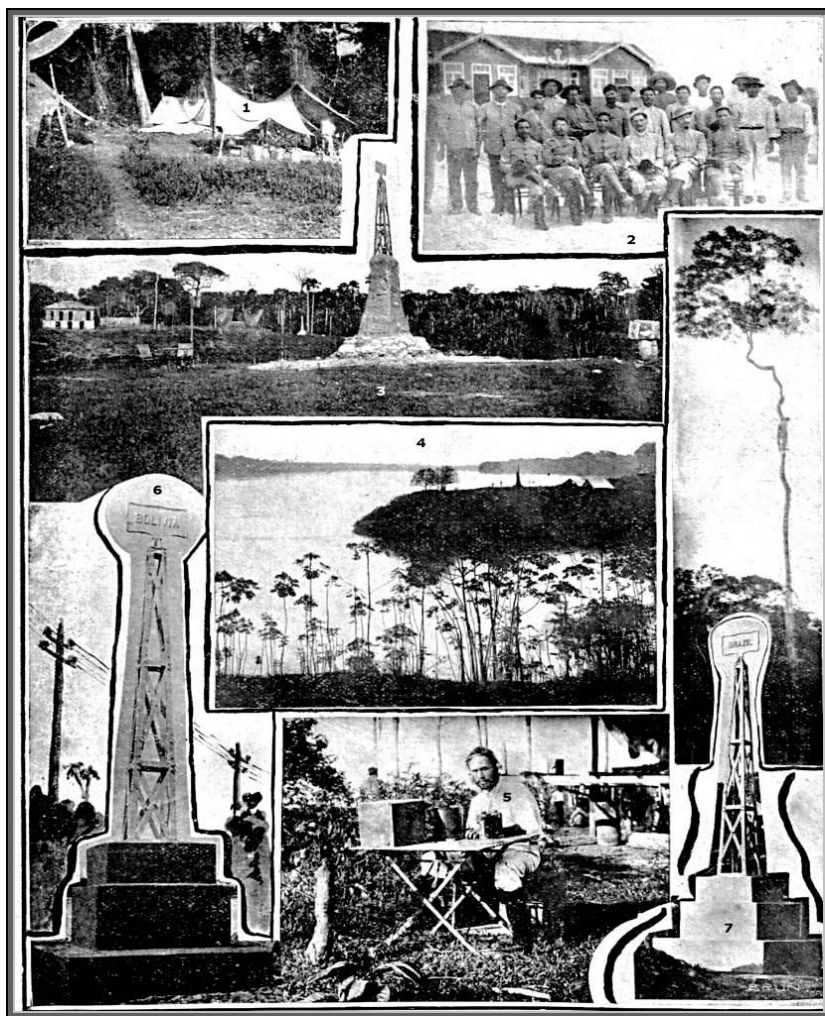



Imagem 35 – Braz Dias de Aguiar (FON FON, N° 09)

1 - Acampamento da Comissão na Boca do Rio Rapirran, afluente do Abunã. **2** – Da esquerda para a direita (sentados) 1° Ten Sebastião Rabello Leite, 1° Ten J. B. Mascarenhas de Moraes, CT Braz Dias de Aguiar, Maj Dr. Gouvêa Freire, 1° Ten Alfonso Leonardo Pereira, 2° Ten Dalmiro B. de Barros. **3** - Marco levantado na Boca do Beni. **4** - Vista da confluência do Abunã e Madeira, e o marco boliviano na Boca do Abunã. **5** - Mr. Clapman, instalando a antena da Estação de Telegráfica em Nova Califórnia, margem direita do Abunã. **6** - Marco na Boca do Abunã. **7** - Estação Telegráfica, a cargo de Mr. Clapman, que serviu para a determinação das longitudes dos diversos pontos da fronteira – primeira estação portátil empregada para tal fim.

A terceira já se efetuou em Manaus, onde Braz de Aguiar apresentou o plano de ação futura, prontamente aprovado. Partiram para Huá, em frente a cujo salto realizaram a quarta Conferência, que assinalou o acampamento ali montado.

Em consequência dos resultados colhidos pelas turmas incumbidas da caracterização do morro Cupi, que não foi encontrado com feições peculiares, resolveram os demarcadores suspender os trabalhos, somente possíveis pela aerofotogrametria. Não deixaria, porém, Braz de Aguiar o ambiente fronteiriço, ao qual se aclimatara.

Assim, acertadas pelas Chancelarias as condições de fixação da divisória da Guiana Britânica, a 30 de abril já se achava ele na fazenda Conceição, "*na foz e margem direita do Mau*", onde registrou a primeira Conferência da "*Comissão Mista Brasileiro-Britânica*".

Do levantamento deste Rio ocupavam-se os técnicos, da foz ao campo Lameiro, a 120 quilômetros, e também do Tacutu, desde a confluência do Mau ou Ireng até a forquilha, aberta em dois galhos.

Qual seria o formador principal? Divergiram os dois comissários.

Sustentava o chefe britânico ser o Warmuriak simples afluente, em contrário ao parecer do Comandante Aguiar, que discutiu proficientemente o assunto em seu relatório de 14.07.1931, quando solicitou a decisão do Ministro das Relações Exteriores para dirimir a controvérsia.

Simultaneamente com os trabalhos no trecho imediato, a demarcação que dirigia em outros pontos levou-o ainda uma vez a Manaus, onde se registou, a 05.05.1935, a 10ª Conferência da Comissão Mista

Brasileiro-Venezuelana, para homologação do que fora efetuado, a partir das proximidades do monte Roraima, pelo divisor de águas entre os rios Cotingo e Arabopo, na serra do Uaraí.

Destarte, ia ao mesmo tempo acudindo aos segmentos fronteiriços com dois confrontantes, a que não tardou a juntar-se o terceiro, quando o governo holandês também anuiu à fixação da lindeira comum.

Intensificou-se-lhe, por essa época, o ritmo das atividades, nos acampamentos estremenhos e nas capitais, onde pudesse conferenciar com as autoridades nacionais ou estrangeiras, de cujas decisões dependesse a eficiência das turmas em campo.

Estanciava por maior prazo em Belém, onde montou o seu posto permanente de comando, de organização modelar, que maravilhava os interessados em conhecê-lo.

Há mais de um depoimento firmado por visitantes insignes, que lhe proclamaram a excelência da organização. Não era exclusivamente operoso escritório técnico, ao qual se anexou perfeito arquivo cartográfico, opulento de peças informativas das várias fases dos serviços.

Mas igualmente um centro de abastecimento, que reduzia ao mínimo a possibilidade molesta ([44]) de fome naquelas regiões despovoadas para onde partiam as turmas, confiantes na capacidade organizadora da chefia.

Rios encachoeirados, que arrebentariam mais de uma canoa. Matas que o Sol não clareia. Encostas íngremes.

---

[44] Molesta :maléfica.

Nada faltaria para os afligir, se não houvesse, para lhes aliviar as canseiras, a assistência vigilante e carinhosa do chefe, que mais do ninguém, conhecia de experiência própria os sofrimentos irremediáveis que lhes causaria qualquer ato de imprevidência.

Na mesma capital paraense firmaria a primeira ata final de demarcação de um dos trechos, que lhe estavam sob a jurisdição.

Em verdade, a 30.04.1938, reunida a Comissão Mista, que o tinha como chefe dos técnicos brasileiros, realizou-se expressiva cerimônia, em que principiou por saudar cordialmente em inglês, o Almirante Conrad Kayser, de cujo compreensivo concurso dependeu o rápido êxito das operações demarcatórias dos limites do Brasil com a Guiana Neerlandesa, na extensão de 593,40 quilômetros.

E, continuou, em linguagem vernácula, para afirmar, sem receio de contradita, pois se baseava na realidade:

> Aqui, um grupo de brasileiros profundamente enamorados de sua terra e de sua gente porfia, sem cessar, num silencioso trabalho, pleno de sadio entusiasmo e intenso espírito de brasilidade, no sentido de transmitir a nossos descendentes um Brasil integrado, juridicamente por força do direito, na grandeza territorial que legitimamente herdamos de nossos maiores: um Brasil digno das alvissareiras esperanças que nos entremostra o porvir, um Brasil que prolonga a tradição gloriosa de um passado; um Brasil.
>
> Enfim, sem raias desconhecidas, a fim de que possamos conhecer até onde se estende a nossa soberania, para que possamos melhor respeitar a soberania de nossos confinantes.

E, em homenagem aos heróis anônimos, dedicar-lhes-ia expressões repassadas de carinho:

Não podemos esquecer, porém, ao concluirmos os trabalhos de demarcação como Suriname, os companheiros que caíram em meio da jornada.

Ao lado dos padrões que deixamos nas divisas, sentinelas inanimados da pátria, deixamos também, com os corpos daqueles heróis obscuros, atalaias votivas da nacionalidade, outros tantos marcos que assinalam, mudamente, o esforço ingente e o sacrifício continuado daqueles que apisoaram o solo agreste e virginal de suas raias Setentrionais, que trabalharam na sombra, que viveram e morreram ignorados, após uma peleja sublime, e que nos legaram, amortalhados numa infinita saudade, os exemplos imperecíveis da suprema renúncia, da abnegação suprema, e mais que tudo, do patriotismo luminoso.

Virgílio Correia Filho (B. Geográfico n° 69, 1948)

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

Jornal do Brasil, N° 63
Rio de Janeiro, RJ – Sexta-feira, 14.03.1930

Os Nossos Limites com a Venezuela

O "*Jornal do Brasil*" ouve o Comandante Braz de Aguiar, Chefe da Missão Brasileira

A Comissão Mista e o que ela já Realizou – Episódios Interessantes – A Odisseia dos Trabalhos – O contato com os Índios – Tudo Nacional – O Magnífico Estado Sanitário do Pessoal

O Comandante Braz Dias de Aguiar recebeu o redator do *Jornal do Brasil* na manhã radiosa de ontem, em sua aprazível residência da Tijuca, à rua Visconde do Cabo Frio. O Comandante Braz de Aguiar não perde, mesmo no Rio, nos poucos dias em que que aqui permanece, o hábito salutar da sua vida de campo: levantar com a madrugada. Pouco depois das 7 horas ele já está em sua residência pronto para receber o mais matinal dos visitantes. Anteontem telefonamos para sua casa, pedindo-lhe que nos recebesse. E ele respondia-nos:

– Pois não. Já amanhã, posso recebê-lo em nossa casa, pela manhã.

– Às 11 horas. Comandante.

E ele:

– Não, venha mesmo às 8 horas que já me encontrará de pé.

E, assim, ontem, às 8 horas e pouco, apertávamos o botão da campainha do ponto de sua residência. Um minuto depois ele nos recebia na sua confortável sala de jantar.

No centro, divisamos um bronze representando um pirata pronto para a abordagem. Nas paredes, magníficas marinhas e, dando frente ao visitante, certamente sinal de fervor cristão da dona da casa, um grande quadro, também em bronze, representando o Coração do Jesus.

Os Setores das Nossas Comissões de Limites

O Dr. Otávio Mangabeira, ao assumir o cargo de Ministro do Exterior, prestou o máximo da sua atenção, ao grave e sério problema da demarcação do nosso território procurando concluir dessa maneira, patrioticamente, a obra encetada pelo Barão do Rio Branco, e dividiu, com acerto, as nossas fronteiras, para a execução prática dessa tarefa em três setores: o Setor Norte, o Setor Oeste e o Setor Sul.

O Primeiro, compreende os nossos limites com a Venezuela e as três Guianas: o Segundo, diz respeito aos nossos limites com a Colômbia, Bolívia e o Terceiro ocupa-se das fronteiras brasileiras com o Paraguai, Argentina e o Uruguai.

O chefe da Comissão de Limites do Setor Sul é o Marechal Gabriel Pereira Botafogo; o da Comissão do Setor Oeste é o Dr. Estanislau Bousquet e o do Setor Norte é o Capitão-de-Mar-e-Guerra Braz de Aguiar.

Foi a este, pois, que acaba de regressar de Cucuí, onde esteve iniciando, com a Comissão Venezuelana, o serviço de limites do nosso País com a Venezuela e que já se apresta para seguir com destino ao Norte, a fim de começar o trabalho, com a missão britânica, de demarcação com a respectiva Guiana, que fomos ouvir acerca do que ele já pode realizar.

Ouvindo o Chefe do Setor Norte

Durante duas longas e agradáveis horas o Comandante Braz de Aguiar expôs ao nosso companheiro os curiosíssimos episódios dessa primeira jornada, apontando-nos documentos, desdobrando-nos mapas das regiões a demarcar, para que bem víssemos a penosa tarefa que pesa sobre os ombros dessas Comissões Científicas, obrigados todos os seus membros, chefes, auxiliares e trabalhadores a desempenhar a sua missão, ora, vadeando Rios e cachoeiras, às vezes, com água até a cintura, ora, montando serras de centenas de metros de altura, de dia ou de noite, ao Sol e à chuva. Disse-nos o Comandante Braz:

> É devido a esses graves empecilhos que os trabalhos de limites com um único País, mas que representam milhares de quilômetros de extensão, como as nossas fronteiras com a Venezuela, que vão a mais de 1.300, duram, de ordinário, meses e meses, anos e anos.
>
> É preciso estar bem a par dessas ocorrências para se poder ajuizar da demora de semelhante trabalho.
>
> Não são apenas as condições do terreno que se deve atender. É preciso pensar nas condições climatéricas e meteorológicas. Ainda este ano quando procedia à demarcação de limites com a Venezuela, somente no mês de janeiro tivemos 30 dias de chuva forte. Que é possível fazer nessas ocasiões? Como, com um céu de chumbo, é possível tomar observações?

O Comandante Braz de Aguiar sorri e continua:

> Tenho encontrado pessoas que me dizem, ao me encontrarem no Rio: "*Dias, você traça limites daqui?*"
>
> É que não sabem que nem sempre se pode executar o serviço. Aqui venho de fugida. Agora mesmo bati o "*record*" da distância entre Cucuí e Rio: vim de lá até aqui em 23 dias.
>
> Cheguei ao Rio no dia 5, à noite, e no dia 20 já vou regressar ao Norte. Outros me interrogam: "*Mas, você vai traçar limites que o General Rondon já determinou?*"
>
> Ledo engano; a Comissão do benemérito bandeirante não é de limites. Ela é de fiscalização de fronteiras, de determinação do Ministério da Guerra. Certo, no seu percurso, o General vai fazendo observações, mas nunca traçando limites.

A Partida da Comissão

Depois desse exórdio ([45]), em que o Comandante Braz de Aguiar procura desfazer erros em que muita gente labora, resultando em injustas críticas para essas Comissões técnicas disse-nos ele:

> A Comissão que lidero partiu do Rio, a 10.10.1929, a fim de se encontrar a 1° de dezembro, com a Comissão Venezuelana, na vila de São Carlos, território da República da Venezuela. Passando sobre toda uma série de dificuldades, a maior das quais a exiguidade do tempo, a Comissão na véspera daquela data estava em Cucuí.
>
> No dia 1° de dezembro, dirigi-me a S. Carlos verificando que a outra Comissão não e certificando-me de que, dadas as dificuldades do transporte, não poderia alcançar aquele ponto antes de 15 de janeiro.

[45] Exórdio: prefácio.

O Início dos Trabalhos

Como não era possível aguardar tanto tempo a chegada da Comissão Venezuelana, iniciei o traçado da linha Cucuí até o salto Huá, no Rio Maturacá, seguindo o mais possível a orientação da Comissão Mello Nunes, em 1914. Partindo da ilha S. José segue a linha o rumo SE; depois do 4 minutos passa pelo Igarapé Bonte, cujas margens baixas e alagadas vão até aos Igapós manadeiros do Igarapé chamado da Joaninha.

Continua o terreno baixo e alagado até uma pequena elevação, onde existe uma capoeira. Saindo dessa capoeira, caímos em um grande baixo, onde somente em pontes do mais de 100 menos de comprimento conseguimos passar.

Só encontramos terra firme no quilômetro, 10 onde está o acampamento da Dúvida, colina de 39 m de comprimento, por 18 de largura e 1,60 de altura, em relação à planície circunvizinha. Daí por diante, encontram-se baixos, Igarapés, Igapós até o quilômetro 15, onde acertamos em outra elevação de uns 600 m do largura, por 1.000 de comprimento.

Daqui partindo, caímos na planície sempre molhada e sulcada por numerosos Igarapés e baixios, até encontrar as águas dos afluentes do Erubichy.

Desse modo, a linha geodésica Cucuí-Maturacá corre em uma planície emoldurada pela serra de Parima ou do Canabury e a margem esquerda do Rio Negro, sulcado por inúmeros igarapés formando um plexo inextrincável do vasos comunicantes que, à menor chuva, enchem e transbordam, inundando a planície que se transforma em um oceano no meio da floresta. Tal foi o terreno em que operou a primeira das duas Turmas em que dividi a Comissão, de fins de 1929 a princípios de 1930. Estávamos em meio desse serviço, quando chegou a Comissão Venezuelana, formando-se, então, a Comissão Mista, que ultimou o traçado dessa linha de 84 quilômetros.

A outra Turma, que não teve trabalhos menos árduos, subiu o Rio Negro, entrou no Canal de Cassiquiare, depois no Pacimoni, no Bacia, no Maruracá, até o Salto de Huá. Depois de ter determinado as coordenadas desse salto e dos marcos da linha, partindo desse mesmo ponto, foi obrigada a retirar-se por que a enchente do Rio já não permitia o trabalho. Os oficiais, na última noite, já observaram com água pela cintura. Foram colocados cinco marcos na linha Cucuí-Maturacá, além dos quatro que já haviam sido deixados pela Comissão Mello Nunes – Duarte, em 1914, permanecendo assim essa linha perfeita e definitivamente demarcada, de acordo com o protocolo do 31.08.1929.

Como se Compunham as Comissões

A Comissão Brasileira, disse-nos o Comandante Braz Dias de Aguiar:

Compunha-se da minha pessoa, como chefe; CT Waldemar de Araújo Motta e Capitão Francisco Pereira da Silva, ajudantes; Capitães Drs. João Baulino de Carvalho e Manuel Maurício Sobrinho, médicos; Capitão Alfredo Luna, secretário; 1° Ten Floriano Machado, auxiliar técnico, além de quatro radiotelegrafistas e um contingente militar. Do lado dos nossos amigos venezuelanos, a Comissão era esta: Dr. José Francisco Duarte, chefe; Dr. Simonpletrl, engenheiro; Dr. A. Hernandez, médico; Félix Cardona, radiotelegrafista e J. Spooner, mecânico. Juntou-se a eles o ornitologista americano H. Halt ([46]), que se fazia acompanhar de sua esposa, trabalhando ambos para a Sociedade de Geografia de Washington.

O Dr. José Francisco Duarte, é uma das mais vivas inteligências da Venezuela. De valor; mental inestimável, ele se encontrava, há anos, na Suíça, entregue a estudos de matemática pura.

[46] Muitas Comissões foram contempladas com a participação de cientistas, pesquisadores e naturalistas estrangeiros ou nacionais.

O Magnífico Estado Sanitário da Comissão

Falou-nos, depois, o Comandante Braz do estado sanitário do pessoal que foi, uniformemente, excelente, não se registrando, apesar das zonas percorridas, em que os homens, muitas vezes, trabalhavam com água pela cintura, nem um caso de impaludismo, ou de gripe.

Contou-nos o ilustre Chefe da Comissão:

> Aliás, eu sempre que admito o pessoal, recito-lhe o meu regulamento:
>
> > Trabalhar ao Sol, ou à chuva, usar o mosquiteiro; tomar medicamentos sem discutir para que fim ele é ministrado; respeitar os índios e comer quando seja possível.
> >
> > Esta última parte justifica-se. Às vezes, o rancho está distante. Não é possível destacar um homem para ir buscá-lo, sabendo-se que ele só teria de comê-lo no trajeto.
> >
> > Os médicos da Comissão levaram ambulâncias de acordo com a nosologia da zona a percorrer. Foi instituída a profilaxia contra o impaludismo, a febre tifoide e paratífica A e B.
> >
> > Empregamos contra o impaludismo a profilaxia defensiva terapêutica e a mecânica. Na terapêutica, sais de quinino e arsenicais. Na mecânica os mosquiteiros.

Tudo Nacional

> Desejo que o *Jornal do Brasil* frize ([47]) que o nosso aparelhamento é todo nacional; desde a lona até os víveres.

---

[47] Frize: enfatize.

Estes os mais frugais e saudáveis: feijão, arroz, farinha. Carne: o "*corned beef*" ([48]), da indústria paulista, que foi muito apreciado pelos nossos companheiros venezuelanos. Gosto, no contato com o estrangeiro, de lhe demonstrar as nossas possibilidades econômicas. Parece-me que não faço mal com isso.

Cercados Pelos Índios

A uma pergunta nossa, respondeu o chefe da Comissão:

A segunda turma foi cercada pelos índios da tribo dos Macu. Eles se limitaram a observá-la, absolutamente não a molestando. O pessoal quis entreter com eles um comércio mudo, mas nada obteve.

É que os rapazes da Turma deixaram os presentes dependurados nas árvores e eles não lhes tocaram. Quem sabe se não cuidaram que se tratava de oferendas que eles fazem aos seus deuses para aplacar-lhes a cólera?

Para o Estudo da Nossa Fauna e da Nossa Flora

A Comissão que chefio arrecada sempre tudo quanto possa interessar à nossa geologia e aos museus. A minúscula colina, que encontramos na linha Cucuí-Maturacá, é constituída de um afloramento de cristal. Eu trouxe para a repartição competente amostras de todos os terrenos por onde passamos.

Nesse ponto da palestra que, reconhecemos, se fazia longa, levantamo-nos e despedimo-nos. O Comandante Braz de Aguiar, apertando-nos a mão, quis levar a sua gentileza ao ponto de conduzir-nos até ao portão de sua residência. (JB, N° 63)

[48] Corned beef: carne enlatada.

Diário da Noite, N° 262
Rio de Janeiro, RJ – Segunda-feira, 11.08.1930

Às Zonas mais Desconhecidas da América do Sul

Partiu Hoje, à Tarde, pelo "*Santos*", a Comissão de Limites Entre o Brasil e a Venezuela – Interessantes Informações Prestadas pelo Chefe Dessa Comissão, Cmt Braz Aguiar

Embarcou hoje, a bordo do paquete "*Santos*", com destino a Manaus, de onde partirá para as nossas fronteiras com a Venezuela, a Comissão Brasileira de limites, que vai definitivamente demarcar e fixar as linhas divisórias entre os dois Países. É chefe dessa importante Comissão o Comandante Braz Dias de Aguiar, de nossa Marinha, de Guerra, que já tem feito parte de outras Comissões de Limites.

O Diário da Noite

No intuito de colher alguns informes sobre os trabalhos já realizados naquela fronteira, que ademais se revestem de especial importância, sabido que se trata de uma zona ainda completamente desconhecida e habitada por selvagens, procurou aquele distinto oficial em sua residência, pela manhã, quando ainda ultimava os preparativos de sua viagem. Inteirado dos motivos de nossa visita, o Comandante Braz Dias de Aguiar prestou-se gentilmente a nos satisfazer a curiosidade:

Os Fins da Comissão

A presente Comissão destina-se a demarcar as linhas divisórias entre o Brasil e a Venezuela, de acordo com o que determina o último protocolo, assinado na gestão do Chancelar Octávio Mangabeira. Com esse objetivo já iniciamos os trabalhos em fins do ano passado, suspendendo-os em fevereiro último, em virtude da estação de águas e enchentes. Trata-se da demarcação da linha geodésica desde o Cucuí ao Saco de Uná, ou seja, uma extensão mais ou menos de 1.300 quilômetros de uma zona desconhecida, talvez a mais desconhecida da América do Sul.

As explorações nessa zona, sobre as vertentes, são penosíssimas. Para realiza-las determinei que uma parte da missão subisse o Rio Canabury e outra o Padoahyry, para reinício dos trabalhos. Os trabalhos de que se tem notícia na parte Oeste dessa zona, são os da Comissão Venezuelana de 1889, que determinou as linhas do Cucuí ao Oeste, parte essa perdida para a Colômbia. O General Dionysio, na Comissão de 80, atingiu ao Cucuí, enquanto que na parte Leste, em 1927, o Capitão Polydoro, da Comissão Rondon, subiu ao Urariquera, até a serra de Parima. Atravessar as vertentes das cordilheiras que distam daquela serra 80 quilômetros é o que a Comissão de Limites vai fazer, determinando as linhas e demarcando-as. A zona posto que não seja salubre não é das piores. Preventivamente, porém, tomamos todas as precauções para evitar as febres: o uso diário do quinino, o licor do Fowler ([49]), o mosquiteiro, o sulfarsenol e a estricnina, são indispensáveis nessas viagens.

Quanto aos índios, a última vez que estivemos nessa zona sentimos que nos vigiaram e cercaram. Porém, não fomos atacados. São os Macu de alguma agressividade. [...]

---

[49] Licor de Fowler: produto formalizado à base de arsênico anidrido diluído em água, ligeiramente alcoolizado,

> Mas, como se sabe, decorrem do ato três outros: no primeiro o ajuste, a seguir, o Tratado, depois a demarcação e subsequente caracterização.
>
> Coube ao Chanceler Otávio Mangabeira, ativar a realização das demais operações divisionárias de nossa fronteira. Isso, porém, não é obra de uma geração.
>
> Resta, portanto, que se atente ao trabalho hercúleo dessas Comissões de Limites que se internam em zonas inóspitas e desconhecidas para demarcar e assinalar as linhas divisórias de nossas fronteiras.

Concluiu o Comandante Braz Dias de Aguiar, a sua palestra como permitia, o tempo de quem se preparava para horas após, partir para internar-se nas zonas, consideradas, as mais desconhecidas da América do Sul.

Os Componentes da Comissão Dias Aguiar

A Comissão de Limites chefiada pelo Cmt Braz de Aguiar, compõe-se de seu Chefe e, dos CT Nelson Simas de Souza; Waldernar de Araújo Motta, Cap Francisco Pereira da Silva, Cap médico Dr. Manoel Maurício Sobrinho e 1° Ten Jonathas Moraes Corrêa e Dr. Sodré Vianna, civil. (DIÁRIO DA NOITE, N° 262)

Anais da Academia Brasileira de Ciências, Ed. 1
Rio de Janeiro, RJ – 1938

Aguiaria

Vi as primeiras árvores de “*duraque*” ([50]) em 1929, quando de subida no Rio Negro, como hóspede na lancha da Comissão Demarcadora das Fronteiras do Setor Norte, chefiada pelo Comandante Braz Dias de Aguiar. Elas não tinham flores nem frutos, mas o material que pude colher e que consistia em raminhos com folhas e em amostras da madeira, foi suficiente para permitir a inclusão da planta entre as bombacaceaes da afinidade de Scleronema e Calostemma. (DUCKE)

A Batalha, N° 4.334
Rio de Janeiro, RJ – Quarta-feira, 25.09.1940

A Fronteira Brasileira com a Venezuela

Prosseguem Ativamente os Trabalhos da Comissão Demarcadora

Deverá seguir para Belém do Pará, na próxima sexta-feira, o CMG Braz Dias de Aguiar, Chefe da Primeira Divisão da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites que trabalha no setor formado pelas fronteiras com o Peru, a Colômbia, a Venezuela e. as três Guianas.

O Cmt Braz de Aguiar vai encontrar os trabalhos de sua Divisão em pleno desenvolvimento, devendo dar início à segunda campanha deste ano, com o objetivo de fazer o levantamento dos Rios Catrimani, afluente do Branco, e Demini, afluente do Negro, sobre cujas cabeceiras ainda não há conhecimento seguro.

---

[50] Duraque: Aguiaria excelsa Ducke.

Nossas fronteiras com a Venezuela já foram definidas no Tratado concluído em 1859. Os trabalhos de demarcação, começados em 1880 e findos em 1884, não foram aprovados pela Venezuela. Novos trabalhos estiveram a cargo da Comissão Melo Nunes, dissolvida em 1915.

Em 1929 foi novamente organizada uma Comissão Mista de Remarcação, que trabalhou até 1934.

Em 1939, iniciou-se a atual campanha, que se dedica ao estabelecimento de sinais aerofotogramétricos e marcos fronteiriços, e ao levantamento topográfico de Rios cuja caracterização interessa imediatamente aos trabalhos demarcatórios.

Foram assim, levantados cinco Rios da Bacia Amazônica, o Surumu, o Pacu, o Majari, o Uraricaá e o Surubaí e as cabeceiras de quatro Rios da Bacia do Orenoco, o Guaná, o Kidi, o Emecuni e o Ijani. O serviço de "*fotocroquis*" é feito em aviões, do Serviço de Obras Públicas da Venezuela, ao longo da fronteira e já se estendeu até as nascentes do Majaní. [...]

Os trabalhos de demarcação são igualmente executados com colaboração de trabalhadores, cujas condições de saúde melhoram dia a dia, graças ao combate constante aos três males que afetam tais regiões: a malária, o beribéri e leishmaniose tegumentar.

O atual ritmo dos trabalhos demarcatórios imprime um grande desenvolvimento à campanha de 1939-1940, que já realizou mais de um terço da tarefa projetada. Concluídos esses trabalhos, o que a Divisão conta fazer em 2 ou 3 campanhas, ficará integralmente demarcada a nossa linha fronteiriça com as Guianas Holandesa e Inglesa e a Venezuela.

Esse trabalho, levado a feito com tenacidade e constância, representará uma definitiva contribuição para a caracterização perfeita dos nossos limites Setentrionais, o que por certo determinará progressivo soerguimento dessas regiões até agora pouco servidas das mais modernas conquistas da civilização. (A BATALHA, N° 4.334)

A Batalha, N° 4.346
Rio de Janeiro, RJ – Quarta-feira, 09.10.1940

O Presidente Vargas na Amazônia

Em Contato com os Membros da Comissão de Limites

BELÉM, 8 [Agência Nacional] – O Presidente Getúlio Vargas recebeu a visita de vários membros da Comissão de Limites, sediada nesta capital, como a Primeira Divisão de Demarcação de Fronteiras entre o Brasil e as Guianas Inglesa, Holandesa, Francesa, a Venezuela, o Peru e a Colômbia. Da exposição feita, então, pelo Comandante Braz Aguiar, que aqui se encontra nesse posto há 25 anos, o Chefe do Governo viu como vão adiantados os trabalhos de demarcação e estabelecimento de limites. A atividade da mesma Comissão pode ser avaliada, sabendo-se que foram, já, colocados 250 marcos e fixados trezentos pontos de coordenadas. Mais de quatro mil quilômetros de Rios já foram percorridos para esse trabalho. Todas essas atividades foram seguidas pelo Presidente Getúlio Vargas nos mapas que lhe eram mostrados no momento.

Imagem 36 – Pres. Vargas em Belém (A Batalha, n° 4.346)

Verificou, então, o Chefe do Governo, que o serviço de demarcação já está terminado nas fronteiras com as Guianas Inglesa e Holandesa, estando as linhas divisórias com a Venezuela quase concluídas. A linha com a Guiana Inglesa tem cerca de 1.600 quilômetros. As atividades da Comissão já se estenderam até a Bacia do Orenoco, sendo que em todos os trabalhos o fato mais curioso até agora está na fixação dos limites com a Venezuela. Ficou provado que a serra Marchiall não é o ponto mais Norte do Brasil e sim a serra Caimai.

Depois de apreciar esses mapas, em número superior a 50, o Presidente foi informado da maneira de organização das Expedições de estudos que devem demorar, sempre, no interior da selva, transpondo Rios, desbordando serras, pelo menos de oito a dez meses. Vivamente impressionado com a longa exposição que lhe foi feita, o Chefe do Governo, despedindo-se dos membros da Comissão de Limites, disse-lhes:

Heróis não são apenas os que morrem pela Pátria, oferecendo-lhe o seu sangue. Também os senhores, por tanto trabalho anônimo construindo as fronteiras do Brasil, longe do mundo, são heróis. (A BATALHA, N° 4.346)

A Batalha, N° 4.425
Rio de Janeiro, RJ – Terça-feira, 14.01.1941

Atacados e Cercados Pelos Índios os Membros da Comissão de Limites

Surpreendidos e Cercados Quando Dormiam Foram Todos Feridos por Flechas Envenenadas

BELÉM, 13 [Agência Nacional] – Confirma-se o ataque dos índios aos membros da Comissão de Limites do Setor Norte, atualmente em operações na fronteira da Venezuela. Informações radiotelegráficas transmitidas diretamente dizem que o destacamento brasileiro encontra-se cercado há 24 horas.

O grupo composto do radiotelegrafista, o médico e mais três membros, e o único do qual chegam notícias, avisou que foi atacado pela madrugada do dia doze, por cerca de cem índios. Surpreendidos quando dormiam, foram todos feridos por flechas envenenadas, mas, mesmo assim, conseguiram repelir a bala, chefiados pelo médico Armando Morelli, o ataque dos selvagens, que recuaram, mantendo o cerco. Essa situação ainda perdura, constando, sem confirmação até agora, que dois elementos do grupo morreram, estando os outros em estado gravíssimo.

O Médico Morelli faz uma Narrativa do Ataque, em Radiograma Dirigido ao Chefe da Comissão de Limites

Comunica-nos a Agência Nacional: No dia 9 do corrente mês, uma Turma da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – 1ª Divisão, empenhada, nos trabalhos de levantamento do curso, do Rio Demini, afluente do Rio Negro, no Estado do Amazonas, foi atacada por índios selvagens. Quando se realizou o ataque, estavam apenas no acampamento o Médico Morelli, o telegrafista Jovino, Sargento da Marinha, e mais três homens. O grosso da turma achava-se distante do local, procedendo a trabalhos de campo.

Todos os cinco homens foram feridos gravemente; apenas o telegrafista pode locomover-se. O seguinte radiograma, passado pelo Médico Morelli ao Chefe da Comissão de Limites, CMG Braz Dias de Aguiar, para a sede da Comissão, em Belém, Pará, permite que se faça uma ideia não só da gravidade da ocorrência como da bravura de que deram provas os sitiados:

> O ataque começou às 05h30, com duas saraivadas de flechas premeditadas, em cada rede. Consegui alcançar meu rifle e atirei no rumo dos agressores, afugentando-os do local, porém, eles se mantêm nos arredores, anunciados pelos latidos dos cães, que não cessam. Todos nós ficamos avariados, com mais de três ferimentos, cada um, exceto o Sargento da Marinha, Jovino que recebeu uma flecha na axila esquerda, ficando atravessada, e eu com sete, duas das quais atravessaram o pulmão direito e outra que se alojou na região renal, fixando-se na coluna vertebral, sendo, com muita dificuldade, tirada.
>
> Apresento quatro hemorragias internas, mas meu organismo está suportando regularmente, apesar das dores lancinantes. Acredito que serão vinte ou trinta os atacantes, pois já se contam quarenta flechas, na maioria envenenadas.

> Nosso único recurso, agora, é de nos entrincheirarmos aqui e esperarmos socorro, de Leônidas ou de Nilar, que baixou ao depósito. Nenhum dos homens pode andar e eu nem me mexer na rede. Mesmo a baixada por canoa é muito perigosa, porque os índios andam nos arredores. Pelo sim e pelo não, envio a todos muitos abraços, que peço a Vossa Excelência transmitir. Cordiais saudações – Morelli.

Novo Ataque

Outros radiogramas informavam que os índios continuavam a rondar o acampamento, durante a noite, impossibilitando, os atacados a sair das trincheiras e que, por causa dos latidos dos cães, tinham a impressão que o resto da Turma também fora atacada.

No dia 10, os índios voltaram a atacar o acampamento. Apesar da gravidade de seus ferimentos, os homens pretenderam descer o Rio, quando os índios cortaram-lhes a retirada, sendo o grupo obrigado a voltar às trincheiras.

Em vista da situação crítica em que se encontram esses membros da Comissão de Limites, o Ministro das Relações Exteriores deu autorização ampla ao seu chefe, Comandante Braz Dias de Aguiar, para agir em seu socorro.

O General Comandante da 8ª Região Militar, com sede em Belém, pôs à disposição do Comandante Braz Dias de Aguiar um avião "*Comodoro*" para seguir até Manaus. De Manaus, o Chefe da Comissão de Limites seguiu em lancha, cedida pelo Interventor Federal no Amazonas, pelo Rio Negro, em direção ao Rio Demini, levando consigo dois médicos e ambulância, esperando chegar a tempo de prestar socorro aos membros da Comissão que se encontram sitiados.

Até o presente momento, o Ministério das Relações Exteriores, ao qual está subordinada a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, não tem conhecimento da morte de nenhum dos homens que compõem a turma encarregada dos trabalhos de levantamento do curso do referido Rio. (A BATALHA, N°. 4.425)

A Noite, N° 11.599
Rio de Janeiro, RJ – Segunda-feira, 29.05.1944

Encerrando uma Divergência Secular

O Acordo Final de Limites Entre o Peru e o Equador

LIMA, 28 (A. P.) – O Presidente Prado, em mensagem irradiada à noite passada, sobre a solução definitiva da questão de fronteiras com o Equador, elogiou e agradeceu a intervenção do chanceler brasileiro Oswaldo Aranha e declarou:

> Concluída a divergência que durou mais de um século, entre os dois países unidos e chamados, pela geografia e pela história, a viver vinculados um ao outro, reafirmo o sincero propósito de estreitar os vínculos de leal amizade com o povo e o governo equatorianos. Declaro, enfaticamente, que de nossa parte nada ficará por fazer nestas nobres e cordiais relações.

QUITO 28 (A. P.) – Foi recebido ontem em audiência especial pelo Presidente da República o Comandante Braz Dias de Aguiar, da Marinha de Guerra do Brasil,

que se acha investido das faculdades de árbitro da questão de fronteiras entre o Peru e o Equador, na Zona Oriental, de acordo com a fórmula sugerida pelo Chanceler Oswaldo Aranha.

O ilustre oficial brasileiro declinou de fazer declarações aos jornalistas sobre a sua entrevista com o Presidente, limitando-se a informar que embarcará na próxima semana para a região em que deverá realizar a missão especial de que se acha incumbido. (A NOITE, N° 11.599)

A Noite, N° 11.876
Rio de Janeiro, RJ – Quarta-feira, 07.03.1945

A Questão de Limites Entre o Peru e o Equador

O Ministro José Roberto de Macedo Soares, que responde pelo expediente do Ministério das Relações Exteriores, recebeu do 1° Vice-presidente, em exercício da presidência, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Ministro, J. S. da Fonseca Hermes, o ofício a seguir transcrito, a propósito da aceitação pelo Equador e do Peru de uma proposta brasileira para serem submetidas a arbitramento as questões pendentes da demarcação de limites entre os dois Países:

Rio de Janeiro, 26.02.1945. Senhor Ministro. – Tenho a honra e o prazer de levar ao alto conhecimento de Vossa Excelência haver a Assembleia Geral da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro aprovado, hoje, sob unânimes aplausos, a seguinte moção:

> Um acontecimento digno de registro em nossos anais acaba de ocorrer, e que merece tornemo-lo saliente porque põe em relevo o espírito pacifista, de concórdia e amizade que sempre orientou a nossa política exterior e americanista. A grave, secular e intrincada questão de limites entre o Peru e o Equador, por intermédio do nosso benemérito consócio, o Cmt Braz de Aguiar. E essa solução obedeceu às normas e aos princípios que o Brasil sempre sustentou como os mais dignos para solver as questões que se suscitassem entre povos irmãos e amigos; normas e princípios que sempre aplicou aos litígios surgidos com os seus vizinhos.
>
> A solução da questão de limites entre o Equador e o Peru acaba de ser resolvida pacificamente, dignamente, honradamente, à satisfação de ambas as partes. Este fato merece o nosso aplauso não só pelo que encerra de nobre e elevado enquanto se refere à mentalidade e aos sentimentos dos dois povos e governos amigos, mas ainda porque essa solução foi obra da diplomacia brasileira, executada tecnicamente por um consócio nosso. [...] (A NOITE, N° 11.876)

O Acre, n° 855

Rio Branco, AC – Domingo, 18.01.1948

Introdução à História das Bandeiras

Morre um Bandeirante

O Cmt Braz de Aguiar faleceu há 2 dias, mas já pertence à história. Não é daqueles cujo nome se afaga no túmulo, com os despojos mortais. Uma vida inteira dedicada ao serviço do Brasil, no desbravamento das suas zonas fronteiriças mais ásperas e desconhecidas, dá-lhe um lugar eminente no Pantheon dos Bandeirantes.

Daqueles grandes exploradores que se extremaram pelas virtudes e pela ação. Demarcador de limites, durante quase quarenta anos, ele possuía as virtudes ideais dessa espécie de servidores: a elevada compreensão política das suas funções; um ardente patriotismo, que não excluía o sentido dos direitos alheios; o amor da aventura geográfica no coração da Natureza ignota; a fraternidade humana aliada à curiosidade científica pelo indígena; e esse poder de simpatia irradiante que dá a certos chefes a possibilidade de fazer aceitar aos subordinados o cumprimento das mais difíceis tarefas com o mesmo espírito de comunhão na grandeza do dever.

Poderemos afirmar, em obediência estrita à verdade, que Braz de Aguiar pertence à mesma família de um Ricardo Franco de Almeida Serra e de um Couto de Magalhães, no passado; ou de um Cândido Rondon, no presente.

Os homens desta rara estirpe servem às nações de espelho, em que podem mirar-se na sua continuidade histórica: contemplar-se na sua imagem mais perfeita; haurindo nessa visão a consciência e a certeza da sua força moral. Aquelas velhas qualidades de energia, zelo inato e devotamento ao serviço que assinalaram tantos pioneiros do período colonial, encontravam-se com a mesma pujança neste homem dos nossos dias. Ele era um dos elos últimos duma cadeia que vai do presente até ao fundo dos séculos. E se o compreendemos melhor à luz da história, de que foi o transunto ([51]), também a evocação de certas figuras do passado ganha e se pode completar, quando aferidas por esse padrão, que a todas realiza e define, no mais substancial das virtudes herdadas.

[51] Transunto: retrato fiel.

Eis as razões que nos levam a incluir nesta série de artigos uma referência histórica a esse Bandeirante contemporâneo.

Tivemos a felicidade de o conhecer e de o tratar com a espécie de camaradagem fraternal que une os homens apaixonados pelas mesmas buscas. Muitas vezes esse grande Chefe nos deu a honra do procurar-nos em nosso gabinete do trabalho no Ministério em que servia, para nos comunicar com alvoroço os últimos descobrimentos geográficos da Comissão, cujos trabalhos dirigia.

Debruçados sobre os mapas e tomados do mesmo entusiasmo, eu ouvia a sua lição inédita. Deu-me igualmente a honra de me ler, antes de ser oficializado, o laudo que escreveu, como árbitro na velha, debatida e apaixonada questão dos territórios, conjuntamente disputados pelo Peru e o Equador.

Guardo dessa leitura, ou melhor, dessa audição, a impressão de uma obra prima do equilíbrio e de serena justiça, baseada numa sólida cultura das ciências geográficas e históricas.

A maior parte da sua obra escrita consta do relatórios inéditos, que se guardam no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Mas alguns: dos seus trabalhos estão publicados.

Nomeado, em 1929, Chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites para a Região Setentrional, apresentou, nessa qualidade, ao Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em setembro de 1940, com o título "*Nas fronteiras da Venezuela e Guianas Britânica e Neerlandesa*", uma comunicação muito notável sobre os trabalhos da equipe, dos anos de 1930 a 1940, a que presidia. Esse volume corre impressão em separata dos "*Anais*" daquele Congresso.

Páginas escritas com uma perfeita objetividade e estilo científico, abrangendo os múltiplos aspectos que podem, no terreno, interessar um demarcador de fronteiras em País como o Brasil, desde a geografia até à etnografia uma viva surpresa colhe o leitor, que as folheia atentamente.

Esse Chefe, que foi um grande animador e que animava ao modo dos lutadores leais, pondo-se à frente da Batalha, ao descrever um decênio de trabalhos por vezes em regiões aspérrimas nunca fala na primeira pessoa.

Apaga-se inteiramente para atribuir todas as fadigas e glórias, coletivamente, à Comissão. Dir-se-ia que essa longa e substancialíssima comunicação foi apenas obra do gabinete, em que ele houvesse reunido as observações colhidas por outrem nos trabalhos do campo.

Mas, lendo-se com atenção surpreendem-se no flagrante das coisas vividas os testemunhos da experiência pessoal. Ainda que rapidamente, em notas muito sóbrias, sente-se pulsar o esforço do explorador sobre alguns trechos duríssimos do terreno.

É o que sucede ao referir-se às alturas de cerca de 3.000 m do gigantesco Roraima, onde se encontram as fronteiras; Brasil-Venezuela, Brasil-Guiana Britânica e Venezuela-Guiana Britânica. Ouçamos:

> O planalto do cimo do Roraima, pela sua estrutura e ação mecânica da água e do vento, apresenta enormes fendas que são verdadeiros abismos.
>
> São brechas de um a muitos metros de largura e profundidades desconhecidas que impedem o caminho. Nas proximidades das bordas do planalto as rochas são extremamente quebradas, dificultando enormemente alcançar-se a orla dos precipícios, e que somente em alguns casos se consegue.

Ou:

> A vida na chapada do alto Roraima é excessivamente áspera. Raros são os momentos em que o Sol brilha, ou o Céu fica estrelado. Na maior parte do tempo toda a região fica debaixo de chuva ou de densos nevoeiros. O vento é forte e quase constante.

A esta paisagem lôbrega e fantástica, que tem qualquer coisa de dantesco, o espectador não se mistura. Um pudor varonil detinha a pena do escritor, evitando a rememoração do própria esforço. Sóbrio nesse particular, ele não esconde a admiração pelos grandes espetáculos da Natureza. Falando ainda do Roraima, escreveu:

> Inúmeros são os veios de água que correm em todas as direções e de grande altura se projetam para as Bacias do Orenoco, Essequibo e Amazonas. É um espetáculo maravilhoso quando, depois de uma grande chuva, o alto do Roraima se desanuvia podem então apreciar-se as inúmeras quedas de água que se precipitam para formar o Cotingo, o Arabopo, e Kukenan, o Palikwa e outros menores.

Irá um pouco mais longe, é certo, quando pode falar na terceira pessoa:

> As águas que descem do Ueissipu, ora correndo à superfície, ora subterrâneas, formam um solo onde se transita em verdadeiros exercícios de acrobacia. Em grandes extensões, os engenheiros que faziam o levantamento topográfico marinhavam sobre raízes para se deslocarem do uma estação à outra.

Além dessa memória, o Comandante Braz de Aguiar estava promovendo a publicação duma obra vastíssima sobre os trabalhos da sua Comissão: "*A Série Histórica Sobre a Demarcação da Amazônia*", entregue ao Professor Ferreira Reis E de que já saiu a lume, o 1° volume; os Atlas das zonas fronteiras,

segundo os descobrimentos por vezes surpreendentes, das últimas explorações; "*Anotações para o Dicionário Geográfico da Amazônia*" e "*Roteiro Etnográfico*" repositório de notícias, com frequências, de mais alto interesse científico.

De todos os trabalhos aludidos, os de mais vivo interesse são, a nosso ver, os relatórios, dirigidos ao Ministério das Relações Exteriores, sobre os serviços de conjunto da Comissão.

E talvez mais que todos, o de 1945, em que ele narra as operações combinadas, por terra e ar, que levaram, desde 1941, ao descobrimento das fontes principais do Orenoco. Porque, saibam-no os leitores, só desde 1943, e graças aos esforços conjuntos das Comissões Demarcadoras do Brasil e Venezuela, começam a conhecer-se os manadeiros principais do Orenoco que contravertem com os tributários de Catrimani [Rio Branco] e Demei [Rio Negro].

Essa vasta região da serras e florestas, donde se despenham, em dois braços, as nascente do Orenoco, conhece-se apenas pela fotografia aérea.

Só agora se fez o levantamento de Rios, como o Mariduu, afluente do Demi em território brasileiro ou do Tigre, afluente do Uguete da Bacia do Orenoco em território venezuelano.

Nas páginas inéditas deste relatório, em que, aliás, o relator transcreve, com frequência, as comunicações dos seus excelentes colaboradores, sente-se palpitar conjuntamente a paixão do brasileiro e a do homem de ciência, que está revelando um dos últimos e mais interessantes enigmas de geografia do Planeta.

Aí, melhor ainda caberiam as palavras com que abre o seu trabalho "*Nas Fronteiras da Venezuela e Guiana Britânica e Neerlandesa*":

> Obra de legitima brasilidade, levada a bom termo por entre mil dificuldades, abre perspectivas inteiramente novas a paisagem geográfica do continente, tanto mais quanto a região percorrida e identificada interessa de certo modo aos próprios destinos dos povos ligados a nós por vínculos de vizinhança e americanidade. A Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – Primeira Divisão – produzindo os capítulos novos da Geografia Sul-americana, que estas páginas revelam, não solicita louvores mas o reconhecimento do que ela tem rendido, sem medir sacrifícios com o objetivo imediato de bem servir o Brasil, sendo útil, igualmente, aos altos interesses da ciência.

A revelação das conexões, sobre o terreno, das nascentes da Bacia do Orenoco com os tributários dos Rios Negro e Branco está em andamento. Outro Moisés, também a Braz de Aguiar não foi dado conhecer completamente e pesar essa terra prometida dos seus sonhos de criador de geografia. Homem benemérito, que trabalhava juntamente para a sua Pátria e para a Humanidade, poucos mereceriam, como ele, essa coroa de glória de haver alcançado plenamente um objetivo supremo.

Não sabemos se e quando o Ministério das Relações Exteriores publicará algum ou alguns daqueles relatórios. Na parte a que acabamos de aludir, como noutras, eles interessam em alto grau à geografia, e à história da geografia do continente. Reuni-los é sumariá-los, nas suas páginas mais vivas, nas de maior interesse humano e científico, seria porventura, a melhor homenagem a prestar a esse, como a outros pioneiros, e do mesmo passo oferecer à mocidade brasileira uma admirável lição e exemplo.

Que esplêndida série de estudos, entre biografia e revelação da terra e do indígena brasileiro, haveria a escrever, neste sentido. Por nossa parte, sentíamonos no dever de prestar aqui esta pequena, home-

nagem ao Bandeirante, ao Homem de Ciência e ao amigo, tanto mais quanto o seu grande mérito se rebuçava ([52]) voluntariamente na capa da modéstia.

Era daqueles que preferem ser esquecidos ou mal avaliados a soprar na tuba da própria fama. A este homem, tão grande e tão simples, afligiram males horríveis nos últimos meses da sua vida. Acompanha-nos com mágoa, e dia a dia, as notícias do seu fim. E ainda hoje não podemos furtar-nos a um misto de assombro, de amargura e de queixa. Perante esse espetáculo das piores dores, que tantas vezes escolheu para vítimas os mais justos. (CORTESÃO)

Revista Marítima Brasileira, Volume 153
Rio de Janeiro, RJ – jan./fev. /mar, 1949

Sessão Solene a 08.10.1948, no Salão de Conferências do Palácio Itamarati

Senhores! Os beneméritos da Pátria têm, para perpetuar-lhes a memória, um monumento na praça pública. Braz de Aguiar, em vez, tem centenas de monumentos construídos por ele mesmo e construídos para a eternidade. Contra eles nenhuma ação tem a erosão das águas e dos séculos. Estendidos em fileiras, ao longo de nossas raias, nos mais longínquos rincões da Pátria, esses monumentos falam a linguagem do sangue que os fez nascer em terreno fértil, numa terra abençoada.

[52] Rebuçava: dissimulava

Sua voz vai misturada com o sibilar dos ventos que não param nunca lá nos cimos da Serra Parima. O estrangeiro que deles se aproximar ouvirá que eles repetem, com a regularidade de um metrônomo: "*Atenção! Deste lado é a Terra de Santa Cruz*".

Braz de Aguiar – Tu deixaste na história de demarcação de nossas fronteiras o teu nome aureolado e no coração de cada brasileiro uma saudade. Tua tarefa, porém, não terminou, porque não terminaram, ainda, as demarcações. Aquele que tu colocaste à frente da 1ª Divisão Demarcadora conta com a tua ajuda para continuar tua obra. E os trabalhos continuam lá nos cimos da Serra Parima. (QUARTIN)

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

Um Projeto de Soberania

D. Sebastião, o desejado, Rei de Portugal e o último da dinastia dos Avis, cresceu com a plena convicção de que Deus o criara para grandes feitos. Ao enfrentar os mouros, em número significativamente superior, na batalha de Alcácer Quibir, evidenciou nas suas ações achar que o "*Milagre de Ourique*" repetir-se-ia, afinal a Batalha de Ourique foi um episódio simbólico para a monarquia portuguesa. Graças a ela, D. Afonso Henriques foi aclamado Rei de Portugal, em 25 de julho de 1139.

No campo de Ourique, haviam se defrontado o exército cristão e os cinco reis mouros de Sevilha, Badajoz, Elvas, Évora e Beja e os seus guerreiros, que ocupavam o Sul da península. Antes da batalha, D. Afonso foi surpreendido por um raio de luz que progressivamente iluminou tudo em seu redor, deixando-o distinguir aos poucos o Sinal da Cruz e Jesus Cristo crucificado. O Rei, emocionado, ajoelhou-se e ouviu a voz do Senhor que lhe garantiu a vitória naquela batalha e nas vindouras por intermédio dele e de seus descendentes.

Cristo teria afirmado, ainda, que o nome de D. Afonso seria reverenciado nas nações mais longínquas. D. Afonso Henriques voltou confiante para o acampamento e, no dia seguinte, diante da coragem dos portugueses, os mouros fugiram, sendo perseguidos e completamente dizimados. Para desespero de D. Sebastião e de seus combatentes, o milagre não se repetiu e a sua morte precipitou uma série de acontecimentos que culminaram com a unificação das coroas de Espanha e Portugal sob a autoridade da Espanha ficando, o período, conhecido como União Ibérica.

O período, que durou 60 anos (1580-1640), permitiu que os espanhóis estendessem seus domínios no Pacífico em regiões reconhecidamente portuguesas. Os lusos, por sua vez, ampliaram sua área de influência na América, e a Amazônia foi sendo conquistada pelos portugueses nos seus mais longínquos rincões, graças à instalação de fortificações e criação de pequenos povoados lusitanos. Quando da assinatura do Tratado de Madri, em 1750, os espanhóis, acatando os legítimos argumentos de Alexandre de Gusmão, baseados no princípio do "*Uti Possidetis*", reconhecem a soberania portuguesa sobre a região. As questões mais importantes de fronteiras pós-Madri foram as questões do Acre, contestado Franco-Brasileiro no Amapá, e do Pirara, em Roraima.

Nas duas primeiras, cujas questões foram favoráveis ao Brasil, devemos reverenciar a ação de dois grandes brasileiros: José Plácido de Castro, gaúcho de São Gabriel, e de Joaquim Caetano da Silva, gaúcho de Jaguarão. Outras questões oriundas de criminosas demarcações Terras Indígenas, seguramente virão, no futuro, comprovar que a história pode se repetir.

Questão do Pirara

Já reportamos à exaustão a trama urdida, passo a passo, pelos maquiavélicos estrategistas estrangeiros durante quase sete décadas na emblemática Questão do Pirara em que um arbitramento falacioso de sua Majestade italiana, Rei Vítor Emanuel III, desprezou, criminosamente, os irrefutáveis argumentos de Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco e Antônio Ladislau Monteiro Baena, usurpando 19.630 km² do território brasileiro, pertencente ao atual Estado de Roraima, e entregando-o à Inglaterra.

Questão Ianomâmi

Embora a época, o cenário e os agentes sejam diversos, processo similar teve início em 1957 com a entrada de "*missionários*" na região Ianomâmi. Nenhum dos grandes cientistas e exploradores anônimos que cruzaram os vales do Urariquera e Orenoco contataram índios com nome "*Ianomâmi*".

Cel Gélio Augusto Barbosa Fregapani

A nação Ianomâmi é absolutamente forjada. São quatro grupos distintos, linguística e etnicamente e, por vezes, hostis entre eles. A criação dos ianomâmis foi uma manobra muito bem conduzida pela WWF [Worldwide Fund for Nature] com a criação do Parque Ianomâmi para, certamente, criar uma nação que se separe do Brasil. O Parque Ianomâmi é uma região do tamanho de Portugal, ou de Santa Catarina onde, segundo afirmação da FUNAI, há 10 mil índios. A Força Aérea, que andou levando o pessoal para vacinação, viu que os índios não passam de 3 mil. Ainda que fossem 10 mil, há motivo para se deixar a área mais rica do país virtualmente interditada ao Brasil? O esforço deveria ser no sentido de integrá-los na comunidade nacional. Nenhuma epidemia vai deixar de atingir índios isolados. A única salvação, nesse caso, é a ciência médica. (FREGAPANI)

Coronel Carlos Alberto Menna Barreto

Em seu estudo "*Índios do Brasil*", o maior e mais respeitado indigenista brasileiro, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, jamais fez qualquer alusão aos "*Ianomâmi*" dentre as tribos levantadas na região.

O livro de autoria do Coronel Carlos Alberto Menna Barreto, "*A Farsa Ianomâmi*", denuncia a inexistência de tribo indígena com a denominação "*Ianomâmi*".

O Cel Menna Barreto, já falecido, comandou o 2° Batalhão Especial de Fronteira/Comando de Fronteira de Roraima, em Boa Vista, no período de 1969 a 1971 e foi Secretário de Segurança Pública do atual Estado de Roraima, de 1985 a 1988, adquirindo um conhecimento e uma vivência importante nos temas relativos àquela região. O Cel Menna Barreto é taxativo na sua obra:

> É preciso ficar claro, antes de tudo, que os índios supostamente encontrados por Cláudia Andujar são os mesmos de quando estive lá, em 1969, 1970 e 1971.
>
> Pode ser que, seduzidos com promessas, tenham concordado em renegar o próprio nome, deixando de ser os valentes que sempre foram, para se prestarem agora a esse triste papel.
>
> Ou, quem sabe, podem ter sido convencidos a vestir o apelido de "*ianomâmis*" por cima dos antigos nomes, numa forma de fantasia menos nociva aos valores e tradições indígenas.
>
> Entretanto, não é de se duvidar que, para cúmulo do desprezo pelos antropólogos nacionais, nada tenha sido feito para disfarçar a mentira e que, com exceção dos mais sabidos, eles continuem a ser os Xirianá, os Uaicá, os Macu e os Maiongongue de sempre, ficando essa história de "*Ianomâmi*" só para brasileiros e venezuelanos.

> Mas os índios tidos como ianomâmis são os mesmos que lá estavam de 1969 a 1971.
>
> Tenho certeza porque voltei à região em 1985, 1986, 1987 e 1988, como Secretário de Segurança, e vi as malocas nos mesmos lugares e os índios com as mesmas caras de antes.
>
> E, muito embora essa afirmação possa parecer temerária, pela dificuldade de distinguir-se um índio do outro na mesma tribo, é fácil de ver que, se nesses vinte anos não se registrou nenhuma ampliação de malocas, nem há notícia da ocorrência de epidemias ou guerras entre eles, os atuais habitantes são os mesmos visitados por mim, quando Comandante da Fronteira ou, então, são descendentes deles. (BARRETO)

A Reserva Ianomâmi projetada inicialmente para ser demarcada em áreas insulares, evoluiu para demarcação contínua com uma área aproximada de 2,4 milhões de hectares e, ampliada para 5 milhões de hectares tão logo foram conhecidos os primeiros resultados do levantamento dos recursos minerais da Amazônia executados pelo Projeto Radam-Brasil, em 1975.

Na data de sua criação, por força de Decreto Presidencial, assinado pelo então Presidente Fernando Affonso Collor de Mello, em 15 de novembro de 1991, passou para 9,4 milhões de hectares.

Curiosamente, esta ampliação permitiu que as grandes reservas de minerais nobres (ouro, estanho, nióbio e minerais radioativos), detectados pelo Radam-Brasil, ficassem dentro da reserva, sendo importante ressaltar, ainda, o nível de intencionalidade dolosa:

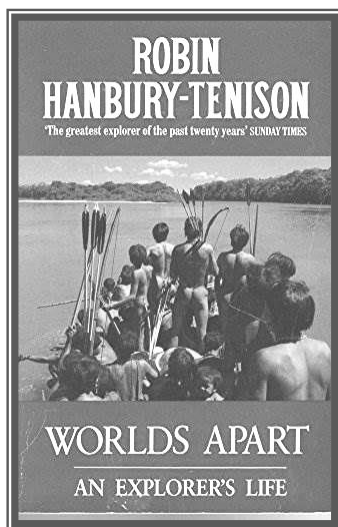



Imagem 37–"Worlds Apart" – Hanbury-Tenison

1. a decisão para a criação da Reserva Ianomâmi foi tomada em meados da década de 60, por iniciativa da Casa de Windsor e cujos pormenores e implicações estratégicas foram arquitetadas pelo Príncipe Philip;

2. a localização da Reserva foi resultado de várias viagens de exploradores ingleses, especialmente Robin Hanbury-Tenison, que faziam parte de um esforço de localização dos principais grupos indígenas situados sobre os eixos naturais de integração do continente Ibero-americano;

3. a meta era escolher grupos indígenas que, posteriormente, poderiam ser manipulados para obstaculizar a construção de grandes obras de infraestrutura necessária para concretizar tais conexões;

4. em seu livro "*Worlds Apart*", Hanbury-Tenison apresenta um mapa no qual mostra, precisamente, essa preocupação, e revela que a importância estratégica de seus roteiros lhe foram indicadas, pessoalmente, pelo Príncipe Philip.

O histórico deste caso mostra, novamente, que os vassalos da Casa de Windsor, ao contrário de nossos infelizes e desinformados governantes brasileiros, conhecem a sua e a nossa história.

Levaram pouco menos de quatro décadas (1957/1991) para delimitar a reserva ao seu bel-prazer. Uma gigantesca reserva na fronteira de dois países. São dois estados de Santa Catarina para pouco mais de 10.000 índios. Uma região estratégica, rica em minerais e extremamente vulnerável à ação clandestina de traficantes de drogas, armas e garimpeiros.

Cel Jarbas Gonçalves Passarinho e a Demarcação

> Permita-me enviar-lhe algumas palavras da extensamente discutida demarcação da Terra Ianomâmi. Político, Senador pelo Pará, fui também constituinte em 87/88, onde já éramos minoria para as esquerdas apoiadas por antigos pares nossos do PDS. Na Constituinte, entre outras intervenções minhas, figura a alteração da redação proposta para o Artigo 231. Consegui, ao menos, que se substituísse o advérbio "*imemorialmente*" por "*tradicionalmente*". Do contrário, o Brasil inteiro seria repartido em terras indígenas das etnias existentes, quando Cabral chegou a Porto Seguro.
>
> A Constituinte popularizou as sessões públicas. Delas participaram frequentemente os índios, com seus trajes peculiares, apoiados pela esquerda marxista. Daí o Artigo 231 rezar que *as terras indígenas, tradicionalmente ocupadas, cobrissem as utilizadas para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições*. O grifo é meu.

Num dos últimos meses do governo de seis anos do General João Figueiredo [janeiro de 1985], foi publicada uma Portaria da FUNAI, subordinada ao Ministério chefiado pelo saudoso Coronel R/1 Mário Andreazza, interditando área superior a 90 milhões de hectares para ser demarcada como Terra Ianomâmi. Os garimpeiros de Serra Pelada, no Pará, frustrados com a diminuição do produto da extração de ouro, serviram-se da descoberta de ouro pelo Projeto Radam e, usando a parte construída da rodovia Perimetral Norte, invadiram a área interditada. Os tratores espantaram a caça e o mercúrio envenenou os Rios. Os índios eram assistidos pelos garimpeiros, com alimentos enlatados.

Desde o século XVII, os Ianomâmis [que habitavam Serra Parima, de onde se dispersaram por tribos com quatro línguas diferentes] onde ficaram não tinham contato com brancos ou mestiços, e o governo de Roraima lá nunca esteve presente. Assumindo a presidência da República, José Sarney teve o mandato fixado em cinco anos. Entrementes, uma forte e caluniosa campanha mundial denunciava o Brasil de estar praticando o "*genocídio das últimas tribos primitivas do mundo*".

O CIMI estava à frente dessa acusação.

Dizia-se que nas malocas eram jogadas roupas contaminadas de variolosos. Na verdade, os índios morreram de gripe, principalmente, de malária e de pneumonia. Só os Catrimâni perderam cerca da metade de sua população. Viramos a escarradeira do mundo, para os religiosos e indigenistas.

Em outubro de 1991, convidado, aceitei assumir o Ministério da Justiça, a que o Presidente Collor, no seu novo organograma, subordinou a FUNAI. Dois dias depois de assumir, fui surpreendido com o despacho do Presidente da FUNAI, que me trouxe uma sentença do Juiz da 7ª Vara Federal de Brasília, enquanto o delegado [hoje senador] Romeu Tuma, diretor-geral da PF, cumpria ordem espetacular do Presidente Collor de expulsar os garimpeiros das terras devidamente interditadas no último governo militar, fazendo explodir trechos dos campos de pouco de uso dos garimpeiros.

Por que a sentença judicial? É que no último ano do seu governo, Sarney assinou 19 decretos, redividindo a área de 90 milhões de hectares em 19 "*Ilhas*", que somavam cerca de 2 e meio milhões de hectares, e criando [inconstitucionalmente] Florestas Nacionais entre elas, para garimpagem.

Era outubro, mês de eleição de sua sucessão. Inconformados, dois procuradores do Ministério Público entraram com Medida Cautelar para revogar os citados decretos e restaurar a área fixada no governo Figueiredo. Despachando a Medida Cautelar, o Juiz Novelly Júnior ouviu o governo Sarney, cuja resposta simplória foi de que o assunto era de sua estrita competência como chefe do Executivo. Não aceitando esse argumento, o magistrado deu provimento à Medida Cautelar. Estava eu obrigado a cumprir a decisão judicial. Como diz a frase feita, decisão judicial não se discute, cumpre-se, mas se pode recorrer. No caso, especialmente porque o juiz é de 1ª instância, o Sarney – <u>que agora passa por grande patriota para os contrários à demarcação</u> – não recorreu da decisão para um tribunal superior. Só ele poderia fazê-lo, porque só à parte cabe recorrer. Collor não era parte. Muito menos o seu Ministro da Justiça.

Ganhando tempo, obtive do Presidente, decreto fixando normas para a demarcação imposta. Ouvi Ministros, inclusive das Relações Exteriores, dirigido pelo jurista Rezek, que viera Ministro do Supremo Tribunal Federal para o Itamaraty, os governadores e as Forças Armadas. Estas encarregaram o General Agenor Homem de Carvalho, Ministro do Gabinete Militar, de opinar, em nome delas, para que a sentença fosse submetida ao Conselho de Defesa.

Nas atribuições do Conselho, nada consta sobre demarcação, mas de utilização de terras indígenas [demarcadas, pois]. A Marinha propusera interromper a linha contínua [reclamada na sentença] 20 quilômetros antes da fronteira, o que o § 5° do Artigo 231 impede.

Pedi parecer do Consultor-geral da Justiça sobre a possibilidade de a linha contínua pôr em perigo a soberania nacional. O parecer, de que tenho cópia, contraria completamente qualquer dano à segurança nacional, com que concordou também o Ministro Rezek, até porque a soberania na faixa de fronteira abrange 150 quilômetros de largura.

Do contrário, poderia cumprir a sentença e apresentar um projeto de lei que revogasse a demarcação.

A impressão que deixei, de ter sido o pai da criança, derivou de entender que fosse de meu dever justificar a decisão do governo João Figueiredo, depois de convencer-me de que a linha contínua não afetava a soberania, mas apenas a segurança, devido à falta de maiores efetivos Militares de fronteira.

O vazio militar, já ensinava Hausopher, precursor de geopolítica, convida à invasão. A série de objeções que tive de rebater provou a ignorância dos críticos, do mínimo de antropologia cultural, a que recorri.

> Um camarada nosso, que comandou Boa Vista, chegou a escrever, e a Bibliex publicou, em livro, que não existem os Ianomâmi. Seriam uma farsa! Desconhece que, assim como o latim, do seu tronco derivaram línguas diferentes.
>
> A matéria é muito extensa. Troquei cartas com generais, debati no Senado, pois os senadores de Roraima sabem que índio não vota, mas guerrilheiro vota. Quanto à Raposa Serra do Sol, decisão pessoal do governo atual e não derivada de sentença judicial fronteira aberta e não morta como a dos ianomâmis, escrevi um artigo que, tomo a liberdade, de enviar-lhe.
>
> Saliento, isso sim, o perigo à soberania nacional no abuso de certas ONGs, que dominam – e nós deixamos isso – as malocas indígenas e combatem nosso conceito de aculturação. (ex-Governador, ex-Ministro e ex-Senador Jarbas Gonçalves Passarinho)

Demarcações, Futuras Questões

Os casos das demarcações da Cabeça do Cachorro, Trombetas-Mapuera, da Reserva Raposa e Serra do Sol e tantas outras, seguem os mesmos passos, a mesma doutrina, das demarcações relatadas anteriormente com a conivência e, na maioria das vezes, com explícito apoio de nossas autoridades.

No futuro, serão outros "*Piraras*".

Cabeça do Cachorro

Em 14 de abril de 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso homologou cinco terras indígenas em São Gabriel da Cachoeira, formando um polígono contínuo de 10,6 milhões de hectares, área ainda maior que a aberrante reserva Ianomâmi.

A demarcação física das áreas indígenas da Cabeça do Cachorro só foi possível devido à doação de US$ 600 mil feita pelos países do G7 ao governo brasileiro dentro do escopo do PPTAL (Plano de Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal Brasileira).

Trombeta Mapuera

Em 2007, o governo federal homologou a Terra Indígena (TI) Trombetas-Mapuera que abriga as tribos Wai-Wai e Karafawyana com apenas 500 indivíduos, na divisa dos Estados de Roraima, Pará e Amazonas.

A reserva tem o tamanho da Holanda (41,5 mil km² - 4,15 milhões de hectares), país com 16 milhões de habitantes e, como fica entre duas grandes áreas indígenas (Waimiri-Atroari e Nhamundá-Mapuera), criou-se mais uma área contínua de 7,75 milhões de hectares.

Raposa e Serra do Sol

A política indigenista está dissociada da história brasileira e tem de ser revista urgentemente. Não sou contra os órgãos do setor. Quero me associar para rever uma política que não deu certo; é só ir lá para ver que é lamentável, para não dizer caótica.
(General de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira)

Um olhar atento à cronologia da demarcação da Reserva aponta para uma série infindável de vícios de origem que foram, totalmente, desprezados:

Cronologia de um "*Crime*"

1917 Lei estadual n° 941, de 16.10.17, define a área Indígena, destinada aos Macuxi e Jaricuna, a

região compreendida entre os Rios Surumu e Cotingo, e as serras Mairary e Canapiáepim, no Município de Boa Vista do Rio Branco;

1922 Lei estadual alterando a Lei n° 941, excluindo as terras que já tenham sido concedidas pelo Estado, e as que já estiverem ocupadas e cultivadas por qualquer pessoa, com residência habitual e cultura efetiva;

1971 Primeira assembleia de Tuxauas, na missão Surumu, representando o marco da pretensão da área Indígena insuflados pelo Padre Giorgio Dal Ben apoiado pela Diocese de Roraima e CNBB;

1977 Processo FUNAI n° 3233/77 solicita criação da área Indígena pleiteando a demarcação com um total de 578.918 ha;

1978 Relatório Preliminar, de 09.03.78, assinado pela Antropóloga Isa Maria Pacheco Rogedo, encontra "*argumentos*" para aumentar para 1.332.110 ha;

1979 A Portaria n° 509/E, da FUNAI, de 09.01.79, constituiu subgrupo de trabalho que redefine a área como de 1.347.810 ha;

1982 O Delegado da FUNAI Dinarte Nobre de Madeiro propõe a transformação da área Indígena em Colônia Agrícola, considerando a possibilidade de separar áreas de malocas de áreas de posses;

1984 Em 23.05.84, aquisição de propriedade rural pelas comunidades representadas pelo Tuxaua Jaci Souza graças a financiamento da Diocese de Roraima;

1985 Relatório da antropóloga Maria Guiomar de Melo, datado de 30.08.85, informa que foi identificada uma área indígena de aproximadamente, 1.577.850 ha desmembrada em 5 regiões;

1989 A informação n° 009, de 04.04.89, do antropólogo da FUNAI, Célio Horst, afirma que:

1. A região denominada Raposa Serra do Sol – é uma das mais conflitantes e está a merecer uma solução política – os dados técnicos estão todos disponíveis.

2. O Conselho Indígena de Roraima [CIR] está reivindicando uma área única e contínua e, segundo informações de superiores hierárquicos, não tem a menor condição de ser aprovada porque abrange extensa faixa de fronteira, é de superfície elevada, possui um total de 305 fazendas e nesta área estão inseridas quatro vilas, sendo uma a sede do Município de Normandia.

3. Segundo relatório do Dr. Valter Ferreira Mendes [10.06.86], a recomendação é de que na região Raposa Serra do Sol seja reestudada a faixa de fronteira, deixando espaço entre a Fazenda São Marcos, criando-se várias áreas indígenas.

1992 Em 09.01.92, alguns tuxauas assinam carta propondo uma nova demarcação, cujo desfecho foi o relatório apresentado pela antropóloga Maria Guiomar de Melo propondo uma área de 1.678.800 ha.

1993 Em 11.06.93, o administrador regional da FUNAI comunica ao Presidente da FUNAI que: "O Secretário de Interior, Justiça e Meio Ambiente Robério Araújo, consta como integrante do Grupo de Trabalho, Portaria PP 1141, de 06.08.92, alega que não tomou conhecimento do relatório final, publicado pela FUNAI". Até a data da publicação do parecer, a FUNAI havia recebido somente as contribuições do CIMI e do Antropólogo convidado Paulo Santilli.

1993 O DOU de 21.05.93 publica Portaria da FUNAI com o estudo de identificação da área indígena, resultado do grupo de trabalho interinstitucional.

Relatório assinado apenas pela antropóloga da FUNAI Maria Guiomar de Melo.

1993 O Parecer 036/DID/DAF, publicado em 21.06.93, aprovando o relatório de 1992, foi encaminhado ao Ministério da Justiça, que solicitou manifestações do Ministério Público Federal e do Estado Maior das Forças Armadas. A Procuradoria-Geral da República foi favorável à demarcação, enquanto que o Estado Maior da Forças Armadas foi contrário.

2003 O Congresso Nacional nomeou uma Comissão Externa para avaliar, "*in loco*", a situação da demarcação em área contínua da "*Reserva Indígena Raposa Serra do Sol*", no Estado de Roraima. Em abril de 2004, a referida Comissão fez as seguintes observações que, como a série de incorreções cometidas desde a década de 70, pela FUNAI, igualmente não foram levadas em conta pelo poder executivo e judiciário.

Laudo Antropológico

O Laudo Antropológico deve fundamentar-se numa relação de pertinência lógica, enunciando os motivos que determinaram as suas conclusões. É necessário que seja demonstrada a adequação dos pressupostos legais e dos pressupostos de fato com o objeto.

Um grupo de 27 profissionais, entre técnicos e índios, nomeados pela FUNAI, foi encarregado de realizar o levantamento fundiário da reserva, no período de 1991 a 1994.

Graças aos estudos dessa Comissão, a reserva passou por sucessivas ampliações até ser declarada de posse permanente dos índios com 1,7 milhão de hectares em 11 de dezembro de 1998 pela Portaria n° 820,

do Ministério da Justiça, assinada pelo então Ministro Renan Calheiros. Em 2005, ela foi homologada pelo Presidente Lula. Um atento exame do Laudo permite levantar os seguintes questionamentos:

Participação CIR e CIMI

A participação do Conselho Indígena de Roraima [CIR] e do Conselho Indigenista Missionário [CIMI] foi decisiva na elaboração do Laudo. A análise da situação fundiária da Raposa e Serra do Sol foi baseada em levantamento realizado pelo próprio CIR. O texto declara que:

> *foi visando a ampliar seu campo de atuação política e defender sua terra que o CIR encaminhou ao Grupo de Trabalho a pesquisa sobre a situação fundiária da área Indígena Raposa e Serra do Sol*.

Como agravante, o parecer jurídico do Laudo foi escrito pelo advogado Felisberto Assunção Damaceno, membro do CIMI.

A elaboração de parecer jurídico e peças centrais do laudo por essas entidades comprometem a isenção do processo e caracterizam o comprometimento da Administração Pública.

História do Contato

A sequência cronológica de contatos descrita no item "*História do Contato*" reforça a tese de que a região experimentou desde o século XVII um processo histórico de interação cultural, e reforça a falha do Laudo em tentar comprovar o atendimento aos requisitos do art. 231 da Constituição.

Atividades Socioeconômicas

No item "*Atividades Socioeconômicas*", não há referência à delimitação das áreas utilizadas pelos índios para suas atividades.

A região possui extenso território, ocupado por fazendas seculares, tituladas antes mesmo da existência do Território de Roraima, áreas urbanas e rurais destinadas à agropecuária.

A Constituição define as terras indígenas "*tradicionalmente*" ocupadas pelos índios e caberia ao laudo identificá-las.

Na busca de espaços territoriais que preencham os requisitos estabelecidos, o laudo falha ao não delimitá-los, demarcando terras ocupadas por não-índios.

Proposta de Demarcação de Área Indígena

Na "*Proposta de Demarcação de área Indígena*", redigida em apenas três páginas, o que deveria ser uma proposta reduz-se à reprodução cronológica do processo de reconhecimento das terras indígenas.

Chama atenção o fato de que as delimitações das áreas foram evoluindo, partindo do reconhecimento da existência de várias etnias que ocupavam áreas específicas, para a constituição de uma colônia indígena – que é "*área destinada à exploração agropecuária, administrada pelo órgão de assistência ao índio, onde convivam tribos aculturadas e membros da comunidade nacional ([53])*" e, posteriormente, para uma área única e contínua.

---

[53] Art. 29 da Lei nº 6.001 de 19.12.1973 que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

Parecer Jurídico

O item "*Parecer Jurídico*" pode ser utilizado para qualquer demarcação, visto que dá ênfase aos aspectos jurídicos específicos apenas da legislação indígena, e parte da premissa de que "*as posses primárias são as indígenas, e os índios os primeiros ocupantes*" – o que nos leva a concluir que todas as terras brasileiras seriam, por direito, indígenas.

Segundo Konrad Hesse, professor de Direito Público e Eclesiástico da Universidade de Freiburg [Alemanha]:

> *a constituição jurídica está condicionada pela realidade histórica. Ela não pode ser apartada da realidade concreta de seu tempo. A pretensão de eficácia da Constituição somente pode ser realizada se se levar em conta essa realidade.*

Além disso, os mandamentos constitucionais são harmônicos entre si, de tal forma que uma norma não se sobrepõe à outra, mas têm a sua vigência e aplicação delimitadas pelas demais.

A proteção constitucional implícita no artigo 231 não exclui outros direitos garantidos pela Constituição.

Conclusão

A "*Conclusão*" do Laudo Antropológico limita-se a corroborar a demarcação de 1.678.800 hectares, sem fundamentar-se em atos e fatos que lhe possam dar credibilidade. Questiona-se, portanto, se o processo administrativo foi instruído com informações confiáveis, que tenham suporte na realidade social e econômica da área a ser demarcada.

Demarcação Fraudulenta

O laudo não contou com a necessária isenção. Uma leitura atenta do Laudo Antropológico nos permite verificar que a presença da sociedade nacional naquela região é inquestionável e que o processo histórico da interação entre etnias, raças e culturas é uma realidade incontestável. Os aglomerados urbanos, cidades, vilas, posses e fazendas centenárias ali existentes, e a presença das atividades agropastoris, comprovam a presença do não-índio e uma intensa miscigenação.

A administração não pode ignorar esta realidade. Dessa forma, a demarcação da área como deseja a FUNAI não tem apoio na realidade social da região, fazendo-se necessária uma revisão da área demarcada.

Alienação do STF

A demarcação contínua é algo inusitado, jamais visto neste País. É claro que daria ensejo a esse tipo de resistência.
(Gilmar Mendes – Presidente do STF)

Desconhece o senhor Ministro do STF que a demarcação contínua tem sido a regra e não exceção.A afirmação, acima, evidencia o total desconhecimento, não só do STF, mas da sociedade brasileira em questões que colocam em cheque a soberania e influenciará o destino de cada um de nós, índios e não índios em futuro próximo. O julgamento da TI Raposa e Serra do Sol repousava nas mãos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que sinalizou, através do voto de seu relator, Ayres de Brito, no dia 27.08.2008, sucumbir à influência estrangeira. O Ministro Gilmar Mendes, para citar apenas o Presidente do STF, ignora a problemática das demarcações indígenas no Brasil.

Infelizmente, mais uma vez o STF, mostrou que não está à altura de sua destinação constitucional nem de representar os valores éticos e históricos da sociedade brasileira permitindo que se perpetue a ação nefasta e criminosa de demarcações comandadas pelo CIMI, ONGs estrangeiras e covardes brasileiros.

Os "*juízes*" do STF serão eternamente lembrados pelas gerações apátridas vindouras quando estas vierem a pertencer a um Estado Plurinacional.

"*Modus Operandi*"

O Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, chamado por uns de "*senhor voto vencido*" pela frequência de vezes em que fica isolado nas decisões do Tribunal, e conhecido por outros por seus votos controversos:

> Primeiro idealizo a solução mais justa, só depois busco apoio na lei.

Demarcação da TIRSS

Na votação do dia 18.03.2009, defendeu a nulidade do processo com o argumento de que índios, produtores e autoridades do governo não foram ouvidos no processo. Questionou, também, a forma como foi feita a demarcação afirmando:

> Eis a conclusão dos peritos do juízo do laudo referido na inicial: o que restou provado com esta perícia é que a FUNAI apresentou e aprovou um relatório completamente inadequado, incorreto, incompleto e com vícios insanáveis para a demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol, induzindo o Ministro da Justiça ao erro em baixar a portaria 820/98, substituída pela subsequente de 2005. (Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello)

Foi o único a votar contra o voto do relator. Na quinta-feira, dia 19, os trabalhos foram retomados e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, apresentou seu voto, como sempre, covarde e entreguista.

Ministro Marco Aurélio

Sou favorável à demarcação correta. E esta somente pode ser a resultante de um devido processo legal, mostrando-se imprópria a prevalência, a ferro e fogo, da óptica do resgate de dívida histórica, simplesmente histórica - e romântica, portanto, considerado o fato de o Brasil, em algum momento, haver sido habitado exclusivamente por índios. Os dados econômicos apresentados demonstram a importância da área para a economia do Estado, a relevância da presença dos fazendeiros na região. (Ministro Marco Aurélio)

O Ministro com lucidez, saber constitucional e coragem moral que, raramente, lhe são peculiares, apresentou seu voto contrariando o parecer de todos os seus colegas. Os nove votos apresentados, até então, pelos demais Ministros do Supremo, se perdiam em devaneios poéticos carregados de conhecidos chavões usados pelos arautos do Movimento Ambientalista-Indigenista Internacional e seus asseclas. O voto do D. Quixote do Supremo entrou para a história como um tributo à memória daqueles que tombaram na luta pela demarcação de nossas fronteiras e nossa soberania.

Bate-Boca no Plenário

Uma raça, cujo espírito não defende o seu solo e o seu idioma, entrega a alma ao estrangeiro, antes de ser por ele absorvida. (Ruy Barbosa de Oliveira)

O entreguista Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto, depois do voto do Ministro Marco Aurélio, pediu a palavra afirmando que os principais obstáculos levantados por Marco Aurélio já tinham sido refutados anteriormente por ele, Carlos Britto, e pela exposição do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito. Dando continuidade à sua falta de ética profissional, contestando o voto do companheiro, disse que questões de "*conteúdo periférico*" não precisariam ser respondidas. Iniciou-se, então a discussão.

Marco - Respeite meu voto. Não acho que seja adequado criticar o voto alheio. Vossa Excelência classificou meu voto de periférico, como se eu tivesse aqui delirado.

Britto - Vossa Excelência se referia a quem quando disse que a questão foi tratada de forma lírica, romântica?

Marco - Não se sinta atingido pelo meu voto.

Britto - Eu peço que o senhor ouça minhas razões, já que eu ouvi o senhor por quase seis horas.

Marco - Posso me retirar se o senhor quiser.

Britto - Não. De forma alguma.

Britto - Vossa Excelência fica fazendo o contraditório. Estamos em uma espécie de movimento ioiô, de estica e puxa. Deixe-me, por favor, concluir meu raciocínio.

Marco - Por que Vossa Excelência está tão preocupado com o voto discrepante, já que tem o apoio

de outros sete Ministros? Eu não retruco, não me estendo quando voto. Depois do meu voto, Vossa Excelência pediu a palavra para quê? Para retrucar?

Britto - Não. Não se trata de retrucar. Estou expondo os motivos pelos quais mantenho meu voto. E acho que fiz a leitura correta da questão.

Marco - Ainda bem que Vossa Excelência apenas acha.

Britto - Vossa Excelência não entendeu meu voto. Estou aqui a confirmar, data vênia, o acerto das posições que sustentei perante a corte. Não há nenhuma contradição no meu voto. Não é romantismo, não é lirismo, é interpretação de direito constitucional positivo. (*www.conjur.com.br/2009-mar-18*)

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

O FLUMINENSE

Alberto Torres (1864-1998) Niterói, domingo, 15, e segunda-feira, 16 de março de 2009 • ANO 131 – Nº 38.558 www.ofluminense.com.br R$ 2,00

Charles promete ajuda aos índios brasileiros

De acordo com o dirigente da Coiab, Jecinaldo Sateré, o herdeiro do trono britânico afirmou que irá apoiar as populações tradicionais da Amazônia

O dirigente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Jecinaldo Sateré, disse que o príncipe Charles, da Inglaterra, prometeu apoio às populações tradicionais dessa região. Durante visita a Manaus, o herdeiro do trono britânico se reuniu com um grupo de representantes de povos da floresta e de populações indígenas do Amazonas, Acre e Amapá.

"Ele prometeu à Aliança dos Povos da Floresta que irá trabalhar alternativas e será um aliado dos povos tradicionais da Amazônia no combate às questões que afetam o bem-estar da região, sobretudo no que se refere ao tema das mudanças climáticas", acrescentou Jecinaldo.

Segundo ele, durante a reunião foram abordadas questões relacionadas aos problemas da Amazônia, à preocupação dos povos tradicionais da região com o desequilíbrio ambiental e às lutas indígenas para reconhecimento de direitos e de terras, travadas em áreas como a da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Uma carta pedindo apoio da monarquia britânica à criação de um Fundo de Proteção e Conservação dos Territórios Indígenas foi entregue ao príncipe. De acordo com Jecinaldo, o príncipe se comprometeu a buscar alternativas para atendimento das reivindicações e disse que a partir de agora fará parte da Aliança dos Povos da Floresta.

"O desmatamento é um dos principais problemas e, por isso, estamos buscando a criação de um fundo para que possamos garantir a proteção das unidades de conservação, das terras indígenas e principalmente, garantir a sustentabilidade dos povos indígenas. O príncipe disse que vai analisar e vai apoiar o fundo", acrescentou o líder indígena.

Charles reuniu-se com os representantes dos povos tradicionais da Amazônia em uma reserva florestal pertencente ao Instituto de Permacultura da Amazônia (IPA), local em que se desenvolve um projeto não-governamental para ensino de técnicas de agricultura permanente. O príncipe fez também uma caminhada de cerca de 400 metros pela área florestal para conhecer o trabalho feito no local.

O fundador do IPA, Carlos Miller, disse que espera ter contribuído com informações sobre as tecnologias que funcionam na Amazônia. O projeto do IPA existe há dez anos e a já capacitou quase 5 mil alunos.

"Esperamos que as informações que o príncipe recebeu no IPA sirvam para ajudá-lo na tomada de decisões", concluiu Miller.

Agência Brasil

Charles se reuniu com representantes de povos da floresta

Imagem 38 – O Fluminense, n° 38.558, 16.03.2009

CORREIO BRAZILIENSE

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

QUINTA-FEIRA • Brasília, Distrito Federal, 19 de março de 2009

www.correiobraziliense.com.br

Número 16.740 • 96 páginas • R$ 2,00
EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

CORREIO BRAZILIENSE
BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2009
Editora: Ana Paula Macedo// anapaula.df@diariosassociados.com.br
Subeditores: Lourenço Flores// lourencoflores.df@diariosassociados.com.br
Humberto Rezende//humbertorezende.df@diariosassociados.com.br
Tel. 3214-1172

Fotos: Carlos Moura/CB/D.A Press

ÍNDIOS ACOMPANHAM VOTO DE MARCO AURÉLIO, QUE DUROU QUASE SETE HORAS: MINISTRO APONTOU SUPOSTAS FALHAS NO LAUDO ANTROPOLÓGICO E NO PROCESSO JUDICIAL

UMA VOZ DISCORDANTE

Depois de interromper julgamento em outubro, Marco Aurélio apresenta posição diferente da dos colegas e pede a anulação da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol (RR). Decisão do STF deve sair hoje

PALOMA OLIVETO E MIRELLA D'ELIA
DA EQUIPE DO **CORREIO**

Por quase sete horas, o ministro Marco Aurélio Mello defendeu ontem, no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), a anulação da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Em dezembro, ele havia interrompido o julgamento com um pedido de vista, depois de oito votos favoráveis à manutenção dos 1,7 milhão de hectares em forma contínua. Ontem, a expectativa dos índios que vivem na região era comemorar a palavra final do presidente da Corte, Gilmar Mendes. Mas as 120 páginas de um minucioso e repetitivo voto adiaram para hoje a decisão. Depois de Marco Aurélio, a palavra passou para Celso de Mello, que acompanhou o relator Carlos Ayres Britto. Dessa forma, o placar do julgamento ficou com nove votos a favor da demarcação contínua das terras e um contrário — de Marco Aurélio.

Na primeira parte de seu voto-vista, o ministro não entrou no mérito da ação popular que contesta a demarcação da reserva. Preferiu falar sobre supostos erros cometidos tanto no processo administrativo, que culminou no laudo antropológico da Fundação Nacional do Índio (Funai), quanto no judicial. "O processo apresenta vícios desde o laudo antropológico." Segundo Marco Aurélio, o trabalho dos técnicos, iniciado em 1977, é falho e parcial. Ele criticou o fato de o documento ser subscrito por apenas uma pessoa, a antropóloga Maria Guiomar de Melo, e afirmou, com base em informações do processo, que motoristas do grupo de pesquisadores foram citados indevidamente como consultores agrícolas. Também afirmou que o laudo não é isento, já que pessoas ligadas ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) e ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão da Igreja Católica, deram consultoria. Marco Aurélio chegou a brincar, dizendo que esperava não ser excomungado por isso.

O presidente da Funai, Márcio Meira, rebateu laconicamente a crítica: "Não temos nenhuma dúvida sobre o trabalho feito". A Funai também foi criticada pelo presidente do STF, Gilmar Mendes. O ministro afirmou que o julgamento da Raposa Serra do Sol vai nortear as próximas demarcações de terra. "O processo de demarcação é muito sério para ser tratado apenas pela Funai", concluiu. "Discordo. Se fosse assim, o laudo preparado pela Funai não teria nove dos oito votos", rebateu Meira.

Falhas judiciais

Para Marco Aurélio, o processo judicial também está repleto de falhas. A afirmação irritou o relator Ayres Britto, que chegou a discutir com o colega (**leia abaixo**). Segundo Marco Aurélio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Justiça na época da homologação da reserva (2005), Márcio Thomaz Bastos, deveriam ter sido ouvidos pela Justiça. Para ele, não bastou a presença do advogado-geral da União, José Antônio Toffoli. O ministro ressaltou que índios contrários à demarcação em área contínua também precisariam ter prestado depoimento, assim como o governo de Roraima.

Sorridente, o representante dos produtores de arroz que ocupam a Raposa Serra do Sol, Paulo César Quartiero, concordava com a cabeça enquanto o ministro falava. Desde terça-feira, ele já havia informado à imprensa que esperava uma mudança nos rumos do julgamento. Chegou a fazer graça, dizendo que, se retirado da reserva, iria virar sem-terra. O ex-prefeito de Pacaraima (RR) pelo DEM só demonstrou nervosismo quando Ayres Britto rebateu Marco Aurélio Mello. O sorriso sumiu do rosto.

Ao comentar o mérito da questão, Marco Aurélio apresentou várias alegações: desde o perigo de deixar com os índios as fronteiras — o que ameaçaria, na sua opinião, a defesa nacional — à possibilidade de separatismo e da criação de uma nação indígena. "A política indígena nacional sempre foi dirigida à integração. Como, em pleno século 21, com os avanços culturais, cogita-se o isolamento da população indígena?", questionou. E afirmou que defender um território onde não-índios são proibidos de entrar é o mesmo que promover um apartheid.

correiobraziliense.com.br
Ouça podcast: com Paulo César Quartiero

PERSONAGEM DA NOTÍCIA

Um voto de 120 páginas

Conhecido por suas posições polêmicas e por não ter papas na língua, o ministro Marco Aurélio Mello roubou a cena ontem na retomada do julgamento sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Depois de interromper a discussão em dezembro do ano passado, com um inesperado pedido de vista, ele adiou mais uma vez a decisão. Desta vez, o motivo foi justamente seu longo voto em plenário. O ministro falou por quase sete horas para defender seus pontos de vista em um extenso voto de 120 páginas, provocando, por vezes, tédio e até mesmo cochilos de alguns colegas.

A apresentação tomou praticamente o dia todo de julgamento, arrastando por mais um dia o desfecho do imbróglio. Nos bastidores da mais alta Corte de Justiça do país, o gesto foi interpretado como uma resposta de Marco Aurélio. O magistrado ficou visivelmente irritado em dezembro, quando ministros insistiram em adiantar seus votos mesmo diante do pedido de vista que ele havia apresentado.

Ontem, Marco Aurélio deu o troco e despertou, também, irritação no plenário devido à demora na conclusão do voto. Até mesmo Celso de Mello, o mais antigo integrante do Supremo, que é conhecido por suas longas explanações, contentou-se em um voto de apenas 30 páginas, resumido de forma "minimalista", como classificou. Mesmo diante da argumentação, Marco Aurélio acabou vencido — o que também não é raro nos julgamentos do tribunal. **(MD)**

Bate-boca entre ministros

O clima sisudo do plenário foi quebrado no início da noite, quando o ministro Marco Aurélio Mello terminou, finalmente, de ler seu voto. O relator, Carlos Ayres Britto, pediu a palavra para defender seu voto favorável à demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol. Foi o começo de um bate-boca entre os dois ministros.

Ironicamente, Ayres Britto falou que admirava o voto extenso do colega. Em seguida, disse que, do ponto de vista constitucional, as alegações de Mello não procediam e que não iria comentar o que havia de "periférico" no texto do colega. Nesse momento, foi interrompido: "Para mim, não é periférico, é conteúdo", disse Mello. Ambos referiam-se às questões técnicas do laudo, da defesa nacional e da suposta criação de uma nação indígena.

"Eu não interrompi vossa excelência e espero não ser interrompido", rebateu o relator. "Vossa excelência falou como se eu tivesse delirado aqui", respondeu o outro ministro. Ayres Britto mostrou, então, que sentiu deboche no voto do colega que, durante vários momentos, afirmou que não se pode pensar a questão indígena de forma lírica e romântica. O relator é conhecido pelos textos que misturam conteúdo jurídico e poesia.

Mantendo o tom de voz, ao contrário de Marco Aurélio, que elevou o seu, Ayres Britto disse que a questão da Raposa era muito importante para a humanidade e que divergências deveriam ser superadas. Houve nova interrupção. Irritado e com ironia, o relator afirmou que tinha certeza que o colega não "fez um voto de mais de seis horas para render loas à superficialidade". "Para mim, demarcação não é fracionada, fatiada, tipo queijo suíço, em que os índios ficam com os buracos e os fazendeiros com o queijo", emendou. Ayres Britto encerrou a discussão dizendo que a Constituição "optou pelo prestígio das etnias como formadoras do caráter nacional. Isso não é romantismo, é interpretação de direito constitucional positivo". **(PO)**

Imagem 39 – Correio Braziliense, n° 16.740, 19.03.2009

JORNAL DO BRASIL

jb.com.br

SÁBADO Rio de Janeiro, 21 de março de 2009 | Ano 118 Nº 345 | Desde 1891 | 2ª edição, 23h

pais@jb.com.br

Jornal do Brasil Sábado, 21 de março de 2009 | JB PAÍS | A7

RAPOSA SERRA DO SOL

Contagem regressiva para arrozeiros

Tarso Genro define na próxima quarta-feira, junto com juízes, prazo para saída de produtores

Luiz Orlando Carneiro
BRASÍLIA

O ministro Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, relator do processo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, informou ontem que vai se reunir, na próxima quarta-feira, com o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador Jirair Meguerian, a fim de definir o prazo para que produtores de arroz deixem "pacífica e definitivamente" as áreas que ainda ocupam na reserva. Ele explicou que a decisão do STF de que a retirada dos rizicultores tem de ser "imediata" significa que deve ser feita antes mesmo da publicação do acórdão do julgamento da ação popular, encerrado no fim da tarde de quinta-feira.

Em tese – conforme admitiu o ministro – depois da publicação do acórdão, os prejudicados podem ajuizar recursos (embargos declaratórios), sob a alegação de que alguns pontos da decisão seriam obscuros, omissos ou duvidosos, como permite a legislação processual. Mas Ayres Britto – na qualidade de supervisor da decisão – disse que vai agir com presteza e, se for necessário, deslocar-se até a região onde se concentram so fazendeiros, no município de Pacaraima.

O ministro-relator da polêmica ação popular ajuizada pelos senadores roraimenses Mozarildo Cavalcanti (PTB) e Augusto Botelho (PT) voltou a sublinhar que as questões relativas a eventuais indenizações pretendidas por fazendeiros e outros agricultores que exibem títulos de propriedade não interferem no processo de desocupação da área indígena. Trata-se, segundo Britto, de "processos paralelos que correm na Justiça comum". A seu ver, os fazendeiros que reivindicam um prazo mais longo para desocupar a reserva, a fim de que possam colher, em maio, o que plantaram no ano passado, assumiram um risco, com base numa liminar, cujos efeitos foram extintos com a conclusão do julgamento da ação-piloto.

O chamado voto condutor que dirimiu a controvérsia sobre a reserva Raposa Serra do Sol foi proferido pelo ministro-relator na sessão de 27 de agosto do ano passado. Num voto quase tão longo como o do ministro Marco Aurélio (que acabou vencido), Britto sustentou a demarcação contínua de qualquer reserva indígena, já que somente tal "formato" atende plenamente à norma constitucional segundo a qual "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (Artigo 231). Segundo ele, os rizicultores que ocuparam a reserva a partir de 1992 – e que diziam representar 6% da economia de Roraima – não teriam direito a nenhuma indenização, por terem cometido "esbulho possessório". No final de seu voto, ele afirmou que os índios foram, progressivamente, "enxotados, escorraçados" da reserva.

Quanto à questão de a área demarcada incluir faixas das fronteiras com a Venezuela e a Guiana, o relator afirmou que a "compatibilidade entre faixas fronteiriças e terras indígenas é serena", e que "tanto as Forças Armadas quanto a Polícia Federal não podem ser impedidas de atuar, quando necessário, em reservas cujo território pertence à União".

Em 10 de dezembro do ano passado, formou-se a maioria de oito dos 11 ministros do STF – consolidada em 10, na sessão final de quinta-feira – a favor da demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol, com as ressalvas (ou condições) apresentadas pelo ministro Menezes Direito, que havia pedido vista dos autos. Direito acompanhou, em suas grandes linhas, o voto do relator Ayres Britto e – com o apoio deste e dos demais ministros, com exceção de Marco Aurélio – explicou que as "condições" destinavam-se, basicamente, a "garantir" a presença da União na área de 1,7 milhão de hectares do estado de Roraima, na instalação e manutenção de serviços públicos; na atuação, quando necessária, das Forças Armadas e da Polícia Federal, sobretudo na faixa fronteiriça com a Venezuela e a Guiana; e na preservação ambiental do Parque Nacional do Monte Roraima (6,7% da superfície da reserva), entre outros itens.

Roosewelt Pinheiro/ABr

PRESSA – Líderes arrozeiros da região: Ayres Britto quer retirada antes da publicação do acórdão

Deputado critica decisão do Supremo sobre reserva

BRASÍLIA

Em nota, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal de manter a demarcação de terra contínua da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Por 10 a 1, os ministros do STF mantiveram a demarcação e determinaram a saída dos não índios do local.

Aldo diz que a decisão "agride o interesse nacional" e "projeta um futuro de sombras e incertezas quanto à unidade do Estado e da nação". "O Supremo abre um precedente para que sejam implantados no Brasil um Estado multinacional e uma nação balcanizada, pois confere a tribos indígenas que fazem parte do povo brasileiro o esdrúxulo status de minorias apartadas do todo nacional, com prerrogativas negadas a outros estratos que há cinco séculos amalgamam a formação social do país", diz o deputado no documento.

Ele afirma ainda que "o respeito aos direitos dos indígenas não pode implicar o esbulho dos não índios que há muito tempo fincaram a bandeira do Brasil naquela região". Segundo Aldo, as "19 salvaguardas que o STF estabeleceu para a execução plena de sua sentença são, paradoxalmente, um atestado de que a decisão tem vício de origem". "Foi como legalizar uma situação ilícita com a condição de que não se repita. Os índios beneficiados foram isolados da nação. E o Congresso Nacional tem o dever de reparar este erro calamitoso do Executivo e do Judiciário. **(Folhapress)**

ARTIGO

Raposa Serra do Sol: terra de brasileiros

SOCIEDADE ABERTA

José de Anchieta Júnior
GOVERNADOR DE RORAIMA

A demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, precisa ser analisada pelo seu aspecto humano. Não buscamos servir de modelo ou tentar revolucionar os parâmetros de demarcação em vigor. Existe em Roraima um grave problema que atinge índios e não-índios, uma situação que colocou em conflito uma parcela da população que vivia em plena harmonia e que foi conflagrada pela interferência excessiva do governo federal.

A opção pela demarcação em área contínua, em vez de levar a paz, alimenta a discórdia. Nesta quinta-feira, 19, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o litígio e estabeleceu um modelo a ser seguido, que não é aquele pretendido pelo governo de Roraima, mas também não atende a todos os pleitos dos defensores do território único.

A Raposa Serra do Sol é uma área indígena diferente da reserva Ianomâmi, também em Roraima, onde vive uma população de pouco contato com a sociedade envolvente e que requer atenção muito especial, sob pena de ser dizimada. A baixa expectativa de vida daquele povo – 45 anos – impõe maior necessidade de proteção do Estado brasileiro.

Os indígenas de Raposa Serra do Sol estão em contato com a sociedade envolvente faz bem mais de um século. À exceção dos Ingaricó – cerca de 1.200 índios no extremo-Norte da reserva, na Serra do Sol –, os demais indígenas têm os mesmos hábitos, usos e costumes dos não-índios e tiveram a língua materna resgatada através de programas educacionais do governo do estado.

A reserva demarcada pelo governo federal é muito extensa. Tem 1,7 milhão de hectares e cerca de 17 mil índios. O erro foi desconsiderar que nessa imensidão de terras poderia existir ocupação centenária, de boa-fé, em regiões onde não havia a presença de índios, conforme demonstrado no voto do ministro Marco Aurélio de Mello.

Raposa Serra do Sol tem comunidades indígenas cujas terras foram invadidas por não-índios. Mas naquela área também existem terras onde a presença do não-índio é muito anterior à dos indígenas. Existem proprietários de fazendas com títulos definitivos emitidos pelo governo federal no início do século passado.

> A opção pela demarcação contínua, em vez de levar a paz, alimenta a discórdia

Cem anos depois, resolveu-se considerar "intruso", "ocupante de má-fé", quem adquiriu terras por meios legais, pagou seus impostos em dia e ajudou a justificar para o Brasil uma fronteira então inóspita, despovoada, ameaçada por países vizinhos.

Na década de 1930, um nordestino conhecido como Severino "Minero" (garimpeiro, em espanhol) atravessou o País. Saiu do extremo-Norte e foi até o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, depois de dias de caminhada, viagem de barco pelos rios da Amazônia, e dos mais variados tipos de transporte. Foi até o presidente Getúlio Vargas para reclamar da invasão do território brasileiro.

Severino Minero reclamou da invasão do hoje estado de Roraima por venezuelanos e ingleses da Guiana. Deixou o Palácio do Catete com o título de "guardião da fronteira", conferido pelo presidente da República. Voltou orgulhoso para sua moradia. Ali, na área hoje denominada Raposa/Serra do Sol, constituiu família. Filhos, netos e bisnetos de Severino nasceram e se criaram naquela região, de onde hoje estão sendo expulsos, uma vez considerados intrusos.

O que o governo de Roraima buscou no STF foi fazer justiça com as pessoas de bem que não podem ser penalizadas pelo fato de não terem a etnia indígena, apesar de terem nascido em Raposa/Serra do Sol.

A pessoa não pode ser considerada intrusa na própria terra onde nasceu e se criou. Ninguém é intruso na sua própria casa. Não ser índio e ter nascido entre os indígenas também não é pecado ou crime algum.

O ato de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol foi do presidente da República, que fora induzido a erro, uma vez que um mesmo laudo antropológico de técnicos da Funai serviu de base para três diferentes portarias de demarcação daquela reserva, cada uma com um tamanho diferente. Não se pode partir de uma mesma premissa e chegar a três conclusões distintas.

A demarcação de Raposa Serra do Sol traz um corolário de irregularidades e não leva em conta nem mesmo a exigência constitucional de que o Conselho de Defesa Nacional deva ser consultado nas questões envolvendo a propriedade de terras na faixa de fronteiras. No mais, chama atenção para o fato de decisão de tal relevância não ser, por exemplo, compartilhada pelo Congresso Nacional, ficando a cago de uma só pessoa, portanto mais sujeita a erros que um colegiado.

Como governador de Roraima, eu não poderia assistir, inerte, a tamanha contrariedade aos interesses da população do meu estado. No entanto, decisão judicial é para ser cumprida, num Estado Democrático de Direito, apesar do meu entendimento de que, no Supremo, nem todos conseguiram visualizar, com clareza, a importância, para o País, da decisão que estava sendo tomada.

O estado de Roraima perdeu na Justiça, mas prestou um grande serviço ao País. A partir desse julgamento, a Funai não poderá mais, monocraticamente, de forma nem sempre satisfatória, decidir sobre demarcações de terras indígenas. Perdeu Roraima, ganhou o Brasil.

Imagem 40 – Jornal do Brasil, n° 345, 21.03.2009

Fronteiras e a Geografia

O último Rei muçulmano de Granada, Abu Abd Allāh Muhammad XII ([54]), depois de ter perdido seu reino, rompeu em prantos, e sua mãe censurando-o disse:
"Choras como mulher o que
não soubeste defender como homem"*.*

Muito se tem falado de que as fronteiras já estão absolutamente definidas. Ledo engano. A Geografia Política é dinâmica e continua embalada por uma série interminável de eventos que determinarão reconfigurações nos limites de diversas nações, ainda, neste início de século.

Um olhar mais atento nos apresenta conflitos importantes que podem ter repercussão mundial; outros, de menor grandeza, afetarão continentes e países fronteiriços e, outros ainda, acredito que, num maior número, serão sentidos dentro das próprias fronteiras nacionais. Estes movimentos estão sendo estimulados, apoiados e não raras vezes financiados pelos países mais desenvolvidos. Tentam, com isso, fragmentar os territórios minando, em consequência, o desenvolvimento das nações emergentes.

Não há interesse, por parte dos Estados mais poderosos, de que surjam novas e fortes economias alterando sua posição de domínio no mundo. A permanência do "*status quo*" justifica quaisquer tipos de retaliações, intervenções, massacres, sempre utilizando termos mais simpáticos para este tipo de ação, procurando desviar o foco de seus reais objetivos.

---

[54] Última dinastia muçulmana na Península Ibérica, fundada por Maomé ibn al-Ahmar após a derrota do Almóadas na Batalha de Navas de Tolosa (1212).

Estado Plurinacional

Os cinco vice-reinados e as cinco capitanias do império espanhol se dividem em 25 países. As treze colônias Norte-americanas se unem e formam a nação mais poderosa da Terra. ***DIVIDE E VENCERÁS; UNE E REINARÁS****.*
(Simón Bolívar)

Diz-se que as leis internacionais não amparam ações que atentem contra a soberania dos povos. Basta volver os olhos ao passado e verificar a série de intervenções que foram desencadeadas em todo o mundo, nos últimos 150 anos, para verificar que a maioria delas ocorreu sem o foro adequado. As justificativas apresentadas aos incautos como defesa da democracia, manutenção dos direitos humanos, autodeterminação, proteção ao meio ambiente e tantas outras têm, como pano de fundo, na verdade, a finalidade pura e simples de garantir ou restabelecer o acesso das potências hegemônicas aos recursos naturais destes países ou assegurar a influência política em Estados recém-criados ou que pleiteiam sua independência.Alardeiam os doutos do direito internacional que a evolução do Estado moderno para o *Estado Plurinacional* é uma tendência mundial e deverá ceder espaço, futuramente, a um modelo diferenciado. Na União Europeia, o direito da Comunidade predomina sobre o direito do Estado, e os poderes comunitários têm mais força que os poderes locais. As nações que aderiram ao Plurinacionalismo abriram mão de parcela de sua soberania para submeterem-se às regras da comunidade. Enquanto o primeiro mundo une forças para enfrentar os difíceis tempos do porvir, os povos dos países em desenvolvimento, insuflados por forças alienígenas, se esforçam para tornar mais frágeis, ainda, suas economias, se digladiando em diversos movimentos separatistas.

Argentina e Chile – "*Nação Originária Mapuche*"

Mapuche

[...] El Estado araucano acostumbrado
A dar leyes, mandar y ser temido,
Viéndose de su trono derribado,
Y de mortales hombres oprimido;
De adquirir libertad determinado,
Reprobando el subsidio padecido,
Acude al ejercicio de la espada,
Ya por la paz ociosa desusada. [...]
(ZÚÑIGA, 1884)

"*Mapu*" significa terra e "*che*", pessoa, assim sendo, os Mapuche são pessoas da terra numa referência às pessoas que pertencem e integram um território. A coroa de Espanha, após ter enfrentado uma heroica resistência Mapuche de 106 anos, conhecida como Guerra de Arauco, em 06.01.1641, assinou o Tratado de Killín, através do qual a Espanha reconhecia a autonomia territorial Mapuche. A primeira e única nação indígena do continente, cuja soberania e autonomia foi reconhecida juridicamente, um feito extraordinário na história dos povos indígenas Sul-Americanos.

Nos dois séculos que se seguiram, o Rio Bío-Bío foi considerado como fronteira natural e os territórios situados ao Sul deste como Território Mapuche. No período de 1860 a 1885, os governos argentino e chileno realizaram uma operação militar conjunta denominada "*Pacificación de la Araucanía*" pelos chilenos e "*Conquista del Desierto*" pelos argentinos, que teve como resultado o confisco e ocupação do território dos Mapuche por colonos e a deportação das "*pessoas da terra*" para uma série de "*reduções*" e "*reservas*" onde grande parte foi confinada.

ALFRED DELVAU

LES

LIONS

DU JOUR

Physionomies Parisiennes

> « La célébrité est l'avantage d'être connu de ceux qui ne vous connaissent pas. »
>
> CHAMFORT.

PARIS

E. DENTU, ÉDITEUR

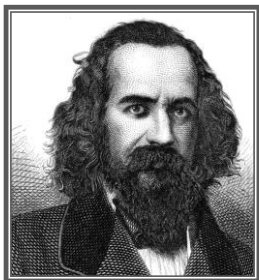
Libraire de la Société des Gens de Lettres

PALAIS-ROYAL, 17 ET 19, GALERIE D'ORLÉANS.

1867

Tradução Livre de Hiram Reis e Silva

Imagem 41 – Les Lions du Jour, 1867

O Rei da Araucanía

[...] Era uma vez, em Périgueux, um advogado chamado Antoine de Tounens. O Sr. de Tounens era um homem benquisto e um advogado cujo trabalho havia sido benéfico para muitos. Ele poderia ter continuado a vida na sua cidade natal, honrado, estimado e, depois de uma existência cheia de façanhas – pacíficas –, finar-se sem glória. [...] O virtuoso advogado talvez tenha lido a famosa frase de Napoleão em algum lugar:

> *Encontrei uma coroa no esgoto, limpei a sujeira e coloquei-a na minha cabeça*;

E ele provavelmente pensou consigo mesmo:

> Se colecionamos grinaldas, é porque elas estão por aí; procuremos uma para colocar em nossas cabeças, certamente ficará melhor do que um chapéu!

M. de Tounens, então, resolveu abandonar tudo e como um novo Jasão, herói mitológico, partiu para conquistar o "*Velocino de Ouro*" dos seus sonhos. Bonaparte já havia encontrado uma coroa no esgoto, portanto, ele não poderia esperar encontrar outra no mesmo lugar – as chances seriam mínimas. Seria mais prudente direcionar seus esforços para uma região um pouco mais virgem que a terra parisiense, onde as coroas são colhidas antes mesmo de cair, tão considerável o número de concorrentes. Em junho de 1858, M. de Tounens deixou a França, embarcou em Southampton em um navio com destino ao Chile e, a 22.08.1858, chegou incógnito a Coquimbo, com um amigo que a ele se associara e que viria a ser seu Primeiro Ministro – no dia em que ele viesse a se tornar Rei. [...]

Em Coquimbo, o ex-advogado de Périgueux, enquanto vivia incógnito, foi coletando, cuidadosamente, algumas informações e principiou, também, a estudar o espanhol e o "*chiliduga*" – a língua dos conquistadores e a dos conquistados.

Ele se encontrava no território de uma República que ainda não estava preparada para uma monarquia constitucional a ser por ele estabelecida; mas, além desta república, havia outra que lhe parecia mais favorável aos projetos que havia formulado.

Um era o Chile; o outro foi a Araucanía, que corta o Chile pela metade. Os Caciques de um não se davam bem com os Caciques do outro, os dois Estados vizinhos estavam em eterna beligerância, uma boa oportunidade de fisgar a tão desejada coroa na ponta de sua linha, pescando em águas turvas!

O Sr. de Tounens arregaçou as mangas, melhorou seu espanhol e "*chiliduga*" e redigiu a Constituição que ele pretendia dar ao seu povo, – devo dizer ao seu povo, porque a Araucanía compreende quatro ou cinco, talvez seis etnias, muito distintas: os Moluches, os Piunches, os Puelches, os Huilliches, os Pehuenches e os Aucas ou Araucans propriamente ditos.

Esses povos sempre foram temidos pelos espanhóis, que nunca foram capazes de dominá-los completamente, e seu território se tornou uma fonte permanente de hostilidades, às vezes repelidas, às vezes toleradas pela impotência do governo. Eles são divididos em tribos nômades e sedentárias – unidas entre si por uma espécie de federação presidida pelo chefe mais experiente na guerra, que recebe o título de Toqui ([55]).

M. de Tounens almejava ser o Toqui dos araucanos – um Toqui constitucional, com uma Carta, mas, também, com uma coroa e um casaco de arminho. Ah! O arminho e a coroa eram imperativos, e ele os teria.

O Sr. de Tounens talvez estivesse um tanto apressado para criar uma república e torná-la seu reino. Talvez ele não conhecesse bem o ritmo dos povos que ele desejava ter como súditos.

---

[55] Toqui (em mapudungun: aquele que possui o machado): título conferido àqueles que são escolhidos como seus senhores da guerra.

LA
ARAUCANA.
D. ALONSO DE ERCILLA Y ZÚÑIGA.
II.
BARCELONA,
IMPRENTA DE D. MANUEL SAURÍ

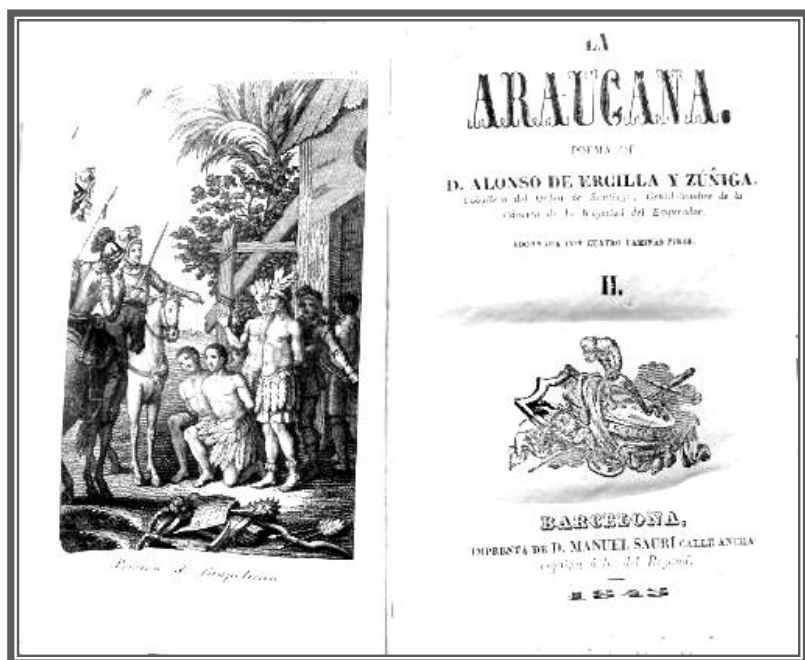



Imagem 42 – La Araucana – Don Alonzo de Ercilla, 1843

Ele os viu através da nuvem dourada do poema épico de Don Alonzo de Ercilla, "*La Araucana*", que Cervantes compara aos grandes épicos italianos, e fez de "*La Araucana*" uma segunda edição de "*La Arcadia*" – antes da conquista dos romanos. A descrição que ele descreve, em uma brochura decorada com seu retrato, é prova irrefutável. Por algum tempo, ele teria dito aos araucanos o que Virgílio disse sobre os Arcádios no seu 10° égloga ([56]):

> [...] Soli tantare perili Arcades [...] ([57])

E, no entanto, os araucanos estão longe de ser tão encantadores quanto ele os imagina. Não sei se eles gostam de poesia e música, mas admito que não parecem gostar.

---

[56] Écloga: poema em forma de diálogo ou de solilóquio sobre temas rústicos, cujos intérpretes são via de regra pastores. Inicialmente, o termo, que significava "*poesia seleccionada*", foi aplicado aos poemas bucólicos de Virgílio. A partir daí, aplica-se às pastorais e aos idílios tradicionais que Teócrito e outros poetas sicilianos escreveram (Carlos Ceia, E-Dicionário de Termos Literários).

[57] Solução para Arcades.

Eles são muito fortes, mas muito feios. Rosto achatado, largo e cor de cobre, lábios grossos, crina preta como cabelos, olhos levemente ferozes etc. etc. [...]

Mas Júpiter cega aqueles que ele quer perder. Quando o Sr. de Tounens se considerou suficientemente conhecedor dos costumes dos Moluches e, informado das necessidades dos Huilliches, empunhou as malas e partiu com o pé esquerdo para conquistar seu reino. Ai! Teme-se que o reino de M. de Tounens não seja deste mundo – antigo ou novo!

Assim, no final de 1860, seguido por seu fiel companheiro M. [...], M. de Tounens atravessou o Rubicão e do Chile passou para a Araucanía, onde a voz do povo o invocava e a vontade de Deus. "*Vox populi, vox Dei*". É Verdade! Sempre! Acrescento, que é verdade, que um certo número de caciques, vencidos – sem dúvida por persuasão – foram os cúmplices deste pacífico conquistador, que não se parecia nenhum pouco com Pizarro e Fernão Cortez.

Uma vez empossado, o ex-advogado que se tornou Rei de "*motu proprio*" ([58]) – comunicou a quem de direito seus títulos à coroa e convocou para vir e aclamá-lo com urgência os bons Puelches e Moluches, que certamente não o atenderam com tanta felicidade e presteza. [...]

Quanto à Constituição adotada, a quem possa interessar, pelo Ministério do Cacique, e que seguiu de perto, como se pode imaginar, o Decreto anterior, eu a reproduziria na íntegra, com prazer, não fosse tão longa. Você a encontrará no arquivo publicado por M. de Tounens em seu retorno à França, após sua expulsão de sua Arcádia, e não por seus "*Mil Arcadianos*", mas pelos chilenos, que, assustados com o mau exemplo que pretendiam dar aos seus vizinhos, apressaram-se a prendê-lo, – contando com a cumplicidade de seu jovem escudeiro, por eles corrompidos à preço do ouro –, o jogaram em uma masmorra e o teriam fuzilado sem tambor nem trombeta não fosse a intervenção oportuna do cônsul francês. [...]

---

[58] Por iniciativa própria.

Quanto tempo durou o sonho real de M. de Tounens? Quase um ano desde a proclamação, em 17.11.1860, – e não há evidências de que a entronização realizou-se imediatamente – e que ele foi preso no início de 1862.

Ele finalmente deixou a prisão, em Angeles, no meio desse citado ano de 1862 e voltou timidamente para Paris, onde a repercussão de suas gloriosas aventuras o precedera. Repercussão nada lisonjeira! Os parisienses tratam os príncipes que se proclamam reis com firmeza – guilhotinando-os; mas tratam irreverentemente – atirando ironias nos ousados cuja audácia não foi coroada de sucesso.

Zombamos, aos berros, da troupe do ex-advogado de Périgueux, vaiamos sem piedade sua Majestade Orélie-Antoine I, agora apenas Tounens – e não hesitamos em considerá-lo um louco!

Foi assim que o Rei da Araucanía e da Patagônia tornou-se o leão de Paris. O prestígio que ele ambicionava alcançar foi tão diminuído que, em outubro de 1864, um hoteleiro vulgar ousou denunciá-lo nas bancas da Polícia Correcional por uma quantia miserável de 3.600 francos, relativos a uma dívida com mantimentos que ele não conseguia quitar! Isso mostra que o único palácio que este monarca descaído conquistou foi a quantia ridícula da comida que ele devia. [...] Misérias dos ambiciosos!

Atualmente, M. de Tounens, a quem o fracasso parece não ter corrigido, sonha mais do que nunca em conquistar Araucanía e em reconstruir seu falido trono. Só que desta vez, não um desconhecido, com a mala em uma das mãos e proclamações na outra, ele pretende retornar ao reino do qual, julga ele, foi indevidamente alijado: é como Pizarro e Fernão Cortez, à frente de um pequeno exército de guerrilheiros. Boa sorte, Majestade!

Boa sorte! Mas se você falhar novamente, acho que terá o bom senso de não retornar à França para curar as feridas de ambição desenfreada. Nós realmente temos algo a fazer! Uma arruaça a mais ou a menos na superfície do globo não é nada interessante para os filhos dos jacobinos. [...] (DELVAU)

Diário de Pernambuco, n° 55
Recife, PE – Quinta-feira, 07.03.1861

Exterior
Buenos Aires, 13 de fevereiro de 1861

Em Arauco passam-se coisas extraordinárias, constituindo-se ali um governo monárquico. É digna de notar-se a ingerência que nestes acontecimentos têm tomado vários aventureiros franceses, como se verá ao ler o nome de Ministros de S. M. Orélie-Antoine I.

Fundação de um governo monárquico e constitucional na Araucanía:

Nós abaixo assinado, Príncipe Orélie-Antoine de Tounens, considerando que a Araucanía é independente dentre qualquer estado e está dividida em tribos sem um governo central, e que no interesse geral e especial dos seus habitantes é necessário estabelecer um:

Fica em consciência fundado e estabelecido o que segue:

Art. 1° A Araucanía está e permanece desde agora fundada em reino monárquico constitucional, a favor do Príncipe Orélie-Antoine de Tounens, que é Rei deste estado com direito de herança em perpetuidade para ele e sua família;

Art. 2° No caso de não ter o Rei descendentes diretos, os seus herdeiros ao trono que acaba de fundar sairão dos outros ramos da família, segundo a ordem que ulteriormente se estabelecerá por uma ordenação real.

Art. 3° Enquanto não se constituem os Corpos do Estado, terão força de lei os Decretos do Rei;

Art. 4° Nosso Ministro e Secretário de Estado da Justiça fica encarregado da execução do presente ato.

Dado na Araucanía a 17 de novembro da 1860.

Orélie-Antoine I

Pelo Rei.

O Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça.

F. Desfontaine

Segue-se a uma da divisão territorial e administrativa do Reino de Araucanía, que assim principia:

Orélie-Antoine I, por graça de Deus, Rei da Araucanía, a todos os presentes e futuros saúda.

Nos apraz e ordenamos:

Tit. I Da administração territorial. Quatro artigos dividindo a Araucanía em Departamentos e Comunas;

Tit. II Da administrarão departamental. Criação de um Prefeito, de um Conselho de Prefeitura e de outro Departamental;

Tit. III Do Conselho dos Cantões;

Tit. IV Da administração das Comunas.

Dado na Araucanía a 17 de novembro de 1860. [...]

Segue-se um Decreto ordenando a aplicação das leis francesas à Araucanía, as quais se irão depois modificando conforme exigirem as circunstâncias. Afinal a constituição:

Art. 1° Reconhece e estabelece a liberdade do povo da Araucanía, e igualdade ante a lei;

Art. 2° Estabelece as formas do governa monárquico;

Art. 3° Atribuições e privilégios do Rei, que são os de toda a monarquia constitucional;

Art. 4° Dos Ministros e suas atribuições;

Art. 5° Do Conselho do Reino e suas atribuições;

Art. 6° Do Conselho de Estado;

Art. 7° Do Corpo Legislativo;

Art. 8° Do Supremo Tribunal de Justiça;

Art. 9° Disposições gerais e transitórias.

O artigo 9° trata das petições, das sedições, Conselhos de Guerra e Estado de Sítio. O § 54 diz:

> Durante o estado do sítio, as mulheres, as crianças, os doentes e todos os mais indivíduos que não tomarem parte nas agitações, sedições ou revoluções serão religiosamente respeitados; a propriedade pública e privada o será igualmente.

O § 56 diz:

> O chefe ou chefes diretos ou indiretos de agitações, sedições ou revoluções, os que nelas tomarem parte ou trouxerem armas à mostra ou escondidas, ou ministrarem armas ou dinheiro aos insurgentes, ou se tornarem réus de outros delitos públicos cujo objeto for perturbar a paz, serão castigados com prisão perpétua.

Em seguida a organização eclesiástica.

O Rei, considerando quão oneroso e pouco digno é para o clero andar cobrando direitos, decreta que todo ele seja dotado pelo estado, de modo que os seus membros possam sustentar dignamente a sua posição social. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, N° 55)

O Comércio, n° 17
São Luís, MA – Sábado, 27.04.1861

Um Novo Theodoro

O "*Correio do Sul*" dá a seguinte curiosa notícia:

Um novo Theodoro – temos um novo trono constitucional na América, e pelo que parece vindo de França nalguma pacotilha de quinquilharias. Surge-nos ele no meio da indômita Araucanía que D. Alonso de Ercilla e Zúñiga cantou, e que ainda hoje não perde na sua reputação guerreira, nem dobrou a cerviz ([59]) à dominação chilena.

No meio dos combates dessas tribos belicosas, e enquanto levam a um e outro lado suas lanças temerosas, levanta-se toda uma monarquia representativa; e a sua primeira e ainda única notícia chega-nos com os decretos da fundação e organização do reino.

Pelos nomes do Rei e seus Ministros vê-se que o negócio veio do outro lado do Atlântico, e sabe Deus senão das margens do Gorona; mas enfim veremos quanto tempo medra [...] (O COMÉRCIO, N° 17)

---

[59] Que se alguém dobrar-me a espinha, há de ser depois de morto! (Jayme Caetano Braun)

Semana Illustrada, n° 498
Rio de Janeiro, RJ – Domingo, 26.06.1869

Badaladas

Está o Chile a braços com os araucanos. Quem nos dá notícia disto é o Diário Oficial.

Sabe toda a gente que um celebre Orélie-Antoine, advogado em Paris, foi há anos ao Chile, e conseguiu dos índios que o aclamassem Rei da Araucanía.

Orélie-Antoine I declarou guerra ao Chile, e o governo apenas lhe pôs a mão em cima tratou de armar um processo, que não foi adiante, por duas razões: primeiro, porque a diplomacia interveio amigavelmente; depois por que o ex-Rei deu sebo às canelas.

Foi S. M. Araucania viver em Paris, sem coroa nem corte. Lembra-me ter lido há tempos em uma folha parisiense que o infeliz Orélie-Antoine I sofrera lá um processo por uma ratonice. [...]

Atormentado pela saudade, cheio de ambições, saiu agora aquele Napoleão da sua ilha de Elba e veio para os seus súbditos que o reconheceram logo e o puseram de novo no trono.

Não se deteve Orélie-Antoine I com as delicias do ofício de reinar. Organizou as suas tropas e começou a atacar os territórios civilizados da república chilena. Posto que o Ilm° Sr. Orélie-Antoine I me pareça sofrivelmente singular, não deixo de notar que há nesse homem qualidades que de algum modo lhe dão algum valor. Dr. Semana. (SEMANA ILLUSTRADA, N° 498)

Imagem 43 – Carte du Royaume d'Araucanie-Patagonie, 1865

Os Mapuche ocupam, atualmente, a região Centro-Sul do Chile e Sudoeste da Argentina com uma população, na sua maioria, urbana, embora mantenham estreitos vínculos com as comunidades de origem.

No Chile, têm presença significativa nas províncias de Bío-Bío, Arauco, Malleco, Cautín, Valdivia, Osorno, Llanquihue e Chiloé. Em consequência da ocupação por colonos europeus de suas reservas, a maioria reside nos grandes centros urbanos de Santiago, Concepción, Valparaíso, Temuco e Valdivia.

Na Argentina, residem nas províncias de Buenos Aires, La Pampa, Neuquén, Rio Negro e Chubut e, de acordo com os últimos censos, a população Mapuche na Argentina gira em torno 250 mil e no Chile por volta de 1 milhão.

"Nação Originária Mapuche"

Com a criação das repúblicas do Chile e da Argentina, passamos a ser um povo separado em dois países. Não somos mais considerados uma nação.
(Elba Guillermina Soto Veloso)

Os Mapuche consideram que o estado chileno e argentino saquearam a "*Nação Originária Mapuche*" em 95% de seu território histórico. Esta imensa área é atualmente ocupada por grandes grupos econômicos ou latifundiários descendentes de colonos de origem europeia.

Apesar de todos os esforços governamentais de políticas integracionistas, os Mapuche preservaram seu idioma, sua religião e estrutura político-social que regulam o funcionamento das reservas indígenas onde foram forçados a viver desde o início do século XX.

Políticas Agrárias

No início dos anos 70, as reivindicações do movimento Mapuche encontraram eco nas diretrizes da Reforma Agrária realizada pelo governo de Salvador Allende (1970-1973), mas, no final dessa década, a ditadura que derrubou esse Presidente socialista truncou o processo. Um decreto de Pinochet permitiu a divisão das terras comunitárias para incorporá-las ao mercado e estabeleceu que "*uma vez liquidado o conceito de comunidade, deixariam de ser terras indígenas, e indígenas seus habitantes*".

Após a ditadura, houve uma aproximação entre o governo de Patricio Aylwin (1990-1994) e o povo Mapuche, sendo promulgada, em 1993, a Lei indígena em vigor e criada a "*Corporação Nacional de Desenvolvimento Indígena*" (CONADI).

A lei reconhecia a sociedade Mapuche "*como pluriétnica e multicultural*" e fazia "*com que toda sua institucionalidade política, econômica e social em matéria de saúde e educação seja o reflexo da realidade multicultural subjacente na base social*", como afirmou o diretor nacional da CONADI, Aroldo Cayún.

Movimento Mapuche

As terras, para os Mapuche, são da comunidade e ela é que decide onde, o que plantar e onde morar. Este conceito foi respeitado na reforma agrária desencadeada pelo Presidente Allende, mas Pinochet dividiu a terra entre as pessoas da comunidade e os mais antigos consideraram que essa partilha afetou sobremaneira suas tradições ancestrais.

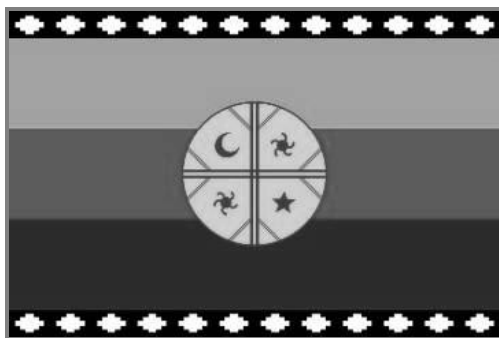



Imagem 44 – Bandeira Mapuche

Em resposta à política agrária de Augusto Pinochet, nasceu o movimento Mapuche, na década de 80 do século passado, com o objetivo de defender as terras comunitárias. Em 1990, é criado o "*Conselho de Todas as Terras*" que vem promovendo, desde então, diversas manifestações contra empresas florestais e de energia. O movimento se tornou cada vez mais violento, com ocupações de terrenos, manifestações contra a construção da hidrelétrica de Ralco e provocando incêndios nas plantações de empresas florestais e, talvez, graças a isso, os fundos estatais de compras de terras para as comunidades aumentaram significativamente desde então.

Atualmente, o movimento já não reivindica terras, mas territórios, o que os coloca em confronto direto com as multinacionais da mineração, da energia e do papel. A "*Coordenação Arauco Malleco*" assegura que "*nos encontramos em uma conjuntura histórica de extinção ou continuidade cultural, social e territorial, ou seja, entre a vida ou a morte de nosso mundo Mapuche*". O Cacique Mapuche Aucán Huilcamán proclamou no "*Consejo de Todas las Tierras*": "*Queremos proclamar e reafirmar o direito à livre determinação indígena em todas suas manifestações: política, jurídica, institucional e econômica*".

Os Mapuche dizem que sua luta, hoje, não é pela simples demarcação de terras, mas pelo direito de autogestão a elas e que ambicionam governá-las de acordo com suas tradições, à parte das leis dos Estados Nacionais, embora digam que querem continuar pertencendo a eles.

Mapuche não é um Chileno

Comenta Elba Soto autora de "*Sonhos e lutas dos Mapuche do Chile*":

> Mas no país ainda prevalece o discurso da unidade na igualdade: que o indígena é mais um chileno. É importante que o Mapuche seja identificado como outro e não como igual. Essa alteridade – uma relação em que Mapuche e chilenos reconheçam a diversidade – é fundamental para tornar a interlocução possível.

A Luta Democrática, n° 3.830
Rio de Janeiro, RJ – Sexta-feira, 05.08.1966

Índia e Filha Sacrificadas

TEMUCO, CHILE, 4 [FP] – Uma bela indígena e sua filha de menos de dois anos foram vítimas de um sacrifício numa localidade próxima à esta cidade, a 800 km ao Sul de Santiago.

Depois de um rito, ambas as vítimas foram sacrificadas e seus corpos lançados ao espírito de "*anchimallén*", ou seja, o demônio da mitologia Mapuche. [...]

Na zona habitam em suas “*reducciones*” duzentos mil nativos de raça “*Mapuche*”, e, embora todos estejam integrados à civilização, subsistem em lugares afastados alguns <u>ritos</u> <u>da</u> <u>antiga</u> <u>raça</u>. No mês de maio de 1960, ocorreu algo parecido quando uma criatura também de dois anos foi assassinada e seus restos lançados ao mar, para aplacar a fúria desencadeada pela natureza. (ALD, n° 3.830)

Jornal do Brasil, n° 298 – Rio de Janeiro, RJ
Quinta-feira, 25.03.1971

Allende Tentará Ajudar os Índios

SANTIAGO DO CHILE [Latin-JB] – O Presidente Salvador Allende viaja domingo para Temuco, a 650 km ao Sul de Santiago, a fim de receber dos índios Mapuche o projeto de legislação que rege as comunidades indígenas chilenas. Os Mapuche exigem a devolução de terras que, alegam, lhes foram roubadas pelos latifundiários. Contam com o apoio de milhares de agricultores que participaram de seu I Congresso Provincial, reunido em princípios do mês em Arauco.

Projeto

O projeto propõe que os índios passem a utilizar a justiça ordinária para resolver a questão da restituição das terras usurpadas. A lei de índios, como é conhecida, é considerada injusta. Entrou em vigor no ano passado. Os Mapuche constituem uma comunidade de cerca de 600 mil pessoas, que vivem em condições miseráveis e cujo principal problema é a falta de terras das quais obtém seu próprio sustento.

Em 1884, uma comissão entregou a cada chefe de família Mapuche seis hectares e meio de terras e, desde então, o patrimônio de cada família desceu à medida de três a quatro hectares. A comunidade Mapuche conta com um dos índices de mortalidade infantil mais altos do Hemisfério e o analfabetismo alcança os 30% da população.

O projeto que será entregue a Allende, domingo, prevê o estabelecimento de uma Corporação de Desenvolvimento Indígena, para se encarregar da conservação dos costumes e tradições Mapuche, aperfeiçoamento de seu artesanato, organização de crédito e política sanitária e educacional. (JDB, n° 298)

Jornal do Comércio, n° 34.026 – Manaus, AM
Domingo, 14.09.1986

Índios

Soldados Atacaram a Aldeia

TEMUCO, CHILE [UPI] – Militares com os rostos pintados atacaram anteontem um acampamento de indígenas Mapuche na costa Centro-Sul chilena, deixando três indígenas feridos a bala, segundo denúncia de um membro da Comissão Chilena de Direitos Humanos de Temuco, Gonzalo Taborga. Um dos feridos, Carlos Huentecona, foi operado de urgência num hospital de Temuco com seu aparelho digestivo perfurado por balas. Os outros feridos, Francisca Mellian e Fresia Curi, foram atingidos respectivamente na perna e no braço. [...]

Há poucas semanas, dirigentes da Organização Ad Mapu, que representa os Mapuche, anunciaram que os indígenas iriam começar a recuperar suas terras, herdadas de seus antepassados. (JDC, n° 34.026)

Jornal do Brasil, n° 361 – Rio de Janeiro, RJ
Quarta-feira, 08.04.1987

Índios Argentinos Pedem ao Papa Devolução de suas Terras

VIEDMA, ARGENTINA – O Papa João Paulo II cumpriu ontem, no segundo dia de sua visita à Argentina, um estafante programa que o levou a quatro cidades: Bahia Blanca, Córdoba, Mendonza e Viedma, esta a futura capital do País ([60]), onde pregou a "*reconciliação fraterna para afastar ódios e rancores*" entre os argentinos e recebeu uma carta dos índios Mapuche pedindo de volta as terras que lhes foram tomadas no século passado pelos colonizadores, com a assistência da igreja. [...]

Viedma é uma cidade de 35 mil habitantes na região da Patagônia, que o Presidente Raúl Alfonsín pretende transformar em nova capital da Argentina até o final de seu mandato, em 1989. Numa homilia separada, o Bispo de Viedma, Miguel Esteban Hesayne, conhecido por sua militância em favor dos direitos humanos, não só defendeu os índios como verda-

[60] O Presidente Raúl Alfonsín (1983-89) propôs a transferência da Capital Federal da Argentina para a unificação das cidades (conturbação) de Viedma-Carmen de Patagones, mas não conseguiu o consenso da oposição. A construção de Itaipu (1975-1982) colocara Buenos Aires e todo o parque industrial argentino muito vulnerável.

deiros proprietários das terras como fez referência aos padres desaparecidos durante a ditadura militar de 1976-83 e manifestou a esperança de que "*nunca mais a Argentina conheça a demência da guerra interna e externa*".

O papa pediu em seguida "*uma profunda reconciliação fraterna, que assente raízes na reconciliação da cada um com Deus*", e exortou os argentinos a "*trabalhar por melhores condições de vida sem empregar as armas do ódio e da violência*".

O dia havia começado, para o Papa, com um sermão em Bahia Blanca para cerca de 50 mil camponeses, no qual pediu "*a superação de uma vez por todas das condições de inferioridade que sofrem certos setores do mundo rural*". Depois de passar por Viedma, João Paulo II dedicou a maior parte de sua homilia em Mendonza à interpretação pastoral da paz, ao desenvolvimento e à promoção do ser humano. Em Córdoba, à noite, ele saudou os fiéis católicos. O presidente Raúl Alfonsín, ao contrário do previsto, não o acompanhou. (JDB, n° 361)

Jornal do Brasil, n° 73 – Rio de Janeiro, RJ
Domingo, 20.06.1999

Tempo de Guerra Entre Indígenas Chilenos

Hidrelétrica Ameaça Terra Ancestral do Povo Mapuche

[Francesc Relea – El País]

ALTO BIOBÍO, CHILE – A tranquilidade desapareceu do vale do Rio Biobío, 640 km ao Sul de Santiago. Caminhões e veículos pesados da empresa Endesa Chile chegam a suas povoações pelas pistas íngremes. A ostensiva presença policial nessas paragens recônditas confirma que algo acontece na terra dos Mapuche. Os descendentes daqueles indígenas que há quatro séculos combateram com bravura os conquistadores espanhóis lutam de novo por seu bem mais estimado: a terra.

Hoje, no vale do Alto Biobío, o inimigo é uma multinacional cuja principal acionista é a empresa espanhola Endesa, que está construindo uma central hidrelétrica que inundará boa parte das terras ancestrais dos Mapuche.

Na zona de Traiguén, os indígenas enfrentam as empresas florestais que realizam derrubadas maciças de matas.

Ao todo, são 11 focos de tensão na Araucanía chilena, que nos últimos meses reacenderam um conflito latente e esquecido, enquanto o País – ou melhor, os poderes constituídos – vivia pendente do processo contra o General Augusto Pinochet em Londres. Os incidentes com os Mapuche tiraram o ex-ditador das primeiras páginas dos jornais. Algumas vozes alarmistas têm bradado aos céus ante o suposto "*perigo indígena*". O conservador "*El Mercurio*" publicou recentemente ampla reportagem intitulada "*Nosso pequeno Chiapas*", em que se liam frases do seguinte teor "*A pergunta é: que fará o governo para deter uma agitação que se assemelha cada vez mais com o Chiapas mexicano?*"

Junto à pista que percorre o vale do Alto Biobío, trabalhadores estão cercando com alambrados as terras em que a Endesa realiza obras de infraestru-

tura. A empresa quer evitar acontecimentos como a recente tomada do terreno por um grupo de Mapuche que tentava paralisar as obras.

"*Que idiotas! Acreditam que nos deterão com alambrados. Não sabem que nós conhecemos todos os caminhos da montanha*", diz Sara Imilmaqui, uma das mulheres mais ativas na luta contra a central de Ralco. "*Endesa: nem por um saco de ouro nos tirarão daqui*", adverte um cartaz. O aviso está escrito na entrada da propriedade de Nicolasa Quintremán, alma da resistência à represa. Apesar das dificuldades para se expressar em castelhano – sua língua nativa é o mapudungu – esta mulher de 56 anos fala claro:

> Enquanto houver uma só família Mapuche que se oponha, a barragem não será construída. Não queremos a Endesa aqui, porque vai acabar com a terra. Eu não sairei daqui. Morrerei lutando.

O Deputado socialista Alejandro Navarro é um dos poucos parlamentares que empunhou a bandeira da causa indígena. "*Se o governo não mudar sua forma de atuação, pode-se criar na zona de Araucanía não um Chiapas, mas uma explosão social. O governo tem que adotar um novo modo de tratar o mundo indígena, não só os Mapuche e Pehuenche, mas também os Aimará, os Atacameño, os Huilliche, os Rapamui...*" Entre todas as etnias, eles somam 1,5 milhão de pessoas – 10% da população do Chile.

José Bengoa, reitor da Universidade Academia de Humanismo Cristão, acha que a sociedade chilena não está entendendo o problema. "*Hoje, a imprensa se pergunta quem são os chefes dos Mapuche, e, como não os encontra, diz que há extremistas ou estrangeiros infiltrados. Isso é uma ofensa aos Mapuche. Nem Lautaro nem Caupolicán precisaram de assessores estrangeiros para matar o conquistador Pedro de Valdivia*".

Dos US$ 500 milhões de investimentos que requer a central de Ralco, a Endesa tem programados US$ 22 milhões para reassentamento das famílias Mapuche, que terão de abandonar suas terras, se o projeto decolar. O plano de indenizações proposto pela empresa aos indígenas atingidos pela construção da barragem conseguiu dividir a comunidade Mapuche do Alto Biobío. Oitenta e três famílias aceitaram a oferta de novas terras na região, enquanto oito famílias protagonizam a resistência irredutível aos planos da poderosa multinacional. O antropólogo e estudioso da questão indígena José Bengoa afirma sem condescendência:

> Quando o governo, através de seus intendentes em Concepción ou Temuco, diz que é um conflito entre particulares, entre uma comunidade e uma empresa hidrelétrica, está deixando de governar. É como dizer. Atraquem-se, matem-se e eu entrego o controle dos problemas étnicos à polícia. (JDB, n° 73)

Jornal do Brasil, n° 165 – Rio de Janeiro, RJ
Segunda-feira, 20.09.1999

What's News

A geradora elétrica Endesa, do Chile, vai recorrer à justiça para prosseguir a construção da usina hidrelétrica Ralco. O projeto, de US$ 540 milhões, foi interrompido por causa de queixas de índios da tribo Mapuche que alegavam violações do ecossistema.

O conglomerado Endesa, de Espanha, vai despedir um total de 670 funcionários no Chile para reduzir custos em todas as divisões que operam no país.

Serão 350 empregos na elétrica Endesa Chile, 200 na distribuidora de eletricidade Chilectra e 120 em atividades diversas. (JDB, n° 165)

Jornal do Brasil, n° 178 – Rio de Janeiro, RJ
Domingo, 03.10.1999

Resistência Indígena Dobra Multinacional

SANTIAGO, CHILE – Por enquanto, Davi está derrotando Golias no Chile. Contra todos os prognósticos, depois de uma resistência tenaz que já dura quatro anos, sete modestas famílias de índios Mapuche forçaram o retrocesso de uma poderosa multinacional de energia elétrica, cujo acionista principal é a empresa espanhola Endesa. As famílias se negam a abandonar suas terras ancestrais, que, uma vez desapropriadas, ficariam sepultadas sob as águas da que será a maior represa hidrelétrica do Chile. Sob todos os aspectos, era uma luta desigual. Mas o juiz titular da 6° Vara Civil de Santiago, Mario Carroza, ordenou a suspensão das obras da represa de Ralco, no Alto Biobío, um vale da Araucânia chilena tradicionalmente isolado e abandonado pelo governo central.

Na batalha, está em jogo o bem mais precioso dos índios Mapuche, a terra, pelo qual há quatro séculos seus antepassados lutaram contra os conquistadores espanhóis. A Endesa defende um projeto orçado em US$ 550 milhões, dos quais já investiu US$ 120 milhões, com 11% da obra realizada. Depois da decisão do juiz Carroza, os dois lados anunciam ações em defesa de seus interesses.

Recursos – Recentemente uma delegação de apoio à causa Mapuche, integrada por parlamentares, advogados e líderes indígenas foi a Madri, para falar com diretores e representantes sindicais da Endesa, partidos políticos e organizações de solidariedade. Disse Alejandro Navarro, deputado socialista:

> Queremos informar à opinião pública espanhola como a Endesa atua no Chile e vamos consultar juristas espanhóis sobre os recursos legais de que dispomos para agir contra a empresa.

Como primeira consequência da ordem judicial, os 1.600 operários que trabalhavam na obra perderam o emprego e uma parte deles mantém ocupadas as dependências da construtora. Navarro acusa a Endesa de provocar um fato político com uma demissão em massa, quando o Chile sofre o índice mais alto de desemprego em 10 anos de democracia. Fontes da empresa respondem que os demitidos trabalhavam em empresas contratadoras.

Energia – A decisão judicial pegou de surpresa o governo chileno, a Endesa e os próprios Mapuche. [...]. Nos últimos meses registrou-se a maior seca dos últimos 100 anos, que se traduziu em blecautes e racionamentos em amplas regiões do país. Quando a empresa escolheu o vale do Alto Biobío para construir a represa, ofereceu às comunidades indígenas um plano de permutas de terras. Das famílias afetadas, 91 aceitaram a proposta, que inclui compensações econômicas e o reassentamento em outro vale.

Sete famílias, encabeçadas pelas irmãs Nicolasa e Berta Quintremán, disseram não desde o primeiro dia e sua atitude se mantém imutável. As irmãs Quintremán entraram com a questão, origem da decisão judicial. "*Endesa: nem por um saco de ouro nos tirarão*", lê-se numa placa no caminho de sua casa. (JDB, n° 178)

Jornal do Brasil, n° 248 – Rio de Janeiro, RJ
Domingo, 12.12.1999

Mapuches Votam no PC

TRICAUCO, CHILE – Não é difícil entender por que os índios Mapuche desta remota comunidade do Sul do Chile vão votar pela candidata comunista Gladys Marín na eleição de hoje. Sua aldeia não tem água potável, o telefone mais próximo está a duas horas de distância a pé e o ônibus só passa duas vezes por semana. A localidade sequer aparece no mapa.

"*Não é que os Mapuche acreditem no Partido Comunista, mas eles votarão por um verdadeiro programa de esquerda*", disse Domingo Marileo, de 38 anos, líder da comunidade que fica a 700 quilômetros da capital Santiago. Usando seu poncho de lã colorida, Marileo fala de justiça, autonomia indígena e alternativas às políticas neoliberais.

Os Mapuche, que são 1 milhão na população chilena de 15 milhões, acusam a Concertação ([61]) de não ter, nestes 10 anos, ouvido suas reivindicações de maior autonomia e de devolução de terras de onde alegam terem sido ilegalmente removidos. Os Mapuche querem, por exemplo, a criação de um orçamento regional separado, para que possam usar o dinheiro sem interferência do governo federal. No Norte do país, ao contrário, Lagos é o franco favorito.

[61] Concertação: aliança de centro-esquerda que estava no poder desde que o General Augusto Pinochet o deixou em 1990.

“*As pessoas do Norte sempre votaram socialista*”, diz Emilio Gatica, taxista de Iquique, centro da extração de ouro e cobre. A região foi duramente atingida pela recessão do último ano, mas Gatica garante que:

> isso não é motivo suficiente para aderirmos à direita. (JDB, n° 248)

Jornal do Brasil, n° 89 – Rio de Janeiro, RJ
Terça-feira, 06.07.2004

Índios Reclamam Terras

BUENOS AIRES – Centenas de milhares de indígenas argentinos vivem em disputa permanente pela terra que ocupam, apesar de a Constituição reconhecer a propriedade comunitária dos territórios nos quais estão assentados. São muitos os casos de famílias desalojadas pela justiça argentina das terras que ocupam historicamente, já que, em alguns casos, o Estado vende o local para mãos privadas. Cerca 500 mil índios vivem na Argentina e são originários de uma dezena de etnias que se dedicam à coleta, cultivo e produção de gado de pequeno porte. Um dos casos de violação mais ruidosos aconteceu no dia 31 de maio, quando um tribunal de Esquel, no Sul da Argentina, determinou que as terras ocupadas por um casal Mapuche eram propriedade de uma empresa do Grupo Benetton e determinou uma “*restituição definitiva*” à multinacional italiana. Disse o diretor do Conselho Assessor Indígena da Argentina, Hermenegildo Liempe:

> Nós indígenas não pedimos ao Estado que nos dê nada, apenas que nos devolva nosso território. Para

continuarmos sendo Mapuche, precisamos tem um lugar para nos desenvolver. Queremos que reconheçam nossos direitos.

Na Província de Formosa, a comunidade Pilagá apresentou um recurso de amparo ante a Corte Suprema de Justiça para evitar que se construa uma represa que, segundo eles, "*inundará os campos de nove comunidades onde vivem 9 mil índios e causará a morte de hortaliças, aves e peixes*". A alegação é do advogado especialista em direito indígena Luis Zapiola. Contou Zapiola:

> Realizamos os estudos ambientais que nos dão razão e conseguimos que o Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID, um dos investidores da obra] investigue esta situação – [EFE] (JDB, n° 89)

Emol.economía, n° 89 – Rio de Janeiro, RJ
Segunda-feira, 27.09.2004

Endesa Chile Inaugura Central Ralco

Luego de casi una década de conflictos Endesa puso en marcha este proyecto que requirió una inversión de 570 millones de dólares, con una potencia instalada de 570 megavatios, situada 500 kilómetros al sur este de Santiago.

RALCO – Endesa Chile inauguró hoy su mayor proyecto hidroeléctrico en el país, central Ralco, que cubrirá el 9% de las necesidades de energía del principal sistema, pero con el disgusto de no contar con nuevos proyectos de magnitud en el mediano plazo.

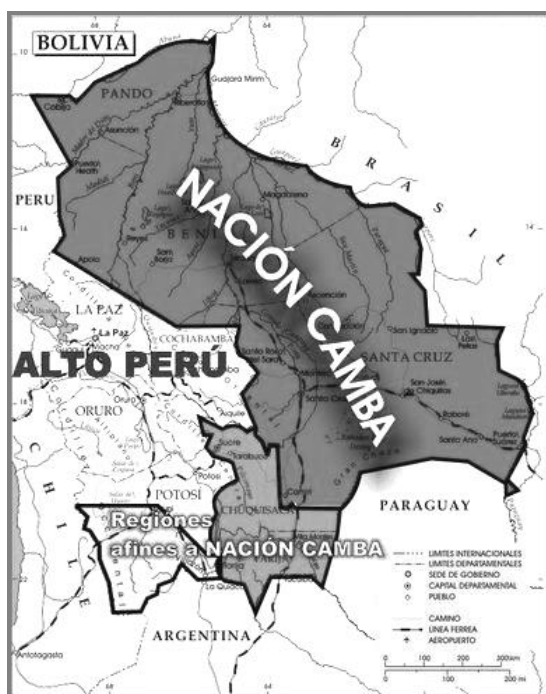



Imagem 45 – Nación Camba

Según sus ejecutivos, la construcción de nuevas plantas generadoras en Chile requiere señales políticas y económicas favorables, ya que las actuales "*no son suficientes*". […] (EMOL.COM)

"Movimiento Nación Camba de Liberación"

[...] dotar a la Nación Camba del poder de decisión para ejercer soberanía plena sobre su economía, su territorio y su cultura. (El Movimiento Nación Camba de Liberación)

Bolívia

A Bolívia, berço de civilizações indígenas, integrou o império Inca a partir do século XV. No século XVI, com a chegada dos espanhóis, foi incorporada ao vice-reino do Peru, e mais tarde ao de La Plata.

A luta pela independência, iniciada em 1809, culminou com sua libertação, em 1825, graças a Simón Bolívar. Após uma breve união com o Peru, tornou-se independente e, desde então, perdeu parte do seu território como resultado de negociações e guerras.

A Guerra do Pacífico, entre 1879 e 1881, em que o Chile entrou em confronto com as forças da Bolívia e Peru, resultou na anexação, por parte do Chile, de ricas áreas em recursos naturais dos países derrotados.

A Bolívia cedeu a Província de Antofagasta, ficando sem saída para o Mar, o que se transformou num objetivo nacional boliviano.

"Nación Camba"

A "*Nación Camba*" é uma região da Bolívia Oriental que cobre dois terços do país e é formado pelos estados de Santa Cruz, Beni, Pando, e departamentos de Chuquisaca e de Tarija. Em pouco mais de um século, a região se converteu na primeira potência econômica do país, graças, sobretudo, à venda do gás e da soja. As características históricas e culturais singulares existentes entre o Altiplano Boliviano e as Zonas Baixas dão origem a movimentos autonomistas e separatistas.

Constituição Boliviana

> Artigo 1° – A Bolívia se constitui em um Estado Unitário, Social, de Direito, Plurinacional, Comunitário, livre, autonômico e descentralizado, independente, soberano, democrático e intercultural. Funda-se na pluralidade e no pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico, dentro do processo integrador do país.

O reconhecimento de 36 idiomas oficiais, as indefinições quanto aos direitos e privilégios dos povos originários sem definir quem e quantos são, a falta de demarcação dos limites de seus territórios está causando, como era de se esperar, conflitos étnicos e estimulando o radicalismo regional.A "*restituição*" de poderes às "*nações indígenas originárias*" atende perfeitamente ao projeto da Nação Camba. A conciliação dos nacionalismos do Altiplano e das Zonas Baixas é impossível, pois todos pretendem utilizar, em benefício próprio, as rendas do gás e do petróleo.

"Movimiento Nación Camba de Liberación"

A população de Santa Cruz, "*locomotiva*" econômica da Bolívia, acusa o governo de não priorizar seus interesses e prega autonomia da região de Santa Cruz de la Sierra (*"Meia-Lua"*). O "*Nación Camba*" considera que o governo boliviano é centralizador e não prioriza investimentos na "*Meia Lua*". Considera que o governo tem toda sua política voltada para o Altiplano:

> Mas também existe outra "*Nação*" não oficial e que representa mais de 30% da população e se assenta sobre um território predominantemente constituído por selvas e planícies do coração da América do Sul e que constitui mais de 70% do território nacional – uns 700 mil km^2 –, cuja cultura mestiça vem do cruzamento dos espanhóis e guaranis. Seu analfabetismo não passa de 7% e, do ponto de vista produtivo, é o quinto produtor mundial de soja.
>
> A cidade de Santa Cruz de la Sierra [1,2 milhão de habitantes] realiza mais de 600 eventos internacionais por ano e demonstra sua ampla e indiscutível inserção no mundo globalizado. Constitui "*a outra versão*" da Bolívia e cujo Movimento aspira obter a autonomia radical desta nação oprimida.

Imagem 46 – Bandeira da Nación Camba

Separatismo

Advertiu o Presidente do Equador Rafael Vicente Correa Delgado:

> São intenções separatistas absolutamente ilegais. Os países da região – e eu falei com vários Presidentes – não vão permitir esse tipo de ação. Não permitiremos essas tentativas separatistas que, ademais, refletem influência estrangeira.

Comentou o Presidente da Venezuela Hugo Rafael Chávez Frias:

> Estamos, como todo o continente, preocupados com esta agressão contra a Bolívia que vem de fora. É a política do império, é um golpe contra a Bolívia e um golpe contra a América do Sul.

Movimento de Pinça

Encoberto por matizes étnicos e econômicos, notamos um "*movimento de pinça*" que envolverá necessariamente o Brasil e que tem, sem sombra de dúvida, os USA por trás do processo. Os líderes do Movimento Nação Camba garantem que se não conseguirem a almejada autonomia, o caminho será a separação e a luta armada.

Os insurgentes contam com milícias de mais de 15 mil homens, treinados por paramilitares das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), e armamento de última geração negociado com Israel.

É notória a ligação dos paramilitares da AUC com o primeiro escalão do governo colombiano de Álvaro Uribe, maior aliado dos USA na América do Sul, e como o fornecedor de armas é Israel, maior aliado dos USA no mundo, se conclui, sem muito esforço, quem está por detrás do movimento separatista.

Instalado o conflito, os USA intervirão diretamente, já que eles mesmos o fomentaram e nesta ocasião seremos envolvidos em um movimento de pinça cujos resultados são imprevisíveis.

Elciudadano.com, n° 3.830
Rio de Janeiro, RJ – Sexta-feira, 16.09.2008

La Misión de Philip Goldberg en Bolivia

Por la importancia que tiene en los hechos dramáticos que se suceden hoy en Bolivia, reproduzco un artículo publicado a inicios del año 2007 que da cuenta del trabajo desarrollado por el enviado de Estados Unidos al país altiplánico.

Wilson García Mérida [Datos & Análisis] presentó sus cartas credenciales ante el presidente Evo Morales el pasado 13 de octubre.

Pero tres meses antes de su arribo a Bolivia, cuando aún se encontraba en Pristina desempeñándose como jefe de la misión de Estados Unidos en Kosovo, ya se decía que el nuevo Embajador norteamericano designado por George Bush para este país andino, Philip Goldberg, vendría para tomar partido en el proceso separatista que comenzaba a gestarse en pos de horadar al régimen boliviano. El 13 de julio del 2006, el periodista de El Deber de Santa Cruz Leopoldo Vegas publicó un reportaje indicando que:

> en criterio de tres politólogos consultados después de conocer la decisión de la Casa Blanca, la experiencia que adquirió Goldberg en la región del Este europeo donde se produjeron luchas étnicas después de la separación de la ex-Yugoslavia puede ser utilizada en Bolivia, en ocasión de los cambios que pretende introducir el actual Gobierno.

Uno de los entrevistados por Vegas fue el académico Róger Tuero, ex director de la carrera de Ciencias Políticas de la Universidad Autónoma René Gabriel Moreno [U.A.G.R.M.] de Santa Cruz, quien asegura que los perfiles de cada embajador son determinantes para la diplomacia estadounidense. *"No es por azar que este señor es trasladado de Kosovo a Bolivia"*, señaló Tuero. El embajador Goldberg es hoy uno de los principales sustentos políticos y logísticos del todavía Prefecto de Cochabamba Manfred Reyes Villa, quien gestó la peor crisis étnica, social, regional e institucional de la que nunca se tuvo memoria en la historia republicana de Bolivia. […]

De Kosovo a Bolivia

Antes de su traslado a Bolivia, Goldberg trabajó desde Kosovo para la separación de los Estados de Serbia y Montenegro, que se produjo en junio del año pasado como el último resabio en la desaparición de Yugoslavia. […]

La Autonomía Separatista

La "*Nación Camba*" de Marinkovic arrastra junto a Santa Cruz a los departamentos de Beni, Pando y Tarija [donde se encuentran los mayores reservorios de gas natural en Bolivia], cuyas poblaciones votaron a favor de las autonomías departamentales en un referéndum celebrado en julio del año pasado, conformando la llamada "*media luna*" que representa la mitad oriental del país.

Los departamentos occidentales de La Paz, Chuquisaca, Potosí, Oruro y Cochabamba votaron por el No a esa autonomía, manteniendo su vinculación directa con el gobierno central de Evo Morales y separados en los hechos de los cuatro departamentos autonómicos de la "*media luna*".

Este separatismo "*autonómico*" que deberá ser reconocido por la nueva Constitución Política del Estado en virtud a una Ley de Vinculatoriedad con la actual Asamblea Constituyente se agravó con una decisión improvisada por el gobierno del ex presidente Carlos Mesa, en el 2004, cuando la "*Nación Camba*" había presionado mediante cabildos y huelgas cívicas para la elección en urnas de Prefectos [gobernadores departamentales]. Anteriormente los prefectos eran designados directamente por el Presidente de la República manteniendo la unidad del Poder Ejecutivo, atribución que no podrá ejercer el nuevo presidente Evo Morales quien se ve obligado a gobernar casi en forma separada de los cuatro prefectos autonómicos.

En Cochabamba, Departamento que se halla exactamente al centro entre Oriente y Occidente – y donde comenzaba a gestarse una alternativa integradora al separatismo con el planteamiento de autonomías megarregionales en vez de las autonomías departa-

mentales – su prefecto Manfred Reyes Villa, abusando su condición de autoridad electa, pretendió desconocer los resultados del Referéndum del 2 de julio y forzar ilegalmente una nueva consulta para anexar Cochabamba a la "*media luna*", rompiendo el frágil equilibrio entre autonómicos y no autonómicos. La razzia de Cochabamba Pese a ser cosa juzgada en las urnas, Reyes Villa trató de forzar la realización de un nuevo referéndum autonómico para unir Cochabamba con Santa Cruz, movilizando a los sectores urbanos más conservadores de la sociedad cochabambina.

El movimiento popular y sobre todo las organizaciones agrarias e indígenas de las 16 provincias de este Departamento, que venían exigiendo una cogestión campesina en la administración prefectural ante la forma excluyente, prebendal y corrupta con que Reyes Villa gobernaba desde la ciudad de Cochabamba [capital del Departamento], llegaron aquí para exigirle al Prefecto una rectificación de su política. Más allá de atender el justo reclamo de las provincias, Reyes Villa promovió la organización de grupos fascistas juveniles, asesorados por la Unión Juvenil Cruceñista que opera en Santa Cruz, con el objetivo de "*expulsar a los indios de la ciudad*".

Así estalló la jornada trágica del 11 de enero, el pasado jueves, cuando se suscitó una violenta razzia que culminó con dos muertos y 120 heridos de gravedad, en su mayoría campesinos. Tras los luctuosos hechos, la Plaza 14 de Septiembre [sede de la Prefectura y símbolo del poder departamental] ha sido ocupada por más de 50.000 indígenas provenientes de las 16 provincias exigiendo la renuncia de Reyes Villa.

El día en que miles de "*hijitos de papá*" perpetraron aquella la razzia armados con cachiporras, bates de

béisbol, palos de golf, tubos de fierro e incluso armas de fuego, Reyes Villa abandonó la ciudad y se dirigió a La Paz para reunirse con los cuatro prefectos autonómicos y con personeros de la Embajada norteamericana.

Pese a que el gobierno abrió todos los espacios de diálogo posibles, Reyes Villa se negó sistemáticamente a concertar con los representantes provinciales, "*autoexiliándose*" en Santa Cruz, desde donde pretende hoy convertir el problema en un explosivo conflicto nacional, amenazando contra la estabilidad y la democracia de este país presidido por un indígena.

La CIA y Reyes Villa

La influencia de la CIA y del embajador Goldberg en la conducta política de Reyes Villa [un ex capitán de Ejército ligado a las dictaduras de Banzer y García Meza] es inequívoca. El prefecto separatista ha impedido sistemáticamente la solución pacífica del conflicto y su entorno desarrolla una sañuda campaña desinformativa que busca crear las condiciones para un enfrentamiento a escala nacional.

La Embajada norteamericana está desplegando una logística de adoctrinamiento colectivo en contra de la emergencia indígena, promoviendo un odio racial y separatista que se hizo patente en la jornada del 11 de enero, en concomitancia con organizaciones empresariales como la Cámara de Industria y Comercio [Cainco] de Santa Cruz, que apoya abiertamente a Reyes Villa y sus "*asesores*".

Pero la injerencia norteamericana durante este conflicto no solamente se produce desde el frente ultraderechista, sino también mediante infiltraciones en el propio gobierno del MAS.

El pasado fin de semana el matutino La Razón de La Paz publicó una foto que revelaba el desvío de víveres y vituallas pertenecientes al organismo estatal de Defensa Civil [que son destinados a damnificados de desastres naturales] hacia las multitudes campesinas concentradas en la Plaza 14 de Septiembre.

Se estableció que un ex agente de la NAS [el órgano logístico y financiero de DEA norteamericana en programas antidroga] identificado como Juan Carlos Chávez, quien extrañamente oficiaba como asesor del Ministerio de Justicia, se inmiscuyó en Defensa Civil sin tener competencia para ordenar ese desvío de recursos estatales.

La fotografía del hecho irregular tomada por extraños, fue curiosamente publicada por un medio de La Paz, distante a más de 650 kilómetros de Cochabamba. Fue destituido en el acto y deberá aclararse cómo un ex agente de la DEA ejercía alta influencia desde el Ministerio de Justicia.

La campaña mediática de desprestigio contra la movilización indígena de Cochabamba es parte de una guerra sicológica al típico estilo de la CIA, y es un puntal en la estrategia separatista que encabeza desde Santa Cruz el todavía prefecto cochabambino Manfred Reyes Villa. La balcanización de Bolivia parece estar comenzando. (ELCIUDADANO.COM)

Equador – “Kichwa Sarayacu”

Nós nos questionamos se um povo pequeno como
o nosso pode mudar o mundo. Não pode!
Mas nós estamos seguros que dentro de
cada coração existe um povo que luta
com a mesma força, e assim, mesmo sendo pequeno,
nós somos símbolo da potência da vida.
(José Gualinga da comunidade Sarayacu)

Imagem 47 – Região de Kichwa Sarayacu

Kichwa

Os Kichwa, originários da região do Lago Titicaca, chefiados por Manco Cápac, filho do Sol, estabeleceram-se em Cuzco no século XII. Seus sucessores consolidaram o domínio sobre os povos vizinhos criando uma civilização notável, baseada numa monarquia teocrática cuja autoridade máxima era o Imperador (Inca), aconselhado por um Conselho Imperial. O Império incluía as regiões do atual Equador, o Sul da Colômbia, Peru, Bolívia até o Noroeste da Argentina e o Norte do Chile. Também chamado de Tahuantinsuyo ("*as quatro regiões*") tinha como capital a cidade de Cuzco ("*umbigo do mundo*").

Era formado por diversas nações com mais de 700 idiomas diferentes, embora o mais importante fosse o kichwa. Em 1533, os conquistadores espanhóis executaram o Imperador Atahualpa, impondo o término do vasto império. Apesar disso o kichwa, ainda hoje, é a mais importante língua indígena Sul-americana, falada por diversos grupos étnicos que totalizam cerca de dez milhões de pessoas na Argentina, Chile, Colômbia, Bolívia, Equador e Peru, sendo uma das línguas oficiais desses três últimos países.

Crime Contra a Humanidade

A Chevron-Texaco atuou na selva equatoriana até 1992, quando retirou-se da região, após ter provocado uma "*maré negra terrestre*". Objeto de diversos processos judiciais, a empresa tem usado de todos os artifícios possíveis para não ser condenada a arcar com os custos de reparação do desastre ecológico que, segundo a Frente para a Defesa da Amazônia (FDA), "*são avaliados em US$ 6 bilhões*". A FDA afirma que a transnacional, no período de 26 anos, extraiu mais de 47 milhões de barris de óleo cru, quase 12 milhões de água de formação ([62]) e queimou ao ar livre cerca de 10 milhões de pés cúbicos de gás.

A água de formação, altamente tóxica, era jogada diretamente nos Igarapés, afluentes do Rio Aguarico, que atravessa o território habitado pelas comunidades indígenas Siona e Secoya. O vazamento de petróleo provocado pela empresa americana, 18 bilhões de galões, foi duas vezes maior do que o desastre da Exxon Valdez e profanou vasta área de mata virgem, banhados e Rios. Como resultado dos despejos lançados, os indígenas da região apresentam, hoje, uma incidência de câncer 30 vezes maior do que outras comunidades não afetadas pela produção petrolífera.

O nível de derivados do petróleo nos Rios, de 1999 a 2001, foi de 200 a 300 vezes superior aos limites estabelecidos para o consumo humano.

---

[62] Água de Formação: água retida nos interstícios de uma rocha sedimentar desde a sua formação. A presença de sais dissolvidos na água de formação é a origem de vários problemas que se estendem desde as regiões de produção até as refinarias. Os sais mais comumente encontrados são: sódio, magnésio e cálcio, principalmente sob a forma de cloretos e, em menor intensidade, como sulfatos.

Os indígenas entraram com uma ação na Corte Superior de Nueva Loja, capital da Província de Sucumbíos, cobrando uma indenização de 6 milhões de dólares pelos danos irreversíveis ao ecossistema e à saúde humana.

Os Kichwa e a CGC

O povo indígena Kichwa de Sarayaku ocupa um território de aproximadamente 140.000 hectares, na Província de Pastaza (Equador), coberto na sua quase totalidade pela selva primária.

A empresa petrolífera "*Compañia General de Combustibles*" (CGC) entrou no vale do Rio Bobonaza com o apoio do Governo, graças a um acordo firmado em 26.07.1996.

Desde então a pequena população indígena dos Sarayacu trava uma disputa com a empresa petrolífera Argentina que adquiriu os direitos de exploração na região conhecida como "*Bloco 23*".

A comunidade Sarayacu, que pertence à Nação Kichwa, com cerca de mil indígenas, defende seu direito de manter a floresta virgem para que não aconteça na sua região desastre similar ao provocado pela Texaco. O conflito se agravou quando uma minoria indígena, cooptada pela CGC, em troca de aproximadamente US$ 200 mil de compensação em obras comunitárias, empunhando armas, atacou lideranças de Sarayacu.

Ainda temos nossos Rios, nossa floresta, nossa biodiversidade e nossos recursos naturais livres da poluição, e cuidamos dessa terra.
(Declaração da Comunidade Sarayacu)

A luta dos Kichwa ganhou notoriedade internacional depois de terem expulsado de seu território a empresa petrolífera em nome da preservação do seu meio ambiente e com o propósito de assegurar um desenvolvimento sustentável.A luta fez com que a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos instassem o governo equatoriano a proteger a Integridade do território de Sarayaku.

O Governo na época, através de seu representante, o Ministro de Minas e Petróleos, Galo Chiriboga, em visita a Sarayaku, prometeu que o Governo cumpriria as medidas cautelares determinadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O povo de Sarayaku solicitou, ainda, ao governo a rescisão definitiva do contrato de exploração com a empresa CGC, baseando-se nas inúmeras ilegalidades cometidas pela empresa Argentina.

Território e Autodeterminação

Em outubro de 2003, os índios haviam proclamado seu território como autônomo. O comunicado público foi assinado pelo dirigente indígena Mario Santi, denunciando que:

> Nós, indígenas, levamos muito tempo vivendo e sofrendo os vários modelos de desenvolvimento. Nosso desenvolvimento é para compartilhar e não para dominar. É para manter nosso mundo e não para transformá-lo.

Para eles a chave para o autodesenvolvimento:

> É um território amplo, íntegro e diversificado onde todos, pessoas, animais, árvores, Rios, Lagos, nosso Deus Amazanga, montanhas, sejam beneficiados.

Negar nuestra existencia es un retroceso de 500 años. Estamos muy preocupados ante la reacción del Gobierno que no se define frente a la propuesta de constituir un Estado plurinacional que permita a los pueblos indígenas el pleno ejercicio de sus derechos colectivos. (José Gualinga)

No ano de 2008, em Paris, José Gualinga, responsável pelas relações internacionais da comunidade indígena Sarayakuna, insistiu na importância de reconhecer juridicamente a diversidade dos povos originários na nova Constituição Equatoriana.

Constituição do Equador, de 1998

O artigo 23 dispõe, no seu item n° 6:

> El derecho a vivir en un ambiente sano, ecológicamente equilibrado y libre de contaminación. La ley establecerá las restricciones al ejercicio de determinados derechos y libertades, para proteger el medio ambiente.

O artigo 84, no seu item n° 5, assegura que os povos indígenas devem:

> Ser consultados sobre planes y programas de prospección y explotación de recursos no renovables que se hallen en sus tierras y que puedan afectarlos ambiental o culturalmente; participar en los beneficios que esos proyectos reporten, en cuanto sea posible y recibir indemnizaciones por los perjuicios socio-ambientales que les causen.

Se a atual Constituição Equatoriana já confere ao Estado a responsabilidade de garantir a qualidade do meio ambiente e reconhece os direitos ancestrais das nações indígenas sobre seus territórios, consideramos que falta apenas ao governo modificar sua visão no que tange à política petrolífera e mineradora.

Conclusão

Embora os kichwa tenham iniciado uma luta justa contra uma exploração criminosa, por parte dos empresários estrangeiros, de suas terras, observamos que, com o passar dos anos, abraçaram novas ideias como a "*autodeterminação dos povos indígenas*", uma das principais bandeiras do Movimento Indigenista Internacional.

O Movimento possui grandes tentáculos e, na América do Sul, são representados, por exemplo, pela "*Coordinación de los Indígenas de la Cuenca del Amazonas*" (COICA), sediada em Quito, Equador, e sua associada "*Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira*" (COIAB), com sede em Manaus, que tem como meta fundamental a intensificação dos conflitos fundiários originados por questões indígenas.

O caso Sarayacu nos permite refletir como os governos podem, usando não apenas as leis, mas o bom senso, minimizar conflitos, ouvindo as populações diretamente envolvidas e levando em conta pressupostos ambientais.

Mostra, ainda, a necessidade de que qualquer empreendimento deva ser acompanhado de medidas de preservação do meio ambiente, evitando a erosão, a poluição dos cursos d'água, a recuperação das áreas degradadas e, ainda, permitam o desenvolvimento sustentável das comunidades residentes na área de influência.

O mais fantástico, porém, é deixar patente como a luta de uma pequena aldeia isolada na selva, é capaz de alterar profundamente as ações de um governo.

Imagem 48 – Chaminé da Chevron, Sucumbíos (El País)

Imagem 49 – Barreiras delimitam áreas poluídas (El País)

Tribuna da Imprensa, n° 13.186
Rio de Janeiro, RJ –Quarta-feira, 05.05.1993

Texaco Vira Alvo de um Boicote Ecológico –

QUITO – Grupos ecologistas do Equador, em coordenação com grupos dos Estados unidos e Europa, estão iniciando uma campanha internacional de Boicote contra a companhia petrolífera Norte-americana Texaco pelos danos ecológicos causados na região Amazônica deste País andino, após 28 anos de operações.

"*Hoje, em Nova Iorque, dirigentes dos grupos ecologistas e indígenas do Equador, em coordenação com estudantes ambientalistas daquele País, iniciarão a campanha de boicote contra a Texaco*", disse Paulina Garzón, Presidente do grupo ambientalista Ação Ecológica [AC].

A campanha, "*Boicote contra a Texaco, não consuma Texaco*", visa levar a empresa Norte-americana "*a assumir a responsabilidade de sua presença no Equador sem nunca acatar as normas de exploração e aproveitando-se da ingenuidade e pouca experiência do País nessa matéria*" acrescentou a ecologista. "*Deixamos uma estrutura que pode ser criticada por certos setores, principalmente ecologistas, mas não se pode duvidar que o Equador mudou na sequência da nossa presença*", asseguraram diretores da Texaco em 6 de junho de 1992, data em que a empresa deixou de operar no Equador, aonde chegara em 1964.

A Texaco foi um marco na história deste país andino, já que, na sequência das suas operações, a estrutura econômica agroexportadora que regeu o desenvolvimento equatoriano desde princípios do século terminou na década de 1970 dando lugar a nova era: a petrolífera. Neste quadro, há duas semanas a empresa "*Canadian HBT-Agralimited*" iniciou uma auditoria destinada a determinar o impacto ambiental na Amazônia equatoriana resultante da exploração de óleo cru por parte da Texaco.

A empresa canadense foi contratada pela estatal Petróleos do Equador [Petroequador] e pela Texaco, empresas associadas entre 1974 e junho último, na exploração de hidrocarbonetos no Leste do País.

"*As duas empresas contrataram a firma auditora e em nossa opinião não se pode ser juiz e réu*", denunciou a Ação Ecológica, solicitando que a auditoria ambiental seja pública e aberta a todos os setores envolvidos no Equador: técnicos nacionais, indígenas e grupos ecologistas.

Entre os grupos ecologistas que participam na campanha de boicote contra a Texaco figuram a "*Ação para a Defesa da Floresta Tropical*", dos USA, "*O Futuro nas Nossas Mãos*", da Noruega, e os "*Amigos da Terra*" da Grã-Bretanha.

Aproveitando a sua permanência nos Estados Unidos, ecologistas e indígenas equatorianos tentarão encontrar-se com dirigentes da Texaco, que repetidamente lhes negaram esse encontro, afirmando que "*os problemas da Texaco no Equador devem ser resolvidos no Equador*".

"*Julgamos que os responsáveis máximos da Texaco devem responder pelo que as suas filiais fazem no mundo*", assinalou Garzón.

Estudos oficiais indicam que desde que se iniciou a exploração de hidrocarbonetos no Equador, chegam a dezenas o número de casos, dando conta de falha e derrames no habitat amazônico do país de mais de 500 mil barris de óleo cru.

A Ação Ecológica denunciou que os danos ecológicos produzidos pela Texaco na Amazônia equatoriana são irreparáveis, já que produziram muitas doenças e inclusive a morte de várias dezenas de habitantes dessa região, vítimas da contaminação do ar, água e solo, que ainda hoje se mantém. Os habitantes das Províncias de Sucumbíos e Napo, Este do Equador, onde a Texaco explorou óleo cru, atividade hoje prosseguida pela Petroequador, viram-se forçados a migrar face a presença da companhia Norte-americana.

A exuberante vegetação onde habitavam os povos nativos Cofan e Sinoa-Secoya, foi substituída por tanques de armazenamento de óleo cru, torre de ferro e pela edificação de uma comunidade para os trabalhadores, dotada de avanços tecnológicos e comodidades, ainda hoje desconhecidos de muitas cidades do Equador.

Os ecologistas acusam igualmente a Texaco de haver atuado com absoluta irresponsabilidade ambiental, utilizando tecnologia barata para poupar recursos e ter instaurado uma "*péssima escola ambiental*" que as demais empresas em operação no país continuam a aplicar.

A auditoria ambiental contra a Texaco, que será feita em 15 campos petrolíferos e 22 estações de operações espalhadas por 400 mil hectares na zona selvagem do Equador onde foram perfurados 119 poços "*é manuseada qual segredo de estado*", denunciam os ecologistas.

A retirada da Texaco e a sua substituição nesses campos petrolíferos pela Petroequador, marcou o fim de um processo impulsionado pelo ex-presidente Rodrigo Borja [1988-92], que ao tomar posse anunciou a nacionalização total das atividades da empresa Norte-americana.

O petróleo é o primeiro produto de exportação deste País andino, e proporcionou ao País cerca de US$ 1.200 milhões anuais, qualquer coisa como mais de 50% das suas receitas fiscais. Atualmente o Equador produz 330 mil barris de óleo cru por dia, número que o governo de Sixto Duran deseja aumentar para 400 mil nos próximos quatro anos. [IPS] (TDI, n° 13.186)

Tribuna da Imprensa, n° 16.444 – Rio de Janeiro, RJ
Segunda-feira, 17.11.2003

Vargas Llosa: Movimento de Índios Ameaça à Democracia

LIMA, PERU – O escritor peruano Mario Vargas Llosa, durante sua recente visita à Colômbia, declarou que o movimento indígena no Equador, Peru e Bolívia está provocando uma verdadeira desordem política e social. Na Bolívia, o movimento indígena foi um dos principais setores que lutaram para que o Estado mantivesse o controle do gás, sendo que estas reivindicações populares provocaram a renúncia de Sanchez de Lozada, não sem antes reprimir, e, inclusive, matar manifestantes contrários à exportação desvantajosa do combustível.

Para o escritor, episódios como esse demonstram que existe no movimento indígena um elemento profundamente perturbador "*que apela aos baixos instintos, aos piores instintos do indivíduo, como a desconfiança em relação ao outro, ao que é distinto. Então se enclausuram em si mesmos*". Para ele, a permanência deste tipo de atitude deixaria a América do Sul distante do ideal civilizatório.

Para a Confederação de Povos da Nacionalidade Kichwa do Equador, são "*precisamente estas mentalidades coloniais [como a de Vargas Llosa] que não permitem avanços na consolidação de uma América Latina mais democrática, participativa, reconhecendo a diversidade de cada país*". Para a organização, das declarações do escritor sobre os movimentos indígenas, "*o pior de tudo é que concebe este setor como sinônimo de retrocesso para o desenvolvimento e seguramente quer exterminar uma cultura e uma identidade para chegar ao progresso das nações*".

Vargas Llosa é autor de livros como "*A guerra do fim do mundo*", no qual descreve o terrível massacre da comunidade de Canudos, no Brasil do século XIX, cujos integrantes eram considerados tanto pelo governo da época como pelo principal cronista do fato, Euclides da Cunha, justamente como incivilizados.

O escritor também já foi candidato à presidência da República do Peru. (TDI, n° 16.444)

USA – "República de Lakotah" – um Kosovo no Ninho da Águia

Alertamos a Família das Nações que reassumimos
a nossa liberdade e independência
sob a lei natural, internacional e dos EUA.
(Canupa Gluna Mani)

Povo Lakotah

A nação Sioux possui três divisões geográficas distintas de indígenas que falam o mesmo idioma: os Lakotah, os Dakota e os Nakota. No idioma Sioux, todos esses nomes significam "*amigo*". Os Sioux resistiram aos brancos até 1890, quando foram perseguidos e massacrados. Atualmente, seus descendentes vivem em reservas nos estados de Dakota do Norte, Dakota do Sul, Nebraska, Leste dos estados do Wyoming e Montana, no centro-Norte dos Estados Unidos.

Russel Means – Ativista Oglala Lakotah

Não acredito que o capitalismo em si seja o real responsável pela situação em que fomos declarados um sacrifício nacional... Não, é a tradição europeia. É a própria cultura europeia a responsável. O marxismo é apenas uma continuação desta tradição e não um remédio contra ela. Aliar-se com o marxismo é aliar-se com as mesmas forças que nos declaram um "*custo*" aceitável. Há outro caminho. Há o caminho tradicional dos Lakotah e os caminhos de outros povos indígenas americanos. É o caminho que sabe que os seres humanos não têm o direito de degradar a Mãe Terra, que existem forças acima de tudo que a mente europeia já concebeu, que os seres humanos precisam conviver em harmonia com todos os seres, do contrário o caos se estabelecerá. A ênfase desproporcional dos seres humanos em si próprios, a arrogância europeia em agir como se estivessem acima da natureza e de todas as coisas relacionadas, só pode resultar numa total desarmonia e num reajustamento que reduz os seres humanos aos seus devidos tamanhos, que lhes dá o gosto daquela realidade

> que está além do seu controle e alcance, e que restaura a harmonia. Não há necessidade de uma teoria revolucionária para que isto aconteça, pois isto está fora do controle humano. Os povos naturais deste planeta sabem disto e então não teorizam a respeito. A teoria é uma abstração, nosso conhecimento é real. (Russel Means)

República de Lakotah

Os Lakotah, verdadeiro nome dos Sioux, cujos ancestrais mais famosos foram "*Touro Sentado*" e "*Cavalo Louco*", declararam nulos os tratados firmados com os Estados Unidos, há mais de 150 anos, no dia 19 de dezembro de 2007. Os ativistas entregaram ao Departamento de estado americano uma carta assinada por Russell Means, Garry Rowland, Canupa Gluha Mani e Phyllis Young. Russel Means declarou, em entrevista coletiva em Washington, que a independência Lakotah ocorreu de acordo com a Constituição Americana e a "*Convenção de Viena*", sendo legalmente válida, nacional e internacionalmente, e que passavam, a partir daquele momento, a ser uma nação soberana:

> Não somos mais cidadãos dos Estados Unidos da América e todos que vivem nas regiões dos cinco Estados que compreendem nosso território são livres para se unir a nós.

Means ([63]) afirmou, na ocasião, que seriam emitidos passaportes e licenças para aqueles que residissem no território indígena e renunciassem à cidadania americana.

---

[63] Russell Charles Means, nasceu em Wanblee, 10.11.1939 e faleceu em Porcupine, 22.10.2012, foi um índio Oglala Sioux, uma das sete tribos do povo Lakota, que lutou pelos direitos dos índios americanos, participando ativamente de questões internacionais relacionadas com nativos americanos tanto na América Central como na América do Sul.

As lideranças Lakotah informaram ao Departamento de Estado Americano que declaravam unilateralmente a nulidade dos Tratados assinados com o governo. Segundo Phyllis Young, militante do movimento separatista, os Tratados de 1851 e 1868, firmados no Fort Laramie, são:

> Palavras sem valor sobre papel sem valor e foram violados em diversas oportunidades para roubar nossa cultura, nossa terra e nossos costumes. Assinamos 33 tratados com os Estados Unidos da América que não foram respeitados.

Reporta-nos Russell Charles Means:

> Através da nossa história e sob a Lei de Reorganização dos Povos Índios de 1934, o Congresso disse que iria rever as propostas de 1968, mas não o fizeram. Mantiveram algumas promessas menores mas, de forma geral, o Tratado não foi honrado. Porque se fosse, não teríamos esse colapso colossal de alcoolismo, abuso de drogas e pobreza e não teríamos as altas taxas de encarcerados nas populações prisionais masculina e feminina. Somos os Lakotah das reservas índias Sioux de Nebraska, Dakota Norte, Dakota Sul e Montana, que adoram a liberdade e que se retiraram dos Tratados, constituindo assim uma nação independente e livre. Alertamos a Família das Nações que reassumimos a nossa liberdade e independência sob a lei natural, internacional e dos EUA. (Russel Means)

Tribo Sioux Rosebud

Rodney Bordeaux, Presidente da tribo Sioux Rosebud, afirma que esse não é o desejo de todos os índios e afirma que o seu povo não tem qualquer aspiração de secessão:

> A nossa posição é a de que temos de fazer cumprir os Tratados e estamos constantemente a lembrar o Congresso disso. Fazemos pressão para que os Tratados sejam mantidos e cumpridos porque eles são a base do nosso relacionamento com o Governo Federal.

Governo Boliviano – 1 Peso, 2 Medidas

O embaixador boliviano em Washington, Gustavo Guzman, acompanhado de Russel Means, numa entrevista coletiva à imprensa, declarou:

> Estamos aqui porque as exigências dos povos indígenas da América são as nossas exigências. Enviamos os documentos que nos foram apresentados na embaixada para o nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros na Bolívia, onde estão sendo analisados.

É interessante verificar que o governo boliviano apoia movimentos como este, desde que não sejam no seu território.

Em 2008, Evo Morales acusou o embaixador dos Estados Unidos, Philip Goldberg, de fomentar o separatismo nas províncias da "*Meia Lua*" e contribuir para alimentar os conflitos que ocorreram em vários departamentos do país. Morales expulsou o embaixador Goldberg do país.

"Delegação da Liberdade Lakotah"

Não existe unanimidade no grupo denominado "*Delegação da Liberdade Lakotah*", em relação à proclamação de independência. Enquanto alguns afirmam que não é uma tentativa de secessão dos Estados Unidos, mas uma reafirmação de sua soberania, outros defendem a criação de um estado soberano.

Imagem 50 – República de Lakotah

Embora Russell Means defenda o nome de República Lakotah, os demais membros da delegação argumentam que "*República*" é um conceito romano e não Lakotah. A delegação não criou nenhum governo provisório, tendo em vista que devem prosseguir com os seus tradicionais sistemas de governo e, em consequência, existem divergências quanto à necessidade de criação de uma capital para a "*Futura República*". O hipotético país não é reconhecido internacionalmente, nem pelos USA e nem mesmo por diversos membros da tribo Lakotah, que afirmam que não foram representados na proclamação de 19.12.2007.

Jornal do Comércio, n° 33.832 – Manaus, AM
Sexta-feira, 14.02.1986

Nicarágua
Revolucionários Atacam Três Sandinistas

MANÁGUA [UPI] – O Ministério da Defesa da Nicarágua denunciou o ataque de guerrilheiros contrarrevolucionários a três postos da fronteira do País com a Costa Rica, ferindo gravemente um soldado sandinista.

Segundo a denúncia a ação teve por objetivo prejudicar os esforços feitos para a melhoria das relações entre os dois Países.

O ataque coincidiu com o anúncio feito por Costa Rica, de que o embaixador do País na Nicarágua, retido há oito meses em consequência de um incidente de fronteira, está pronto para regressar ao posto. [...]

Índios

Na Província de Zelaya, o comandante Leonel Espinoza, representante do Ministério do Interior, denunciou ontem a chegada de dezenas de índios Miskitos à região, com o propósito de se apoderarem de uma porção do território e estabelecerem um governo local.

Tal governo, que contaria com a assessoria de vários indígenas Norte-americanos, principalmente do cacique Russel Means, seria imediatamente reconhecido pelos EUA, disse Espinoza. (JDC, n° 33.832)

México – "*Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN*"

[...] as mais justas aspirações do povo, plantadas as mais imperiosas necessidades sociais, e propostas as mais importantes reformas econômicas e políticas, sem cuja implantação o país passaria inevitavelmente ao abismo, deprimir-se-ia no caos da ignorância, da miséria e da escravidão. (Programa Ayala)

Emiliano Zapata

Importante líder da *"Revolução Mexicana de 1910"*, considerado um dos heróis nacionais mexicanos, Emiliano Zapata serve de inspiração para o movimento zapatista.

Emiliano Zapata Salazar, camponês mestiço, filho de Cleofas Salazar e Gabriel Zapata, nasceu no estado mexicano de Morelos, vilarejo de San Miguel Anenecuilco, atual Ciudade Ayala, em 08.08.1879, numa época em que o México era governado por José de la Cruz Porfirio Díaz Mory.

A família Zapata havia apoiado Díaz, quando este lutava para libertar o México do domínio dos franceses e do imperador Maximiliano (1864-1867). Em 1876, Díaz proclamou-se Presidente, mantendo-se no cargo até 1880. A partir de 1884, foi reeleito Presidente, por seis vezes consecutivas, estabelecendo uma ditadura favorável aos interesses dos grandes proprietários rurais.

Zapata, por volta dos 30 anos, ocupou uma das chefias do vilarejo onde nascera, intercedendo nos numerosos conflitos entre seus habitantes e os fazendeiros que procuravam tomar posse das terras dos camponeses.

Por muitos anos, Zapata defendeu os direitos dos moradores através da recuperação de antigos títulos de propriedade.

Revoltado com a prepotência dos latifundiários, e com a ditadura de Díaz, declarou, publicamente, seu desejo de promover uma reforma agrária. Após o manifesto, o governou mandou encarcerá-lo.

Imagem 51 – Bandeira do EZLN

Em liberdade, organizou, sob o lema "*Terra e Liberdade*", um grupo de camponeses e indígenas do Sul passando a promover ações de guerrilha, ocupando e repartindo as terras. Uniu-se a Pancho Villa (José Doroteo Arango), líder dos camponeses do Norte, que combatia o Exército Federal e os grandes proprietários.

Díaz, nessa época, estava preocupado com a candidatura de Francisco Ignacio Madero González, líder do movimento que se opunha à sua reeleição. Díaz prende Madero e, como único candidato, é considerado eleito. Madero foge da prisão e vai para os EUA de onde conclama o povo à rebelião, prometendo reforma eleitoral e agrária de acordo com o "*Programa de São Luis de Potosí*" redigido, por ele, no exílio. Zapata se alia a Madero e, em 1910, comanda como "*General*" o "*Ejército Libertador del Sur*", formado em Morelos.

A "*Revolução Mexicana de 1910*" derruba Díaz e promove ascensão de Madero que, eleito Presidente, resolve dissolver o exército revolucionário.

Zapata recusa-se a desarmar seus homens e exige a reforma agrária, prometida no Programa de São Luis de Potosí e negada por Madero.

A fatal ruptura do Programa de São Luis de Potosí motivou e justificou nossa rebeldia contra aquele que invalidou todos os compromissos e defraudou todas as esperanças [...] combatemos Francisco Madero, combateremos outros cuja administração não tenha por base os princípios pelos quais temos lutado. (Emiliano Zapata Salazar)

Em novembro de 1911, Zapata anuncia o "*Programa de Ayala*" propondo a derrubada de Madero e reforma agrária sob o controle das comunidades camponesas. Em fevereiro de 1913, enquanto a luta prossegue, o General José Victoriano Huerta Márquez assassina Madero. O governo de Huerta é um retorno ao porfirismo (Porfirio Díaz).

Venustiano Carranza Garza, líder do Exército Constitucionalista, não reconheceu o novo governo e se mobilizou contra Huerta, contando com o apoio de Villa e Zapata.

Carranza assume a presidência e, novamente, hesita em aceitar as propostas camponesas. Em fevereiro de 1917, é promulgada a Constituição com as transformações idealizadas no Programa de Ayala, os preceitos Constitucionais, no entanto, são ignorados pelo governo. Em 1919 Zapata é assassinado a mando de Carranza.

Chiapas

Estado mexicano, cuja capital é Tuxtla Gutiérrez, faz fronteira com a Guatemala, país a que pertenceu até 1824.

As principais atividades econômicas são a cafeicultura, o artesanato e o turismo. A população de Chiapas é formada por 3,6 milhões de habitantes,

sendo mais de 1 milhão de indígenas descendentes dos maias que, em sua maioria, não falam o espanhol.

Causas da Rebelião em Chiapas

Vamos procurar resumir uma análise feita pelo sociólogo e crítico mexicano Pablo González Casanova a respeito das oito "*Causas da rebelião em Chiapas*":

1. ***Herança Rebelde***: os maias representam, na história da humanidade, um dos povos que mais resistiram à conquista espanhola e o fato de se rebelarem de novo, atende a um chamamento ancestral. Na sua memória, está presente a figura de Juan López, homem invencível vindo do céu, que lutou contra o exército em eras passadas e prometeu regressar para ajudar os índios em suas batalhas.

2. ***Crise da Fazenda Tradicional***: a crise dos latifúndios cafeeiros dos anos 30, das fazendas de gado nos anos 50, provocou a dispensa dos serviços dos trabalhadores que se refugiavam em regiões remotas. Em meados dos anos 70, na Selva, peões de todas as origens formam uma identidade de etnias oprimidas, que ganhou corpo nos anos 80 por meio da "*Associação Rural de Interesse Coletivo – União de Uniões*" (ARIC-UU), e culminou com um processo de integração das organizações de etnias e de trabalhadores.

3. ***Ação Pastoral***: após o Concílio Vaticano II e da Conferência Episcopal de Medellín, deu-se início a uma renovação pastoral expressa na Teologia da Libertação. A ação pastoral desse movimento iniciou nos anos 60 e os párocos e catequistas se dedicaram a ensinar aos índios novas formas de organização para o trabalho coletivo, a discussão fraternal e a tomada de decisões.

4. ***Estudantes de 1968***: depois de 1968, alguns líderes estudantis ajudaram a formar movimentos camponeses. Na sua ideologia havia um elemento comum: "*lutar por uma democracia em que o povo trabalhador e explorado tomasse as decisões por si mesmo, e pelo fim do sistema repressivo, autoritário e excludente vigente no México*". Em meados dos anos 70, começaram a chegar em Chiapas e integraram-se nas organizações populares, "*ajudando-as a organizarem-se e a adquirirem uma maior consciência para levar adiante suas lutas*".

5. ***Menos Terras Para os Mais Pobres***: em 1971, um decreto presidencial entrega metade da Selva aos Lacandones, uma etnia quase extinta. Com o pretexto de preservar alguns que restavam, pretendeu-se arrebatar as terras de Tzeltales, Tzotziles, Choles, Tojolobales e Zoques, que as habitavam há quase 30 anos, acusando-os de "*usurpadores*". Havia, na verdade, um grande conluio de políticos e madeireiros que usaram como fachada a Companhia Florestal Lacandona S. A. que se apressou em firmar um contrato com os Lacandones, "*legítimos donos*" da terra, adquirindo o monopólio de extrair madeira da região. A terra em Chiapas, principal fonte de sustento das populações mais pobres, tornou-se cada vez mais escassa.

6. ***A Politização dos Povos Indígenas***: por volta de 1982, dentro do Partido Socialista Unificado do México, os Tojolobales lutaram pela presidência municipal. Ao perderem-na, "*perderam a esperança*", segundo se dizia. Em 1974, os índios de San Juan Chamula tomaram a presidência municipal como protesto ante a fraude eleitoral cometida pelo PRI. Dias depois, foram desalojados pelo Exército. A partir de então, o governo

local deu início a uma perseguição a milhares de Chamulas, acusando-os de serem protestantes. Os expulsos ficaram sem casa e sem-terra. Hoje, mais de 20.000 vivem nos arredores de S. Cristóbal. Estão na miséria. Os políticos exercem em Chamula uma ditadura autônoma e brutal, justificando-a no respeito a seus "*costumes*".

7. ***A Violência e a Lei***: no regime racista e oligárquico vigente em Chiapas, a violência institucional é a lei. Sem risco de punição, seja na terra, no trabalho ou na política, aquele que detém o poder tem a possibilidade de violar a lei, seja esta agrária, trabalhista ou eleitoral, diferente do que ocorre com aqueles que são indígenas, mestiços pobres, camponeses, trabalhadores e até empregados, que a qualquer momento podem ser submetidos a falsas acusações e serem-lhes aplicados todos os tipos imagináveis de pena.

8. ***A Violência Negociada com Perdas e Danos***: desde o início da existência do terror internalizado que se empreende uma luta para superá-lo. Com decisão, frieza e fraternidade, às vezes, consegue-se dar um primeiro passo nesse sentido. Surgem tentativas de se levar adiante uma luta unida, associada, com tramas e vínculos que se ampliam em uniões de sem-terra, em centrais camponesas, em sindicatos. Nestes, luta-se contra a cooptação, a corrupção de líderes e parentes, levando-se a um endurecimento persistente em que se expressam as correntes políticas do México moderno e as posições revolucionárias mais variadas. Numa revolução, a única possibilidade de vitória é que ela se transforme em uma grande luta política e social, capaz de modificar as correlações do poder e o mercado no sentido de um projeto local, nacional e eventualmente global.

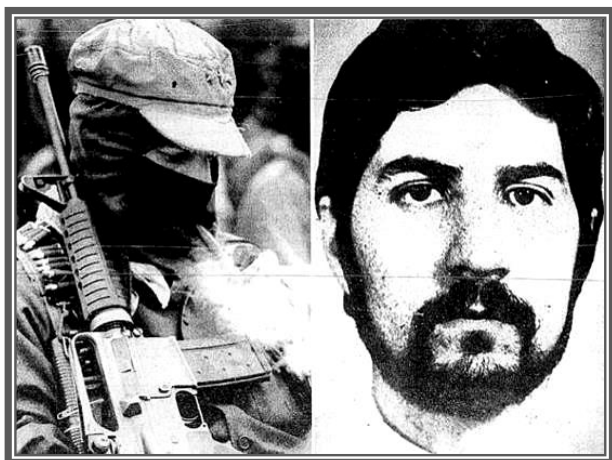



Imagem 52 – Marcos – Jornal do Brasil, n° 309, 11.02.1995

Subcomandante Marcos

Rafael Sebastián Guillén Vicente nasceu em 19.07.1957, na cidade de Tampico, capital da Província de Tamaupilas, fronteira nordeste do México com os EUA. Filho de imigrantes espanhóis, proprietários de lojas de móveis, é o quarto entre oito irmãos.

Matriculou-se, em 1977, na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), capital mexicana, onde se destacou como aluno brilhante, obtendo licenciatura em Filosofia e Letras, em 1980, com a tese "*Filosofia e educação: práticas discursivas e práticas ideológicas em livros de escola primária*". Em 1979, iniciou sua carreira docente com aulas de estética da imagem na Universidad Autónoma Metropolitana e logo em seguida se uniu aos zapatistas.

Exército Zapatista de Libertação Nacional

Em janeiro de 1993, em Prado, é fundado o Partido das Forças de Libertação Nacional (PFLN), sendo aprovada a posição defendida pelo subcomandante Marcos de iniciar uma Guerra de Libertação no México.

O objetivo militar era derrotar o Exército Mexicano e chegar até a Cidade do México. Os objetivos citados na sua declaração de princípios são:

> Encabeçar a luta revolucionária do povo trabalhador para arrancar o poder da burguesia, libertar o país da dominação estrangeira e instalar a ditadura do proletariado que impeça a contrarrevolução e inicie a construção do socialismo.
>
> Recorrer, como forma principal, à luta político-militar, combinando-a com outras formas de ação política. Conta para isto com o EZLN que jamais haverá de claudicar no México.

O EZLN, durante mais de dez anos, havia se preparado para a luta armada nas montanhas e nas florestas de Chiapas. Em 1° de janeiro de 1994, o grupo é apresentado ao mundo, quando tomam San Cristóbal de las Casas, Ocosingo, Chanaal, Altamirano e Las Margaritas.

Nesse mesmo dia, o EZLN ataca o Quartel de Rancho Nuevo, comandado pelo General Garrido e invade os sistemas prisionais da região conflagrada, libertando todos os prisioneiros, a maioria índios.

Além das prisões, as prefeituras, prédios públicos, bancos, sedes de algumas empresas importantes e rádios foram os primeiros locais a serem tomados.

Anos de enfrentamento com as Forças Armadas Mexicanas fizeram os Zapatistas mudar o tom agressivo de seu discurso desde 1993 e, em dezembro de 2007, por ocasião do Colóquio Internacional realizado em San Cristóbal de las Casas, Chiapas, se dirigem ao povo do México e aos povos do mundo, relembrando que:

> Desde 10.01.1994, o EZLN se comprometeu com a sociedade mexicana a que, de maneira unilateral, frearia qualquer atividade bélica. Quatorze anos após essa decisão, o EZLN, apesar da presença hostil do Exército Mexicano, que tanto dano tem feito às comunidades indígenas Chiapanecas; apesar da formação de grupos paramilitares; apesar do massacre de Acteal; apesar de tudo, tem honrado sua palavra.
>
> Neste tempo, colocando em prática o mandar obedecendo, construiu uma das experiências mais esperançosas do mundo: as juntas de bom governo, as quais conseguiram melhorar o nível de vida das bases de apoio zapatistas e realizar o exercício de governo que já é um fardo na luta pela emancipação humana, seu exemplo de luta pacífica é universal.

Os Zapatistas, ao contrário da nossa "*companheirada*", chegaram à conclusão de que as demandas da "*Velha e Surrada Esquerda*" eram demasiado estreitas, por enfatizarem somente os problemas do proletariado industrial urbano e que a luta armada não é o único caminho para as pretendidas reformas. Os zapatistas consideram, hoje, que a luta pelos direitos de cada grupo é igualmente importante, e é preciso travá-la em todas as frentes simultaneamente. Eles também professam que os próprios movimentos precisam ser internamente democráticos. O lema é "*mandar obedecendo*", que poderia ser explicado por "*comandar obedecendo às vozes e desejos dos liderados*".

Venezuela – "*Movimiento Rumbo Propio*"

A Venezuela é uma república federativa formada por 23 estados, um Distrito Federal, Dependências Federais (formada por diversas Ilhas) e um Território em Reclamação com a Guiana (Zona en Reclamación – Guayana Esequiba).

República Independente e Ocidental de Zulia

Na fronteira Ocidental, a Noroeste da Venezuela, encontra-se o estado de Zulia, que envolve o Lago de Maracaibo. No Lago se encontram as maiores reservas de petróleo e gás do Hemisfério Ocidental, responsável por cerca de 78% do petróleo produzido pelo país, e um porto altamente estratégico.

A capital do estado é Maracaibo, a segunda maior cidade da Venezuela, e é o estado mais densamente povoado da república bolivariana, com mais de três milhões e meio de habitantes sendo um milhão deles colombianos. Possui uma produção agropecuária importante, fornecendo 80% do consumo nacional, e recursos naturais como fosfato e carvão.

Maracaibo está situada às margens do maior Lago da América Latina, que leva seu nome, tendo sido descoberto em 24.08.1499 pelo marinheiro Alonso de Ojeda, companheiro de Colombo em sua segunda viagem.

A cidade foi fundada no ano de 1529, pelo alemão Ambrosio Alfinger, que lhe deu o nome de Vila de Maracaibo. A origem de seu nome se deve ao Cacique Mara, que morreu combatendo os alemães. Reza a tradição que vendo seu líder morto, os índios gritavam: "*Mara-caiu*", e assim originou-se o nome da capital zuliana.

Alguns pesquisadores, porém, afirmam que o local onde está edificada a cidade era chamado em língua indígena de "*Maara-iwo*", ou "*lugar onde abundam as serpentes*".

Movimiento Rumbo Propio

Un movimiento político zuliano de afirmación regionalista, cuyo objetivo es el desarrollo integral del Zulia mediante el capitalismo liberal, único sistema idóneo a ese fin, a partir de la aprobación plebiscitaria de un Estatuto Autonómico en la región.

"*Autonomía*" es más que autogobierno pero menos que independencia política o secesión. Tampoco equivale a autosuficiencia económica: todo lo contrario.

Rumbo Propio quiere el máximo de bienestar para los zulianos, poniendo al Zulia en el Primer Mundo, plenamente integrado en la economía global de hoy. Para ello no se requieren tratados engañosos tipo ALCA o Mercosur, sino nada más decretar los principios históricos de libre comercio y libre cambio, que en el pasado llevaron a las naciones hoy desarrolladas a ser ricas. Rumbo Propio es un movimiento de opinión, aunque no un partido.

Y da la cordial bienvenida a movimientos similares en otras regiones de Venezuela y América Latina, inspirados en los mismos principios y lineamientos.

A organização é liderada pelo ex-Ministro da Agricultura, Néstor Suárez; pelo professor universitário Alberto Mensueti e pelo militar aposentado Hidelmaro Ferrer.

O Ministério Público abriu uma investigação para determinar se a iniciativa da organização "*Rumbo Propio*" atenta contra a Segurança Nacional. Segundo o Procurador Geral da República, Isaías Rodríguez, se trata de crime de "*traição à Pátria, atentando contra a soberania e a segurança da nação*".

Imagem 53 – República Independente e Ocidental de Zulia

O Vice-presidente do Rumbo Propio Alberto Mensueti considera que é necessário resgatar a independência comercial do país e afirma:

> Somos de direita e, portanto, contrários ao socialismo. Queremos convencer a sociedade que o capitalismo liberal gera riqueza e bem-estar.

O "*Rumbo Propio*" defende a diminuição do poder do Estado através da privatização dos serviços públicos e da autonomia fiscal.

Plano Balboa

Estamos desenvolvendo um contra-plano Balboa. Isto é, se o Governo dos EUA planeja continuar com essa iniciativa imprudente de nos atacar, irá embarcar numa guerra de 100 anos. Estamos preparados.
(Presidente Hugo Rafael Chávez Frias)

O Presidente venezuelano ao ser entrevistado, em outubro de 2005, no programa "*Nightline*" da ABC News, voltou a afirmar que o Governo Norte-americano tinha planos para "*invadir seu país por causa do petróleo*" e que possuía "*provas concretas*" que foram entregues ao jornalista Ted Koppel. O documento chamava-se "*Operação Balboa*".

O "*Exercício Específico – Planejamento Operacional Balboa*" foi elaborado no ano 2001, para o "*Segundo Curso de Estado Maior Conjunto das Forças Armadas da Espanha*", e seu objetivo era o de simular uma situação de conflito entre os países Azul, Marrom e Branco. O Presidente Chávez e seu pessoal de inteligência avaliaram que tudo fazia parte de um planejamento estratégico para controlar a indústria petrolífera e proteger o fornecimento de energia para os EUA.

Consideraram ainda que este objetivo seria alcançado mediante a ocupação da região fronteiriça com a Colômbia (Zulia, Táchira e Apure).Uma das justificativas para a invasão do território venezuelano seria garantir a integridade da Colômbia, e reduzir a influência de Chávez. A oposição, acostumada às fanfarronices chavistas, utilizou o fato para desacreditar o bolivariano Presidente perante a opinião pública internacional mostrando que o tal "*Plano Balboa*" nada mais era do que uma espécie de "*Jogos de Guerra*", comuns em treinamento das Forças Armadas.

O Movimento de Pinça

Apesar do chiste "*Balboa*", o Presidente Chávez tem realmente com que se preocupar. Os USA desenvolveram, nos últimos anos, um projeto para garantir total controle do mercado latino-americano através da instalação de bases militares.

O objetivo final da militarização dos países da região segue paralelo aos seus propósitos econômicos e comerciais que seriam, futuramente, a apropriação de recursos estratégicos, controle territorial, exploração da força de trabalho barata e a expansão do modelo econômico neoliberal.

É o conhecido "*movimento de pinça*" cujas tenazes são a militar e a econômica. Para atingir esta última, foram arquitetados uma série de programas de desnacionalização dos mercados latino-americanos, apropriação de recursos naturais, redução de custos trabalhistas e apoio integral aos movimentos separatistas.

Vejamos alguns indícios que apontam para isso e que justificam as preocupações de Chávez:

> Recentemente, o Presidente colombiano, Álvaro Uribe, anunciou sua intenção de transferir a base militar dos EUA, de Manta, no Equador, para a Colômbia, apesar de já sediar três bases militares Norte-americanas e diversos comandos militares operativos.
>
> Uribe reúne-se, constantemente, com o Governador de Zulia, Manuel Rosales [Many], latifundiário e dono de centros comerciais em Miami, opositor às políticas de Chávez, e expressa seu desejo de estreitar as relações entre Zulia e a Colômbia, como se considerasse Zulia uma nação independente da Venezuela.
>
> São frequentes as visitas do embaixador Brownfield a Zulia, que qualifica do "*melhor estado da Venezuela*". Brownfield, fazendo coro à política de Uribe, lacaio Norte-americano, comentou em Maracaibo:
>
>> Há 25 anos, morei dois anos na República Independente e Ocidental de Zulia e por isso, sei muito bem o que significa viver num país quente.

Aporrea.org – Venezuela, Caracas
Domingo, 26.02.2006

¿Estado Libre Asociado del Zulia?

[Luis Britto García]

Uno

El Libertador escribe a Francisco de Paula Santander el 8 de enero de 1823:

> ‘Coro primero’ y pronto ‘Adícora primero’. Eso es lo que quieren los bochincheros: gobiernitos y más gobiernitos para hacer revoluciones y más revoluciones. Yo no; no quiero gobiernitos; estoy resuelto a morir entre las ruinas de Colombia peleando por su ley fundamental y por la unidad absoluta.

Los cinco virreinatos y cinco capitanías del Imperio español se fragmentan en 25 países; las trece colonias estadounidenses se unen y forman la nación más poderosa de la tierra. Divide, y vencerás; únete y reinarás.

Dos

En 1678 el Cabildo marabino y el capitán General don Francisco de Alberró desconocen la Real Cédula de 1676 que une las Provincias de Maracaibo y Mérida. El corsario Grammont aprovecha el pleito para saquear e incendiar Maracaibo, Gibraltar y Trujillo. En 1869 el Gobernador del Zulia, Venancio Pulgar, se alza para desconocer al Gobierno Nacional. El Presidente José Ruperto Monagas declara al Zulia “*en sublevación a mano armada contra las instituciones políticas que se ha dado la nación*”, reconquista

Maracaibo y pone en fuga a Pulgar, quien se refugia en el navío de guerra británico Cherub, que como por casualidad observaba el alzamiento. En 1902 acorazados alemanes bloquean el Lago y cañonean el castillo de la Barra. En 1916, el gobernador Vincencio Pérez Soto derrota otra intentona secesionista, al parecer promovida por las petroleras.

Jorge Olavarría denuncia que en 1928 el financista estadounidense William Buckley promueve otro complot aceitero para separar el Zulia. El secesionismo zuliano no es chiste ni exageración: es plan constante de las oligarquías que sueñan engrandecerse empequeñeciendo su Patria.

Tres

Repite Jerónimo Pérez Rescaniére que Colombia era el País más rico de América Latina porque tenía a Panamá, pero separada Panamá, no fueron ricas ni Panamá ni Colombia. Recalco que en 1999 en Foreign Policy, la revista del Departamento de Estado, David Henríquez avizora posibles secesiones del Norte de México, el Sur de Brasil y Guayaquil. En 2005 los medios divulgaron sangrientos incidentes "*autonomistas*" en Guayaquil y en la Provincia gasífera boliviana de Santa Cruz.

En mayo de ese año el embajador de Estados Unidos William Bromfeld declara en Maracaibo que "*Hace 25 años viví dos años en la República Independiente y Occidental del Zulia y por eso sé perfectamente lo que significa estar en un clima de calor*" [Lista Redial Simón Bolívar]. El diplomático se hace ver constantemente en actos de caridad en la región, y, según el semanario Qué pasa, habría cancelado un millón de dólares por un inmueble para un Consulado. Todo plan secesionista se traza en las mesas de las grandes potencias.

Cuatro

Durante la arremetida golpista de 2002 gritaba Víctor Manuel García en televisión: *"¿Por qué no? ¡Bolívar Independiente, Cojedes Independiente, el Zulia Independiente!"* En 2005 la Directora de la Escuela de Ciencias Políticas de la Universidad del Zulia [LUZ] Lucrecia Morales, exhorta a "*deslindar al Estado Zulia de este Gobierno y hacerlo por la vía de la emancipación definitiva, es decir, la autonomía total*".

Carlos Morales Manssur, director del acervo Histórico del Estado Zulia, advierte para Prensa Latina que "*estratégicamente a Estados Unidos le convendría la independencia del Zulia, que [además de sus riquezas y virtudes] pertenece a un país cuyo gobierno a ellos no les gusta*", con el fin de "*establecer [dentro de él] una importante base del Plan Colombia en la Región... que se enfile en retomar los planes de recolonización de América Latina*".

Vallas publicitarias anuncian "*Rumbo propio para el Zulia*", camisetas estampadas presentan mapas con una República Independiente del Zulia, artículos de prensa y páginas web diluvian llamados a la "*autonomía*", la "*soberanía*" y la "*independencia*" que el gobernador Manuel Rosales reitera hasta la confusión el 28 de enero en la celebración del Día de la Zulianidad. Cuando los medios suenan, secesiones traen.

Cinco

Los venezolanos compartimos orígenes indígenas, africanos y europeos; un castellano americanizado y tres decenas de idiomas indígenas, una cristiandad dominante sincretizada con infinidad de cultos populares y originarios y en armonía con todos los credos del mundo; un mestizaje étnico y cultural que

nos amalgama; una Historia que nos hermana; una literatura, una plástica, una música que nos enorgullecen, unas costumbres perennes, una tradición de tolerancia y comprensión hacia todos los pueblos y migraciones del mundo y una dinámica movilidad geográfica y social que transita una Naturaleza de variedad asombrosa eficazmente intercomunicada. Ninguna insalvable diferencia de idioma, religión, tradición ni costumbres separa a un venezolano de otro. Ni una sola divergencia propone otros límites que los negociados por los burócratas en los mapas parroquiales.

No sabríamos sentirnos venezolanos sin las novelas de Laura Antillano y de César Chirinos y los poemas de Blas Perozo Naveda. No siento que el voseo o los huevos chimbos o la pasión por el aire acondicionado excluyan de la gran nación latinoamericana: mucho menos exilian de la venezolanidad ni justifican el fratricidio asimétrico de un país. San Benito de Palermo vive en una sola parranda desde los pueblos del Sur del Lago hasta la cordillera andina y Margarita, sin que una sola frontera limite su reino del tambor, la fiesta y la igualdad.

Seis

Durante dos décadas la Comisión Presidencial para la Reforma del Estado impuso una descentralización extrema bajo cuyo signo los estados crearon ejércitos propios llamados policías, bloquearon rutas nacionales con peajes, enviaron misiones diplomáticas propias al exterior y se reunían en Asociación de Gobernadores distinta de la República de Venezuela. Compendio del plan de desintegración nacional fue la infame Ley Orgánica de Hacienda Pública Estadal, promovida por el diputado Rodrigo Cabeza previa consulta con medio centenar de organizaciones zulianas.

Aparte de privatizar Lagos, ríos y lagunas, dicha Ley arrebata a la República el control de sus minerales y de las vías de comunicación para traspasarlo a los estados, los faculta para desconocer papel sellado y timbres fiscales de otros estados, les atribuye la potestad de imponer y guardarse tributos y de exonerar por contrato a los ricos de su pago.

Vetada dicha Ley por Hugo Chávez Frías, Cabeza la reintroduce en estratégica coincidencia con el discurso de Rosales. Maldita mil veces la mano que se alce para sancionarla: con ella aprueba la Constitución del Estado Libre Asociado del Zulia. El camino de las secesiones se pavimenta con piedras de leyes suicidas.

Siete

Imaginémonos en marcha el plan secesionista legitimado en la Ley Orgánica de Hacienda Pública Estatal. No necesitamos esforzarnos mucho: la Historia nos presenta numerosos modelos. Una Asamblea Legislativa inventará graves razones para separar a los venezolanos de los venezolanos. Al pie del acta se consignarán las coartadas mucho más importantes que obligan a separar a los zulianos de su petróleo y de sus aguas.

El subsuelo, los hidrocarburos, el Lago de Maracaibo, la educación, la salud y la seguridad social serán privatizados. Inversionistas de Haliburton y de las restantes firmas que se reparten el botín de Irak firmarán el acta repartiendo tajadas con la oligarquía colombiana; desplazarán en pocas horas a la ingenua oligarquía zuliana y anularán las Misiones Sociales del proyecto bolivariano. Una llovizna de bombas inteligentes alegrará a los estúpidos. El MACZUL será saqueado, como el museo de Bagdad. La imagen de La Chinita será ultrajada, como la de Mahoma.

Una división de marines y otra de paramilitares colombianos al mando de Henry López Sisco custodiarán el acto solemne en el cual George W. Bush declarará concluida la guerra.

En realidad ésta apenas comenzará, para no terminar. Tres sencillas operaciones de comando cortarán por años el suministro de hidrocarburos sin los cuales Estados Unidos no puede funcionar. El pueblo que dio a cinco países su independencia no perderá la suya.

Ocho

En el Zulia ganó mayoritariamente el NO bolivariano. Maracaibo, capital del Zulia y segunda ciudad del país, tiene por ello un alcalde bolivariano. También son bolivarianos la totalidad de los diputados de origen zuliano de la Asamblea Nacional, de la cual sería conveniente un pronunciamiento contra la ventolera secesionista.

Pero en las elecciones regionales para gobernador, se auto designó a dedo un candidato sin consultar a las bases populares y contra la expresa voluntad de éstas. Los mayoritarios bolivarianos votaron divididos, y un estado bolivariano tiene ahora un gobernante opositor soñando con protectorados imperiales asesorado por Henry López Sisco.

La auto reelegida Nueva Clase Política también desdeñó presentar candidatos para las juntas parroquiales, quizá porque éstas no reportan espléndidas dietas parlamentarias, y también se perdieron dichos organismos, los más cercanos a las organizaciones populares.

El dedo que nombra no debe meterse en el ojo propio. Perder las bases es perderlo todo. (GARCÍA)

Actualidad.rt.com – Moscou, Rússia
Quinta-feira, 13.10.2016

La República del Zulia y la secesión en Venezuela

[Ernesto J. Navarro]

La historiografía registra al menos seis intentos de separar al occidental estado Zulia del territorio de Venezuela.

Un proyecto del BID puso las bases geográficas y comerciales de ese nuevo territorio que, junto con dos provincias colombianas, debía integrar la República del Zulia.

De forma recurrente, cuando se presenta alguna coyuntura política o electoral importante, se discute sobre la posibilidad de que una Provincia de Venezuela se separe del territorio y se constituya en uno independiente al que todos llaman la República del Zulia.

Basta una breve búsqueda en Internet para encontrar una cascada de páginas, blogs y posteos relacionados con el tema y que van desde textos con datos históricos hasta chistes sobre la posibilidad de separar el territorio.

Se trata de una corriente secesionista que ha sido combatida a lo interno del país desde hace varias décadas y denunciada de forma sistemática como una estrategia de potencias extranjeras. Pero ¿es una posibilidad extinguida?

Imagem 54 – Posteos (Cartazes)

La Región

Ubicado en el noroccidente del país, el estado de Zulia, cuya ciudad capital es Maracaibo, es una de las 24 entidades federales que integran Venezuela. Su territorio abarca un 6,89% del total nacional y para el año 2015 el Instituto Nacional de Estadística [INE] calculaba en 3.704.404 la cantidad de habitantes, lo que la convierte en la Provincia más poblada de Venezuela

El Zulia comparte más de 700 km de frontera con Colombia, entre ellos límites con el departamento de La Guajira, conocido por sus reservas de gas natural, carbón, hulla y oro; y con el Norte de Santander, que aporta a su país importantes servicios comerciales y de transporte que sustentan la actividad fronteriza. Según algunos documentos esta es la zona escogida para crear la República del Zulia.

Primeros Intentos

Un artículo escrito por el intelectual venezolano Luis Britto García enumera una serie de episodios históricos que delatan la tesis secesionista en el estado Zulia. [...]

Estados Unidos

El libro "*Historia y retos del petróleo en Venezuela* [Vol.1]" recoge un texto escrito por Salvador de la Plaza [1896-1970], un dirigente sindical, abogado y político venezolano que dedicó gran parte de su vida a denunciar la entrega de la explotación petrolera a las empresas extranjeras. Para abril de 1965, De La Plaza escribe que ya para 1927 se había elaborado un plan para:

> constituir en república independiente al estado Zulia y a los departamentos Santander y Guajira de Colombia, repetición mejorada de lo que habían logrado ya con Panamá el 3 de noviembre de 1903.

Y no era una denuncia basada en supuestos. Escribe el político venezolano que "*el proyecto de 'integración fronteriza' [fue] elaborado por su agencia – el Banco Interamericano de Desarrollo [BID] – y para cuya 'aprobación' en ambos lados de la frontera hizo viaje expreso y festinado el Sr. Felipe Herrera*", quien a la postre fuera el creador, fundador y primer presidente del BID.

Salvador de la Plaza estimó que el proyecto del BID no era una apuesta de Estados Unidos para:

> ayudar económicamente a Venezuela y a Colombia, sino de desarrollar una región limítrofe de ambos países, rica en petróleo y otros productos naturales", que podrían convertirla rápidamente en un nueva nación "cada vez más dependiente y ensamblada a la economía norteamericana.

Nuevas Aspiraciones

Le tocará a Vincencio Pérez Soto, gobernador del estado Zulia para 1916, derrotar una intentona de secesión "*al parecer promovida por las petroleras*", según el recuento de Britto García.

Doce años más tarde, Britto recoge otro evento. En 1928, el financista estadounidense William Buckley "*promueve otro complot aceitero para separar el Zulia*" de Venezuela.

Más recientemente, en el año 2005, justo cuando la prensa mundial daba cuenta de los violentos inciden-tes "*autonomistas*" en la Provincia gasífera boliviana de Santa Cruz, el embajador estadounidense acredi-tado en Venezuela, William Bromfeld, de vista en la ciudad de Maracaibo hace alusión a "*la República Independiente y Occidental del Zulia*", se lee en el artículo.

Luego en el año 2006, la opinión pública nacional conoce al movimiento autonomista denominado "*Rumbo Propio*", que publicó, además de su mani-fiesto de separación, una serie de vallas publicitarias alusivas al secesionismo.

A los miembros de esta organización les fueron abiertas averiguaciones judiciales bajo el cargo de traición a la patria.

Venezuelanidade

Por décadas en el estado Zulia, que tiene unas importantes vetas de extracción petrolera, sus pobla-dores se quejaban mantener a todo el país y no recibir beneficios a cambio. Una canción tradicional, "*La grey zuliana*", considerada un himno en la re-gión, canta lo siguiente:

> Madre mía, si el Gobierno no ayuda al pueblo zuliano
> tendréis que meter la mano y mandarlo pa'l infierno.

Luego, y refiriéndose a la riqueza petrolera administrada en Caracas: "*Maracaibo ha dado tanto, que debiera de tener, carreteras a granel, con morocotas [monedas de oro] de canto*". Y no obstante los estrechos nexos existentes entre las oligarquías del estado de Zulia [Venezuela] y el Norte de Santander [Colombia], ¿por qué no avanzan los secesionistas?

El historiador venezolano Martín Guedez cree que la respuesta a esa pregunta se encuentra en "*la fortaleza del espíritu amplio venezolanista que comparten los habitantes de la Patria*".

Entrevistado por RT especifica que "*aún para los zulianos más ganados por la idea de la separación, la fuerza de la Patria que fundó Simón Bolívar es tan imperante que no se han atrevido*" a un nuevo movimiento.

Tampoco han conseguido, "*más allá de ciertos círculos*", que el pueblo llano asuma que esa prédica los aparte de Venezuela. "*Seguimos teniendo un pueblo zuliano que es espiritualmente amante de su localidad, pero que lo hace desde una arraigada visión de venezolanidad*", apunta el historiador.

¿Será esto suficiente para que no se repitan estos focos secesionistas? (NAVARRO)

Conclusão

Quando as diferenças econômicas e sociais mais se aprofundam e as mudanças vêm sendo feitas sem preocupações com o social e o cultural, e as forças centrífugas, em momentos de crise aguda, suplantem as forças centrípetas, e se leve o país à dissolução.
(Manuel Correia de Andrade)

O cenário separatista no estado de Zulia era propício para as ações orquestradas pelos Estados Unidos considerando sua extensa fronteira com a Colômbia cujo Presidente era um joguete do Pentágono. William Browsfield, embaixador Norte-americano, era amigo pessoal do Governador Manuel Rosales. Zulia produz 78% do petróleo do país, considerando que a Venezuela é o quinto maior produtor mundial, não há como negar os interesses econômicos que a Casa Branca tem sobre essa região e sua disposição estratégica de controlar a produção do "*ouro negro*".

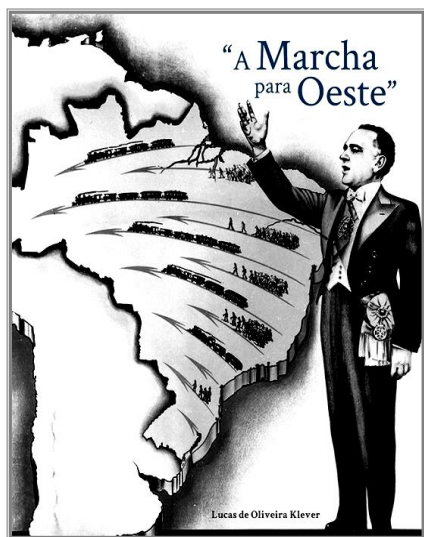
O Controvertido José Sarney

O artigo primeiro de nossa Constituição coloca entre os fundamentos do Estado democrático de direito, em primeiro lugar, a soberania. O STF tem o dever irrecusável de defendê-la. Ela é a Pátria. (Senador José Sarney)

O "*controverso*" senador e Ex-presidente da República José Sarney de Araújo Costa no seu artigo "*Fronteiras Sangrentas*", comenta:

> Quando eu era Presidente, não permiti demarcar reservas na fronteira, mas fizemos reservas isoladas e descontínuas, que resguardavam a soberania nacional e conjuravam as "*cassandras*" do Pentágono, que diziam ser um conflito do futuro da humanidade as "*nações indígenas*" da Amazônia.
>
> O governo que me sucedeu revogou minha decisão. O artigo primeiro de nossa Constituição coloca entre os fundamentos do Estado democrático de direito, em primeiro lugar, a soberania.

O STF tem o dever irrecusável de defendê-la. Ela é a Pátria. Nossas fronteiras são de todos os brasileiros, pardos, brancos, negros e índios. Temos fronteiras de paz com dez países. Não podemos imaginar que, por nosso erro, elas se tornem <u>fronteiras</u> <u>sangrentas</u>. (José Sarney)

Soberania Questionada

A Amazônia vem despertando o interesse estrangeiro mesmo antes dos portugueses iniciarem a sua "*Marcha para o Oeste"*. As especiarias e as riquezas da região, estimuladas por relatos de desbravadores, nem sempre fiéis aos fatos, despertaram, desde o longínquo pretérito, o interesse das grandes potências sobre a área. Séculos de contestações e pronunciamentos vêm tentando colocar em cheque a soberania do Brasil e seus vizinhos numa das maiores biodiversidades, reservas hídricas e minerais da Terra. A utilização, por parte de lideranças estrangeiras e organismos internacionais, de bandeiras como os movimentos ambientalista e indígena permitem que as suas manifestações ganhem simpatia mesmo dentro de nossas fronteiras, provocando o tão desejado engessamento da região, que se presta, inquestionávelmente, aos interesses internacionais. Este objetivo vem sendo, progressivamente, alcançado fazendo com que seja limitada a discussão da preservação do meio ambiente sob a ótica dos problemas exclusivamente técnicos,

excluindo as questões relativas ao desenvolvimento e à maior integração socioeconômica com o restante do país.

Há um trabalho solerte por parte da mídia nacional e internacional no intuito de demonizar o povo brasileiro no que tange à questão indígena e ambiental. Não seria difícil entender que, após massiva e enganosa "*propaganda*" mostrando supostos massacres dos povos indígenas e destruição da floresta, a opinião pública mundial se mobilizasse para que a ONU interviesse. Assim sendo, considerando as características estratégicas da nossa Amazônia em termos de recursos naturais, a histórica articulação dos interesses internacionais, passada e presente no sentido de expropriá-la, a despreocupação da população brasileira diante do fato em si e da atitude criminosa do governo brasileiro, o problema enunciado para este projeto é:

> despertar a juventude brasileira para a problemática da soberania para que exerça, com conhecimento de causa, uma pressão cidadã, no sentido de reverter o maior esbulho do patrimônio brasileiro, atualmente em curso.

O Destino Manifesto e a Tragédia Anunciada (Por Luiz Fernando Novoa Garzon)

> *A pura raça anglo-americana está destinada a estender-se por todo o mundo com a força de um tufão. A raça hispano-mourisca será abatida. (New Orleans Creole Courier, 1.855)*

Nos EUA não há lugar para perdedores. Eles não puderam viver para contar a história. Somente uma "*raça de heróis*" poderia sobreviver a todas as atribulações da epopeia colonizadora.

A travessia do Atlântico foi um verdadeiro êxodo para desenraizados e perseguidos. Nos grandes navios, o tifo, a tuberculose e a fome não davam aos fracos o direito de prosseguir. A terra prometida estava reservada aos fortes.

Os refugiados puritanos, os primeiros a chegar, fizeram da expulsão um motivo de engrandecimento. Mania de grandeza e mania de perseguição andam juntas:

– *Se Deus é por nós, quem será contra nós?*

Apesar das múltiplas influências recebidas posteriormente, a herança calvinista-maniqueísta teve uma contribuição decisiva na formação da identidade do estadunidense e de seu senso comum.

Os percalços e desafios da "*colonização heroica*" estavam apenas começando. O lar só se tornaria um doce lar, se dele fossem extraídas todas as "*impurezas*".

Tudo o que não servisse à autoafirmação, tudo o que se interpusesse no caminho da expansão – leia-se, salvação – seria designado como maligno.

Aqueles que se consideravam perfeitos e eleitos por Deus concluíam que o "*mal*" só poderia ser o diferente, o distinto, o outro.

A noção de supremacia e de superioridade foi construída no processo de demonização dos índios, espanhóis, mexicanos, negros, alemães, japoneses, soviéticos, sérvios, latinos, islâmicos, ou seja, de todos os não americanizáveis.

Procurando manter intacta sua essência, esta microssociedade europeia transplantada na América, resvalou para o integrismo religioso-cultural e para o racismo mais sórdido. Os piores fundamentalismos nasceram na "*Pátria da liberdade*".

Deus é Americano

Deus não morreu como disse Nietzsche, foi sequestrado pelo Império Norte-americano. Os guardiões do cativeiro têm em suas mãos um mandato exclusivo para administrar a Criação e todas as suas criaturas.

Até mesmo o paraíso foi demarcado e privatizado:

> *Deus escolheu a América para que aqui se construísse a sede do paraíso terrestre, por isso, a causa da América será sempre justa e nada de mal jamais lhe será imputado. Os colonos são os verdadeiros herdeiros do povo eleito, pois preservam a Santa Fé. Nossa missão é liderar os exércitos de luz em direção aos futuros milênios* [pregações puritanas, New Jersey, 1660].

A predestinação dos EUA, somatória da predestinação de cada estadunidense, é uma profecia conscientemente autocumprida.

Este discurso salvacionista foi muito mais determinante que qualquer referência formal à cidadania ou à lei. Sob o impulso dessa volúpia, vieram a independência, a marcha para o Oeste, a guerra civil, o grande mercado e os grandes monopólios.

A economia Norte-americana passou a ser controlada por trustes industriais em associação com os grandes bancos. Era chegada a hora de iniciar a conquista do mundo. O capital monopolista podia se esconder por detrás do arquétipo de uma nação de colonos livres e unidos por valores morais comuns.

A expansão das grandes corporações, tendo por suporte as belicosas forças armadas Norte-americanas, seria vista como a expansão de um ideário e de um modo de vida superior.

O "*destino manifesto*" dos EUA revela o paradoxo de um Império que se formou e se nutriu no seio de uma nação democrática.

O Império Proclama: "O Mundo sou eu"

Hoje, a humanidade tem em suas mãos a oportunidade para um grande triunfo da liberdade sobre todos os seus antigos adversários. Os Estados Unidos aceitam de bom grado sua responsabilidade de liderar esta grande missão.
(George Walker Bush, 2002)

O imperialismo Norte-americano, mais que qualquer outro, invocou para si uma missão civilizatória e messiânica. Os sucessivos Presidentes dos EUA não fizeram outra coisa senão universalizar os mais particulares interesses.

Seus nomes estão inscritos na história do expansionismo ianque: Corolário Polk, Corolário Roosevelt, Doutrina Monroe, Doutrina Truman, Doutrina da Boa Parceria de Eisenhower e Doutrina das Novas Fronteiras de Kennedy.

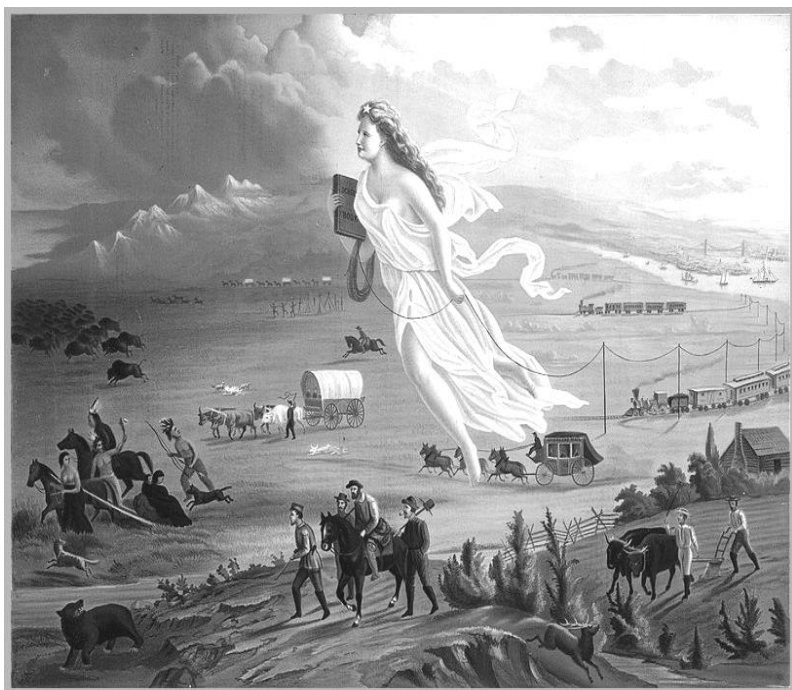



Imagem 55 – Progresso Americano (John Gast, 1872)

George Bush [o pai] também deixou sua contribuição quando lançou em 1990 o programa "*Iniciativa para as Américas*", a demarcação da base territorial e econômica a partir da qual se projetaria o poder dos EUA sobre o mundo.

No ano seguinte, com o fim da Guerra Fria e da URSS, criaram-se condições objetivas para o estabelecimento de uma ordem mundial polarizada exclusivamente pelos EUA.

Faltavam, contudo, justificativas políticas e motivos morais. George W. Bush [o herdeiro], recebeu este prêmio dez anos depois. O terrorismo internacional, o novo "*inimigo*", clarificou o papel dos Estados Unidos no mundo, revelando sua verdadeira vocação.

Elaborada pelas aves de rapina do Complexo Industrial-Militar, a Doutrina Bush não peca por eufemismos:

> *Na grande tragédia, também vimos grandes oportunidades. Nós temos que ter a sabedoria e a coragem para aproveitar estas oportunidades.*
>
> *A maior oportunidade dos Estados Unidos é a de criar um equilíbrio no poder mundial que favoreça a liberdade humana. Nós usaremos nossa posição sem paralelo de força e influência para construir um clima de ordem e abertura internacional.*

Os "*capuzes brancos*" não são mais necessários. De cara limpa, estão assumindo que irão se valer de sua confortável posição de superpotência, "*sem paralelo de força e influência*" para impor uma nova "*Pax Romana*" ao mundo. Desse modo, os senhores da guerra e das corporações só podem agradecer e torcer para que venham novas tragédias e, embutidas nelas, as tais "*grandes oportunidades*".

As elites globais, portanto, devem saudar calorosamente o caos que inaugura, concomitantemente, uma nova e definitiva ordem internacional. Então, viva a guerra perpétua que torna imperativa a paz perpétua!

Quanto Pior, Melhor?

Soam as cornetas apocalípticas anunciando a chegada da cavalaria. Quanto maior a destruição, maior a criação. Quanto mais enfraquecidas estiverem as outras nações, mais onipotentes serão os EUA.

Quanto mais desmoralizadas as instituições multilaterais, mais legítimo o unilateralismo Norte-americano.

Quanto mais presente for o terrorismo, mais onipresente será o Império antiterror. Preparam o pior para depois preparar o melhor para si. As novas Cassandras anunciam as mais terríveis desgraças que elas próprias se esforçam por executar. Quando as tragédias se transformam em tábua de salvação, que ninguém duvide da capacidade daqueles que se determinaram a salvar os EUA, de planejá-las com precisão e maestria.

A Voz
(Thales Bastos Chaves)

"Voz de ferro! Desperta as almas grandes
Do Sul ao Norte... Do Oceano aos Andes"
(Castro Alves)

– Chamaram-me? Quem foi? Não viste porventura,
Sombra amiga, essa voz tão cheia de ternura,
Que comigo falou?
"E a estranha severa, altipotente ([64]) e pura, Misturada de amor, de tédio e de candura, Sibilante passou...

– Conhece-a, amigo – Não. Ouço-a falar, contudo,
Permaneço inativo, esquerdamente ([65]) mudo
Só falatório dela.
E em toda a parte onde eu procuro a calma,
Sinto-a viva e latente entranhada em minh'alma,
Extremamente bela.

E não sabes quem seja, não conheces ainda?!
Apenas pela voz tão penetrante e linda, Apenas pelo olhar,
Que eu nunca vi igual, tão puro e tão sensível,
Por quem meu coração sente um desejo incrível,
De sentir e de amar.

Dize-me sombra amiga, em que lugar do mundo
Pode existir tal voz de timbre tão profundo,
Com solfejos de amor;
Imperativa e bela, uníssona, fecunda,
Que nas ondas do som, todo o meu ser inunda
De mágico esplendor?!

Oh dize-me quem é?! Vamos! Fala! Responde!
Onde mora essa voz, onde essa voz se esconde
Esteja onde estiver... [...]

---

[64] Altipotente: muito poderosa.
[65] Esquerdamente: esquivamente.

La Araucana
(Alonso de Ercilla e Zúñiga)

Canto III

Valdivia con pocos españoles y algunos indios amigos camina a la casa de Tucapel para hacer el castigo. Mátanle los araucanos los corredores en el camino en un paso estrecho y danle después la batalla, en la cual fue muerto él y toda su gente por el gran esfuerzo y valentía de Lautaro.

¡Oh incurable mal! ¡oh gran fatiga
Con tanta diligencia alimentada!
Vicio común y pegajosa liga,
Voluntad sin razón desenfrenada,
Del provecho y bien público enemiga;
Sedienta bestia, hidrópica, hinchada,
Principio y fin de todos nuestros males.
¡Oh insaciable codicia de mortales!

No en el pomposo estado a los señores
Contentos en el alto asiento vemos,
Ni a pobrecillos bajos labradores
Libres desta dolencia conocemos:
Ni el deseo y ambición de ser mayores
Que tenga fin y límites sabemos:
El fausto, la riqueza y el estado,
Hincha, pero no harta, al más templado.

A Valdivia mirad, de pobre infante
Si era poco el estado que tenía,
Cincuenta mil vasallos que delante
Le ofrecen doce marcos de oro al día:
Esto y aún mucho más no era bastante,
Y así la hambre allí lo detenía;
Codicia fue ocasión de tanta guerra
Y perdición total de aquesta tierra.

Ésta fue quien halló los apartados
Indios de las antárticas regiones;
Por ésta eran sin orden trabajados
Con dura imposición y vejaciones:
Pero rotas las cinchas, de apretados,
Buscaron, modo y nuevas invenciones
De libertad, con áspera venganza,
Levantando el trabajo la esperanza.

Cuán cierto es, cómo claro conocemos,
Que al doliente en salud consejos damos,
Y aprovecharnos dellos no sabemos;
Pero de predicarles nos preciamos.
Cuando en la sosegada paz nos vemos,
¡Qué bien la dura guerra platicamos!
¡Qué bien damos consejos y razones
Lejos de los peligros y ocasiones!

¡Cómo de los que yerran abominan
Los que están libres en seguro puerto!
¡Qué bien de allí las cosas encaminan,
Y dan en todo un medio y buen concierto!
¡Con qué facilidad se determinan,
Visto el suceso y daño descubierto!
Dios sabe aquel que la derecha vía,
Metido en la ocasión, acertaría.

Valdivia iba siguiendo su jornada,
Y el duro disponer del hado duro,
No con la furia y prisa acostumbrada,
Présago y con temor del mal futuro:
Sospechoso de bárbara emboscada,
Por hacer el camino más seguro,
Echó algunos delante para prueba,
Pero jamás volvieron con la nueva.

Viendo los nuestros ya que al plazo puesto
Los tardos corredores no volvían,
Unos juzgan el daño manifiesto,
Otros impedimentos les ponían:
Hubo consejo y parecer sobre esto;
Al cabo en caminar se resolvían,
Ofreciéndose todos a una suerte,
un mismo caso y a una misma muerte.

Aunque el temor allí tras esto vino,
En sus valientes brazos se atrevieron,
Y a su próspera suerte y buen destino
El dudoso suceso cometieron:
No dos leguas andadas del camino,
Las amigas cabezas conocieron,
De los sangrientos cuerpos apartadas,
Y en empinados troncos levantadas.

No el horrendo espectáculo presente
Causó en los firmes ánimos mudanza;
Antes con ira y cólera impaciente
Se encienden más, sedientos de venganza:
Y de rabia incitados nuevamente
Maldicen y murmuran la tardanza:
Sólo Valdivia calla y teme el punto;
Pero rompió el silencio y pena junto

Diciendo: «¡Oh compañeros! do se encierra
Todo esfuerzo, valor y entendimiento:
Ya veis la desvergüenza de la tierra,
Que en nuestro daño da bandera al viento:
Veis quebrada la fe, rota la guerra,
Los pactos van del todo en rompimiento:
Siento la áspera trompa en el oído,
Y veo un fuego diabólico encendido.

"Bien conocéis la fuerza del Estado,
Con tanto daño nuestro autorizada:
Mirad lo que Fortuna os ha ayudado
Guiando con su mano vuestra espada;
El trabajo y la sangre que ha costado,
Que della está la tierra alimentada;
Y pues tenemos tiempo y aparejo,
Será bueno tomar nuevo consejo.

Quien estos son tendréis en la memoria,
Pues hay tanta razón de conocellos,
Que si dellos no hubiésemos vitoria
Y en campo no pudiésemos vencellos,
Será tal su arrogancia y vanagloria,
Que el mundo no podrá después con ellos;
Dudoso estoy, no sé, no sé qué haga
Que a nuestro honor y causa satisfaga".

La poca edad y menos experiencia
De los mozos livianos que allí había,
Descubrió con la usada inadvertencia
A tal tiempo no su necia valentía,
Diciendo: "¡Oh capitán! danos licencia,
Que solos diez sin otra Compañía
El bando asolaremos araucano,
Y haremos el camino y paso llano".

"Lo que jamás hicimos en estrecho,
No es bien por nuestro honor que lo hagamos.
Pues es cierto, que cuanto habemos hecho,
Volviendo atrás un paso, lo manchamos:
Mostremos al peligro osado pecho,
Que en él está la gloria que buscamos".
Valdivia, de la réplica sentido,
Enmudeció de rabia y de corrido. […]

Bibliografia

A BATALHA, N° 4.334. ***A Fronteira Brasileira com a Venezuela - Prosseguem Ativamente os Trabalhos da Comissão Demarcadora*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Batalha, N° 4.334, 25.09.1940.*

A BATALHA, N° 4.346. ***O Presidente Vargas na Amazônia - Em Contato com os Membros da Comissão de Limites*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Batalha, N° 4.346, 09.10.1940.*

A BATALHA, N° 4.425. ***Atacados e Cercados Pelos Índios os Membros da Comissão de Limites – Surpreendidos e Cercados Quando Dormiam Foram Todos Feridos por Flechas Envenenadas*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Batalha, N° 4.425, 14.01.1941.*

A NOITE, N° 11.599. ***Encerrando uma Divergência Secular - O Acordo Final de Limites Entre o Peru e o Equador*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Noite, N° 11.599, 29.05.1944.*

A NOITE, N° 11.876. ***A Questão de Limites Entre o Peru e o Equador*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Noite, N° 11.876, 07.03.1945.*

ADRIÃO, Paulo Cezar de Aguiar. ***Almirante Braz Dias de Aguiar – Gigante da Nacionalidade!*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Marítima Brasileira, Volume 130, n° 07/09 – jul./set. 2010.*

AGL, 1843. ***Relatório Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira sessão Ordinária da Quinta Legislatura, em 1843*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Tipografia Nacional, 1843*

ALMADA, Manoel da Gama Lobo de. ***Descrição Relativa ao Rio Branco e seu Território*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico – Volume 24 – Kraus Reprint, 1861.*

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. ***Memória*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico – Volume 03 – Tipografia de J. E. S. Cabral, 1841.*

BARATA, Francisco José Rodrigues. ***Da Viagem que fez à Colônia Holandesa de Suriname o Porta Bandeira ...*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Trimestral de História e Geografia – Volume 08 – Tipografia de João Inácio da Silva, 1846.*

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. ***Dicionário Bibliográfico Brasileiro – Terceiro Volume*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Imprensa, 1895.*

BOLETIM GEOGRÁFICO, N° 69. ***Braz Dias de Aguiar, Mestre de Demarcadores!*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Conselho Nacional De Geografia, Boletim Geográfico, N° 69, 1948.*

CHAVES, Thales Bastos. ***Noturno*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Organizações Simões, 1954.*

CORREIO DA MANHÃ, n° 19.640. ***Bate Papo – Paulo Magalhães*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Vol XV – n° 19.640, página 32, 05.04.1957.*

CORTESÃO, Jaime. ***Introdução à História das Bandeiras – Morre um Bandeirante*** *– Brasil – Rio Branco, AC – O Acre, 18.01.1948.*

COSTA PEREIRA, José Veríssimo da. ***Tipos e Aspectos do Brasil – Campos do Rio Branco*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Brasileira de Geografia – Volume 04 – número 3, julho/setembro, 1942.*

COSTA PEREIRA, José Veríssimo da. ***Tipos e Aspectos do Brasil – Vaqueiro do Rio Branco*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Brasileira de Geografia – Vol 4 – número 3, julho/setembro, 1942.*

DANIEL, Padre João. ***Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Contraponto Editora Ltda, 2004.*

DDN, N° 59. ***Invasão Estrangeira no Rio Branco*** *– Brasil – Belém, PA – Diário de Notícias, n° 59, 20.03.1898.*

DDP, N° 46. ***Norte – Amazonas*** *– Brasil – Recife, PE – Diário de Pernambuco, n° 46, 01.03.1898.*

DELVAU, Alfred. ***Les Lions du Jour – Physionomies Parisiennes*** *– França – Paris – E. Dentu, Éditeur, 1867.*

DIÁRIO DA NOITE, N° 262. ***Às Zonas mais Desconhecidas da América do Sul*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Diário da Noite, N° 262, 11.08.1930.*

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, N° 55. ***Exterior – Arauco*** *– Brasil – Recife, PE – Diário de Pernambuco, N° 55, 07.03.1861.*

DUCKE, Adolpho. ***Aguiara*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Annaes da Academia Brasileira de Ciências, Edição 1, 1938.*

FON FON, N° 09. ***Fon Fon! Na Fronteira*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Fon Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiante, Edição 09, 1914.*

GARCÍA, Luis Britto. ***¿Estado Libre Asociado del Zulia?*** *– – Venezuela – Caracas – Aporrea.org, 26.02.2006.*

GOYCOCHÉA, Luís Felipe de Castilhos. ***Fronteiras e Fronteiros*** *– Brasil – São Paulo, SP – Companhia Editora Nacional, 1943.*

IMPRENSA NACIONAL, 12.07.1898. ***Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1898.*

JB, N° 63. ***Os Nossos Limites com a Venezuela - O "Jornal do Brasil" ouve o Comandante Braz de Aguiar, Chefe da Missão Brasileira*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Brasil, N° 63, 14.03.1930.*

JDC, N° 105. ***Demarcação Final da Fronteir****a – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Commercio, n° 105, 03.02.1960.*

JÚNIOR, João Ribeiro da Silva. ***Melhoramentos do Amazonas*** *– Brasil – Manaus, AM – Tipografia do Comércio do Amazonas, 1875.*

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. ***Do Roraima ao Orenoco*** *– Brasil – São Paulo, SP – UNESP, 2006.*

LANGGAARD, Theodoro J. H. ***Dicionário de Medicina Doméstica e Popular*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.*

LIMA FIGUEIREDO, Tenente-Coronel José de. ***Fronteiras Amazônicas*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Brasileira de Geografia – Volume 04 – número 3, julho/setembro, 1942.*

MRE, 1934. ***Primeira Comissão de Demarcação de Fronteiras*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Ministério das Relações Exteriores.*

JOAQUIM NABUCO, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo. ***Memórias do Brasil e da Guiana Inglesa – O Direito Do Brasil – Primeira Memória, Apresentada em Roma a 27.02.1903*** *– França – Paris – A. Lahure, Editor, 1903.*

NAVARRO, Ernesto J. ***La República del Zulia y la Secesión en Venezuela*** *– Rússia – Moscou – Actualidad.rt.com, 13.10.2016.*

O ACRE, N° 855. ***Introdução à História das Bandeiras*** *– Brasil – Rio Branco, AC – O Acre, n° 855, 18.01.1948.*

Morre um Bandeirante O COMÉRCIO, N° 17. ***Um Novo Theodoro*** *– Brasil – São Luís, MA – O Comércio, N° 17. 27.04.1861.04.*

O CRUZEIRO, N° 10. ***Brasil Cresce na Fronteira*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Cruzeiro, n° 10, 16.12.1961.*

O PARÁ, N° 71. ***Ingleses No Rio Branco – Audaciosa Invasão*** *– Brasil – Belém, PA – O Pará, n° 71, 23.02.1898.*

OMI, N° 181. ***Em Plena Mata, Longe do Mundo, são as Fronteiras*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Mundo Ilustrado, n° 181, 10.06.1961.*

PCDL. pcdl.itamaraty.gov.br.

QUARTIN, Adriano de Souza. ***Sessão Solene a 08.10.1948, no Salão de Conferências do Palácio Itamaraty*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Imprensa Naval – Revista Marítima Brasileira Edição 153, N° 7, 8 e 9 – jan, fev, mar, 1949.*

RAMOS, Bernardo de Azevedo da Silva. ***Inscrições e Tradições da América Pré-histórica, Vol 1*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Imprensa Nacional, 1939.*

REVISTA DE FOMENTO, n° 21 a 25. 224. ***Tronco Vaciado*** *– Venezuela – Caracas – Ministério de Fomento, 1940.*

RIVIÈRE, Peter. ***The Guiana Travels Of Robert Schomburgk, 1835-1844 – Volume I: Explorations on Behalf of the Royal Geographical Society, 1835-1839*** *– Inglaterra – Londres – The Hakluyt Society London, 2006.*

RTHG, 1845. ***Biografia – Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Trimensal de História e Geografia, Tomo VII, 1845.*

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. ***Diário da Viagem que em Visita, e Correição das Povoações da Capitania de S. José do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente Geral da Mesma no ano de 1774 e 1775*** *– Portugal – Lisboa – Tipografia da Academia, 1825.*

SCHOMBURGK, Robert Hermann. ***A Description Of British Guiana, Geographical and Statistical: Exhibiting...*** *– Inglaterra – Londres – Simpkin, Marshall, and Co., 1840.*

SCHOMBURGK, Robert Hermann. ***Diário de uma Subida pelo Rio Corentyne, na Guiana Britânica,...*** *– Inglaterra – Londres – The Journal of the Royal Geographical Society of London, Volume The Seventh, páginas 285 a 301 & 302 a 350, 1837.*

SCHOMBURGK, Robert Hermann. ***Relato da Terceira Expedição ao interior da Guiana*** *– Inglaterra – Londres – The Journal of the Royal Geographical Society of London, Volume The Tenth, 1841.*

SCHOMBURGK, Robert Hermann. ***Relatório de uma Expedição ao Interior da Guiana Britânica, em 1835-6*** *– Inglaterra – Londres – The Journal of the Royal Geographical Society of London, Volume The Sixth, páginas 224 a 284, 1836.*

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. ***Documento Oficial*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Trimestral de História e Geografia – Volume 06 – Kraus Reprint, 1844.*

TDI, N° 3057. ***Fronteira Entre Brasil e Guiana se Resolve Hoje*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Tribuna da Imprensa, n° 3057, 03.02.1960.*

ZÚÑIGA, D. Alonso de Ercilla y. ***Batalla Entre Españoles y Mapuches – Poema La Araucana*** *– Espanha – Madri –Impr. y Libr. de J. Gaspar Editor, 1884.*